



Relatório de Gestão **2023**

Contas e Sustentabilidade

Índice

A. Relatório de Gestão

A. Relatório de Gestão	9
Mensagem do Conselho de Administração	10
A1. EDA	17
1. Enquadramento Macroeconómico e Setorial	18
1.1. Enquadramento Macroeconómico	18
1.2. Enquadramento Setorial	20
1.3. Regulação Económica	23
2. Desempenho	29
2.1. Comercial	29
2.2. Transporte e Distribuição	31
2.3. Produção	34
2.4. Investimento	37
3. Evolução Económica e Financeira	42
4. Informações sobre a Sociedade	50
4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais	50
4.2. Ações Próprias	60
4.3. Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores	60
4.4. Sucursais da Sociedade	60
4.5. Factos Relevantes ocorridos após o Termo do Período	60
5. Valores Característicos – EDA	61
6. Informações Complementares	63
A2. Grupo EDA	73
1. Universo da Consolidação	74
2. Organização dos Negócios	76
3. Desempenho	77
3.1. EDA	77
3.2. EDA Renováveis	79
3.3. GLOBALEDA	83
3.4. SEGMA	85
4. Evolução Económica e Financeira	88
5. Valores Característicos – Grupo EDA	96

B. Sustentabilidade no Grupo EDA

B. Sustentabilidade no Grupo EDA	97
1. A EDA em 2023	99
1.1. Destaques do Ano	99
2. Sobre a EDA	100
2.1. História	100
2.2. Uma Missão com Propósito	102
2.3. Garantia da Segurança no Abastecimento	102
2.4. Satisfação do Cliente	105

B. Sustentabilidade no Grupo EDA

3. Divulgação Geral	110
3.1. Abordagem Estratégica	110
3.1.1. Materialidade	112
3.1.2. Eixos Estratégicos e Linhas de Atuação	114
3.2. Envolvimento com Stakeholders	116
3.3. Associações, Certificações e Reconhecimentos	118
4. Pilar Ambiental	122
4.1. Alterações Climáticas e Transição Energética	122
4.1.1. Emissões de Gases com Efeito de Estufa	130
4.2. Eficiência Energética e de Recursos	133
4.2.1. Gestão da Água	138
4.3. Gestão de Resíduos	139
4.4. Emissões Atmosféricas	140
4.5. Biodiversidade	141
5. Pilar Social	143
5.1. Trabalhadores	143
5.1.1. Caracterização e Gestão do Capital Humano	144
5.1.2. Saúde e Segurança Ocupacional	148
5.2. Apoio à Comunidade	154
6. Pilar Governance	160
6.1. Conduta Empresarial	160
6.1.1. Ética, Transparéncia e Integridade	161
6.2. Compliance e Gestão de Risco	162
6.3. Cibersegurança	165
6.4. Cadeia de Fornecedores	167
6.5. Desempenho Económico e Sustentável	168
7. Tabela ESRS	171

C. Proposta de Aplicação dos Resultados

C. Proposta de Aplicação dos Resultados	199
--	------------

D. Apreciação e Certificação de Contas Individuais e Consolidadas

D. Apreciação e Certificação de Contas Individuais e Consolidadas	203
D1. Demonstrações Financeiras Individuais e Notas	207
D2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas	271
D3. Anexos	353

E. Ata

E. Ata	375
---------------	------------

Índice _ Tabelas

Tabela 1 – Emissão e Aquisição de Energia, por tecnologia, de 2019 a 2023	22
Tabela 2 – Número de Clientes e Consumo, de 2019 a 2023	29
Tabela 3 – Faturação, Energia Faturada e Preço Médio de Venda (preços correntes), de 2019 a 2023	30
Tabela 4 – Ações de Manutenção em Subestações e Redes MT/AT, de 2019 a 2023	32
Tabela 5 – Ações de Manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação, de 2019 a 2023	33
Tabela 6 – Ações de Manutenção em Redes de Baixa Tensão, de 2019 a 2023	33
Tabela 7 – Emissão de Energia Elétrica, por ilha, de 2019 a 2023	35
Tabela 8 – Ponta Máxima Anual (kW), por ilha, de 2019 a 2023	35
Tabela 9 – Manutenções em Centros Produtores em 2023	37
Tabela 10 – Investimento Realizado em 2023	38
Tabela 11 – Demonstração dos Resultados da EDA em 2022 e 2023	42
Tabela 12 – Balanço da EDA em 2022 e 2023	45
Tabela 13 – Resultados do Período da EDA em 2022 e 2023	47
Tabela 14 – Evolução da Dívida Financeira da EDA em 2022 e 2023	48
Tabela 15 – Custos e Proveitos Financeiros da EDA em 2022 e 2023	48
Tabela 16 – Custo Médio de Financiamento EDA, de 2008 a 2023	49
Tabela 17 – Indicadores de Atividade, de 2019 a 2023	62
Tabela 18 – Número de Trabalhadores da EDA, por género, de 2019 a 2023	62
Tabela 19 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais)	62
Tabela 20 – Empresas Incluídas na Consolidação	75
Tabela 21 – Indicadores Económico-Financeiros da EDA, de 2019 a 2023	78
Tabela 22 – Produção de Energia Elétrica de Base Renovável, por recurso e por ilha, em 2023	79
Tabela 23 – Indicadores Económico-Financeiros da EDA Renováveis, de 2019 a 2023	81
Tabela 24 – Investimento Realizado em 2023	82
Tabela 25 – Indicadores Económico-Financeiros da GLOBALEDA, de 2019 a 2023	84
Tabela 26 – Indicadores Económico-Financeiros da SEGMA, de 2019 a 2023	86
Tabela 27 – Demonstração dos Resultados Consolidados do Grupo EDA em 2022 e 2023	88
Tabela 28 – Balanço Consolidado do Grupo EDA em 2022 e 2023	90
Tabela 29 – Resultados do Período do Grupo EDA em 2022 e 2023	92
Tabela 30 – Evolução da Dívida Financeira do Grupo EDA em 2022 e 2023	93
Tabela 31 – Custos e Proveitos Financeiros do Grupo EDA em 2023	94
Tabela 32 – Custo Médio de Financiamento Grupo EDA e EDA, de 2008 a 2023	94
Tabela 33 – Indicadores Económico-Financeiros do Grupo EDA, de 2019 a 2023	96

Tabela 34 – Garantia da Segurança no Abastecimento – Riscos e Oportunidades	104
Tabela 35 – Inspeções e Manutenções à Rede	105
Tabela 36 – Satisfação do Cliente - Riscos e Oportunidades	108
Tabela 37 – Eixos Estratégicos, Temas Materiais e Linhas de Atuação	115
Tabela 38 – Stakeholders – Expectativas e Canais de Comunicação	117
Tabela 39 – Certificações das Atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA	121
Tabela 40 – Projetos para Aumento da Capacidade Renovável e Modernização da Rede	123
Tabela 41 – Alterações Climáticas e Transição Energética – Riscos e Oportunidades	126
Tabela 42 – Eficiência Energética e de Recursos – Riscos e Oportunidades	134
Tabela 43 – Emissões Atmosféricas Poluentes das Centrais Termoelétricas	140
Tabela 44 – Medidas Implementadas na Rede de Distribuição para Reduzir o Impacte na Avifauna	142
Tabela 45 – Gestão do Capital Humano – Impactos	145
Tabela 46 – Gestão do Capital Humano – Riscos e Oportunidades	147
Tabela 47 – Saúde e Segurança Ocupacional – Riscos e Oportunidades	151
Tabela 48 – Cibersegurança – Impactos	165
Tabela 49 – Cibersegurança – Riscos e Oportunidades	166
Tabela 50 – Desempenho Económico e Sustentável – Riscos e Oportunidades	169

Índice _ Gráficos

Gráfico 1 – Comparação do Consumo <i>per capita</i>, RAA, RAM, Portugal e UE27	20
Gráfico 2 – Consumo <i>per capita</i>, de 2019 a 2023	21
Gráfico 3 – Consumo (GWh) e Número de Instalações em 2023	21
Gráfico 4 – Aquisição de Energias Renováveis e RSU (GWh), por ilha e por tecnologia, em 2023	23
Gráfico 5 – Estrutura da Emissão Própria e Aquisição de Energia, por ilha e por tecnologia, em 2023	23
Gráfico 6 – Evolução do Preço Médio de Venda (preços correntes), de 2019 a 2023	30
Gráfico 7 – Indisponibilidades Totais, por ilha, de 2021 a 2023	31
Gráfico 8 – Potência Térmica Instalada, por ilha	34
Gráfico 9 – Peso do Consumo de Serviços Auxiliares na Produção, por ilha	34
Gráfico 10 – Evolução da Ponta Máxima (kW), por ilha, de 2019 a 2023	37
Gráfico 11 – Investimento Total a Preços Correntes, de 2019 a 2023	38
Gráfico 12 – Investimento a Custos Técnicos, de 2019 a 2023	38
Gráfico 13 – EBIT e EBITDA da EDA em 2022 e 2023	47
Gráfico 14 – Resultados da EDA em 2022 e 2023	47
Gráfico 15 – Resultados por Ação da EDA em 2022 e 2023 (em euros)	48
Gráfico 16 – Estrutura Acionista	50
Gráfico 17 – Indicadores Financeiros EDA, de 2019 a 2023	61
Gráfico 18 – Evolução da Base de Ativos Regulada, por atividade e taxa média de remuneração, de 2019 a 2023	61
Gráfico 19 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2019 a 2023	61
Gráfico 20 – Universo da Consolidação das Empresas do Grupo EDA em 2023	74
Gráfico 21 – Produção de Energia Elétrica de Base Renovável, por recurso, de 2019 a 2023	80
Gráfico 22 – Investimento Total a Preços Correntes, de 2019 a 2023	82
Gráfico 23 – Investimento a Custos Técnicos, de 2019 a 2023	82
Gráfico 24 – EBIT e EBITDA do Grupo EDA em 2019 a 2023	92
Gráfico 25 – Resultados do Grupo EDA em 2022 e 2023	93
Gráfico 26 – Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2019 e 2023	96
Gráfico 27 – Modelo de Governance	110
Gráfico 28 – Cadeia de Valor do Grupo EDA	111
Gráfico 29 – Matriz de Materialidade	113
Gráfico 30 – Eixos Estratégicos	114
Gráfico 31 – Principais Categorias de Stakeholders do Grupo EDA	116
Gráfico 32 – Emissões Brutas de GEE do Grupo EDA	131
Gráfico 33 – Emissões Brutas de GEE de Âmbito 1 (tCO₂e)	132
Gráfico 34 – Emissões Brutas de GEE de Âmbito 3	132
Gráfico 35 – Emissões de GEE Evitadas (tCO₂e)	133

Gráfico 36 – Consumo Total de Energia em 2023	137
Gráfico 37 – Consumo de Energia Renovável em 2023	137
Gráfico 38 – Consumo de Água nas Centrais Termoelétricas do Grupo EDA	138
Gráfico 39 – Relação entre o Uso da Água pelo Grupo EDA e a Quantidade de Água Disponível nas Ilhas da RAA	139
Gráfico 40 – Produção de Resíduos do Grupo EDA	139
Gráfico 41 – Tipologia dos Resíduos do Grupo EDA	139
Gráfico 42 – Destino dos Resíduos do Grupo EDA	140
Gráfico 43 – Emissões Específicas de Poluentes Atmosféricos nas Centrais Termoelétricas do Grupo EDA	140
Gráfico 44 – Estado de Conservação das Espécies Protegidas na RAA, Segundo Classificação da IUCN	141
Gráfico 45 – Impacte das Atividades do Grupo EDA na Biodiversidade	142
Gráfico 46 – Número Total de Horas de Formação	144
Gráfico 47 – Participações nas Formações	144
Gráfico 48 – Análises de Desempenho (%)	146
Gráfico 49 – Número de Acidentes com Baixa	150
Gráfico 50 – Número de Acidentes sem Baixa	150
Gráfico 51 – Índice de Frequência	150
Gráfico 52 – Índice de Gravidade	151
Gráfico 53 – Patrocínios Atribuídos em 2023	156

CAPÍTULO

A

**Relatório
de Gestão**



Mensagem do Conselho de Administração

Senhores Acionistas

Face aos acontecimentos dos últimos anos e à conjuntura geopolítica e económica internacional, o ano de 2023 também não se perspetivava fácil para o setor da energia.

O des controlo da inflação, que atingiu níveis não registados já há décadas, a consequente subida dos preços dos fornecimentos de bens, serviços e empreitadas e, sobretudo, a elevada procura nos mercados de construção e da energia, com consequências negativas nas cadeias de abastecimento global, exigem um rigoroso e permanente controlo dos custos em todas as empresas do Grupo, em especial no caso da EDA, dado o quadro regulatório a que está sujeita.

Ao nível interno, o ano de 2023 ficou marcado pela finalização da construção dos sistemas de reserva rápida tipo BESS (baterias) nas ilhas Terceira e de São Miguel, projetos financiados pelo Programa Operacional Açores 2020 (PO2020).

O Grupo EDA está profundamente empenhado no desafio da transição energética dos Açores, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, mas acima de tudo para reforço da autonomia energética da Região, preocupação estratégica face às crescentes ameaças e riscos de abastecimento do exterior.

Entendemos que os sistemas BESS são essenciais para permitir atingir estes objetivos, os princípios presentes na Estratégia Açoreana da Energia 2030 e no Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores 2050, documentos estratégicos para o futuro da Região Autónoma dos Açores, dando suporte aos Stakeholders nas tomadas de decisão para as próximas décadas, direcionando a região no caminho para a sustentabilidade e para a neutralidade carbónica.

O ano de 2023 ficou também marcado pela decisão de elaborarmos o relatório de sustentabilidade para o Grupo EDA, integrando-o com o nosso relatório e contas.

Deste modo, o presente documento passa a denominar-se de Relatório de Gestão 2023.

A sustentabilidade sempre foi um foco estratégico do Grupo EDA desde o início da sua atividade. Ao longo dos anos, e através de diversas iniciativas e decisões, consolidamos a nossa caminhada em prol da sustentabilidade da nossa atividade face ao ambiente e ao nosso negócio, sem nunca esquecer as pessoas. Com este documento pretendemos sistematizar todas as nossas ações, comunicando de forma integrada a nossa informação financeira e a nossa estratégia e posicionamento no que diz respeito à sustentabilidade tanto para o interior da empresa, como para os acionistas, para os nossos clientes, razão da nossa existência, como para os nossos fornecedores, parceiros e demais Stakeholders. É um passo necessário e essencial para o posicionamento do Grupo EDA na sociedade onde se integra.

A sustentabilidade sempre foi um foco estratégico do Grupo EDA desde o início da sua atividade.

O ano de 2023 era fundamental para a execução dos investimentos incluídos no Plano de Recuperação e Resiliência, PRR, porém o aumento exponencial dos custos e a dificuldade de obtenção de propostas dos concursos submetidos ao mercado, mesmo com preços base revistos em alta, devido à elevada procura atual no mercado e à falta de mão de obra especializada, colocam incerteza sobre a capacidade de se concretizar esses investimentos no calendário definido. É necessário rever a programação destes investimentos, razão pela qual continuamos a encetar esforços neste sentido.

Ao nível da gestão interna, mantivemos o foco na racionalização da estrutura organizacional, promovendo a eficiência, a agilidade e simplificação dos processos, sem descurar as preocupações com a segurança, a qualidade e o ambiente, de modo a garantir um local de trabalho seguro e saudável.

Em 2023 observou-se um crescimento de 1,5% na emissão de energia elétrica, atingindo os 835,7 GWh. A energia de origem exclusivamente renovável injetada na rede, excluindo, portanto, a proveniente do aproveitamento de resíduos sólidos urbanos (RSU), totalizou 291,9 GWh, representando um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior e 34,9% do total da emissão anual. De assinalar que, em 2023, a produção com origem geotérmica cresceu 6,3% e que a produção com origem eólica teve um crescimento de 7,1%, fruto de condições climatéricas favoráveis registadas ao longo do ano. A produção de origem hídrica teve um decréscimo de 10,8%, devido a avarias e indisponibilidades causadas por derrocadas no sistema hidrológico da Ribeira Quente, na ilha de São Miguel.

Mesmo na atual conjuntura desfavorável, a EDA concretizou também em 2023 o maior volume de investimento da sua história, no total de 70 milhões de euros e 74,6 milhões de euros no total do Grupo EDA, excluindo as participações financeiras, sendo de realçar o crescente nível de realização de investimento, com especial destaque para os anos de 2022 e 2023. Apesar do esforço significativo de investimento, os financiamentos obtidos pelo Grupo diminuíram 6,5 milhões de euros relativamente a 2022, situando-se em 336,2 milhões de euros. Destaca-se, neste âmbito, que o agravamento das condições de financiamento, pelo aumento da taxa de juro diretora do Banco Central Europeu, gerou encargos financeiros adicionais de 6,5 milhões de euros relativamente ao ano transato, o que exige prudência e criticidade na gestão do nosso plano de investimentos. Por esta razão, e pela subida dos preços no mercado da construção, implementamos internamente uma estratégia de priorização das ações de investimento, por forma a criteriosamente selecionarmos os investimentos que deverão ser realizados, sem colocar em causa a segurança do abastecimento, o cumprimento da qualidade de serviço e a segurança de bens e pessoas. É prioridade realizarmos uma boa gestão da nossa dívida, acautelando a sustentabilidade futura das nossas empresas.

A agência de rating Moody's divulgou, no passado dia 27 de novembro, a atualização da *Credit Opinion* sobre a EDA, confirmando a notação Ba1, idêntica à Região Autónoma dos Açores, com perspetiva estável.

Face à atual conjuntura, onde se verifica uma subida significativa das taxas de juro, torna-se necessário estudar alternativas de refinanciamento do curto prazo por modalidade de empréstimos com maiores maturidades, adequando a maturidade da dívida à maturidade dos investimentos. A regulamentação europeia exige também que as instituições bancárias incorporem critérios ESG (ambientais, sociais e de governança), promovendo a transição para uma economia mais sustentável através de financiamentos verdes.

A EDA, com vista ao financiamento dos seus projetos verdes elegíveis, criou a sua *Framework for Green Financing* em abril de 2023, objeto de uma *Second Party Opinion* emitida pela Sustainalytics. Em setembro de 2023 aprovamos o primeiro Empréstimo Obrigacionista Verde, e em novembro de 2023 o segundo, ambos com condições vantajosas. Demos assim os primeiros passos em matéria de sustentabilidade no financiamento bancário.

O volume de negócios da EDA atingiu o valor mais elevado da história, totalizando os 271,6 milhões de euros e superando os 257,3 milhões de euros do ano anterior, refletindo um crescimento homólogo de 5,5% face ao ano anterior, com as vendas de energia elétrica a registarem um aumento de 19,3%, por via do crescimento de 2,6% na procura de eletricidade e do incremento no preço médio de venda (16,2%). O volume de negócios do Grupo EDA ascendeu aos 280 milhões de euros, ou seja, mais 6,3% face ao ano anterior, sendo também o valor mais elevado de sempre.

Os capitais próprios da EDA ascendem aos 278,4 milhões de euros no final de 2023, com um acréscimo de cerca de 20 milhões de euros.

Foi mantida a estratégia de controlo rigoroso dos custos. Os gastos com o pessoal na EDA aumentaram 6,5% em 2023, fruto do aumento salarial médio de 6,2% efetuado no ano e dos automatismos previstos no Acordo da Empresa. Esta evolução dos gastos com pessoal apenas foi possível através da redução e diferimento de novas contratações. Contudo, subsiste a necessidade de assegurar o rejuvenescimento e ajustamento do quadro de pessoal, uma vez que existe um leque muito grande de trabalhadores próximos da idade de reforma, sendo necessário assegurar uma adequada perpetuação do conhecimento.

Importa também sublinhar a redução de 2,9% do custo das matérias consumidas e o aumento significativo dos FSE, em mais 23,3%, face ao ano anterior. De salientar que o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 (International Financial Reporting Interpretations Committee) – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados cerca de 14,5 milhões de euros em 2023, mais 5,6 milhões de euros que em 2022. Contudo, estes aumentos de custos não têm impacto direto nos resultados da EDA, uma vez que são assumidos na sua quase totalidade pelo sistema elétrico nacional ao abrigo do mecanismo de ajustamento previsto no quadro regulatório em vigor, incluídos na compensação tarifária. Caso não existisse este quadro regulatório, os impactos no tarifário teriam sido muito superiores para os consumidores na Região.

A compensação tarifária em 2023 atingiu cerca de 100,5 milhões de euros, com um decréscimo de 14,3 milhões de euros em relação ao ano anterior. A variação negativa encontra-se diretamente relacionada com o comportamento dos gastos com combustíveis e licenças de CO₂, incluídos na determinação dos proveitos permitidos de acordo com o Regulamento Tarifário, tendo-se registado uma diminuição dos custos com combustíveis, uma vez que os custos médios com o fuelóleo e com o gasóleo desceram 14% e 3%, respetivamente, em combinação com um aumento do custo com as licenças de emissões do ano de CO₂. Embora a quantidade de emissões do ano tenha sido mais baixa que em 2022, as cotações foram mais elevadas.

Relativamente às subsidiárias do Grupo EDA, apesar da conjuntura e outras circunstâncias que afetaram a respetiva atividade, o desempenho financeiro foi globalmente favorável. A EDA Renováveis obteve um resultado líquido de cerca de 13,6 milhões de euros, mais 59,2% do que o valor registado no ano anterior. A SEGMA obteve um resultado líquido de cerca 311 milhares de euros, menos do que no ano anterior, mas registando um volume de negócios histórico, cifrando-se nos 9,9 milhões de euros, confirmado a sua solidez técnica e implantação no mercado. A GLOBALEDA apresentou um resultado negativo de cerca de 635 milhares de euros, afetado pela estagnação do mercado onde atua e pelo facto de o acréscimo de 6% verificado ao nível dos proveitos operacionais não ter sido suficiente para anular o incremento de 15% verificado nos gastos operacionais, que está diretamente relacionado com regularizações efetuadas no âmbito do fecho dos projetos, nomeadamente o aumento da subcontratação de serviços externos para incorporar nos serviços prestados pela empresa, na área dos sistemas de informação.

O resultado líquido do Grupo situou-se nos 17 milhões de euros, superior em 4,9 milhões de euros ao do ano anterior. As subsidiárias do Grupo EDA contribuíram em 79% para o resultado obtido. O resultado operacional totalizou cerca de 30,7 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 59,2% face aos 19,3 milhões de euros registados em 2022. O EBITDA, resultado antes de impostos, amortizações e juros, foi de 65,7 milhões de euros, mais 26% em termos homólogos.

Salienta-se que o ano de 2023 incluiu factos extraordinários que, pelo seu valor, têm um impacto muito relevante nos resultados da empresa. O mais significativo resulta da correção à compensação tarifária do ano de 2022, cujo valor final foi publicado pela ERSE a 15 de dezembro de 2023 e que resulta num impacto positivo no resultado de cerca de 5,1 milhões de euros. Os resultados de 2023 estão também influenciados pela indemnização de 2,6 milhões de euros por perdas de exploração incorridas, na sequência da avaria ocorrida no último trimestre de 2021 na Central Geotérmica do Pico Vermelho. Sem estes factos extraordinários, o resultado líquido do Grupo situaria-se nos 9,3 milhões de euros, próximo da previsão realizada.

Por fim, o Conselho de Administração gostaria de manifestar o seu agradecimento a todos os 990 trabalhadores do Grupo EDA contabilizados no final de 2023, aos trabalhadores que se aposentaram até lá, às diversas estruturas recreativas e representativas dos trabalhadores, aos gerentes e administradores das nossas subsidiárias, aos órgãos de gestão que cessaram funções em 2023, bem como aos nossos clientes, aos fornecedores e aos acionistas pela confiança mantida na EDA, ressalvando que o futuro sustentável das nossas empresas constrói-se com todos, para todos.



Francisco Manuel Sousa Botelho
Administrador Executivo



Rodrigo Rebelo Costa
Administrador Executivo



Paulo Jorge da Costa André
Presidente



João Carlos Santos Correia
Administrador Executivo



**Maria da Conceição da Costa Pimentel
Viveiros Arruda**
Administradora Executiva



António Félix Flores Rodrigues
Administrador Não Executivo

**Maria de Fátima de Melo Gonçalves
Pinto Bettencourt**
Administradora Não Executiva

Conselho de Administração

Relatório de Gestão



Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira
Administrador Não Executivo

Joana Oliveira Freitas
Administradora Não Executiva

A1

EDA



1. Enquadramento Macroecomómico e Setorial

1.1. Enquadramento Macroeconómico

O contexto macroeconómico mundial em 2023 continua a mostrar resiliência face aos profundos impactos resultantes da COVID-19, à já longa invasão da Ucrânia pela Rússia e ao aumento geral do custo de vida. Os efeitos das políticas monetárias impostas para a redução da inflação têm surgido de forma progressiva, mas duradoura. A recuperação da atividade económica para níveis pré-pandémicos tem sido lenta, especialmente, nos mercados emergentes, mas também nas economias mais desenvolvidas.

Segundo as previsões do FMI, o crescimento mundial deverá situar-se nos 3,1% em 2023 e 2024, subindo ligeiramente para 3,2% em 2025, ainda inferiores à média histórica de 2000 a 2019 em que o crescimento médio foi de 3,8%, em resultado de políticas monetárias restritivas e da diminuição do apoio orçamental dos governos à economia.

Nos EUA, como em algumas das economias emergentes e países em desenvolvimento, prevê-se um crescimento real acima do inicialmente esperado para 2023. Em muitos casos, por forma a combater a perda do poder económico das famílias e manter o consumo interno, as entidades públicas, mas também as privadas, apostaram no fortalecimento do rendimento disponível das famílias. Também se observou alguma expansão do lado da oferta, com um aumento da participação da força de trabalho, resolução de alguns dos problemas nas cadeias de abastecimento e diminuição dos tempos de entrega.

Segundo o Banco Central Europeu, a economia da área do euro estagnou no final de 2023, devendo situar-se em 0,5% no final do ano, num contexto de condições de financiamento restritivas, confiança fraca e perdas de competitividade. O crescimento real do PIB deverá manter-se fraco no início de 2024, perante a diminuição dos fatores favoráveis e as condições de financiamento restritivas, ganhando força posteriormente, apoiado pelo aumento do rendimento das famílias, do consumo público e da procura externa. No entanto, a descida da inflação e o crescimento robusto dos salários, no contexto de um mercado de trabalho ainda restritivo, deverão apoiar o poder de compra das famílias, esperando-se que, com base no consumo privado, o produto interno bruto assuma o crescimento para 0,6% em 2024 e de 1,5% em 2025. Quanto às taxas de juro na Zona Euro, no final de 2023, a Euribor a 3 meses encontrava-se em 3,4%, sendo previsível, neste momento, a sua manutenção ao longo do ano de 2024, estando a sua revisão dependente do comportamento da taxa de inflação.

Em Portugal, segundo o Banco de Portugal no seu relatório de dezembro de 2023, o Produto Interno Bruto no final de 2023 deverá crescer 2,1%, sendo que este indicador deverá abrandar para 1,2% em 2024. Quanto à inflação, e de acordo com a mesma fonte, esta deverá manter uma tendência descendente, com a variação do Índice Harmonizado dos Preços ao Consumidor a situar-se em 5,3% para 2023. O Banco de Portugal prevê que este indicador diminua para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025. Após o forte crescimento deste indicador desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro 2022, apenas a partir do segundo trimestre de 2023 se veio a verificar uma inversão da escalada da inflação. O consumo privado, em 2023, cresceu de forma moderada, num contexto de ganhos do rendimento disponível real. O rendimento das famílias atingiu um incremento de 0,9%, devendo ainda acelerar nos anos seguintes.

O Produto Interno Bruto no final de 2023 registou um crescimento de 2,1%.

A situação na Região Autónoma dos Açores (RAA), e à semelhança do contexto económico nacional, apresenta-se naturalmente condicionada pela evolução do contexto internacional. A anteproposta do Programa do Governo Regional dos Açores do passado mês de outubro, prevê que o valor do PIB regional para 2023 será de 2,9%. Segundo o SREA, a taxa de inflação nos Açores ao longo do ano de 2023 situou-se nos 4,85%, sendo as classes com maior influência positiva na taxa de variação os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, hotéis, cafés e restaurantes. Em sentido contrário, contribuem de forma significativa somente o setor dos vestuário e calçado.

A procura turística na Região Autónoma dos Açores apresentou um aumento face ao período homólogo que se reflete num crescimento de 15,1% nas dormidas. Quanto ao número total de hóspedes que deram entradas nas diversas tipologias de alojamento em 2023, verificou-se um aumento de 14,8%, do que se infere que o número de noites *per capita* aumentou face ao ano anterior. O desembarque de passageiros nos aeroportos da região aumentou 16% face a 2022, ou seja, um acréscimo de 296 mil passageiros. No setor secundário, indústria e energia, de realçar uma diminuição de 5,6% na quantidade de leite para consumo entregue em fábrica, relativamente a 2022. Quanto à emissão de energia elétrica, registou um aumento de 1,5% em 2023, face ao período homólogo anterior.

No que concerne ao setor da construção, regista-se uma diminuição de 7,8% no número de licenciamentos efetuados, relativamente a 2022, sendo que, do total de licenciamentos requeridos, 66% referem-se a novas construções. Quanto ao indicador da venda de cimento, este registou no agregado de fabrico local e de importação, um aumento de 2,7% no total acumulado de 2023 em relação ao mesmo período de análise do ano transato.

A população ativa no 4.º trimestre de 2023 ascendia aos 125,8 milhares de pessoas, das quais 117,2 milhares empregadas. A taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores fixou-se em 6,9% no 4.º trimestre de 2023, registando uma variação positiva em mais 1,4 p. p. face ao trimestre homólogo.

1.2. Enquadramento Setorial

Evolução da Procura de Eletricidade

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, bem como por uma estrutura de consumo de eletricidade predominantemente de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) que representam 44,4% do total. Os consumos decorrentes de utilizações domésticas e industriais representam 36,6% e 16,7%, respetivamente.

A maior concentração geográfica de clientes encontra-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, que comportam 79,0% do consumo de energia elétrica e 73,2% do número de instalações.

Em 2023 observou-se um crescimento de 1,5% na emissão de energia elétrica.

Após um ciclo de crescimentos na emissão de energia elétrica (2015-2018), verificou-se, em 2019 e 2020, um decréscimo de 0,2% e 3,1%, respetivamente. Recuperando a tendência passada, em 2021, 2022 e 2023 observou-se um crescimento de 5,1%, 1,8% e 1,5% na emissão de energia elétrica.

Em 2023, a taxa de crescimento do consumo *per capita*¹ na Região foi de 2,6%, traduzindo um rácio de 3.284 kWh/habitante. O maior consumo de kWh por habitante foi registado na ilha de Santa Maria, com um valor de 3.866 kWh/habitante, e o mais baixo na ilha das Flores, de 3.084 kWh/habitante. Em termos relativos, o consumo *per capita* na RAA corresponde a cerca de menos 31% e 39%, comparativamente ao mesmo indicador em Portugal continental e média da UE27, respetivamente.

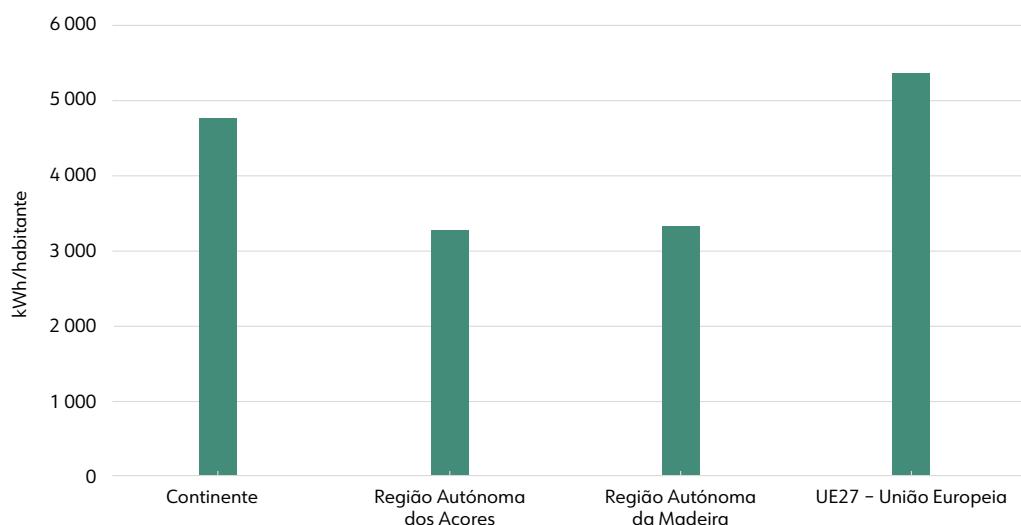
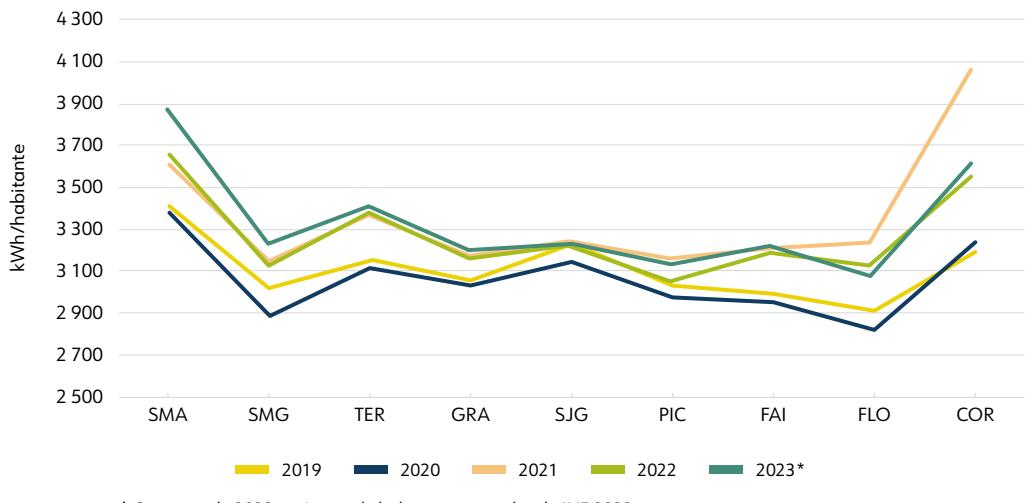


Gráfico 1 – Comparação do Consumo *per capita*, RAA, RAM, Portugal e UE27²

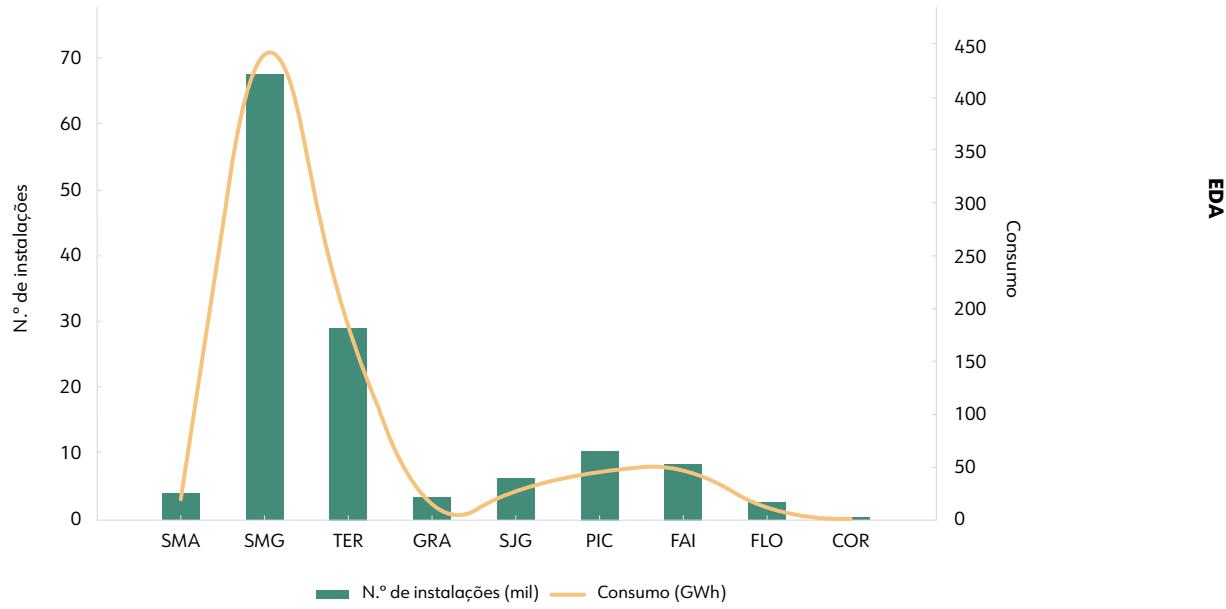
¹ No cálculo do consumo anual *per capita*, foram utilizados os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística para o ano de 2022. Foi considerado o consumo de 2023 e o número de habitantes de 2022.

² Fontes: Portugal, RAA e RAM – Dados do número de habitantes INE 2022 e dados de consumo de energia DGEG 2022; UE27: PORDATA (dados provisórios relativos a 2022).



* Consumo de 2023 e número de habitantes retirados do INE 2022.

Gráfico 2 – Consumo per capita, de 2019 a 2023



Inclui instalações de Média Tensão, Baixa Tensão, Iluminação Pública e Consumos próprios.

Gráfico 3 – Consumo (GWh) e Número de Instalações em 2023

Na RAA registou-se, em 2023, um crescimento do consumo de eletricidade na ordem dos 2,6%, com destaque para a evolução positiva de 3,1% no segmento do comércio e serviços, incluindo serviços públicos, justificado pelo aumento da atividade turística. Ao invés, ocorreu a redução do consumo na iluminação pública de 17,7%, consequência da campanha de substituição de luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED. No entanto, deve assinalar-se que os consumos de MT (média tensão) e BTE (baixa tensão especial) acima referidos incluem 4 GWh de energia registados em contador em 2022. Desconsiderando esta energia, o crescimento do consumo teria sido de 1,6%, em vez dos 2,6% atrás referidos.

Emissão Própria e Aquisição de Energia

A emissão própria e a aquisição anual de eletricidade atingiram os 835,7 GWh, correspondendo a um acréscimo de 1,5% relativamente ao ano anterior. A emissão própria, de origem térmica (fuelóleo e gasóleo) contribuiu com 63,5%, menos 0,7% do que em 2022, destacando-se a emissão a fuelóleo, com 56,4%. A aquisição de energia elétrica, de origem renovável, não incluindo RSU, totalizou 291,9 GWh, representando cerca de 34,9% da energia injetada na rede, mais 4,6% do que em 2022, com preponderância para a energia de origem geotérmica que representou cerca de 22,0% do valor total. De assinalar que, em 2023, a produção com origem geotérmica cresceu 6,3%, revertendo a queda registada no período homólogo em consequência do menor tempo de intervenção para manutenções mecânicas e elétricas nas centrais geotérmicas face ao ano anterior. Em 2023, também a produção com origem eólica, que representou 8,7% do valor total da emissão, teve um crescimento de 7,1 pontos percentuais, fruto de condições climatéricas favoráveis registadas ao longo do ano.

**Em 2023, a energia renovável representou
34,9% da emissão de energia na RAA.**

Atualmente, encontram-se em curso e em preparação investimentos no âmbito das energias renováveis que irão permitir aumentar o seu contributo nos sistemas elétricos dos Açores. A introdução de mecanismos que concorram para uma maior capacidade de penetração de energias renováveis, nomeadamente sistemas de reserva rápida do tipo BESS (*Battery Energy Storage System*), investimentos também em curso, reveste-se da maior importância, não apenas pela diminuição da dependência dos combustíveis fósseis, por parte da RAA, mas também por potenciar o aumento da sustentabilidade da nossa atividade.

Alinhado com a estratégia europeia onde vários países aprovaram moções que proíbem a venda e circulação, em cidades, de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, através de mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico, também na Região têm existido programas de atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento. A implementação de um programa de mobilidade elétrica tem merecido a atenção das entidades governamentais, potenciando os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética.

	2019	2020	2021	2022	2023	GWh Var.% 22/23
Emissão própria	489,5	458,5	520,3	534,0	530,4	-0,7
Fuel	429,9	403,5	466,3	474,0	471,5	-0,5
Gasóleo	59,5	55,0	54,0	60,1	58,8	-2,0
Aquisição	304,0	310,7	288,2	289,1	305,4	5,6
Hídrica	29,6	30,2	34,8	34,6	30,8	-10,8
Geotérmica	191,5	193,2	158,8	172,9	183,8	6,3
Eólica	69,8	71,5	78,9	68,1	73,0	7,1
Fotovoltaica	0,8	1,4	2,0	2,6	2,9	11,4
Outras	12,3	14,4	13,8	10,8	14,8	37,1
Total	793,5	769,2	808,5	823,1	835,7	1,5

Outras: Biogás e RSU.

Tabela 1 – Emissão e Aquisição de Energia, por tecnologia, de 2019 a 2023

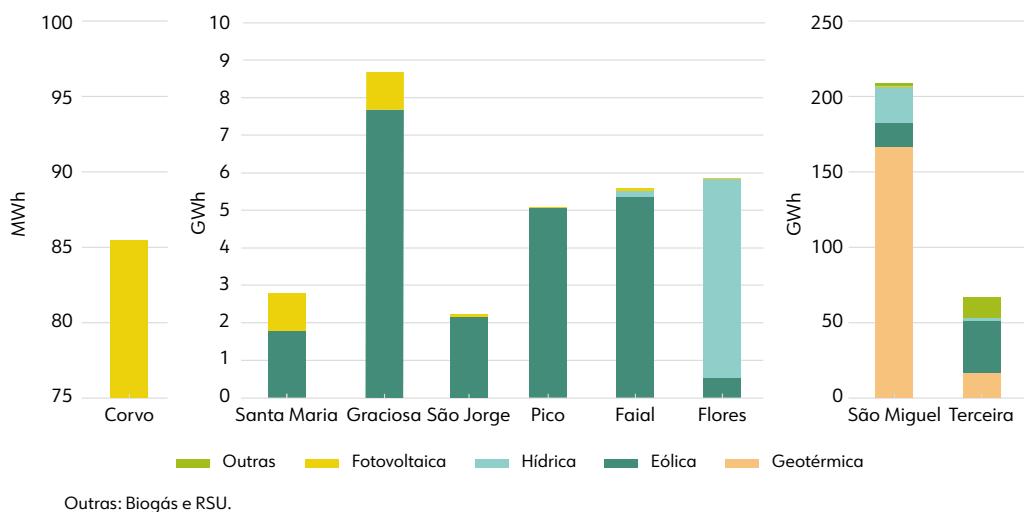


Gráfico 4 – Aquisição de Energias Renováveis e RSU (GWh), por ilha e por tecnologia, em 2023

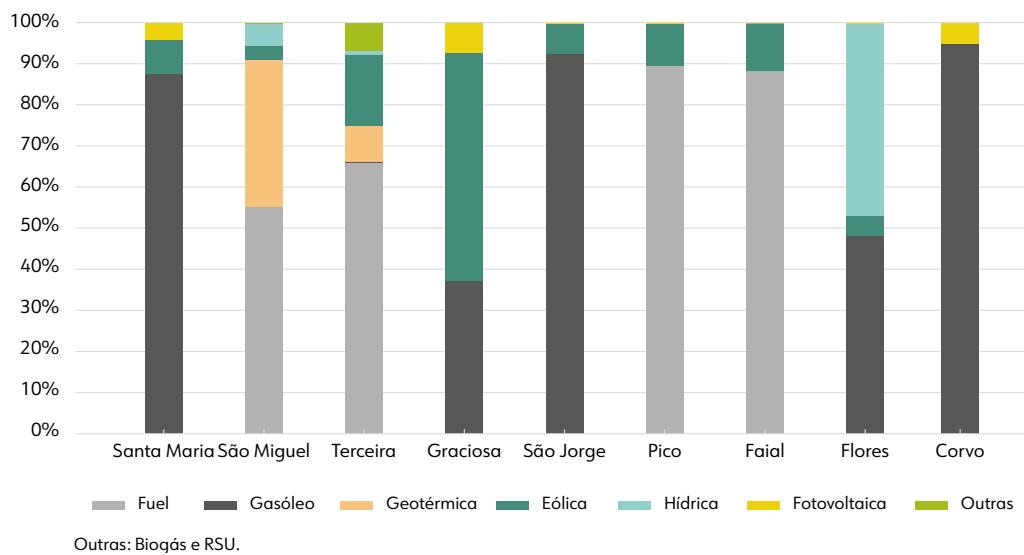


Gráfico 5 – Estrutura da Emissão Própria e Aquisição de Energia, por ilha e por tecnologia, em 2023

1.3. Regulação Económica

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, de acordo com o Regulamento Tarifário, em que, para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

**Na RAA, desde 2003, as tarifas de eletricidade
são fixadas anualmente pela ERSE – Entidade Reguladora
dos Serviços Energéticos.**

Em Portugal continental, com a extinção das tarifas reguladas decorrente das diretivas do mercado interno de energia, os preços da eletricidade são determinados pelo mercado liberalizado, para todos os segmentos de consumidores. Através da Portaria n.º 83/2020, de 1 de abril, foi fixado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal que não exerçam o direito de mudança para um comercializador de mercado livre, a 31 de dezembro de 2025, enquanto a extinção das tarifas transitórias para os fornecimentos de eletricidade em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) ocorreu em 2021 e 2022, respetivamente.

Estes princípios de liberalização do setor elétrico não se aplicam na RAA, atendendo a que a Diretiva³ que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade foi parcialmente derrogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, tendo o Regulamento Tarifário, de julho de 2023, inscrito no Artigo 169.º, n.º 3, o seguinte:

"3 – A estrutura dos preços das tarifas de Venda a Clientes Finais da RAA em MT, BTE e BTN deve resultar da estrutura dos preços de venda a clientes finais de Portugal Continental, aplicáveis a fornecimentos em MT, BTE e BTN, respetivamente, determinados tendo em conta: (i) os resultados da monitorização dos preços de eletricidade praticados no mercado, (ii) as variações das tarifas de Acesso às Redes e (iii) os preços de energia."

Aquando da divulgação (15 de dezembro de 2023) das tarifas e preços de energia elétrica para 2024, o regulador referiu:

"No caso da Região Autónoma dos Açores (RAA) é aplicada a tarifa de Venda a Clientes Finais, não estando perspetivada a liberalização do mercado de eletricidade nessa região. Ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, nas Regiões Autónomas os comercializadores de último recurso continuam a desempenhar o papel de fornecedor em todos os segmentos de consumo."⁴

Para todos os períodos regulatórios, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas são determinados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+2 o diferencial que decorre do confronto daqueles com os valores efetivamente realizados e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste procedimento, referente ao ano n. Refira-se, também, a existência de um mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível da tarifa social e do custo com capital das atividades reguladas, efetuado no ano n+1.

O diferencial entre o somatório dos proveitos permitidos por atividade e as receitas obtidas, decorrentes da aplicação do tarifário, constitui o sobrecusto do fornecimento de energia elétrica na RAA.

Os sobrecustos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos operadores da rede de distribuição aos fornecimentos a clientes dos comercializadores de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

³ Diretiva 2019/944, de 5 de junho, transposta para a legislação portuguesa através do DL 15/2022, de 14 de janeiro, e DECISÃO DA COMISSÃO de 20 de Dezembro de 2004 que derroga certas disposições da Directiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho em relação ao arquipélago dos Açores.

⁴ Estrutura Tarifária do Setor Elétrico em 2024 (Pág. 81).

Períodos Regulatórios 2003-2021

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da RAA, a EDA – Electricidade dos Açores, S. A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, manteve-se o tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

No período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela empresa.

A atividade de **Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema** foi sujeita a uma regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de **Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica**, manteve-se a regulação por *price cap*. Os custos de exploração resultam do *mix* entre os custos fixos e os custos variáveis, que dependem dos respetivos *drivers* de custos e das metas de eficiência aplicadas.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX passou a ter, a partir de 2012, uma regulação por custos aceites.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário, designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série - N.º 2, da Diretiva N.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117.º-A da Diretiva N.º 1/2014 estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Relativamente à remuneração dos ativos (2015-2017), o regulador manteve a metodologia de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA com as atividades equivalentes às do continente. Face ao anterior período regulatório, destaca-se a alteração verificada no indexante para determinação do custo de capital, passando a utilizar-se as *yields* das OT a 10 anos (em substituição dos CDS⁵), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário, corresponderam:

- Ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,
- Aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foram determinados pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

⁵CDS – Credit Default Swap.

O mecanismo de otimização da gestão das licenças de emissão de dióxido de carbono (CO₂) instituído pela Diretiva ERSE n.º 2/2014, de 3 de janeiro, foi revogado no âmbito da Diretiva ERSE n.º 2/2021, de 19 de janeiro, que regula o incentivo para a gestão otimizada de CAE não cessados. Esta Diretiva é, no entanto, omissa em matéria de CO₂, aplicada à EDA. O referido mecanismo foi retomado pela Diretiva ERSE n.º 29/2022, de 22 de dezembro, vigorando a partir de 1 de janeiro de 2023. Desta forma, em 2021 e 2022, devido à inexistência de um quadro regulamentar relativo ao regime de incentivos para a gestão otimizada de licenças de emissão de CO₂ na RAA e na RAM, os gastos incorridos com a compra de licenças são incluídos integralmente nos proveitos permitidos.

A ERSE decidiu, através do Regulamento 6/2020, prolongar o período regulatório de 2018-2020, até 2021, considerando que a crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus gerou um elevado índice de imprevisibilidade, que não permitiu a definição consistente de novas metas e metodologias regulatórias para vigorar no horizonte de três anos, i.e. num novo período regulatório.

Para o período regulatório 2018-2021, a ERSE manteve as metodologias de regulação em vigor desde 2012 e anteriormente identificadas.

O CAPEX foi sujeito a uma regulação por custos aceites, mantendo-se o indexante para determinação do custo de capital, designadamente as *yields* das OT a 10 anos.

Período Regulatório 2022-2025

O Regulamento Tarifário, de julho de 2023, através do número 1, do Artigo 177.º, define que: "O período de regulação em Portugal continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é de quatro anos."

Para o período regulatório 2022-2025, a ERSE manteve as metodologias de regulação aplicadas no período regulatório imediatamente anterior, embora com uma base de custos aceites insuficiente, face aos custos reais suportados pela empresa para garantir o fornecimento de energia elétrica nas micro redes isoladas de cada uma das ilhas da Região.

O Regulamento Tarifário estabelece que o período de regulação em Portugal continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é de quatro anos.

A remuneração dos ativos (2022-2025) decorrerá em conformidade com o mesmo princípio de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes do continente. O indexante para determinação do custo de capital, corresponde às *yields* das OT a 10 anos.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário⁶, correspondem:

- Ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,

⁶ Regulamento Tarifário de julho de 2023 – Artigo 130.º.

- Aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, determinados pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo, que foi atualizado em 2021.

A ERSE no âmbito da determinação dos parâmetros, para o período regulatório 2022-2025, contempla os referenciais inerentes à previsível futura utilização de fuelóleo com teor de enxofre de 0,5%, definindo, quer o respetivo mercado de referência, quer os custos eficientes com o transporte, *handling* e margem de comercialização.

Neste domínio, foi lançada pela ERSE a Consulta de Interessados n.º 4/2022 - Proposta de alteração de parâmetros a aplicar no período regulatório 2022-2025, que culminou com a publicação da Instrução n.º 9/2022, de 19 de outubro - Revisão de parâmetros para o período de regulação 2022 a 2025 para o setor elétrico. Nesta, é estabelecido um novo referencial para o fuelóleo (ARGUS em detrimento da PLATTS) e uma nova abordagem de cálculo dos custos de transporte do fuelóleo para a RAA, que passam a variar em função do custo médio do fuelóleo consumido pelos navios, para abastecimento à Região.

A ERSE definiu que, a partir de 2022, o referencial de preço para o fuelóleo corresponde ao produto IFO 380 cst, 1% S, cargo NWE cif, USD/t, publicado pela ARGUS.

EDA

Os parâmetros para cálculo do custo eficiente de aquisição do fuelóleo, nomeadamente, a margem de comercialização e a forma de cálculo dos custos de transporte, foram novamente revistos em 2023 através da instrução 3/2023, de 11 de agosto, com aplicação retroativa ao ano de 2022. Segundo o n.º 2 do artigo 7.º, "A presente Instrução produz efeitos desde 1 de janeiro 2022, inclusive, sendo as correções aos custos de referência publicados em tarifas de 2022, decorrentes da alteração dos parâmetros, tida em consideração nos ajustamentos aos proveitos permitidos de 2022 a refletir nas tarifas de 2024."

A EDA desenvolve, assim, as atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica num contexto totalmente regulado, pela legislação em vigor e pela regulamentação emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

A Lei n.º 7-A/2016 alargou, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão, direito esse mantido no Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional.

A Lei n.º 7-A/2016 veio assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas

pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016. Esta remuneração tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

Tarifa Social

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica, a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, que passou a ter um caráter automático desde 1 de julho de 2016, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro, e transposta para o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, sendo calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal.

O valor do desconto é determinado por despacho do membro do Governo responsável pela energia, ouvida a ERSE. O Despacho n.º 12461/2022, de 13 de outubro, fixou, a partir de 1 de janeiro de 2023, um desconto de 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2. Desempenho

2.1. Comercial

No ano de 2023, o consumo de eletricidade ascendeu a 787,9 GWh⁷, resultando num crescimento global de 2,6% relativamente ao ano anterior, verificando-se um crescimento da procura na média tensão de 3,1% e na baixa tensão de 2,3%. Conforme já referido anteriormente, estes valores incluem 4 GWh de energia registados em contador no ano de 2022. Desconsiderando esta energia, o crescimento do consumo teria sido de 1,6%, em vez dos 2,6% atrás referidos.

No mesmo ano, a rede de distribuição abasteceu 131.577 clientes, correspondendo a uma variação de 1,0%.

	2019	2020	2021	2022	2023	Var.% 22/23
N.º de Clientes	126 113	127 500	129 157	130 235	131 577	1,0
Baixa Tensão	125 355	126 734	128 389	129 418	130 763	1,0
Média Tensão	758	766	768	817	814	-0,4
Consumo de Energia (GWh):	743,4	719,4	761,3	767,8	787,9	2,6
Doméstico	250,2	261,9	276,5	279,1	288,6	3,4
Comércio e Serviços	261,3	231,0	254,5	269,5	279,3	3,6
Serviços Públicos	74,6	69,0	72,6	71,6	72,4	1,2
Industriais	128,9	131,9	134,3	128,1	131,5	2,6
Iluminação Pública	28,4	25,7	23,4	19,4	16,0	-17,7
Mobilidade Elétrica				0,1	0,1	0,0

Tabela 2 – Número de Clientes e Consumo, de 2019 a 2023

EDA

Faturação de Energia Elétrica

A faturação de energia elétrica ascendeu, em 2023, a cerca de 147,6 milhões de euros, dos quais 94 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão e 53 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão. A faturação em Baixa Tensão corresponde a cerca de 64% e a Média Tensão a 36% da faturação de energia total, embora esta concentrada em apenas 0,6% do número de contratos de fornecimento de energia elétrica.

Em 2023, a faturação de energia elétrica ascendeu a 147,6 milhões de euros.

O valor de faturação, em dezembro de 2023, apresenta um crescimento de 19%, face a 2022, por via do efeito conjugado de um crescimento da procura de energia elétrica (sem consumos próprios), na ordem dos 3%, e do incremento de 16% no preço médio de venda.

⁷ Decorrente de procedimentos internos, os dados de consumo do fecho do exercício de 2022 não incluem cerca de 4 GWh de consumo de energia, motivado pelo atraso na disponibilização das leituras da telecontagem de alguns contratos de energia MT/BTE. O registo desta energia transitou para janeiro de 2023. Desconsiderando esta energia em 2023, o consumo no ano seria de 784 GWh, o que corresponderia a uma variação, face a 2022, de 1,6%. Esta situação aplica-se a todos os dados de consumo apresentados neste documento.

	2019	2020	2021	2022	2023
Faturação (10³ EUR) *	115 024	108 285	113 386	123 755	147 638
Média Tensão**	34 286	30 938	31 069	35 671	53 434
Baixa Tensão**	80 738	77 347	82 316	88 083	94 204
Energia Faturada (GWh) ***	741,5	717,6	759,3	766,1	786,2
Média Tensão	283,0	265,6	281,8	283,2	292,1
Baixa Tensão	458,5	452,0	477,5	482,9	494,1
Preço Médio Venda (cent.€/kWh)	15,51	15,09	14,93	16,15	18,78
Média Tensão	12,11	11,65	11,02	12,60	18,29
Baixa Tensão	17,61	17,11	17,24	18,24	19,07

* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária.

** Inclui a variação de energia em contadores entre os anos n/n-1.

*** Não inclui consumos próprios.

Tabela 3 – Faturação, Energia Faturada e Preço Médio de Venda (preços correntes), de 2019 a 2023

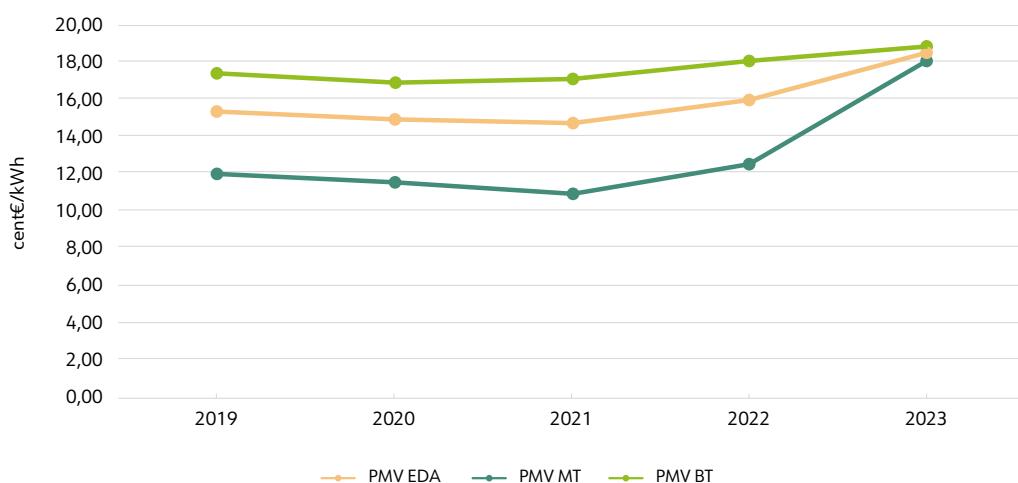


Gráfico 6 – Evolução do Preço Médio de Venda (preços correntes), de 2019 a 2023

Indicadores de Continuidade de Serviço

A disponibilidade de fornecimento de energia elétrica, ou continuidade de serviço, é aferida por um conjunto de indicadores gerais e individuais relativos aos fornecimentos de eletricidade em média e baixa tensão. De salientar que o cálculo destes indicadores é estabelecido por normas regulamentares e incluem todas as interrupções verificadas, curtas e longas, intrínsecas aos sistemas da EDA.

Em 2023, verificou-se uma diminuição da frequência média de interrupções (SAIFI - *System Average Interruption Frequency Index*) face ao ano anterior, exceto nas ilhas Santa Maria, São Miguel, Terceira e Pico. Relativamente à duração média de interrupções (SAIDI - *System Average Interruption Duration Index*) em pontos de entrega da rede de média tensão, verificou-se uma redução na generalidade das ilhas, com exceção de São Miguel, Terceira e Flores. As diminuições mais significativas ocorreram nas ilhas Graciosa e Faial. O indicador tempo de interrupção equivalente da potência instalada (TIEPI) registou um decréscimo na generalidade das ilhas, e um acréscimo nas ilhas São Miguel, Terceira e Flores, sendo o mais acentuado na ilha das Flores.

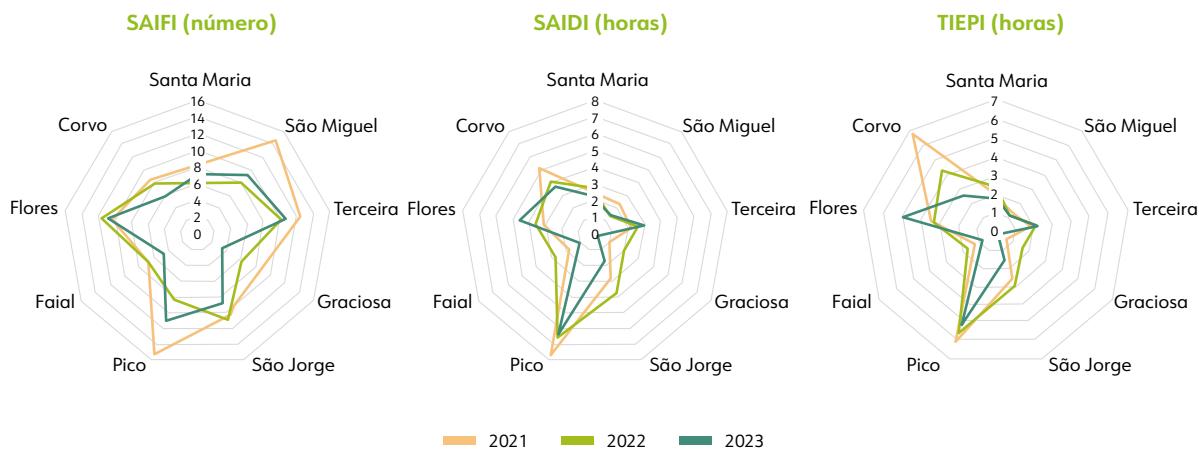


Gráfico 7 – Indisponibilidades Totais, por ilha, de 2021 a 2023

2.2. Transporte e Distribuição

Na mesma linha de atuação dos anos anteriores, a atividade de Transporte e Distribuição, durante 2023, pautou-se pela continuidade na adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade e continuidade de serviço, com menor custo e em respeito pelo ambiente, dando prioridade a ações que concorrem para o aumento da fiabilidade das instalações, bem como a ações de automatização de ativos essenciais para permitir o seu comando e controlo remotamente.

A empresa tem mantido uma postura de permanente procura de soluções técnicas mais adequadas e materiais mais resilientes às exigentes condições climatéricas, bastante adversas, não só pela proximidade do mar e consequente elevado nível de salinidade no ar, mas também pelas recorrentes intempéries com ventos ciclónicos que fustigam as infraestruturas e que se traduzem num sobrecusto para esta atividade. Ainda no âmbito da manutenção e conservação das instalações, destacam-se as ações que implicam a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados ou cujo estado de conservação possa deteriorar-se a curto prazo e colocar em causa a segurança de pessoas e bens. Apesar do esforço desenvolvido com recurso à mão-de-obra interna, é incontornável a necessidade de recorrer a prestadores de serviço em todas as ilhas, sendo que este é outro dos nossos maiores desafios. Nem sempre é possível manter estas empresas com as suas estruturas implantadas em todas as ilhas, sobretudo num cenário de contenção de custos que implica a necessária redução de contratação externa. A este facto alia-se a dificuldade de recrutamento interno de mão-de-obra jovem e com competências para atividades especializadas em algumas ilhas. É importante salientar o recurso à formação interna, aproveitando o conhecimento e experiência de alguns trabalhadores, que, associados ao seu perfil, constituem uma boa equipa de formadores internos.

**As adversas condições climatéricas da RAA
motivam a procura permanente das mais adequadas soluções
técnicas disponíveis no mercado.**

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, cuja certificação foi obtida em 2014, abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT). A implementação do sistema de gestão nesta área introduziu um conjunto de ações com forte impacto na programação e execução dos trabalhos. Os objetivos definidos foram alcançados com elevada taxa de sucesso. Destacam-se a uniformização de procedimentos em todas as ilhas, a gestão da manutenção através de uma única plataforma informática que reúne as valências técnica e financeira e o controlo das obrigações legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição encontra-se certificado desde 2014 e abrange a manutenção das redes de Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra de Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT).

Manutenção Preventiva

No ano de 2023, as ações de manutenção, ao nível do transporte e distribuição, seguiram a mesma tendência de anos anteriores.

Subestações e Rede de Média e Alta Tensão (MT/AT)

A tabela seguinte apresenta o número de ações de manutenção aos equipamentos das Subestações da EDA e da rede MT/AT ao longo dos últimos anos:

	2019		2020		2021		2022		2023	
N.º Equipamentos	925		926		927		972		976	
	un.	%								
Manutenções	307	33%	274	30%	300	32%	352	36%	342	35%
Ano	2018		2019		2020		2021		2022	
Rede Aérea (km)	1 463		1 485		1 494		1 491		1 533	
	km	%								
Inspecções	412	28%	204	14%	347	23%	244	16%	310	20%
Manutenções	235	16%	234	16%	232	16%	258	17%	306	20%
									148	10%

Tabela 4 – Ações de Manutenção em Subestações e Redes MT/AT, de 2019 a 2023

Em 2023, foram inspecionadas 36% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 10% do total da extensão destas linhas. Em número de apoios, num total de 9.694, as percentagens são da mesma ordem de grandeza, tendo sido inspecionados 3.393 apoios (35%) e efetuadas intervenções de manutenção em 926 apoios (9,6%).

Relativamente à manutenção de aparelhos de manobra da rede aérea de MT, num total de 626, foram efetuadas intervenções de manutenção a 213 equipamentos (34%).

Postos de Seccionamento e Transformação (PST)

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção dos PST, realizadas desde 2019:

Ano	2019		2020		2021		2022		2023	
Universo de PST's	1 393		1 405		1 563		1 579		1 592	
	un.	%								
Inspecções	805	58%	741	53%	923	59%	902	57%	633	40%
Manutenções	653	47%	777	55%	692	44%	782	50%	873	55%

Tabela 5 – Ações de Manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação, de 2019 a 2023

Em 2023, foram inspecionadas 633 PST, tendo sido objeto de ações de manutenção 873 PST, de um total de 1.592.

Rede de Baixa Tensão (BT)

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção nas redes BT e Iluminação Pública (IP), realizadas desde 2019:

Ano	2019		2020		2021		2022		2023	
Universo de Redes BT	1 271		1 287		1 296		1 303		1 317	
	un.	%								
Inspecções	193	15%	226	18%	225	17%	222	17%	183	14%
Manutenções	173	14%	121	9%	136	10%	124	10%	138	10%

Ano	2019		2020		2021		2022		2023	
Universo de Redes IP	1 127		1 129		1 131		1 195		1 160	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Manutenções	2 092	186%	2 218	196%	2 095	185%	1 957	164%	974	84%

Tabela 6 – Ações de Manutenção em Redes de Baixa Tensão, de 2019 a 2023

Em 2023, foram inspecionadas 183 redes de baixa tensão, tendo sido objeto de ações de manutenção 138 redes de um total de 1.317.

Relativamente à rede de iluminação pública, foram efetuadas 974 ações de manutenção às redes de iluminação pública. Face aos anos anteriores verifica-se uma redução significativa que se deve essencialmente à alteração dos ciclos de manutenção (de duas vezes por ano para uma vez), resultante da substituição da tecnologia das luminárias (vapor de sódio de alta pressão para LED).

Manutenção Condicionada

A manutenção preventiva condicionada, consistiu:

- Em 329 inspecções (21 subestações e 308 postos de seccionamento e transformação) de termografia num universo de 1.317 instalações;
- Na realização de análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos, em 37 transformadores.

2.3. Produção

Em 2023, os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas, uma em cada ilha, com uma potência total instalada de 236,2 MW.

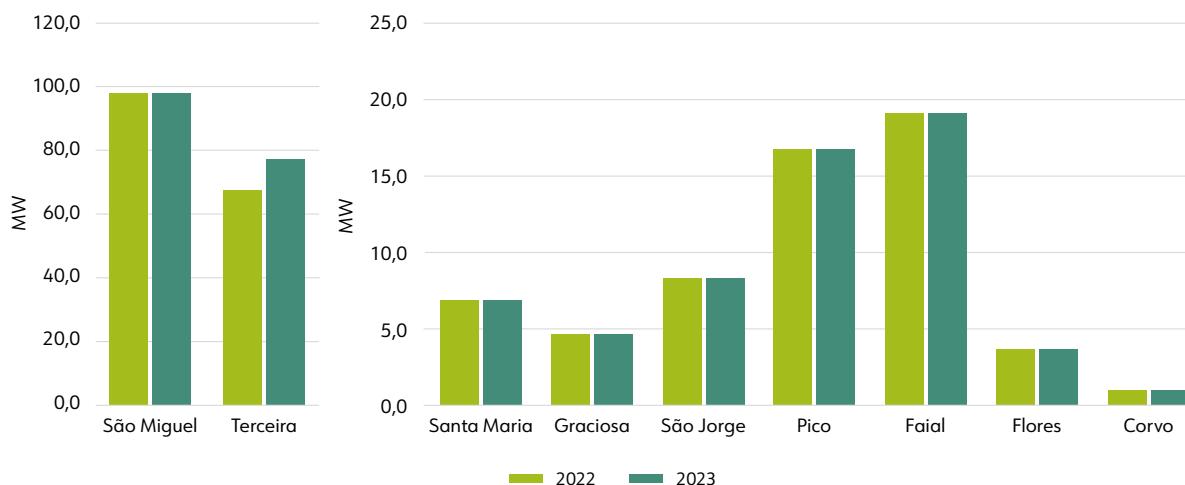


Gráfico 8 – Potência Térmica Instalada, por ilha

O gráfico seguinte apresenta a evolução do consumo de serviços auxiliares nos centros produtores. Importa referir que o incremento percentual mais acentuado verificado na ilha da Graciosa em 2020 e na ilha do Corvo a partir de 2021, deve-se a uma redução da energia térmica na estrutura de produção, resultante do aumento de aquisição de energia elétrica com origem renovável. Similarmente, a variação percentual dos consumos de serviços auxiliares na ilha das Flores em 2022, deve-se à diminuição da aquisição de energia elétrica com origem renovável de 17% face a 2021.

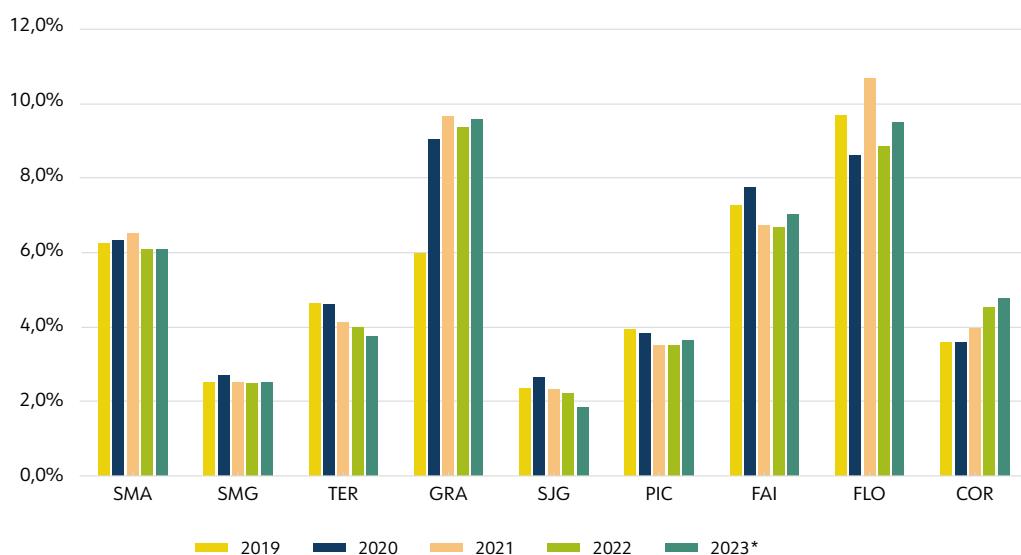


Gráfico 9 – Peso do Consumo de Serviços Auxiliares na Produção, por ilha

A emissão de energia das ilhas de São Miguel e Terceira representa cerca 55,5% e 23,5%, respetivamente, do total de energia emitida para as redes. Realça-se o facto das centrais (térmicas) do Caldeirão, em São Miguel, e do Belo Jardim, na Terceira, gerarem uma emissão correspondente a cerca de 46% do total da energia emitida na Região.

	2019	2020	2021	2022	2023	GWh Var.% 22/23
Santa Maria	20,3	20,2	20,7	21,8	22,3	2,2
São Miguel	440,4	422,1	442,9	453,4	464,2	2,4
Terceira	187,6	184,6	193,1	195,6	196,6	0,5
Graciosa	13,5	13,3	13,5	13,7	13,8	1,2
São Jorge	28,6	27,7	29,0	29,4	29,1	-1,0
Pico	44,8	44,1	48,2	47,9	48,4	1,0
Faial	45,6	44,6	47,9	48,2	48,4	0,3
Flores	11,1	10,9	11,6	11,5	11,3	-1,9
Corvo	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	3,1
	793,5	769,2	808,5	823,1	835,7	1,5

Tabela 7 – Emissão de Energia Elétrica, por ilha, de 2019 a 2023

As pontas máximas em cada uma das ilhas nos últimos anos ocorreram, maioritariamente, no segundo semestre de cada ano.

Verificaram-se exceções em 2019 na ilha das Flores, em 2021 na Terceira, Flores e Corvo e em 2022 na ilha do Corvo onde ocorreram no primeiro semestre. Em 2023, as pontas máximas ocorreram no segundo semestre em todas as ilhas, nomeadamente no mês de agosto. No que respeita à evolução da ponta em 2023, relativamente a 2022, constatou-se um crescimento em cinco das nove ilhas dos Açores, Corvo, Pico, Faial, Santa Maria e Graciosa, com variações percentuais entre 7,5%, na ilha do Corvo, e 0,5% na ilha Graciosa. Em sentido contrário, as restantes ilhas viram diminuir o valor da ponta máxima anual em relação ao ano anterior, tendo mais expressão percentual na ilha de São Miguel, com uma diminuição de 3,2%, e de São Jorge, com 3,0%.

Em 2023, as pontas máximas em todas as ilhas ocorreram no segundo semestre, nomeadamente, em agosto.

	2019	2020	2021	2022	2023	Data da ocorrência em 2023
Santa Maria	3 562	3 399	3 576	3 840	3 897	09 de agosto
São Miguel	72 366	69 000	72 407	76 934	76 558	17 de agosto
Terceira	32 727	32 172	32 591	33 505	33 195	02 de agosto
Graciosa	2 298	2 488	2 357	2 521	2 534	08 de agosto
São Jorge	5 030	5 092	5 017	5 439	5 264	01 de agosto
Pico	7 723	7 768	8 217	8 259	8 681	17 de agosto
Faial	8 180	8 140	8 701	9 210	9 449	02 de agosto
Flores	2 031	1 990	2 164	2 183	2 117	28 de agosto
Corvo	311	315	338	307	330	17 de agosto

Tabela 8 – Ponta Máxima Anual (kW), por ilha, de 2019 a 2023

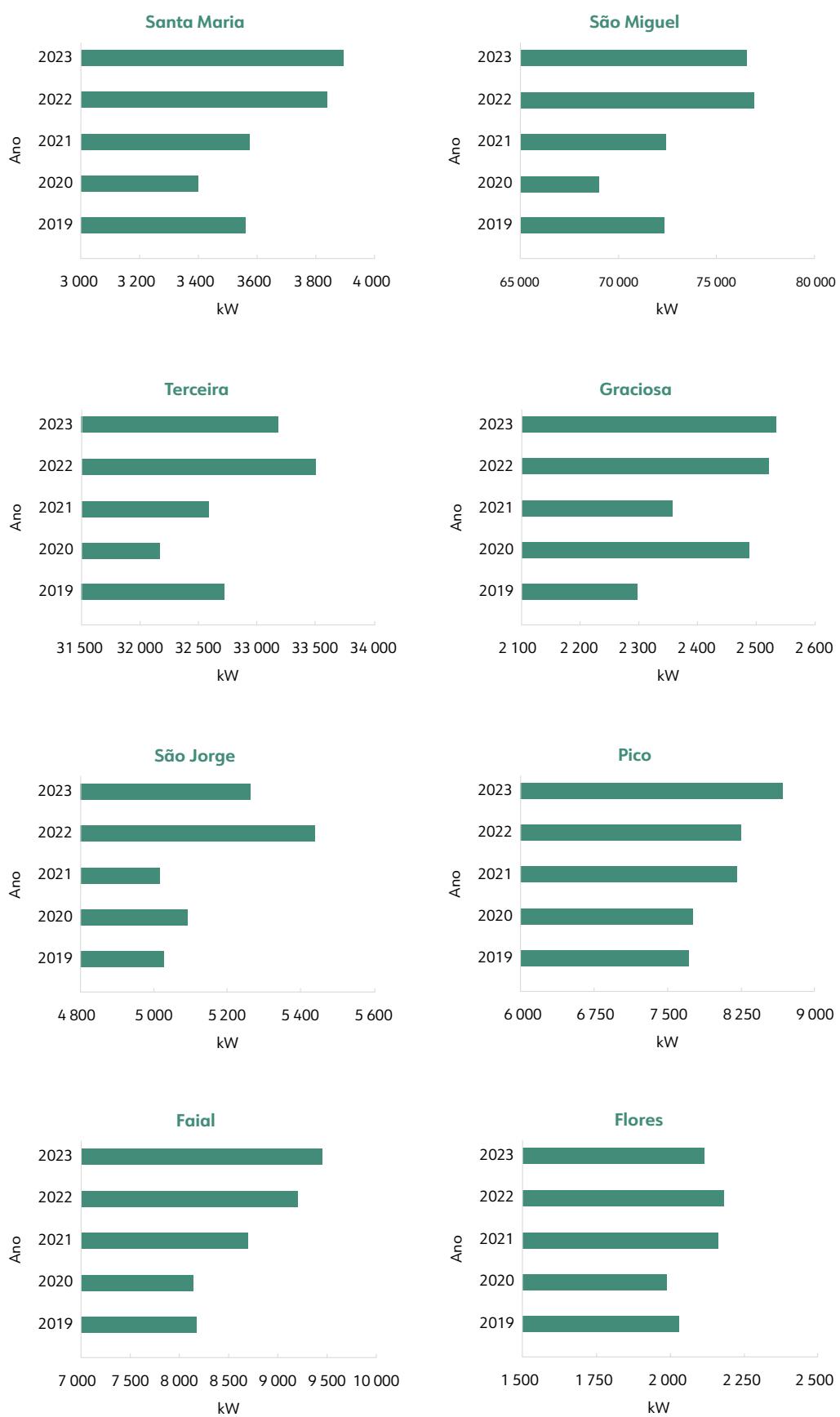




Gráfico 10 – Evolução da Ponta Máxima (kW), por ilha, de 2019 a 2023

A EDA desenvolve esforços para homogeneizar os ciclos de manutenções dos seus sistemas eletroprodutores. No entanto, existem diversas variáveis que restringem esses ciclos. Não se tratando de sistemas interligados, os fatores de carga e o número de horas de funcionamento dependem estreitamente da procura, do escalonamento dos grupos, bem como do nível da produção renovável. O escalonamento tem como objetivo a procura do ótimo técnico-económico e a satisfação total da procura.

As manutenções, embora programadas com base nos escalonamentos previsíveis das máquinas associadas ao número de horas de funcionamento e ao desgaste dos equipamentos, podem sofrer num ano alterações significativas. A cada período anual podem existir flutuações consideráveis nos ciclos e custos das manutenções, dependendo dos programas *standard* referidos pelo fabricante (horas de funcionamento), especificidade do(s) grupo(s) a intervir e o nível de dimensão da manutenção, assim como de intervenções programadas e imprevistas nos centros de produção renovável, em cada ilha.

A tabela seguinte resume as intervenções mais significativas realizadas nos centros produtores da EDA, em 2023.

Ilha	Central Termoelétrica	N.º Intervenções manutenção preventiva	N.º Intervenções manutenção curativa
Santa Maria	Aeroporto	10	113
São Miguel	Caldeirão	34	181
Terceira	Belo Jardim	21	72
Graciosa	Graciosa	25	9
São Jorge	Caminho Novo	51	6
Pico	Nova	4	15
Faial	Santa Bárbara	12	182
Flores	Flores	20	24
Corvo	Corvo	8	29
Total		185	631

Tabela 9 – Manutenções em Centros Produtores em 2023

2.4. Investimento

Em 2023, o investimento realizado por parte da EDA, S. A. ascendeu a 79 milhões de euros a custos totais, 7 milhões de euros acima do executado no ano anterior. Desse montante, cerca de 28% e 49% foram respeitantes a investimentos ao nível das redes de transporte e distribuição e ao nível dos centros produtores, respetivamente. Aos outros investimentos (não incluídos nas categorias anteriores), estão alocados 11% relativos a despesas de investimento em estudos e projetos e aquisições diretas. As participações financeiras, que em 2023 representam 9 milhões euros, refletem as variações no capital próprio das empresas do Grupo.

	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total
Centros Produtores	37 168	1 440	38 607
Rede Transporte e Grande Distribuição	15 657	806	16 463
Rede Pequena Distribuição	5 904	129	6 033
Participações Financeiras	9 198	0	9 198
Outros	8 451	400	8 851
Total	76 377	2 775	79 152

Tabela 10 – Investimento Realizado em 2023

A evolução dos montantes investidos nos últimos cinco anos é apresentada no gráfico 11, sendo de realçar o crescente nível de realização de investimento, com especial destaque para 2022 e 2023.

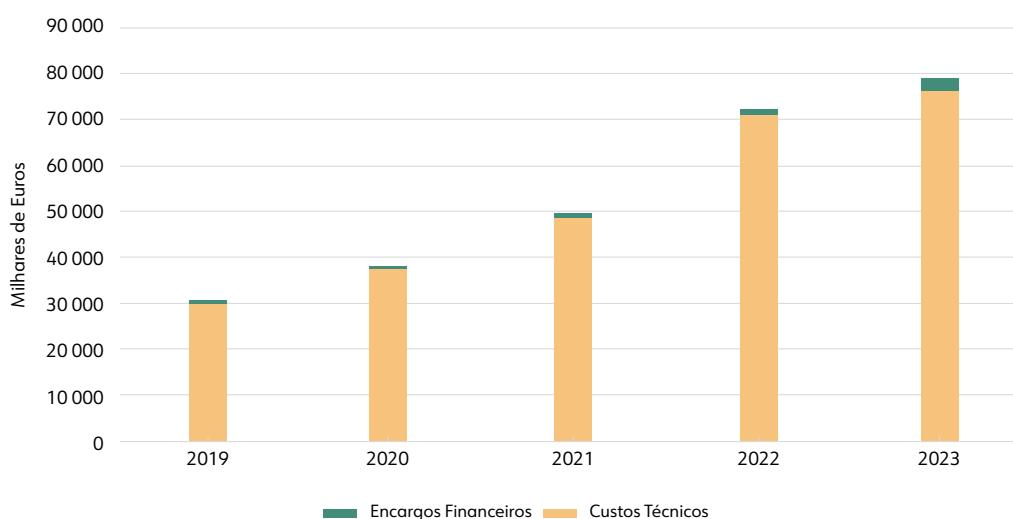


Gráfico 11 – Investimento Total a Preços Correntes, de 2019 a 2023

O gráfico 12, apresentado de seguida, concentra dados relativos à evolução do investimento a custos técnicos, para o período compreendido entre 2019 e 2023.

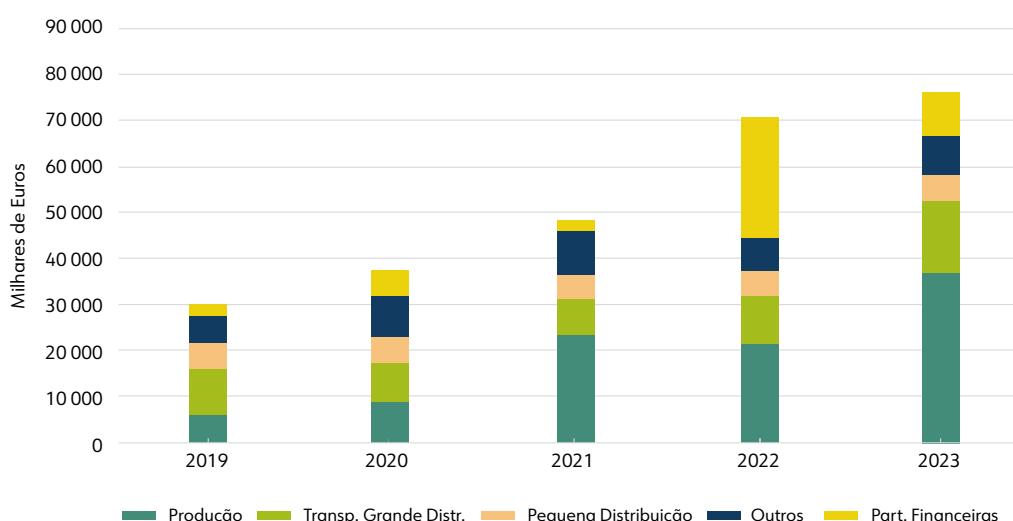


Gráfico 12 – Investimento a Custos Técnicos, de 2019 a 2023

Relativamente aos projetos de investimento realizados em 2023 e em curso, destacam-se como mais significativos os seguintes, por áreas de investimento:

Produção

- Sistemas de reserva rápida do tipo BESS, com destaque para os sistemas da ilha Terceira e São Miguel, cofinanciados pelo PO Açores 2020, e estudos, projetos e cadernos de encargos para os sistemas das ilhas Santa Maria, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, cofinanciados pelo PRR;
- Central Termoelétrica do Belo Jardim, na ilha Terceira: instalação do grupo 12 para substituição dos grupos 1, 2 e 4;
- Central Termoelétrica de Santa Bárbara: substituição dos grupos 3 e 4;
- Central Termoelétrica do Caldeirão: renovação de sistema de produção de vapor, grupos MaK+;
- Central Termoelétrica do Pico: remodelação barramento 30kV.

Transporte e Grande Distribuição

São Miguel

- Ampliação da Subestação do Caldeirão;
- Interligação MT 30 kV da Subestação do Aeroporto à linha Milhafres – Remédios;
- Remodelação da Subestação de Ponta Delgada com barramento de AT (60kV) e remodelação do quadro de 10 kV;
- Instalação de painel para proteção no lado dos 60 kV na Subestação do Aeroporto e instalação de painel de 30 kV;
- Remodelação e ampliação de várias redes MT.

EDA

Terceira

- Construção de linha de transporte 30 kV entre a Subestação de Vinha Brava e posto de corte e seccionamento do Pico Alto;
- Remodelação de SCADA nas subestações da ilha Terceira;
- Remodelação de proteções da rede distribuição;
- Remodelação da rede subterrânea 15kV de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Graciosa

- Montagem de interruptores de telecomando na rede MT 15 kV.

São Jorge

- Ampliação redes MT aéreas;
- Beneficiação de troços MT 15kV na linha Relvinha – Topo;
- Interligação ramais MT 15 kV entre postos de transformação;
- Construção do posto de seccionamento da Urze.

Pico

- Construção da Subestação de São Roque;
- Remodelação da linha MT a 15 kV Lajes - São Mateus 1;
- Reconfiguração das saídas a 15 kV para a nova Subestação de São Roque.

Faial

- Remodelação da rede subterrânea MT a 15 kV da cidade da Horta – 3ª fase;
- Remodelação da Subestação de Santa Bárbara.

Flores

- Construção de linha MT 15kV Lajes – Mosteiro.

Pequena Distribuição

- Ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT de São Miguel;
- Ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT da ilha Terceira;
- Ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT da ilha do Pico;
- Campanhas de substituição de luminárias VSAP (Vapor de Sódio de Alta Pressão) por LED.

Sistemas de Informação

O primeiro semestre de 2023 foi marcado pela consolidação do processo de recuperação do ciberataque de maio de 2022. Neste âmbito, os investimentos efetuados estão essencialmente dedicados à cibersegurança e segurança da informação, atendendo a que a proteção eficaz e adequada da informação e dos sistemas de informação contra quebras de confidencialidade, de integridade e de disponibilidade garante a continuidade da atividade da empresa e a confiança junto dos clientes.

No final de 2022 foi concluída, com recurso à Consultora Ernst & Young, a análise ao contrato de prestação de serviços em regime de *outsourcing*, que terminou a 14 de janeiro de 2024, tendo resultado um conjunto de recomendações. Em particular para o modelo de *sourcing*, foi recomendado o modelo *multi-sourcing*. Neste sentido, durante o segundo semestre de 2023, foram lançados vários concursos públicos com vista à celebração de contratos de prestação de serviços em regime de *outsourcing* nas áreas de: Suporte, administração e manutenção aplicacional SAP; Atendimento e suporte ao utilizador (ServiceDesk); Manutenção e suporte ao centro de processamento de dados; Manutenção e suporte às redes WAN/LAN corporativas; e Serviços especializados de cibersegurança.

Outros investimentos

A rubrica de Outros investimentos inclui:

- 4,3 milhões de euros, referentes a Estudos, Projetos e Outros;
- 4,1 milhões de euros de aquisições diretas, dos quais 0,9 milhões de euros referem-se à cedência de equipamentos.

Neste âmbito, além do investimento efetuado no âmbito do projeto de “Evolução Sistema Gestão Empresarial EDA (IA_SAP)”, na área de sistemas de informação, salientam-se ainda as seguintes ações:

- *Disaster Recovery* e Continuidade;
- Solução de Controlo, Monitorização e Segurança;
- Evolução dos portais da intranet e da internet da EDA;

- Solução de recolha de leituras (SRL);
- Expansão do sistema de *firewall* do SDC;
- Evolução DWBI para indicadores RQS;
- Aquisição em equipamento informático.

Salientam-se também as beneficiações e remodelações de ativos incluídos em estudos, projetos e outros:

- Novo edifício administrativo da EDA no Caminho da Levada;
- Remodelação de coberturas de edifícios;
- Remodelação dos gabinetes da manutenção de subestações de São Miguel;
- Construção de parque de postes para formação da Distribuição de São Miguel;
- Reabilitação do exterior da subestação das Lajes do Pico.

De referir ainda os projetos relacionados com:

- Projeto de Renovação e Adequação Regulamentar da fatura;
- Consultadoria/Formação da Transição Digital EPROD;
- Simplificação de processos para o cliente;
- Projeto de Proteção da Avifauna EDA/SPEA.

3. Evolução Económica e Financeira

A Demonstração do Rendimento reflete o desempenho económico obtido no ano de 2022 e no ano de 2023, além da variação de resultados, em termos absolutos e percentuais.

Demonstração do Rendimento

	2023	2022	Var. 23/22	Var.% 23/22	^{10³ EUR}
Vendas e serviços prestados	271 600,1	257 349,1	14 251,0	5,5%	
Subsídios à exploração	89,0	208,3	(119,3)	(57,3%)	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	13 417,3	9 360,9	4 056,4	43,3%	
Trabalhos para a própria entidade	5 443,3	3 742,3	1 701,1	45,5%	
Outros rendimentos	5 450,4	3 622,7	1 827,7	50,5%	
Rendimentos Operacionais	296 000,1	274 283,3	21 716,8	7,9%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	129 852,2	133 760,8	(3 908,6)	(2,9%)	
Fornecimentos e serviços externos	33 454,6	27 132,1	6 322,4	23,3%	
Gastos com o pessoal	35 509,5	33 330,0	2 179,5	6,5%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	69,3	83,0	(13,7)	(16,5%)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(421,1)	(163,8)	(257,3)	157,0%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28 427,2	26 877,2	1 550,0	5,8%	
Outros gastos	36 953,1	34 303,9	2 649,3	7,7%	
Gastos Operacionais	263 844,8	255 323,2	8 521,7	3,3%	
Resultado Operacional	32 155,3	18 960,1	13 195,2	69,6%	
EBITDA	60 582,5	45 837,3	14 745,2	32,2%	
Resultados financeiros	(13 748,4)	(4 243,3)	(9 505,0)	(224,0%)	
Resultado antes de impostos	18 406,9	14 716,8	3 690,1	25,1%	
Imposto sobre o rendimento do período	1 319,8	2 519,5	(1 199,7)	(47,6%)	
Resultado líquido do período	17 087,1	12 197,3	4 889,9	40,1%	

Tabela 11 – Demonstração dos Resultados da EDA em 2022 e 2023

Análise dos Proveitos e Custos Operacionais

Em 2023, o resultado líquido da EDA fixou-se nos 17 milhões de euros, registando um crescimento de 4,9 milhões de euros face aos 12,2 milhões de euros do ano anterior. Apesar do agravamento de 9,5 milhões de euros dos gastos financeiros, o resultado operacional (EBIT) assim como o EBITDA aumentaram em 13,2 milhões de euros e 14,7 milhões de euros, respetivamente, face a 2022.

Em 2023, o resultado líquido da EDA atingiu os 17 milhões de euros.

Salienta-se que o ano de 2023 inclui factos extraordinários que, pelo seu valor, têm um impacto muito relevante nos resultados da empresa. O mais significativo resulta da correção à compensação tarifária do ano de 2022, cujo valor final foi publicado pela ERSE a 15 de dezembro de 2023 e que resulta num impacto positivo no resultado de cerca de 5,1 milhões de euros. Os resultados de 2023 estão também influenciados pela indemnização de 2,6 milhões de euros, na sequência da avaria ocorrida no último trimestre de 2021 na Central Geotérmica do Pico Vermelho. Sem estes factos extraordinários, o resultado líquido do Grupo situar-se-ia nos 9,3 milhões de euros, próximo da previsão realizada.

Salienta-se ainda que, em 2023 foi registada uma imparidade significativa de cerca de 1 milhão de euros na SEGMA.

O volume de negócios totalizou 271,6 milhões de euros, superando os 257,3 milhões de euros do ano anterior, refletindo um crescimento homólogo de 5,5%.

Os serviços prestados totalizaram 23,9 milhões de euros (18,1 milhões de euros em 2022), sendo os serviços de construção, no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12), registados nesta rubrica, no valor de 21,6 milhões de euros (15,8 milhões de euros no ano anterior).

Entre 2022 e 2023, a faturação de energia elétrica aumentou 19,3%, por via do crescimento de 2,6% na procura de eletricidade e do incremento no preço médio de venda (16,2%), conforme supramencionado. Do total da faturação, 94,2 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em baixa tensão, sendo os restantes 53,4 milhões de euros associados a fornecimentos em média tensão. A compensação tarifária, em 2023, atingiu os 100,5 milhões de euros (114,8 milhões de euros em 2022). A variação negativa encontra-se diretamente relacionada com o comportamento dos gastos com combustíveis e licenças de CO₂, incluídos na determinação dos proveitos permitidos de acordo com o Regulamento Tarifário, tendo-se registado uma diminuição dos custos com combustíveis em combinação com um aumento do custo com as licenças de emissões do ano de CO₂. Embora a quantidade de emissões do ano tenha sido mais baixa que em 2022, as cotações foram mais elevadas.

Os ganhos resultantes das participações da EDA nas associadas⁸ apresentam um aumento na ordem dos 4 milhões de euros, para o qual contribuiu, sobretudo, o aumento do resultado líquido da EDA Renováveis em 2023, face ao exercício de 2022.

Os trabalhos para a própria empresa atingiram os 5,4 milhões de euros em 2023, 1,7 milhões de euros acima do valor do ano anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta 5,4 milhões de euros no final do ano em análise (3,6 milhões de euros em 2022) e comporta rendimentos operacionais como juros por atrasos no pagamento, rendimentos pela cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores, rendas pela cedência de edifícios, além de amortizações dos subsídios ao investimento. Inclui ainda a indemnização, devida à EDA, referente a perdas de exploração pela avaria ocorrida na Central Geotérmica do Pico Vermelho no último trimestre de 2021.

Os gastos operacionais, de 2022 para 2023, registaram um agravamento de cerca de 8,5 milhões de euros (3,3%), devido ao aumento das várias rubricas que os compõem, à exceção do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC).

O CMVMC ascendeu a 129,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 2,9%, comparativamente ao valor registado em 2022 (133,8 milhões de euros). A descida dos preços do brent, durante 2023, refletiu-se nos custos com combustíveis utilizados na produção de energia elétrica, que atingiram 79,1 milhões de euros em 2023, uma descida de 12,8% em relação ao ano anterior (90,7 milhões de euros). Os decréscimos registados, de 2022 para 2023, nos custos médios com o fuelóleo e com o gasóleo rondaram os 14% e 3%, respetivamente, traduzindo-se em custos médios de 586,78 euros por tonelada para o fuelóleo e de 1.153,95 euros por quilotro, no que respeita ao gasóleo.

⁸ O desempenho de cada uma das empresas do Grupo é analisado no capítulo 4 – Desempenho.

O custo com a aquisição de energia a terceiros foi de 35,9 milhões de euros, mais 15,1% que no ano precedente. Do valor de energia adquirida, 29,1 milhões de euros (26,7 milhões de euros em 2022) dizem respeito à EDA Renováveis, com destaque para a produção de energia de origem geotérmica que aumenta 6% em 2023.

Os fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam a 33,5 milhões de euros, aumentando 6,3 milhões de euros, comparativamente ao valor registado em 2022, o que representa um acréscimo de 23,3%. De salientar que o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 (International Financial Reporting Interpretations Committee) – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados cerca de 14,5 milhões de euros em 2023, mais 5,6 milhões de euros que em 2022. As rubricas de gastos com FSE com maior expressão são relativas a trabalhos especializados e conservação e reparação. Os trabalhos especializados, que comportam serviços relacionados com serviços informáticos e consultorias diversas, representam cerca de 22% do total de gastos com FSE. A rubrica de conservação e reparação engloba, essencialmente, gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros eletroprodutores.

Os outros gastos aumentaram 7,7%, em termos homólogos, ascendendo a 37 milhões de euros. Esta rubrica inclui os gastos com as licenças de emissões de CO₂, no montante de 27,7 milhões de euros, valor que compara com os 26,6 milhões de euros de 2022. O aumento de 1,1 milhões de euros está relacionado com a subida do custo médio das aquisições de licenças em mercado, apesar de se ter observado uma redução das emissões no ano. Em 2023, o custo médio das licenças utilizadas de CO₂ foi de 85,29 euros/ton, mais 4,3 euros/ton do que o de 2022. A cotação máxima em mercado atingiu os 97,04 euros/ton. no dia 21 de fevereiro de 2023.

A rubrica de outros gastos inclui ainda o pagamento de cerca de 5,4 milhões de euros de direitos de passagem aos municípios⁹, a contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1,8 milhões de euros, encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos à atividade da produção e distribuição e ainda a regularização de juros referente à iluminação pública do Governo Regional dos Açores.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 35,5 milhões de euros, em 2023, o que traduz um aumento homólogo de 2,2 milhões de euros, reflexo da atualização salarial e de carreiras.

Ao nível dos resultados financeiros, verifica-se um acréscimo de 224%, entre 2022 e 2023, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos pela empresa, em resultado do aumento das taxas de juro diretoras do BCE, influenciando assim o custo médio de financiamento da EDA.

⁹ Esta remuneração não representa um gasto para a EDA, atendendo a que, em termos regulatórios, tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

Evolução da Posição Financeira

O Balanço da EDA para 2022 e 2023, que ilustra a posição financeira e a estrutura de capitais da empresa, é apresentado na tabela seguinte.

	2023	2022	Var. 23/22	Var.% 23/22	10 ³ EUR
Ativos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento	468 525,3	426 277,7	42 247,5	9,9%	
Participações financeiras e outros investimentos	163 183,0	153 985,4	9 197,6	6,0%	
Ativos por impostos diferidos	6 514,7	8 510,3	(1 995,7)	(23,5%)	
Créditos a receber	-	22 676,5	(22 676,5)	(100,0%)	
Ativo não corrente	638 222,9	611 449,9	26 773,0	4,4%	
Inventários	21 456,6	18 579,2	2 877,4	15,5%	
Clientes e outras contas a receber	98 803,4	82 349,4	16 454,0	20,0%	
Diferimentos	449,1	438,0	11,1	2,5%	
Caixa e depósitos bancários	6 316,3	5 900,8	415,5	7,0%	
Ativo corrente	127 025,3	107 267,4	19 757,9	18,4%	
Ativo total	765 248,2	718 717,3	46 530,9	6,5%	
Capital próprio	278 445,3	258 462,7	19 982,6	7,7%	
Financiamentos obtidos	296 089,3	246 089,2	50 000,0	20,3%	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8 208,0	10 251,3	(2 043,3)	(19,9%)	
Passivos por impostos diferidos	5 875,9	9 385,8	(3 509,9)	(37,4%)	
Outras dívidas a pagar	12 972,8	4 800,6	8 172,2	170,2%	
Passivo não corrente	323 146,0	270 526,9	52 619,0	19,5%	
Fornecedores e Outras dívidas a pagar	52 871,0	45 207,7	7 663,3	17,0%	
Financiamentos obtidos	105 811,9	142 357,8	(36 545,9)	(25,7%)	
Estado e outros entes públicos	4 974,0	1 935,9	3 038,1	156,9%	
Diferimentos	-	226,2	(226,2)	(100,0%)	
Passivo corrente	163 657,0	189 727,7	(26 070,7)	(13,7%)	
Total passivo	486 802,9	460 254,6	26 548,3	5,8%	
Total do capital próprio e passivo	765 248,2	718 717,3	46 530,9	6,5%	

Tabela 12 – Balanço da EDA em 2022 e 2023

O ativo líquido total da EDA, no final de 2023, ascendeu a 765,2 milhões de euros, mais 46,5 milhões de euros que no final de 2022 (718,7 milhões de euros). O ativo não corrente, que representa 83% do ativo total, ascendeu a 638,2 milhões de euros, mais 26,8 milhões de euros que em 2022. O total de ativos fixos tangíveis e intangíveis, líquidos de amortizações e depreciações, atinge os 468,5 milhões de euros (cerca de 73% do ativo não corrente), mais 42,2 milhões de euros que o valor registado no ano anterior.

As participações financeiras, que resultam da evolução dos capitais próprios das participadas, nomeadamente, dos resultados líquidos do exercício e dos dividendos distribuídos, ascenderam a um valor próximo dos 163,2 milhões de euros, em 2023, compreendendo cerca de 26% do total do ativo não corrente.

O ativo corrente ascendeu aos 127 milhões de euros, o que traduz um aumento de 19,8 milhões de euros (18,4%), explicado pelas evoluções dos inventários e dos saldos de clientes e outras contas a receber.

Os inventários, essencialmente matérias-primas como o fuel, gasóleo e peças de manutenção e reparação, aumentaram 2,9 milhões de euros, fruto de manutenções previstas aos equipamentos da EDA e ainda da política dos stocks de segurança, com vista a um aumento da fiabilidade e continuidade de serviço.

As rubricas de clientes e outras contas a receber registaram um acréscimo de 20% (16,5 milhões de euros), dos quais 58,5 milhões de euros são referentes a saldo a receber de clientes, onde estão incluídos

17 milhões de euros faturados à REN a título de convergência tarifária. Integram também esta rubrica 40 milhões de euros de outros créditos a receber, dos quais cerca de 30,3 milhões de euros relativos ao ajustamento da compensação tarifária de 2022 e acerto de custo de capital. Inclui ainda 6 milhões de euros de subsídios a receber dos Programas FEDER e LIFE IP CLIMAZ e 2,4 milhões de euros de energia referente a consumos do ano, mas faturados no ano seguinte.

Os capitais próprios da EDA ascendem aos 278,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de cerca de 20 milhões de euros, por via dos ajustamentos financeiros e outras variações de capital, bem como pela aplicação dos resultados líquidos do exercício anterior a resultados transitados. Em 2023 foram distribuídos dividendos no valor global de 6,1 milhões de euros. O aumento em ajustamento/outras variações no capital próprio, na ordem dos 10 milhões de euros, são referentes à atribuição de subsídios ao investimento à EDA para a implementação dos sistemas de armazenamento rápido do tipo BESS.

Os capitais próprios da EDA totalizaram 278,4 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 20 milhões de euros, face a 2022.

No seguimento da publicação da comissão de normalização contabilística, orientação técnica n.º 6 de 14 abril de 2023, foi definido pela Gestão efetuar a reexpressão das demonstrações financeiras relativamente ao reconhecimento dos Subsídios ao investimento, nomeadamente no que concerne à candidatura efetuada junto dos programas PRR e PO2020. Inicialmente registou-se como saldo a receber, por contrapartida de capital próprio, o total das duas candidaturas no valor de 42,5 milhões de euros, situação que na reexpressão foi modificada reconhecendo-se apenas a quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Esta alteração tem efeitos a 1 de janeiro de 2022. Esta reexpressão também foi efetuada nos mesmos termos ao nível da EDA Renováveis, na qual inicialmente haviam sido reconhecidos subsídios no âmbito do PRR pelo montante da candidatura (74,5 milhões de euros) como saldo a receber em contrapartida de capital próprio. Esta alteração, com efeito a 1 de janeiro de 2022, fez com que apenas a quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento seja reconhecido em capital próprio.

Relativamente ao passivo, no final de 2023, o financiamento total, corrente e não corrente, ascende aos 401,9 milhões de euros, aumentando 13,5 milhões de euros (3,5%), comparativamente ao ano anterior. Salienta-se que 74% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano, proporção essa que no ano transato era de 63%.

O aumento das outras dívidas a pagar não correntes, relativamente a 2022, em cerca de 8,2 milhões de euros, engloba cerca de 6 milhões de euros referentes ao desvio tarifário de 2023 e cerca de 2,2 milhões de euros de imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento.

As responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas em 2023, diminuíram cerca de 2 milhões de euros (19,9%) para 8,2 milhões de euros. A variação resulta, por um lado, da valorização do fundo em 15,6% em 2023 e, por outro, pelo aumento das responsabilidades em resultado e da diminuição da taxa de desconto de 4% para 3,5% em 2023.

No passivo corrente, os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar registaram um aumento de 6,8 milhões de euros, tendo a dívida corrente de fornecedores de investimentos aumentado 5,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Importa sublinhar que todas as dívidas a fornecedores se encontram dentro dos respetivos prazos de pagamento.

Resultados do Período

	2023	2022	Var. 23/22	10 ³ EUR %
EBIT	32 155,3	18 960,1	13 195,2	69,6%
EBITDA	60 582,5	45 837,3	14 745,2	32,2%
Resultados financeiros	(13 748,4)	(4 243,3)	(9 505,0)	(224,0%)
Resultados antes de impostos	18 406,9	14 716,8	3 690,1	25,1%
Resultado Líquido do exercício	17 087,1	12 197,3	4 889,9	40,1%
Resultado por Ação (€/ação)	1,2205	0,8712	0,35	40,1%

Tabela 13 – Resultados do Período da EDA em 2022 e 2023

Em 2023, o resultado operacional (EBIT) ascendeu a cerca de 32 milhões de euros (19 milhões de euros em 2022), o que representa um acréscimo de 69,6%, explicado por um aumento dos rendimentos operacionais (21,7 milhões de euros), superior ao aumento de 8,5 milhões de euros verificado nos gastos operacionais. Os resultados operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) apresentam um aumento de 32,2% entre 2022 (45,8 milhões de euros) e 2023 (60,6 milhões de euros).

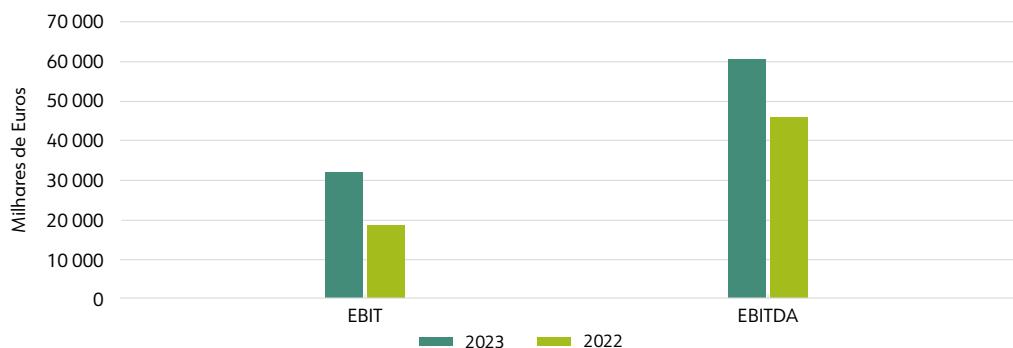


Gráfico 13 – EBIT e EBITDA da EDA em 2022 e 2023

O resultado líquido do período ascendeu a 17,1 milhões de euros, o que evidencia uma variação homóloga positiva de 40,1%, o equivalente a cerca de 4,9 milhões de euros.

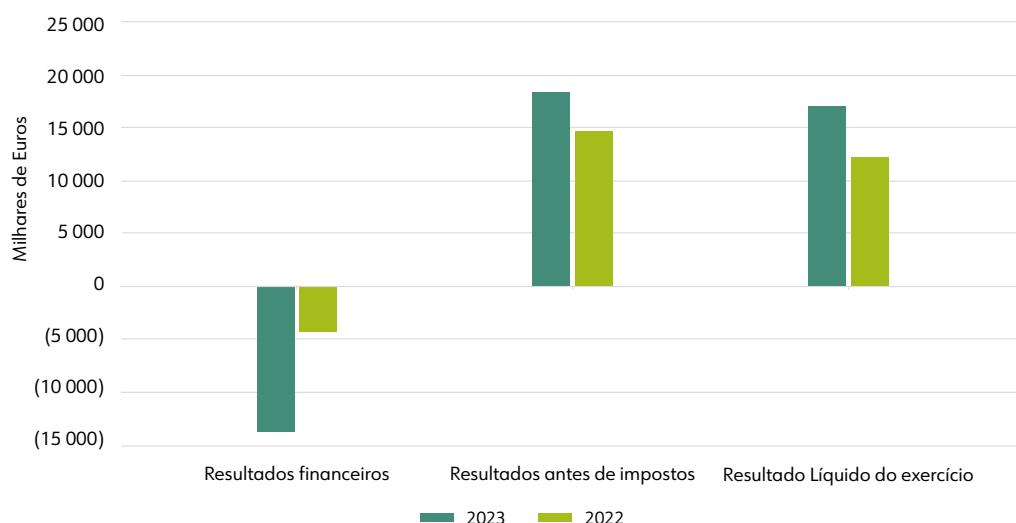


Gráfico 14 – Resultados da EDA em 2022 e 2023

Tendo em conta o atual número de ações e rendimentos atingidos em 2023, o resultado por ação aumentou para os 1,22 euros por ação, 0,35 euros acima do valor obtido em 2022 (0,87 euros por ação).

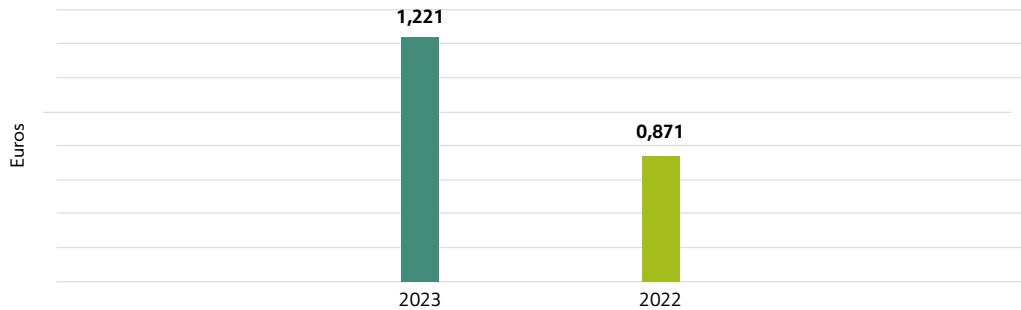


Gráfico 15 – Resultados por Ação da EDA em 2022 e 2023 (em euros)

Gestão Financeira

No final de 2023 os financiamentos obtidos pela EDA, excluindo participadas, ascendiam a 335,5 milhões de euros, menos 6,1 milhões de euros do que em 2022. A dívida total atingiu 401,8 milhões de euros, incluindo a utilização pela EDA dos fundos excedentários das associadas EDA Renováveis e SEGMA no montante de 66,2 milhões de euros, apresenta mais 13,3 milhões de euros que a dívida registada no final de 2022.

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	-	111 000	111 000	34 750	140 000	174 750
Empréstimos bancários	12 918	53 224	66 141	10 248	46 141	56 390
Obrigações	12 500	133 750	146 250	27 500	61 250	88 750
Contas Correntes Caucionadas	12 150	-	12 150	21 770	-	21 770
Outros empréstimos	66 240	-	66 240	46 850	-	46 850
	103 808	297 974	401 781	141 118	247 391	388 510
Juros a pagar - Empréstimos	2 004	-	2 004	1 239	-	1 239
Juros pagos (antecipação)	-	(1 884)	(1 884)	-	(1 302)	(1 302)
	105 812	296 089	401 901	142 358	246 089	388 447

Tabela 14 – Evolução da Dívida Financeira da EDA em 2022 e 2023

Do total da dívida, os empréstimos obrigacionistas representam 36,4%, os Programas de Papel Comercial 27,6%, os empréstimos bancários (mercado interno e externo) 16,5% e as contas correntes caucionadas 3%. Os outros empréstimos, onde são englobadas a cedência de fundos das participadas, representam 16,5% da dívida.

	10 ³ EUR	
	2023	2022
Custos Financeiros¹		
Juros Empréstimos	(11 788)	(2 805)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 961)	(1 438)
	(13 748)	(4 243)

¹ Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 2.775,05 mil euros.

Tabela 15 – Custos e Proveitos Financeiros da EDA em 2022 e 2023

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida totalizaram no período 13 748,4 mil euros (incluindo encargos financeiros capitalizados no montante de 2 775,05 mil euros), mais 9 505 mil euros que os custos financeiros suportados em 2022.

Evolução Custo Médio Dívida

2008	4,99%
2009	2,91%
2010	2,60%
2011	3,53%
2012	4,76%
2013	3,69%
2014	2,95%
2015	2,28%
2016	1,29%
2017	1,25%
2018	1,34%
2019	1,27%
2020	1,27%
2021	1,20%
2022	1,32%
2023	3,60%

Tabela 16 – Custo Médio de Financiamento EDA, de 2008 a 2023

Em 2023, o custo médio da dívida da EDA foi de 3,60%.

O custo médio da dívida da EDA foi de 3,60% em 2023 (1,32% em 2022). A EDA tem 64,1% da dívida a taxa variável indexada à Euribor.

No que concerne às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação, são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, a EDA proporciona aos seus trabalhadores um complemento de reforma, existindo com esse intuito dois planos de pensões, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos estão constituídos igualmente dois fundos de pensões.

O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários. Em 2023, a empresa efetuou contribuições para este fundo no valor de 526,9 mil euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela empresa e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2023, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 39,6 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 38,8 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu cargo de 97,88%.

Nos termos das disposições previstas na Diretiva n.º 2/2014 da ERSE, que regulamenta os “Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO₂”, procedeu-se, em 2023, à aquisição no mercado de 363.234 licenças de emissão de CO₂ (EUA's) pelo valor de 30,5 milhões de euros, para cobertura das emissões do ano que perfizeram 325.090 licenças, no valor de 27,7 milhões de euros.

4. Informações sobre a Sociedade

4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

A EDA - Eletricidade dos Açores, S. A., constituída sob a forma de sociedade anónima e com sede em Ponta Delgada, na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, é uma empresa pública que integra o setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que, de seguida, se explicitam.

Estrutura Acionista

O Capital Social da EDA, no montante de 70 milhões de euros, é representado por 14.000.000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor e tipo de investidor da estrutura acionista da EDA a 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

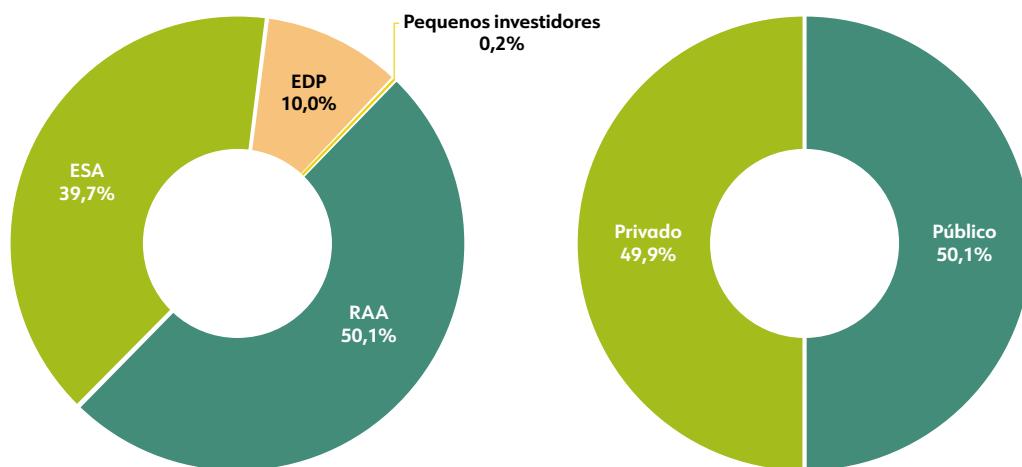


Gráfico 16 – Estrutura Acionista

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas globais de gestão estão fixadas no Anexo I e Anexo II da Resolução do Conselho do Governo n.º 117/2017, de 27 de outubro.

As orientações estratégicas específicas da EDA estão vertidas no Plano Estratégico Plurianual e Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2023, a Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2023 foi aprovada em Assembleia Geral realizada a 16 dezembro de 2022 e encontra-se publicada no site da empresa (www.eda.pt), em Investidores > Assembleias Gerais.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art.º 8.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art.º 21.º do pacto social, é constituído pelo Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não integra o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

De janeiro até 30 de junho de 2023 a composição dos órgãos sociais foi a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente (Executivo):	Nuno Henrique Oliveira Pimentel
Administrador (Executivo):	Francisco Manuel Sousa Botelho
Administrador (Executivo):	Paulo Jorge da Costa André
Administrador (Executivo):	João Carlos Santos Correia
Administradora (Executiva):	Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda
Administrador (Não Executivo):	Doutor António Félix Flores Rodrigues
Administrador (Não Executivo):	Fernando Francisco de Paiva Dias
Administradora (Não Executiva):	Joana Oliveira Freitas
Administrador (Não Executivo):	Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte (até 25 de maio)
Administrador (Não Executivo):	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira (cooptado a 25 de maio)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	Luís Paulo Elias Pereira
Vice-Presidente:	Nuno Frade Correia da Silveira Serejo
Secretário Efetivo:	José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho Fiscal

Presidente:	Catarina Isabel Furtado Pacheco
Vogal Efetivo:	Carlos Eduardo Ferreira Oliveira
Vogal Efetivo:	João Manuel Beliz Trabuco

Os Órgãos Sociais para o triénio 2023/2025 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 30 de junho de 2023, com a seguinte composição:

Conselho de Administração

Presidente (Executivo):	Paulo Jorge da Costa André
Administrador (Executivo):	Francisco Manuel Sousa Botelho
Administrador (Executivo):	Rodrigo Rebelo Costa
Administrador (Executivo):	João Carlos Santos Correia
Administradora (Executiva):	Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Administrador (Não Executivo): António Félix Flores Rodrigues
 Administradora (Não Executiva): Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt
 Administradora (Não Executiva): Joana Oliveira Freitas
 Administrador (Não Executivo): Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	João António Câmara Correia
Vice-Presidente:	Nuno Frade Correia da Silveira Serejo
Secretário Efetivo:	José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho Fiscal

Presidente:	Catarina Isabel Furtado Pacheco
Vogal Efetivo:	Carlos Eduardo Ferreira Oliveira
Vogal Efetivo:	João Manuel Beliz Trabuco
Vogal Suplente:	Maria Olinda Soares Aguiar

Revisor Oficial de Contas

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 292 e na CMVM com o n.º 20161585, representada por Rúben Mota Cordeiro (ROC n.º 1670)

Principais Elementos Curriculares de cada um dos Membros do Órgão de Gestão e Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1985. Assistente Estagiário da Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, de novembro de 1985 a março de 1987, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade III (Analítica ou de Custos) e Controlo Orçamental. Subdiretor da Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada, de março de 1987 a novembro de 1988, com responsabilidade nas áreas financeira, administrativa e informática. Monitor do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, de março de 1987 a março de 1990, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade Analítica e Controlo Orçamental. Diretor Regional do Tesouro, da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, de novembro de 1988 a novembro de 1989. Vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial dos Açores (BCA), nomeado pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, de novembro de 1989 a setembro de 1996, data de conclusão do processo de reprivatização do BCA. Diretor do Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), de outubro de 1996 a dezembro de 2008, tendo sido responsável sucessivamente pela Direção Operacional e Direção de Planeamento e Contabilidade. Coordenador do projeto de implementação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) no Grupo Banif, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2005, entre julho de 2004 e junho de 2006. Diretor do Banif – Banco Internacional do Funchal (Banif), de julho de 2007 a dezembro de 2015, tendo sido responsável sucessivamente pelas Direção de Contabilidade, Orçamento e Estatística, Direção de Contabilidade e

Planeamento e Direção de Contabilidade e Controlo. Vogal do Conselho de Administração das empresas do Grupo SATA (SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, S.G.P.S., S. A., SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S. A., SATA Internacional – Azores Airlines, S. A., SATA – Gestão de Aeródromos, S. A.) de 6 de abril de 2016 a 31 de outubro de 2016, tendo cessado as funções por renúncia ao cargo. Administrador da Universidade dos Açores, em regime de comissão de serviço, desde 15 de maio de 2018 até 31 de janeiro de 2021.

Paulo Jorge da Costa André: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Administrador Executivo da EDA entre março de 2021 e junho de 2023. Diretor de Construção de Infraestruturas e Equipamentos da EDA entre 2015 e 2021. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção da EDA de 2006 a 2015. Gestor de Projeto na EDA de 2004 a 2006. Quadro Superior de Engenharia na Direção de Produção da EDA entre 2001 e 2003. Técnico Comercial da SEGMA de 1999 a 2000. Presidente da Assembleia Geral da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, desde junho de 2023, em representação da EDA. Acumula a atual função com os cargos de Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A., desde março de 2023, e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S. A., desde junho de 2023.

Francisco Manuel Sousa Botelho: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985. Participou no Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995. Quadro Superior da EDA – Electricidade dos Açores, S. A., desde 1986, foi requisitado pela Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as regiões autónomas e o continente e na entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi ainda membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A., Gerente da EEG – Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo - Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S. A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S. A. e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.. É Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Membro do Conselho Diretivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Membro da Mesa da Assembleia Geral da APE – Associação Portuguesa de Energia, representante em Portugal do WEC – World Energy Council.

Rodrigo Rebelo Costa: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, em 2019. Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais, especialização em Finanças e Contabilidade pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, em 2020. Exerceu funções como *Controller* no Departamento de Logística, na Fábrica de Tabaco Micaelense, S. A., de 2020 a 2023. Entre 2020 e 2021, foi Professor Assistente Convidado na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, na lecionação da disciplina Microeconomia I.

João Carlos Santos Correia: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de São Miguel entre 1999 e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de São Miguel entre 1995 e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de São Miguel de 1990 a 2000. Integra a Gerência da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores. Funções na EDA: Diretora de Finanças e Seguros desde 2013; Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna de 1/1/2010 a 11/7/2013; Coordenadora do Grupo de Atividades de Gestão Financeira e Seguros de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009; Técnica Superior, com funções técnicas no Centro de Exploração de São Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (Investimentos) de 1996 a 2000 e com funções técnicas no Departamento Central de Coordenação Económica (Planeamento) de 7 setembro de 1987 até 17 de janeiro de 1991. Na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi Diretora Regional da Habitação de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 e Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira de 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994. Acumula a atual função com o cargo de Administradora da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A., desde março de 2023.

António Félix Flores Rodrigues: Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994. Doutorado em Ciências do Ambiente – Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), Licenciatura em Tecnologia Agro-Alimentar, Licenciatura em Guias da Natureza, Licenciatura em Natureza e Património, Licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor-Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturangra, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Fernando Francisco de Paiva Dias: Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (I.S.E.G.) da Universidade Técnica de Lisboa; Desde junho de 1989 e até ao momento, quadro superior de empresa industrial privada com a categoria de adjunto da Administração, com responsabilidades em várias áreas, nomeadamente, recursos humanos, formação profissional, áreas administrativa e financeira, custeio industrial e acompanhamento da execução de projetos de investimento financiados por fundos comunitários. Membro da Ordem dos Economistas Portugueses. Entre outubro de 1984 e junho de 1989, foi Chefe de Divisão de Apoio à Gestão das Autarquias Locais na Secretaria Regional da Administração Interna; em janeiro de 1983, ingressou no quadro da Secretaria Regional da Administração Interna como técnico superior; em junho de 1981 ingressou no Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (D. R. E. P. A.) com a categoria de técnico superior. Representante da Secretaria Regional da Administração Interna, entre 1986 e 1989 na Comissão Técnica de Planeamento Regional e na Comissão Técnica Interdepartamental para apreciação e elaboração de propostas de cofinanciamento pelo Governo Regional de obras municipais. Monitor de diversos cursos dirigidos a pessoal das autarquias e eleitos locais nas áreas de crédito, contabilidade e fundos comunitários; autor de diversas comunicações e intervenções em seminários e simpósios nacionais e internacionais.

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico. Tem Formação Avançada no Programa de Direção de Empresas (PDE) pela AESE (2000), e em *Sustainable Energy Markets* pelo *European Energy Institute* (2006-2007). Ingressou na EDP em 1988, na Equipa de Engenharia do projeto da Central Termoelétrica do Pego. Foi Responsável da área de Controlo & Instrumentação na central de Gasificação Integrada em Ciclo Combinado de 320 MW, durante sete anos, em Espanha. Assumiu a chefia do departamento de Controlo & Instrumentação da PROET, empresa de engenharia térmica do Grupo EDP, em 2000. Foi Diretor de Engenharia de Energia da EDP Produção em 2005, Diretor na Direção de Reequipamentos em 2010, e na área de Engenharia de Equipamentos em 2013. Coordenou diversas equipas de engenharia em projetos de referência térmicos, biomassa, hídricos e de automação, tais como a remodelação dos sistemas de controlo de todas as centrais térmicas da EDP, o Centro de Telecomando da Renováveis, o desenho do despacho da EDA em São Miguel, com o INESC, o sistema ibérico integrado de monitorização de ativos de geração convencional da EDP Produção, o projeto hídrico de Frades II de 2 x 400 MVA de velocidade variável, nova Barragem do Alto da Ceira, as centrais hídricas do Plano Nacional de Barragens, bem como diversos estudos e projetos para a EDA em centrais térmicas e de geotermia. Desenvolveu igualmente e coordenou o projeto "Fotovoltaico Flutuante do Alto Rabagão", o primeiro a nível mundial em centrais hidroelétricas. Desde dezembro de 2017 é Diretor da nova Área de Inovação e Tecnologia da EDP Produção. Administrador Não Executivo da EDA – Electricidade dos Açores, S. A. desde dezembro de 2017.

Joana Oliveira Freitas: É uma profissional do setor da energia, com uma carreira como executiva em operações e área financeira de infraestruturas, tendo trabalhado nos setores aeroportuário, imobiliário e da energia, após iniciar a sua vida profissional como consultora da McKinsey & Company, onde trabalhou sete anos em Londres, Rio de Janeiro e Lisboa. Licenciada em Economia pela Universidade de Economia do Porto, com um MBA pelo INSEAD, completou em 2019 o Future Grid Managers Programme, pela Florence School of Regulation e Vlerick Business School.

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt: Português de Administração e Marketing (IPAM). Exerce funções de Coordenadora de Segurança, Património & Logística, na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, desde 2013 e de Secretária Executiva do Conselho de Administração desde abril de 2011. De novembro de 2005 a maio de 2008 foi Diretora Executiva, na Associação Regional de Turismo dos Açores. De janeiro de 2002 a agosto de 2005 foi Chefe de Vendas, na empresa

José Monjardino, S. A. De junho a dezembro de 2001 foi responsável de Marketing na empresa Amadeu Monjardino, S. A. De 1999 a 2001 foi Assistente de Marketing, na empresa Sociveda (Grupo Hardinvest, SGPS). De 1996 a 1999 foi Gestora de Clientes e Assistente de Marketing Ibérico, na multinacional americana - Honeywell Ibérica, S. A. De 1995 a 1996 foi Secretária de Administração, na multinacional americana - Honeywell Ibérica, S. A. Em 1994 foi Relações-Públicas, na empresa Forrester & Ca. (Grupo Martini).

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira: Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1992. Doutorado em Economia, pela University College London, University of London, em 1999. Assistente Convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, entre 1992 e 1995. Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro, entre 2000 e 2001. Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, entre 2003 e 2004. Consultor da The Boston Consulting Group, entre 2001 e 2003, com projetos na área da Energia, Banca e Distribuição de bebidas, entre outros. Assessor do Ministro da Economia, entre 2002 e 2004, em particular para as áreas da Energia e Telecomunicações. Assessor do Ministro da Economia, entre 2004 e 2005, para a área da Energia. Diretor na Direção de Regulação e Tarifas, do centro corporativo da EDP, entre 2005 e 2018. Diretor da Direção Competition & Energy Policy, do centro corporativo da EDP, desde 2018. Representante da ELECPOR, primeiro no Working Group Wholesale Market e presentemente no Markets & Investments Committee da EURELECTRIC.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas

Paulo Jorge da Costa André: Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA, S. A., a partir de 31 de março de 2023, e da EDA Renováveis, S. A., a partir de 30 de junho de 2023.

Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador da EDA Renováveis, S. A. a partir de 5 de março de 2021. Gerente da SEGMA a partir de 31 de março de 2023.

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Gerente da SEGMA, Lda. até 31 de março de 2023; Administradora da GLOBALEDA, S. A. a partir de 31 de março de 2023; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDA Renováveis, S. A.; Membro do Conselho Fiscal do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

João Carlos Santos Correia: Gerente da SEGMA, Lda..

Doutor António Félix Flores Rodrigues: Administrador da EDA Renováveis, S. A..

Informação sobre o Modo e as Condições de Cumprimento de Funções relacionadas com a Gestão de Serviços de Interesse Geral

A EDA presta um serviço de interesse geral tendo-lhe sido cometida em exclusivo, através de concessão, o transporte e a distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. O contrato de concessão, outorgado no ano 2000, com a duração de 50 anos, regula o exercício desta atividade, a qual se encontra, também, sujeita à supervisão da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia elétrica são reguladas, estando as competências de regulação destas atividades atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Esta entidade estabelece os critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e estrutura tarifária e à determinação dos proveitos permitidos. As normas e parâmetros de regulação são definidos nos diversos regulamentos publicados pela ERSE, nomeadamente: Regulamento de Qualidade de Serviço, Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento de Acesso às Redes e Interligações, Regulamento Tarifário, Regulamento dos Serviços das Redes Inteligentes, Regulamento do Autoconsumo, Regulamento da Mobilidade Elétrica e Regulamento relativo à Apropriação Indevida de Energia. O serviço prestado aos clientes é objeto de avaliação e de elaboração de um relatório da qualidade de serviço que está disponível no site da empresa no endereço www.eda.pt.

Exercício de Poderes de Autoridade por parte de Empresas que sejam Titulares desse tipo de Poderes

A atividade concedida à EDA é considerada de utilidade pública. No corrente exercício não ocorreram processos de expropriação por utilidade pública.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 30 de junho de 2023, que determinou para o mandato 2023/25 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Administradores Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de:

- a)
- b)****

Administradores Não Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de 273,75 € (duzentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos); Três Administradores Não Executivos renunciaram à remuneração.

Membros do Conselho Fiscal: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de:

- a)
- b)** Vogal Efetivo do Conselho Fiscal – 400,00 €.**

Membros da Mesa da Assembleia Geral: Estas funções não são remuneradas.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2023 corresponderam a:

Órgão de Gestão	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Orgão de Gestão Executivo 1	51 583,28 €	14 285,53 €	65 868,81 €
Orgão de Gestão Executivo 2	81 977,57 €	24 464,48 €	106 442,05 €
Orgão de Gestão Executivo 3	81 977,57 €	23 434,41 €	105 411,98 €
Orgão de Gestão Executivo 4	81 977,57 €	23 416,67 €	105 394,24 €
Orgão de Gestão Executivo 5	84 174,85 €	24 843,09 €	109 017,94 €
Orgão de Gestão Executivo 6	45 057,97	12 942,94 €	58 000,91 €
Orgão de Gestão Não Executivo 1	-	271,50 €	271,50 €
Orgão de Gestão Não Executivo 2	1 569,02 €	836,83 €	2 405,85 €
Conselho Fiscal 1	7 200,00 €	2 053,68 €	9 253,68 €
Conselho Fiscal 2	4 800,00 €	1 527,19 €	6 327,19 €
Conselho Fiscal 3	4 800,00 €	1 550,04 €	6 350,04 €

Os Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos gozam dos benefícios sociais em vigor na Sociedade para os seus trabalhadores, previstos no acordo de empresa e respetivos regulamentos e que não estejam vedados pelo n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio.

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

Durante o ano de 2023, o Conselho de Administração realizou 14 (catorze) reuniões, onde se reuniram, presencialmente, os Administradores Executivos e, através de videoconferência, os Administradores não Executivos. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia do Grupo EDA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa e das suas subsidiárias, à apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2022, bem como da Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2024. Previamente, a cada reunião do Conselho, são disponibilizadas todas as atas das reuniões anteriores da Comissão Executiva para acompanhamento, informações ou esclarecimentos que se entendam necessários. A delegação de competências na Comissão Executiva foi fixada em regulamento aprovado pelo Conselho de Administração, pela Deliberação 35/CA/2023, de 30 de junho.

As decisões de valor superior a 1,5 milhões de euros são da competência do Conselho de Administração. As decisões sobre participações sociais não são delegáveis na Comissão Executiva.

Na primeira reunião, realizada a 26 de janeiro, foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo EDA, analisado e aprovado o *Tableau de Bord* e o *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço, referente ao período de janeiro a novembro de 2022, bem como autorizados os documentos de Reconhecimentos de Dívida dos Hospitais da Horta e de Santo Espírito, delegando competências para a sua outorga.

No dia 27 de fevereiro, o Conselho de Administração reuniu-se e deliberou a substituição do gestor do contrato referente à conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios, entrada em serviço e manutenção do Sistema de Armazenamento de Energia, para a ilha Terceira, e a contratação de Empreitada de construção, fornecimento e instalação de duas caldeiras aquatubulares, para os grupos 3 e 4, na Central Termoelétrica do Caldeirão, na ilha de São Miguel, pelo valor estimado de 1.950.000,00 € (um milhão, novecentos e cinquenta mil euros).

Na terceira reunião, a 30 de março, foi analisado e aprovado o *Tableau de Bord* e o *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço, relativo ao ano de 2022, aprovada a alteração do valor máximo estimado

da contratação e, consequentemente, da realização da respetiva despesa associada ao contrato para o Fornecimento de Lubrificantes às centrais termoelétricas da EDA, no valor máximo estimado de 4.000.000,00 € (quatro milhões de euros), e, ainda, deliberada a prorrogação graciosa do prazo contratualizado, da empreitada de ampliação da Central Termoelétrica do Belo Jardim – Grupo XII, na ilha Terceira.

A 12 de abril, na quarta reunião, o Conselho de Administração analisou e aprovou o Relatório e Contas de 2022, deliberando submetê-lo à aprovação da Assembleia Geral, tendo sido apresentada e aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2022.

Foi deliberado a abertura do concurso público internacional para Aquisição de Cabos Isolados MT para redes subterrâneas, Cabos BT em torçada para redes aéreas, Cabos Isolados BT e Cabos de cobre nú para Linhas Aéreas MT, no valor estimado de 4.732.650,17 € (quatro milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta euros e dezassete cêntimos). Por último, foi autorizada a Empreitada de Beneficiação Geral dos Edifícios da Central Termoelétrica do Pico, na ilha do Pico, com o preço base de 1.800.000,00 € (um milhão e oitocentos mil euros).

Na reunião de 5 de maio, foi aprovado o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo EDA, referente ao ano de 2022 (Relatório PPR GEDA- 2022), as contas EDA, de janeiro a março, período no qual foi apurado um Resultado Líquido de 4,4 milhões de euros, e adjudicada a Empreitada de construção, fornecimento e instalação de duas caldeiras aquatubulares, para os grupos 3 e 4, na Central Termoelétrica do Caldeirão, na ilha de São Miguel, pelo montante de 2.148.700,00 € (dois milhões, cento e quarenta e oito mil e setecentos euros).

A 25 de maio, na sexta reunião, foram aprovados os *Tableau de Bord* geral e da Qualidade de Serviço, apreciado o Relatório e Contas Intercalar, relativo ao 1º trimestre de 2023, no qual foi apurado um resultado líquido da EDA de 4,4 milhões de euros, o programa de financiamento Bankinter e o concurso público internacional para celebração do contrato para Aquisição de Peças de Reserva para as Centrais Termoelétricas da EDA – turbocompressores para equipamentos ABB, MAN e NAPIER, com o valor estimado de 3.225.000,00 € (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil euros).

Reunidos pela sétima vez, a 30 de junho de 2023, aprovaram o Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

A 12 de julho deliberaram aprovar o concurso público internacional para o Fornecimento de Lubrificantes para as Centrais Termoelétricas da EDA, o concurso limitado por prévia qualificação para conceção, fornecimento, instalação, ensaios e colocação em serviço da Estrutura de *Smart Metering*, num investimento estimado em 3.900.000,00 € (três milhões e novecentos mil euros), o concurso público para a Empreitada de “Revamping do Parque de Tanques da Central Termoelétrica do Belo Jardim – Fase II”, na ilha Terceira, e as Contas EDA, de janeiro a maio de 2023, período no qual foi apurado um Resultado Líquido de 5,9 milhões de euros.

Na nona reunião, realizada a 1 de agosto, foi analisado o *Tableau de Bord* e *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço, referente ao período de janeiro a junho de 2023, bem como as Contas EDA, relativas ao período acima mencionado, no qual foi apurado um Resultado Líquido de 6,6 milhões de euros. Foi deliberada a tomada de decisão de contratar a Aquisição de Serviços de Suporte, Administração e Manutenção Aplicacional SAP, autorizando a despesa no valor de 3.696.000,00€ (três milhões, seiscentos e noventa e seis mil euros).

No dia 31 de agosto, foi analisado e aprovado o Relatório e Contas Intercalar, até ao 2º Trimestre de 2023, período no qual foi apurado um resultado líquido da EDA de 6,6 milhões de euros, e autorizado o concurso público internacional para celebração do contrato para Aquisição de Luminárias para Iluminação Pública Equipadas com Tecnologia LED, um investimento estimado em 4.883.375,00 € (quatro milhões, oitocentos e oitenta e três mil e trezentos e setenta e cinco euros),

Reunidos a 29 de setembro, aprovaram o Regulamento de Execução Orçamental – revisão 2023, as Contas EDA, de janeiro a agosto de 2023, analisaram o *Tableau de Bord* e o *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço, o pedido de revisão de preços referente ao contrato do Sistema de Armazenamento de Energia para a ilha de São Miguel e a consulta para a realização de Empreitadas na Rede de Transporte e Distribuição da EDA para 2024/2025.

A 27 de outubro foi apresentada e aprovada a Matriz de Priorização/Plano de Investimentos da EDA para o período 2024/2028.

Na reunião de 28 de novembro aprovaram a minuta da Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses da EDA, a proposta de Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2024 e o Relatório e Contas Intercalares, referente ao 3º trimestre, no qual foi apurado um resultado líquido da EDA de 15,8 milhões de euros.

Na última reunião de 2023, foi aprovado o Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo EDA de 2023/2025 e autorizada a prorrogação graciosa do prazo de execução da Construção da Subestação 30/15 kV de São Roque, na ilha do Pico.

4.2. Ações Próprias

A 31 dezembro de 2023 a empresa não detinha ações próprias.

4.3. Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

4.4. Sucursais da Sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

4.5. Factos Relevantes ocorridos após o Termo do Período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

5. Valores Característicos – EDA

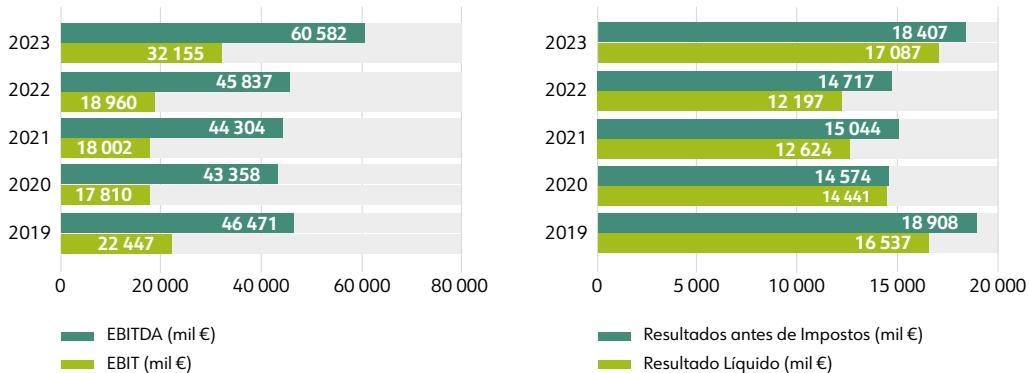
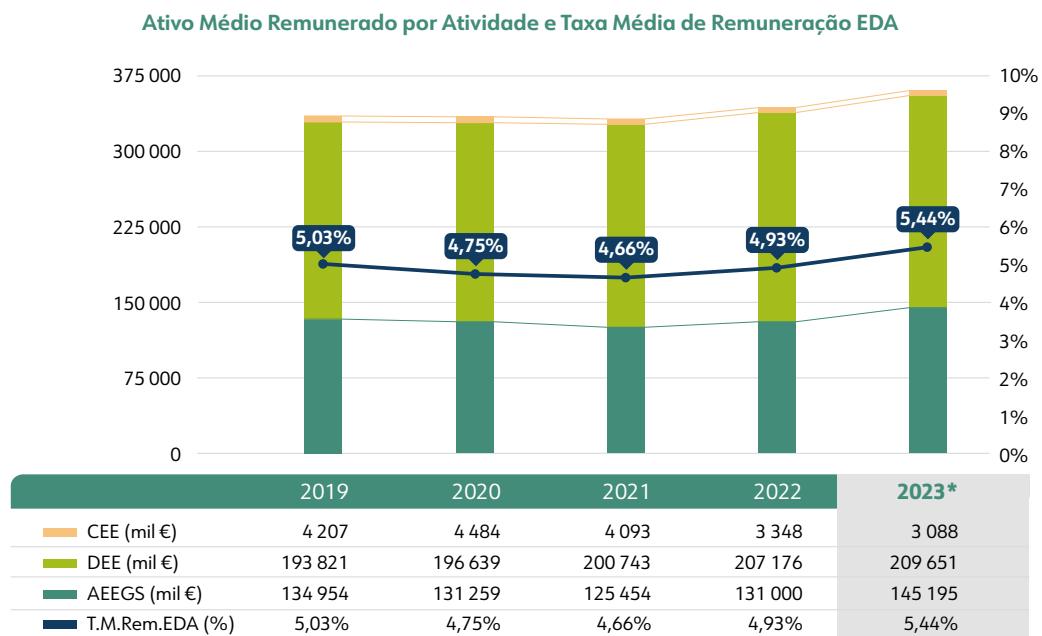


Gráfico 17 – Indicadores Financeiros EDA, de 2019 a 2023



* Valores estimados para o ano de 2023.

Gráfico 18 – Evolução da Base de Ativos Regulada, por atividade e taxa média de remuneração, de 2019 a 2023



* Valores estimados para o ano de 2023.

Gráfico 19 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2019 a 2023

	2019	2020	2021	2022	2023
Emissão total (GWh)	793	769	809	823	836
Variação anual da emissão total (%)	-3,1	5,1	1,8	1,5	
Emissão térmica (GWh)	489	458	520	534	530
Variação anual da emissão térmica (%)	-6,3	13,5	2,6	-0,7	
Emissão renovável/recursos endógenos (GWh)	292	297	275	279	292
Variação anual de emissão renovável/recursos endógenos	1,7	-7,4	1,4	4,6	
Consumo de serviços auxiliares (GWh)	19	19	19	20	20
Variação anual de consumo de serviços auxiliares (%)	-1,4	1,0	1,7	-0,8	
Consumo (GWh) ¹	743	719	761	768	788
Variação anual do consumo de eletricidade	-3,2	5,8	0,8	2,6	
Comprimento de linhas AT/MT (km)	2 001	2 063	2 082	2 088	2 101
Potência de transformação em PT (MVA)	613	621	626	628	635
Perdas na rede (%) ¹	6,3	6,5	5,8	6,7	5,6
Tempo de interrupção equivalente da potência instalada da RAA (TIEPI) (hh:mm) ²	3:30	1:26	1:57	1:57	1:57
Zona A	1:33	0:39	0:39	0:43	1:15
Zona B	2:21	1:29	0:52	1:17	0:51
Zona C	4:56	1:52	3:00	2:48	2:39
Número consumidores ³	126 113	127 500	129 157	130 235	131 577
MT	758	766	768	817	814
BT	125 355	126 734	128 389	129 418	130 763

¹Decorrente de procedimentos internos, os dados de consumo do fecho do exercício de 2022 não incluem cerca de 4 GWh de consumo de energia, motivado pelo atraso na disponibilização das leituras da telecontagem de alguns contratos de energia MT/BTE. O registo desta energia transitou para janeiro de 2023.

Não contemplando esta energia em 2023, o consumo acumulado seria de 784 GWh, o que corresponderia a uma variação, face a 2022, de 1,6%. Em termos de nível de perdas, o valor das perdas nas redes seria de 6,1% e o valor de perdas totais seria de 8,4%.

²Inclui interrupções longas e curtas de todas as origens e naturezas.

³Inclui instalações de consumo próprio.

Tabela 17 – Indicadores de Atividade, de 2019 a 2023

Número de Trabalhadores EDA

	Género	2019	2020	2021	2022	2023
EDA		123	125	124	129	132
		649	676	666	656	652
Total		772	801	790	785	784

Inclui trabalhadores cedidos.

Tabela 18 – Número de Trabalhadores da EDA, por género, de 2019 a 2023

Matérias Sociais	2019	2020	2021	2022	2023
Custos com pessoal (mil €)	29 134	30 563	30 953	31 286	32 985
Benefícios sociais (mil €)	2 093	1 901	1 964	2 044	2 524
Investimento direto com formação (mil €)	255	139	210	247	326
Investimento direto com formação por trabalhador (€/trabalhador)	330	173	265	314	415
Human Capital ROI ¹ (€/trabalhador)	2,33	2,17	2,64	2,89	2,72

¹ Human Capital ROI = (Vendas e serviços prestados - CMVMC - FSE)/Gastos com Pessoal.

Este indicador representa o retorno do investimento efetuado com os trabalhadores.

Tabela 19 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais)

6. Informações Complementares

Santa Maria

		2019	2023
Superfície	(km ²)	96,9	96,9
População Residente ¹	(habitantes)	5 616	5 489 ²
N.º de Instalações	(n.º)	3 877	4 064
Média Tensão		22	26
Baixa Tensão		3 744	3 919
Instalações de consumo próprio		4	5
IP		107	114
Consumo de Energia ³	(MWh)	19 152	21 218
Domésticos		6 020	7 108
Comércio/Serviços		7 811	8 864
Serviços Públicos		2 572	2 812
Industriais		1 229	1 510
Iluminação Pública		1 519	923
Mobilidade Elétrica		0	1
Emissão de Energia	(MWh)	20 328	22 262
Térmica a Gasóleo		17 315	19 498
Eólica ⁴		2 999	1 788
Fotovoltaica ⁴		14	977
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 158	1 268
Ponta	(kW)	3 562	3 897
Vendas de Energia ⁵	(euros)	3 050 125	3 989 990
Trabalhadores ⁶	(n.º)	34	35
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	8 407	9 007
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	88,3	91,1
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	19 410	21 290

¹Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

²Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³Inclui consumos próprios.

⁴Inclui a produção independente e microgeração.

⁵Não inclui compensação tarifária.

⁶Trabalhadores ativos no final de cada ano.

⁷Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

São Miguel

		2019	2023
Superfície	(km ²)	744,6	744,6
População Residente ¹	(habitantes)	137 307	135 745 ²
N.º de Instalações	(n.º)	64 463	67 377
Média Tensão		405	455
Baixa Tensão		63 323	66 169
Instalações de consumo próprio		18	23
IP		717	730
Consumo de Energia ³	(MWh)	414 228	439 594
Domésticos		132 821	153 440
Comércio/Serviços		157 803	168 514
Serviços Públicos		28 266	26 784
Industriais		80 225	82 256
Iluminação Pública		15 113	8 554
Mobilidade Elétrica		0	46
Emissão de energia	(MWh)	440 424	464 221
Térmica a Fuel		232 746	255 847
Térmica a Gasóleo		80	64
Hídrica		23 591	23 860
Geotérmica		167 293	166 557
Eólica ⁴		15 951	15 947
Biogás		490	1 392
Fotovoltaica ⁴		273	555
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	5 998	6 639
Ponta	(kW)	72 366	76 558
Vendas de Energia ⁵	(euros)	63 287 423	81 727 346
Trabalhadores ⁶	(n.º)	402	415
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	135 130	135 130
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	812,3	847,4
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	348 595	358 125

¹Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

²Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³Inclui consumos próprios.

⁴Inclui a produção independente e microgeração.

⁵Não inclui compensação tarifária.

⁶Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (10 em 2019; 11 em 2023).

⁷Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

Terceira

		2019	2023
Superfície	(km ²)	400,3	400,3
População Residente ¹	(habitantes)	55 124	53 552 ²
N.º de Instalações	(n.º)	27 739	28 876
Média Tensão		173	177
Baixa Tensão		27 177	28 300
Instalações de consumo próprio		12	12
IP		377	387
Consumo de Energia ³	(MWh)	173 627	182 942
Domésticos		59 575	67 098
Comércio/Serviços		53 872	57 471
Serviços Públicos		29 841	28 884
Industriais		25 957	26 956
Iluminação Pública		4 382	2 530
Mobilidade Elétrica		0	2
Emissão de energia	(MWh)	187 556	196 585
Térmica a Fuel		119 375	129 597
Térmica a Gasóleo		469	167
Hídrica		617	1 540
Geotérmica		24 225	17 217
Eólica ⁴		30 980	34 475
RSU		11 845	13 410
Fotovoltaica ⁴		46	178
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	5 854	5 071
Ponta	(kW)	32 727	33 195
Vendas de Energia ⁵	(euros)	26 700 920	34 208 546
Trabalhadores ⁶	(n.º)	139	128
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	75 048	91 648
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	436,6	440,1
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	129 128	133 238

¹Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

²Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³Inclui consumos próprios.

⁴Inclui a produção independente e microgeração.

⁵Não inclui compensação tarifária.

⁶Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (3 em 2019; 1 em 2023).

⁷Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

Graciosa

		2019	2023
Superfície	(km ²)	60,7	60,7
População Residente ¹	(habitantes)	4 208	4 112 ²
N.º de Instalações	(n.º)	3 275	3 381
Média Tensão		22	21
Baixa Tensão		3 165	3 272
Instalações de consumo próprio		6	4
IP		82	84
Consumo de Energia ³	(MWh)	12 840	13 173
Domésticos		4 358	4 922
Comércio/Serviços		3 661	3 741
Serviços Públicos		1 044	1 110
Industriais		2 934	2 995
Iluminação Pública		844	405
Mobilidade Elétrica		0	1
Emissão de Energia	(MWh)	13 489	13 819
Térmica a Gasóleo		9 823	5 139
Eólica ⁴		3 273	7 685
Fotovoltaica ⁴		392	995
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	624	546
Ponta	(kW)	2 298	2 534
Vendas de Energia ⁵	(euros)	2 088 934	2 522 848
Trabalhadores ⁶	(n.º)	27	30
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	4 670	4 670
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	67,4	66,2
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	12 915	12 935

¹ Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

² Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³ Inclui consumos próprios.

⁴ Inclui a produção independente e microgeração.

⁵ Não inclui compensação tarifária.

⁶ Trabalhadores ativos no final de cada ano.

⁷ Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

São Jorge

		2019	2023
Superfície	(km ²)	243,6	243,6
População Residente ¹	(habitantes)	8 277	8 465 ²
N.º de Instalações	(n.º)	5 893	6 145
Média Tensão		22	22
Baixa Tensão		5 743	5 990
Instalações de consumo próprio		6	5
IP		122	128
Consumo de Energia ³	(MWh)	26 673	27 422
Domésticos		9 509	11 687
Comércio/Serviços		6 431	6 735
Serviços Públicos		1 761	1 790
Industriais		7 647	6 615
Iluminação Pública		1 324	596
Mobilidade Elétrica		0	0
Emissão de Energia	(MWh)	28 575	29 070
Térmica a Gasóleo		25 196	26 854
Eólica ⁴		3 334	2 158
Fotovoltaica ⁴		45	59
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	608	507
Ponta	(kW)	5 030	5 264
Vendas de Energia ⁵	(euros)	4 255 016	5 185 798
Trabalhadores ⁶	(n.º)	40	38
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	10 098	10 098
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	134,3	166,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	20 820	21 590

¹ Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

² Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³ Inclui consumos próprios.

⁴ Inclui a produção independente e microgeração.

⁵ Não inclui compensação tarifária.

⁶ Trabalhadores ativos no final de cada ano.

⁷ Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

Pico

		2019	2023
Superfície	(km ²)	444,8	444,8
População Residente ¹	(habitantes)	13 651	14 221 ²
N.º de Instalações	(n.º)	9 893	10 387
Média Tensão		41	42
Baixa Tensão		9 634	10 115
Instalações de consumo próprio		5	9
IP		213	221
Consumo de Energia ³	(MWh)	41 399	44 619
Domésticos		16 809	20 131
Comércio/Serviços		12 383	14 217
Serviços Públicos		3 563	2 831
Industriais		5 926	5 832
Iluminação Pública		2 718	1 609
Mobilidade Elétrica		0	0,2
Emissão de energia	(MWh)	44 834	48 383
Térmica a Fuel		39 007	43 309
Térmica a Gasóleo		5	14
Eólica		5 816	5 049
Fotovoltaica ⁴		5	11
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 605	1 646
Ponta	(kW)	7 723	8 681
Vendas de Energia ⁵	(euros)	6 841 879	8 480 320
Trabalhadores ⁶	(n.º)	49	52
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	19 166	19 166
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	223,9	246,3
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	36 434	41 016

¹Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

²Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³Inclui consumos próprios.

⁴Inclui a produção independente e microgeração.

⁵Não inclui compensação tarifária.

⁶Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2019 e 2023).

⁷Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

Faial

		2019	2023
Superfície	(km ²)	173,1	173,1
População Residente ¹	(habitantes)	14 521	14 423 ²
N.º de Instalações	(n.º)	8 219	8 483
Média Tensão		49	48
Baixa Tensão		8 018	8 282
Instalações de consumo próprio		6	7
IP		146	146
Consumo de Energia ³	(MWh)	43 420	46 523
Domésticos		16 425	18 951
Comércio/Serviços		14 634	14 679
Serviços Públicos		6 133	6 829
Industriais		4 500	5 084
Iluminação Pública		1 727	979
Mobilidade Elétrica		0	0,1
Emissão de energia	(MWh)	45 574	48 384
Térmica a Fuel		38 788	42 787
Térmica a Gasóleo		26	23
Hídrica		5	133
Eólica ⁴		6 755	5 369
Fotovoltaica ⁴		0	72
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	3 046	3 240
Ponta	(kW)	8 180	9 449
Vendas de Energia ⁵	(euros)	7 014 442	8 771 639
Trabalhadores ⁶	(n.º)	47	48
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	23 685	23 685
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	148,1	152,7
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	34 228	34 330

¹Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

²Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³Inclui consumos próprios.

⁴Inclui a produção independente e microgeração.

⁵Não inclui compensação tarifária.

⁶Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2019).

⁷Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

Flores

		2019	2023
Superfície	(km ²)	141,0	141,0
População Residente ¹	(habitantes)	3 628	3 503 ²
N.º de Instalações	(n.º)	2 471	2 570
Média Tensão		19	19
Baixa Tensão		2 394	2 488
Instalações de consumo próprio		7	9
IP		51	54
Consumo de Energia ³	(MWh)	10 559	10 802
Domésticos		4 038	4 599
Comércio/Serviços		4 047	4 323
Serviços Públicos		1 376	1 296
Industriais		406	214
Iluminação Pública		692	370
Mobilidade Elétrica		0	0,0
Emissão de energia	(MWh)	11 080	11 303
Térmica a Gasóleo		4 994	5 457
Hídrica		5 425	5 310
Eólica ⁴		660	534
Fotovoltaica ⁴		2	2
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	537	573
Ponta	(kW)	2 031	2 117
Vendas de Energia ⁵	(euros)	1 713 160	2 053 086
Trabalhadores ⁶	(n.º)	28	33
Potência Instalada em Centrais ⁷	(kW)	5 824	5 824
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	87,4	87,0
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 398	11 338

¹Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

²Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³Inclui consumos próprios.

⁴Inclui a produção independente e microgeração.

⁵Não inclui compensação tarifária.

⁶Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (2 em 2019 e 2023).

⁷Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

Corvo

		2019	2023
Superfície	(km ²)	17,1	17,1
População Residente ¹	(habitantes)	464	432 ²
N.º de Instalações	(n.º)	283	294
Média Tensão		1	1
Baixa Tensão		277	287
Instalações de consumo próprio		2	3
IP		3	3
Consumo de Energia ³	(MWh)	1 480	1 560
Domésticos		631	679
Comércio/Serviços		698	732
Serviços Públicos		76	109
Industriais		32	26
Iluminação Pública		43	15
Mobilidade Elétrica		0	0
Emissão de energia	(MWh)	1 632	1 704
Térmica a Gasóleo		1 632	1 618
Fotovoltaica		0	85
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	61	81
Ponta	(kW)	311	330
Vendas de Energia ⁴	(euros)	253 812	293 517
Trabalhadores ⁵	(n.º)	6	5
Potência Instalada em Centrais ⁶	(kW)	836	1 095
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	2,9	3,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	1 060	1 060

¹Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

²Estimativa 2022 INE (consultado em 2024).

³Inclui consumos próprios.

⁴Não inclui compensação tarifária.

⁵Trabalhadores ativos no final de cada ano.

⁶Apenas inclui potências instaladas em centrais do Grupo EDA.

CAPÍTULO

A2

Grupo EDA



1. Universo da Consolidação



Gráfico 20 – Universo da Consolidação das Empresas do Grupo EDA em 2023

O objeto social da EDA - Electricidade dos Açores, S. A. e das suas subsidiárias, incluídas na consolidação de contas, comporta as atividades de produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas, e também a prestação de serviços de telecomunicações e sistemas de informação, conceção e elaboração de projetos de engenharia e manutenção de instalações industriais.

Atualmente, o capital das empresas subsidiárias é maioritariamente detido pela EDA - Electricidade dos Açores, S. A., com participações diretas de 100% na EDA Renováveis, 100% na SEGMA e 74,90% na GLOBALEDA.

Grupo EDA	Capital Próprio ¹	Participação Capital	Resultado Líquido ¹	
			2023	2022
Segmento Eletricidade				
EDA - Electricidade dos Açores, S. A.	275 245	-	17 087	12 197
EDA Renováveis, S. A.	150 742	100,00%	13 582	8 532
Segmento Prestação de Serviços Diversos				
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	9 645	100,00%	311	870
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.	3 226	74,90%	(635)	(55)

¹ Milhares de euros.

Tabela 20 – Empresas Incluídas na Consolidação

2. Organização dos Negócios



Produção Térmica de Eletricidade

Transporte e Distribuição de Eletricidade

Comercialização de Eletricidade



Produção de Eletricidade de base renovável:

Geotérmica

Hídrica

Eólica

Fotovoltaica



Projetos

Consultoria

Manutenção



Telecomunicações

Sistemas de Informação

3. Desempenho

3.1. EDA

A EDA foi criada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 34/81/A, de 18 de julho, sob a denominação empresa de Electricidade dos Açores, E.P. (EDA), tendo iniciado a sua atividade a 1 de outubro de 1981. O seu património inicial foi constituído pelas infraestruturas da Região Autónoma dos Açores (RAA) afetas ao serviço público de eletricidade e as restantes instalações e serviços de produção e distribuição de energia elétrica exploradas pelas autarquias locais. A constituição da EDA teve como objetivo reestruturar o setor elétrico da RAA e criar uma única empresa para desenvolver as atividades de produção, transporte e distribuição de eletricidade na RAA e, ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento económico e social.

Em 1997, a empresa foi transformada em sociedade anónima, passando a designar-se EDA - Electricidade dos Açores, S. A., num contexto de reestruturação do setor elétrico regional e nacional. Com a alteração da EDA para sociedade anónima nasce o Grupo EDA, através da apostila na diversificação e desenvolvimento de novos negócios. Posteriormente, em 2000, o Grupo concretizou um processo de reestruturação orgânica, extinguindo os centros de exploração por ilha e criando as 3 atuais áreas de atividade verticalizadas: produção, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Enquanto entidade prestadora de um serviço público, a EDA atua num ambiente regulado, cuja entidade responsável é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março.

As atividades de gestão técnica do sistema elétrico, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que as integram, são desenvolvidas ao abrigo de um contrato de concessão, em regime de exclusividade, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000.

A venda de energia elétrica tem por base as tarifas de eletricidade fixadas pela ERSE, de acordo com o Regulamento Tarifário.

**O contrato de concessão atribuído à EDA,
para a gestão técnica do sistema elétrico, transporte
e distribuição de energia elétrica, iniciou-se em outubro
de 2000 e pelo prazo de 50 anos.**

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2019	2020	2021	2022	2023
Volume de Negócios ¹ (mil €)	195 275	180 033	212 301	257 349	271 600
EBITDA ² (mil €)	46 471	43 358	44 304	45 837	60 582
EBIT ³ (mil €)	22 447	17 810	18 002	18 960	32 155
Resultado Líquido (mil €)	16 537	14 441	12 624	12 197	17 088
VAB ⁴ (mil €)	78 959	75 681	92 024	101 563	115 024
Capital Próprio (mil €)	217 779	212 431	223 661	258 463	278 445
Rendibilidade Operacional ⁵ (%)	11,5	9,9	8,5	7,4	11,8
Rendibilidade Líquida ⁶ (%)	8,5	8,0	6,0	4,7	6,3
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷ (%)	7,6	6,8	5,6	6,0	6,1
Endividamento ⁸ (%)	62,2	63,9	64,8	64,0	63,6
Solvabilidade ⁹ (%)	60,9	56,4	54,4	56,2	57,2
Autonomia financeira ¹⁰ (%)	37,9	36,1	35,2	36,0	36,4
Número de Trabalhadores ¹¹	755	784	774	769	769

¹ Vendas + Prestações de Serviços

² EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

³ Receitas Operacionais - Custos Operacionais

⁴ Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

⁵ Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

⁶ Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios x 100

⁷ Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio x 100

⁸ Total do Passivo ÷ Total do Ativo x 100

⁹ Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo x 100

¹⁰ Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo x 100

¹¹ Não inclui cedidos (2023 = 15)

Tabela 21 – Indicadores Económico-Financeiros da EDA, de 2019 a 2023

O volume de negócios da EDA tem vindo a evoluir a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 6,8%, entre 2019 e 2023. Em 2023 foi registado o maior volume de negócios de sempre da EDA, com 272 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 5,5% face a 2022.

A EDA, em 2023, gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 11,8%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerou, em média, 11,8 centavos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 6,3% e ilustra o resultado líquido obtido (6,3 centavos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 6,1%, em 2023, o que reflete um aumento homólogo neste indicador de 0,1 pontos percentuais (p.p.) relativamente a 2022.

Ao nível dos indicadores financeiros, verifica-se uma ligeira subida do indicador de autonomia financeira, atingindo os 36,4% em 2023. O rácio de endividamento aumentou entre 2019 e 2021, verificando-se desde 2022 a inversão desta tendência com um decréscimo acumulado nos dois últimos exercícios económicos de 1,2%.

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, apesar da sua manutenção entre 2022 e 2023, apresenta tendência decrescente nos últimos quatro anos. Em 2023, o número de trabalhadores na EDA é de 769 colaboradores (excluindo os trabalhadores cedidos).

3.2. EDA Renováveis

A EDA Renováveis, S. A. é uma sociedade anónima que tem como atividade principal o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares e outros, para a produção de eletricidade ou outras finalidades, bem como fornecer bens, prestar serviços e assistência técnica a terceiros em áreas afins.

O Grupo EDA iniciou em 2013 um processo de reorganização da atividade de produção de energia a partir de fontes renováveis. Nesse ano, forma-se a EDA Renováveis, S. A. por fusão das sociedades SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S. A. e EEG – Empresa de Electricidade e Gaz, Lda., mediante a transferência global do património da segunda (EEG) para a primeira (SOGEO). Em 2014, a referida reorganização estendeu-se à Geoterceira – Sociedade Geoeléctrica da Terceira, S. A., incorporada por fusão na EDA Renováveis, S. A.. A EDA - Electricidade dos Açores, S. A. é detentora de 99,68% do capital social da EDA Renováveis.

A EDA Renováveis explora três centrais geotérmicas, com uma potência instalada conjunta de 26,5 MW, doze centrais hídricas (potência instalada conjunta de 8,4 MW), sete parques eólicos (potência instalada conjunta de 28,6 MW) e dois parques fotovoltaicos (potência instalada conjunta de 0,75 MW). Integrada na política do Grupo EDA, a EDA Renováveis procura, com a sua atividade de exploração, maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, e executa novos investimentos, sempre que a viabilidade técnica e económica seja demonstrada e a sua integração na estrutura de produção elétrica de cada ilha seja assegurada.

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Total	GWh
Santa Maria	0,0	0,0	1,79	0,96	2,7	
São Miguel	166,56	23,86	15,95	0,0	206,4	
Terceira	17,22	1,54	25,19	0,0	44,0	
São Jorge	0,0	0,0	2,16	0,0	2,2	
Pico	0,0	0,0	5,05	0,0	5,0	
Faial	0,0	0,13	5,37	0,0	5,5	
Flores	0,0	5,31	0,53	0,0	5,8	
Corvo	0,0	0,0	0,0	0,09	0,09	
Total	183,8	30,8	56,0	1,0	271,7	

Tabela 22 – Produção de Energia Elétrica de Base Renovável, por recurso e por ilha, em 2023

No ano de 2023, a EDA Renováveis apresentou resultados positivos, com uma produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos de 271,7 GWh. Relativamente ao ano anterior, houve um aumento de produção renovável de cerca de 4% que resultou do aumento da produção geotérmica e eólica.

Do total de energia elétrica emitida pela EDA Renováveis, 271,7 GWh, 67,6% foi de origem geotérmica, 20,6% de origem eólica, 11,4% de origem hídrica e 0,4% de origem fotovoltaica. Face ao ano anterior, verificou-se, em 2023, um acréscimo global de 4,0%, influenciado pelo aumento em cerca de 6,3% na produção geotérmica e de 6,3% na produção eólica. Em sentido contrário, verifica-se uma variação negativa acentuada de 10,8% na produção hídrica. A produção fotovoltaica manteve em 2023 a mesma percentagem de energia emitida que teve em 2022.

A produção das centrais geotérmicas foi de 183,8 GWh em 2023, correspondendo a um aumento de 6,3% relativamente à produção de 172,9 GWh em 2022. O aumento da produção do recurso geotérmico justifica-se essencialmente pelo menor tempo de intervenção para manutenções mecânicas e elétricas nas centrais geotérmicas face ao ano anterior.

Em 2023, a EDA Renováveis contribuiu com 32,5% do mix energético da Região Autónoma dos Açores e 89% do total de origem renovável.

No que diz respeito à produção de energia hidroelétrica, esta ascendeu a 30,8 GWh, em 2023, correspondendo a um decréscimo de 10,8% relativamente à produção de 34,6 GWh registada no ano anterior. Tal decréscimo deveu-se aos impactos negativos da depressão Óscar que assolou a ilha de São Miguel em junho de 2023 tendo destruído parte do canal da Central Hidroelétrica dos Túneis, a com maior potência instalada no arquipélago, que esteve sem produzir durante três meses, e também paralisou durante um mês a Central Hidroelétrica da Foz da Ribeira devido a entupimento dos seus canais com terras e grandes pedras.

Relativamente à produção anual de energia elétrica de origem eólica, esta atingiu os 56,0 GWh, correspondendo a um acréscimo de 6,3% face ao valor registado no ano anterior (52,7 GWh). Esse crescimento da produção resultou essencialmente do aumento anual da densidade energética do recurso eólico.

A produção fotovoltaica foi cerca de 1 GWh em 2023, distribuídos em 958 MWh no Parque Fotovoltaico de Santa Maria e 85 MWh no Parque Fotovoltaico do Corvo.

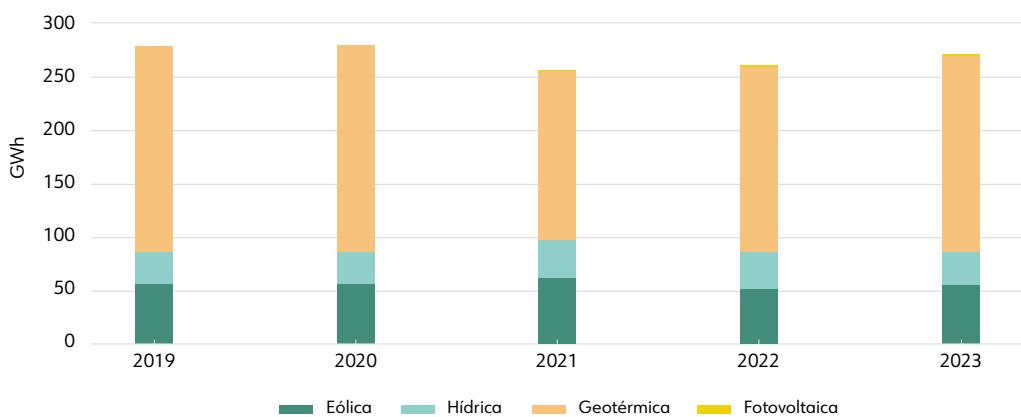


Gráfico 21 – Produção de Energia Elétrica de Base Renovável, por recurso, de 2019 a 2023

Em 2023, o volume de negócios da EDA Renováveis totalizou 29,2 milhões de euros.

A EDA Renováveis registou, em 2023, um volume de negócios de 29,2 milhões de euros e um resultado líquido positivo de 13,6 milhões de euros, o que, comparativamente ao exercício de 2022, representa um incremento de 9,3% e 59,2%, respetivamente. No que diz respeito aos rendimentos operacionais, estes totalizaram 33,6 milhões de euros, em 2023, representando um aumento de 13,7% (4.053 milhares de euros) face ao valor registado em 2022. Por seu lado, os gastos operacionais ascenderam a 18,3 milhões de euros, o que, face a 2022, se traduz num decréscimo de 6,9% (1.354 milhares de euros), explicado, sobretudo, pela diminuição de 24,5% (correspondente a cerca de 1.494 milhares de euros) nos fornecimentos de serviços externos, de 7,7% na rubrica de gastos com pessoal, pelo aumento em cerca de 22,1% nos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (correspondente a cerca de 79 milhares de euros) e também por um aumento de 1,3% na rubrica outros gastos e perdas que representam cerca de 38 milhares de euros.

A evolução dos indicadores económico-financeiros da EDA Renováveis, entre 2019 e 2023, é apresentada de seguida:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2019	2020	2021	2022	2023
Volume de Negócios ¹ (mil €)	28 026	28 370	26 000	26 739	29 216
EBITDA ² (mil €)	19 849	20 143	18 180	17 606	23 240
EBIT ³ (mil €)	12 066	12 259	10 601	9 953	15 360
Resultado Líquido (mil €)	9 390	9 951	7 923	8 532	13 582
VAB ⁴ (mil €)	20 777	22 273	20 856	20 496	25 283
Capital Próprio (mil €)	108 630	113 000	115 306	140 953	150 742
Rendibilidade Operacional ⁵ (%)	43,1	43,2	40,8	37,2	52,6
Rendibilidade Líquida ⁶ (%)	33,5	35,1	30,5	31,9	46,5
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷ (%)	8,6	8,8	6,9	6,1	9,0
Endividamento ⁸ (%)	14,0	13,4	11,0	11,1	11,0
Solvabilidade ⁹ (%)	616,1	644,9	806,2	803,3	810,5
Autonomia financeira ¹⁰ (%)	86,0	86,6	89,0	88,9	89,0
Número de Trabalhadores ¹¹	60	70	80	70	63

¹ Vendas + Prestações de Serviços

² EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

³ Receitas Operacionais - Custos Operacionais

⁴ Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

⁵ Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

⁶ Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios

⁷ Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio

⁸ Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

⁹ Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

¹⁰ Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

¹¹ No ano de 2023, não estão incluídos 5 trabalhadores cedidos pela EDA à EDA Renováveis.

Tabela 23 – Indicadores Económico-Financeiros da EDA Renováveis, de 2019 a 2023

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios da EDA Renováveis, após registar em 2021 o valor mais baixo dos últimos 5 anos, inverte a partir de 2022 o sentido de crescimento, mantendo essa tendência em 2023, aumentando 9,3%, cerca de 2,5 milhões de euros. Entre 2019 e 2023, o volume de negócios cresce a uma taxa média anual de 0,8%. O ano de 2021, em que se regista um decréscimo acentuado, é marcado pela avaria prolongada na Central Geotérmica do Pico Vermelho, que após a sua retoma da normalidade veio repor o valor do volume de vendas para os mesmos padrões.

Em 2023, a EDA Renováveis, S. A. gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 52,6%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerava, em média, 53 céntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 46,5% e ilustra o resultado líquido obtido (47 céntimos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 9%, em 2023, traduzindo um aumento homólogo neste indicador de rendibilidade.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a situar-se nos 89%, em 2023, que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2023, apenas 11% do ativo total era financiado por capitais alheios.

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, e apesar deste indicador ter registado um aumento desde 2019 até 2021, atingindo um total de 80 colaboradores, a partir desse ano regista-se uma diminuição deste número em uma dezena no ano subsequente, tendo encerrado o período económico de 2023 com 63 colaboradores nos seus quadros.

Em 2023, o volume de investimento realizado pela EDA Renováveis totalizou 4,5 milhões euros, sendo 67% do investimento global direcionado para as centrais geotérmicas e parques eólicos. Face a 2022, verifica-se uma variação de menos 0,7 milhões de euros, influenciado pelo menor investimento no aproveitamento de recursos geotérmicos. A atenuar este efeito, em 2023 regista-se um acréscimo de cerca de 721 milhares de euros nos parques eólicos, resultante da construção do Parque Eólico do Cerrado das Vacas na ilha do Corvo.

Atividade	10 ³ EUR
Total	
Parques Eólicos	1 199
Aproveitamentos Hidroelétricos	297
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	1 842
Produção Fotovoltaica	275
Outros	928
Total	4 542

Tabela 24 – Investimento Realizado em 2023¹⁰

A evolução dos montantes investidos nas atividades de aproveitamento dos recursos endógenos existentes, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

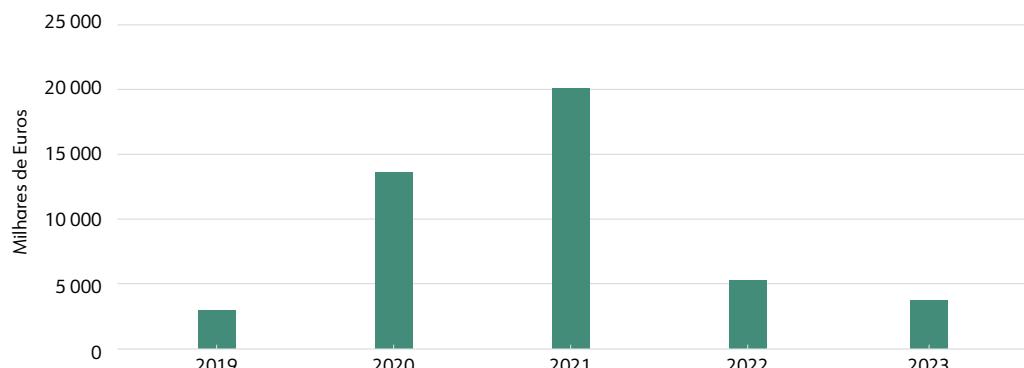


Gráfico 22 – Investimento Total a Preços Correntes, de 2019 a 2023

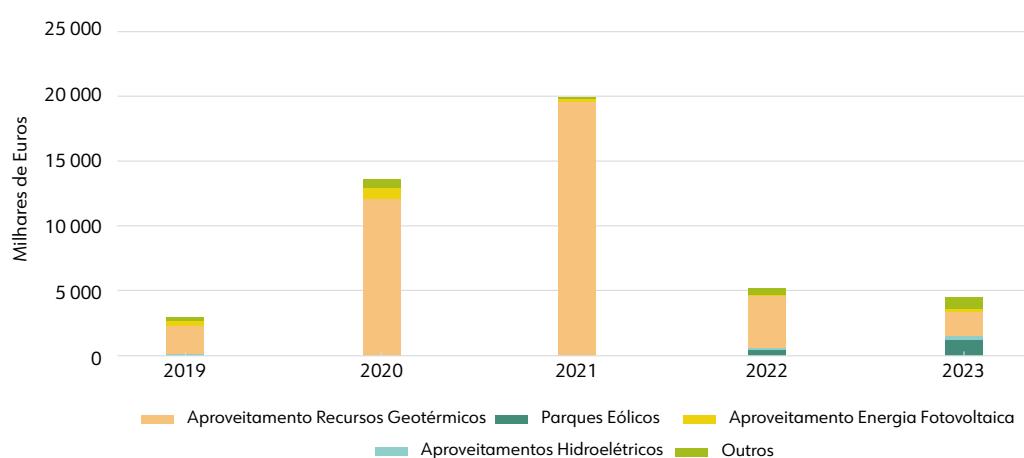


Gráfico 23 – Investimento a Custos Técnicos, de 2019 a 2023

¹⁰ A rubrica de Outros inclui: 62.030€ de Aquisições Diretas de Ativos Fixos Intangíveis, 865.365€ de Aquisições Diretas de Ativos Fixos Tangível e 960€ de Outros Investimentos Financeiros.

Com base na análise do gráfico 23, constata-se que o aproveitamento de recursos geotérmicos tem vindo a assumir-se como uma das prioridades de investimento, no horizonte temporal compreendido entre 2019 e 2023. Salienta-se, contudo, a crescente presença dos parques eólicos e fotovoltaicos no investimento da EDA Renováveis.

3.3. GLOBALEDA

A GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. é uma empresa do Grupo EDA, detida em 74,9% pela EDA e em 25,1% pela NOVABASE Business Solutions, que tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das Telecomunicações e dos Sistemas de Informação, bem como a comercialização de produtos Vodafone. A atividade da empresa centra-se na prestação de serviços de projeto, instalação e de manutenção de infraestruturas de telecomunicações, na prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e suporte de sistemas de informação e na comercialização de comunicações móveis, enquanto Agente Comercial Vodafone para os setores residencial e empresarial.

A necessidade constante de inovação e a diversificação do portefólio de serviços, com a preocupação permanente de servir as necessidades dos nossos clientes e da melhoria contínua, são os pilares estratégicos da GLOBALEDA.

Dispondo de técnicos qualificados, hoje, a GLOBALEDA pretende constituir-se como um parceiro de referência junto do mercado regional e dos nossos clientes, maximizando a eficiência e a satisfação do cliente, respeitando o meio ambiente e contribuindo ativamente para o bem-estar das comunidades que integra e serve.

Os ganhos e rendimentos gerados pela atividade da empresa em 2023 ascenderam a 7,3 milhões de euros, representando um aumento de 6% face ao mesmo período de 2022. Contribuiu para este incremento, a venda de equipamentos de Rede WAN/LAN, objeto de Concurso Público Internacional. No entanto, continuamos a assistir a uma forte retração e estagnação verificada ao nível do lançamento de novos procedimentos concursais e no adiamento de tomada de decisão às propostas apresentadas pela GLOBALEDA em virtude do atraso verificado na operacionalização do Plano de Recuperação e Resiliência (PPR) e do Programa Operacional Açores 2030 (PO2023), e da incerteza provocada pela inflação e subida das taxas de juro, que originaram o adiamento de investimentos. Para além dos fatores anteriormente citados, a concorrência no mercado regional, que já possui dimensões naturalmente reduzidas, viu um aumento considerável devido à influência da globalização e à generalização do trabalho remoto. O surgimento de novas empresas, sobretudo na área de sistemas de informação, contribuiu significativamente para esse cenário.

Destaca-se no aumento dos proveitos operacionais, o de 65% verificado na área das telecomunicações, representando um valor absoluto de cerca de 1 milhão de euros.

Dos proveitos operacionais, destaca-se o aumento verificado na área das telecomunicações em 65%, representando este um valor absoluto de cerca de 1 milhão de euros.

Ao nível do volume de negócios, destaca-se o contributo de 51% da área relacionada com a atividade das tecnologias de informação. As outras áreas de atividade da empresa, projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de comunicações e comercialização de comunicações móveis, de equipamentos de telecomunicações e de informática, contribuíram para o volume de negócios em 33% e 16%, respetivamente.

No mesmo período, os gastos operacionais totalizaram 8 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 15% comparativamente a 2022. O aumento no custo das mercadorias vendidas, fornecimentos (208%) foi responsável pelo aumento em 0,9 milhões de euros em relação ao exercício anterior. Os gastos com pessoal tiveram, em 2023, uma redução de 7%, decorrente da diminuição do número de trabalhadores com vínculo à empresa, que compensou parcialmente o incremento por via da atualização salarial negociada com os sindicatos em 2023.

Os indicadores económico-financeiros da GLOBALEDA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2019 a 2023:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2019	2020	2021	2022	2023
Volume de Negócios ¹ (mil €)	6 934	9 664	9 740	6 747	7 151
EBITDA ² (mil €)	522	990	210	81	-624
EBIT ³ (mil €)	436	886	43	-53	-731
Resultado Líquido (mil €)	345	714	25	-55	-635
VAB ⁴ (mil €)	2 844	3 551	2 975	2 920	2 132
Capital Próprio (mil €)	3 721	4 262	3 929	3 861	3 226
Rendibilidade Operacional ⁵ (%)	6,3	9,2	0,4	-0,8	-10,2
Rendibilidade Líquida ⁶ (%)	5,0	7,4	0,3	-0,8	-8,9
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷ (%)	9,3	16,8	0,7	-1,4	-19,7
Endividamento ⁸ (%)	28,8	30,3	43,0	46,7	48,2
Solvabilidade ⁹ (%)	246,7	229,8	133,0	114,3	107,5
Autonomia financeira ¹⁰ (%)	71,2	69,7	57,0	53,3	51,8
Número de Trabalhadores ¹¹	91	97	99	94	85

¹ Vendas + Prestações de Serviços

² EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

³ Receitas Operacionais - Custos Operacionais

⁴ Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

⁵ Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

⁶ Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios

⁷ Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio

⁸ Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

⁹ Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

¹⁰ Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

¹¹ No ano de 2023, não estão incluídos 10 trabalhadores cedidos pela EDA à GLOBALEDA.

Tabela 25 – Indicadores Económico-Financeiros da GLOBALEDA, de 2019 a 2023

Com os indicadores acima referidos, constata-se um aumento do volume de negócios após a quebra registada no ano transato, apresentando, assim, uma taxa de crescimento de 6% em relação ao período homólogo. Em 2023, os resultados líquidos mantiveram-se negativos, onde o EBITDA surge pela primeira vez negativo na série analisada.

Em 2023, os rácios de rendibilidade operacional total e dos capitais próprios encontram-se influenciados pelos resultados do ano. No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira de 51,8%, em 2023, sensivelmente menos 1,5 p.p em relação ao período homólogo anterior. Este valor reflete a supremacia dos capitais próprios em relação aos capitais alheios no financiamento do ativo.

Finalmente, no que diz respeito ao número de recursos humanos afetos à empresa, e em sentido inverso à tendência crescente que vinha a ser registada desde 2018, a partir de 2022 o número de colaboradores tem vindo a diminuir, terminando 2023 com um efetivo de 85 colaboradores, menos 9 trabalhadores face ao período homólogo anterior.

3.4. SEGMA

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

A organização da SEGMA, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz e que decidimos aprofundar. Em 2021 a SEGMA reorganizou-se criando uma Direção Geral que se subdivide em três departamentos, Suporte, Energia e Mecânica. Estes departamentos organizam-se por Centros de Atividade que atuam de forma mais especializada em áreas de negócio, como Manutenção, Serviços Técnicos e Consultoria.

O ano de 2023 marcou um período de evolução e conquistas significativas para a SEGMA, destacando-se a obtenção do maior volume de negócios da sua história, cifrando-se nos 9,9 milhões de euros. Este marco não é apenas um número, mas o reflexo de uma estratégia empresarial sólida e da dedicação incansável e eficiente de toda a equipa.

**Em 2023, o volume de negócios da SEGMA cresceu 5,3%,
ascendendo aos 9,9 milhões de euros.**

Um dos pilares desta estratégia foi o investimento substancial na formação dos nossos colaboradores. Este compromisso com a formação contínua visa não apenas elevar o *know how* existente, como cumprir com os mais elevados padrões de segurança, potenciando o desenvolvimento pessoal e profissional de cada membro da nossa equipa.

Paralelamente, reconhecendo a importância crucial da logística na eficiência operacional, realizamos investimentos significativos nesta área. A aquisição de novos meios logísticos promete elevar a nossa capacidade operacional, otimizando os processos e melhorando expressivamente a prestação de serviços aos nossos clientes.

No âmbito da inovação e sustentabilidade, a SEGMA embarcou em projetos especiais focados no armazenamento de energia, um campo que se afigura cada vez mais vital no contexto energético atual. Estes projetos não apenas demonstram o nosso compromisso com a inovação, mas também com soluções sustentáveis que respeitam o ambiente e contribuem para um futuro mais verde.

Um dos destaques do ano foi o crescimento exponencial, em 91%, do número de postos de carregamento de veículos elétricos propriedade da SEGMA. Este aumento reflete a nossa resposta à crescente procura por soluções de mobilidade sustentável e posiciona a SEGMA como um *player* de referência neste setor emergente.

Por fim, assistimos a um reforço significativo na procura pelos nossos serviços de consultoria, especialmente nas áreas de eficiência energética e sustentabilidade. Este aumento reitera e reforça a confiança do mercado no conhecimento da SEGMA e na nossa capacidade de fornecer soluções inovadoras e sustentáveis que respondem às necessidades dos nossos clientes e do planeta.

Em suma, este ano foi marcado por um crescimento estratégico em várias frentes, consolidando a posição da SEGMA como uma empresa de sucesso, inovadora, sustentável e comprometida com a excelência. O nosso êxito é partilhado com cada colaborador, cujo empenho e dedicação são as bases deste percurso notável. Olhamos para o futuro com otimismo, prontos para enfrentar novos desafios e continuar a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento económico, tecnológico e sustentável da nossa Região.

No final de 2023, o resultado líquido do exercício da SEGMA foi de 311 mil euros, menos 559 mil euros relativamente a 2022. Não obstante a diminuição verificada, o EBITDA cresceu 6,2% face ao período homólogo anterior. Na base deste aumento encontra-se, principalmente, o efeito combinado do acréscimo do volume de negócios em 500 mil euros (+5,3%), acompanhado pela diminuição de 1,7 milhões de euros nos custos com mercadoria vendida e matéria consumida (-61,4%) e do aumento nos fornecimentos de serviço externo de 1,5 milhões de euros (+38,5%).

O resultado operacional, que reflete o resultado entre os rendimentos e ganhos e gastos e perdas operacionais do período, incluindo as amortizações e depreciações, apresenta uma redução de 842 mil euros em 2023. Esta diminuição está fortemente influenciada pela imparidade de bens depreciáveis/amortizáveis no valor de 933 mil euros.

Os indicadores económico-financeiros da SEGMA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2019 a 2023:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2019	2020	2021	2022	2023
Volume de Negócios ¹ (mil €)	7 640	9 528	8 831	9 420	9 920
EBITDA ² (mil €)	1 118	1 633	1 156	1 147	1 217
EBIT ³ (mil €)	963	1 476	1 013	1 021	179
Resultado Líquido (mil €)	789	1 208	826	870	311
VAB ⁴ (mil €)	2 536	3 037	2 650	2 709	3 333
Capital Próprio (mil €)	8 282	9 093	9 314	9 770	9 645
Rendibilidade Operacional ⁵ (%)	12,6	15,5	11,5	10,8	1,8
Rendibilidade Líquida ⁶ (%)	10,3	12,7	9,4	9,2	3,1
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷ (%)	9,5	13,3	8,9	8,9	3,2
Endividamento ⁸ (%)	20,2	16,8	17,4	20,2	18,4
Solvabilidade ⁹ (%)	395,2	493,7	476,1	393,9	443,9
Autonomia financeira ¹⁰ (%)	79,8	83,2	82,6	79,8	81,6
Número de Trabalhadores	50	51	52	55	58

¹ Vendas + Prestações de Serviços

² EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

³ Receitas Operacionais - Custos Operacionais

⁴ Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

⁵ Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

⁶ Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios

⁷ Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio

⁸ Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

⁹ Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

¹⁰ Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 26 – Indicadores Económico-Financeiros da SEGMA, de 2019 a 2023

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios tem vindo a evoluir a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 5,4%, entre 2019 e 2023. Neste último ano, as prestações de serviços representam cerca de 91% do volume gerado, enquanto as vendas apenas registam 9%. A prestação de serviços no período foi de 9 milhões de euros, o que se veio a traduzir num novo máximo histórico, traduzindo-se assim num incremento de mais 34,2% em relação ao período homólogo.

Relativamente aos resultados líquidos, e após a superação da crise pandémica, neste último exercício económico registou-se um decréscimo, influenciado pelo registo de imparidades.

Em 2023, a SEGMA gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 1,8%, o que significa que cada euro de volume de negócios realizado se traduzia, em média, cerca de 2 céntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 3,1% e ilustra o resultado líquido obtido (3 céntimos) por cada euro de volume de negócios concretizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, é de 3,2% em 2023, rácio influenciado pelas já referidas imparidades.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a rondar os 81,6%, em 2023, que reflete a supremacia dos capitais próprios, no financiamento do ativo, o que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2023, apenas 18,4% do ativo total era financiado por capitais alheios.

Finalmente, o número de recursos humanos afetos à empresa evidencia uma tendência de crescimento desde 2019, registando no final do último exercício económico um total de efetivo de 58 colaboradores.

4. Evolução Económica e Financeira

A Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, para os anos de 2022 e 2023, encontra-se evidenciada na tabela seguinte.

	2023	2022	Var. 23/22	Var.% 23/22	10 ³ EUR
Vendas e serviços prestados	280 048,5	263 498,6	16 550,0	6,3%	
Outros rendimentos	6 599,7	3 435,7	3 164,0	92,1%	
Rendimentos Operacionais	286 648,3	266 934,3	19 714,0	7,4%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	103 111,9	110 128,5	(7 016,7)	(6,4%)	
Gastos com pessoal	40 841,8	38 768,1	2 073,7	5,3%	
Fornecimentos e serviços externos	37 048,8	28 798,4	8 250,4	28,6%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34 035,3	32 816,2	1 219,2	3,7%	
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis	933,3	-	933,3	-	
Imparidade inventários	69,3	74,0	(4,7)	(6,4%)	
Imparidade de contas a receber	(192,4)	(94,5)	(97,9)	103,6%	
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis	104,3	-	104,3	-	
Outros Gastos e Perdas	39 944,0	37 121,0	2 823,0	7,6%	
Gastos Operacionais	255 896,3	247 611,6	8 284,7	3,3%	
Resultado Operacional	30 752,0	19 322,6	11 429,4	59,2%	
EBITDA	65 720,6	52 138,8	13 581,8	26,0%	
Resultados Financeiros	(9 505,3)	(3 037,2)	(6 468,0)	(213,0%)	
Resultados antes de impostos	21 246,7	16 285,4	4 961,3	30,5%	
Imposto sobre o rendimento	(4 375,4)	(4 157,1)	(218,2)	5,2%	
Resultado líquido do período atribuível a:	16 871,3	12 128,2	4 743,1	39,1%	
Detentores do capital do Grupo EDA	17 030,8	12 142,1	4 888,7	40,3%	
Interesses que não controlam	(159,4)	(13,8)	(145,6)	1053,2%	
Rendimento integral do período atribuível a:	15 825,1	9 311,2	6 513,9	70,0%	
Detentores do capital do Grupo EDA	15 984,6	9 325,1	6 659,5	71,4%	
Interesses que não controlam	(159,4)	(13,8)	(145,6)	1053,2%	

Tabela 27 – Demonstração dos Resultados Consolidados do Grupo EDA em 2022 e 2023

Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral Consolidado Análise dos Proveitos e Custos Operacionais

Em 2023, o volume de negócios do Grupo EDA rondou os 280 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 16,6 milhões de euros (6,3%), relativamente ao registado no ano anterior (263,5 milhões de euros).

**Em 2023, o volume de negócios do Grupo EDA
ascendeu a cerca de 280 milhões de euros.**

As vendas de energia elétrica registaram um aumento de 19,3%, sustentado na expansão observada na procura de eletricidade (2,6%) e no incremento do preço médio de venda (16,2%). A compensação tarifária, contabilizada em 2023, atinge cerca de 100,5 milhões de euros. Os serviços prestados ascendem aos 30,1 milhões de euros, mais 35% que em 2022, incluindo o valor de serviços de construção no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12), no montante de 21,6 milhões de euros, estes com um aumento de 36%. Os outros rendimentos operacionais apresentam 6,6 milhões de euros no final de 2023, mais 3,2 milhões de euros, que advêm, fundamentalmente, da indemnização por perdas de exploração recebida da seguradora, relativa à avaria na Central Geotérmica do Pico Vermelho ocorrida em setembro de 2021 e que se prolongou até janeiro 2022.

No que concerne à estrutura dos gastos operacionais, importa destacar o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), que ascendeu a 103,1 milhões de euros, 40% do total de gastos operacionais. Os fornecimentos e serviços externos (FSE), os gastos com o pessoal e os gastos com depreciações e amortizações representam cerca de 14%, 16% e 13% do total de gastos operacionais, respetivamente. Em termos globais, os gastos operacionais aumentaram 3,3%, o equivalente a um montante próximo dos 8,3 milhões de euros.

Entre 2022 e 2023, a rubrica de CMVMC decresceu 6,4%, o correspondente a 7 milhões de euros. Esta variação decorre, fundamentalmente, da evolução dos gastos com combustíveis utilizados na produção de electricidade, que registaram uma diminuição na ordem dos 11,6 milhões de euros (12,8%), quer pela redução das quantidades consumidas no ano, quer por via da evolução descendente do preço do brent. A descida dos preços do brent, durante 2023, refletiu-se em decréscimos nos custos médios do fuelóleo e do gasóleo que rondaram os 14% e 3%, respetivamente, para valores de 586,78 euros por tonelada no fuelóleo e de 1.153,95 euros por quilotro, no que respeita ao gasóleo.

Os gastos com o pessoal ascendem a 40,8 milhões de euros em 2023, o que traduz um aumento homólogo de 5,3%, reflexo da atualização salarial e progressão de carreiras.

Os FSE ascenderam a 37 milhões de euros, 28,6% acima do valor registado em 2022 (28,8 milhões de euros). De referir que o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados cerca de 14,5 milhões de euros em 2023 (9 milhões de euros em 2022). Nos FSE as rubricas com maior expressão são relativas a conservação e reparação, trabalhos especializados e subcontratos. A rubrica de conservação e reparação engloba, essencialmente gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros eletroprodutores, assim como gastos com material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da EDA Renováveis. Os trabalhos especializados, que representam cerca de 13% do total de gastos com FSE, comportam gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos e consultorias diversas. Os subcontratos referem-se maioritariamente a contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso.

No ano de 2023, os outros gastos e perdas aumentaram 7,6%, em termos homólogos, ascendendo a 39,9 milhões de euros. Esta rubrica inclui os gastos com as licenças de emissões de CO₂ de 27,7 milhões de euros (26,6 milhões de euros em 2022). O aumento de 1,1 milhões de euros deriva do aumento do custo médio das licenças de CO₂ utilizadas, verificando-se em 2023 um acréscimo de 4,3 euros/ton., apesar da redução das emissões no ano. Em 2023, o custo médio da licença utilizada de CO₂ foi de 85,29 euros/ton. A rubrica inclui ainda o pagamento de 5,4 milhões de euros de direitos de passagem aos municípios¹¹, 3 milhões de euros de taxas pagas no âmbito da concessão da atividade de exploração de recursos geotérmicos e outros impostos e taxas diversas, bem como o registo da contribuição extraordinária sobre o setor energético, no valor de 1,8 milhões de euros.

Salienta-se ainda que, em 2023 foi registada uma imparidade significativa de cerca de 1 milhão de euros na SEGMA.

¹¹ Esta remuneração não representa um gasto para a EDA, atendendo a que, em termos regulatórios, tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

Ao nível dos resultados financeiros, verifica-se um acréscimo de 213%, entre 2022 e 2023, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo, em resultado do aumento das taxas de juro diretoras do BCE, influenciando assim o custo médio de financiamento do Grupo.

Evolução da Posição Financeira e Consolidada

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira consolidada do Grupo EDA.

	2023	2022	Var. 23/22	Var.% 23/22	10 ³ EUR
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	471 513,1	446 273,6	25 239,5	5,7%	
Ativos por impostos diferidos	13 271,2	15 396,5	(2 125,2)	(13,8%)	
Clientes e outras contas a receber	64,2	22 812,4	(22 748,2)	(99,7%)	
Outros ativos financeiros	437,2	425,2	12,0	2,8%	
Ativo não corrente	485 285,7	484 907,7	378,0	0,1%	
Inventários	22 258,3	19 262,4	2 995,9	15,6%	
Clientes e outras contas a receber	126 604,0	115 152,2	11 451,7	9,9%	
Imposto sobre o rendimento a receber	0,0	36,0	(36,0)	(100,0%)	
Caixa e equivalentes de caixa	6 996,2	7 598,6	(602,4)	(7,9%)	
Ativo corrente	155 858,4	142 049,2	13 809,2	9,7%	
Ativo total	641 144,1	626 956,9	14 187,2	2,3%	
Capital Próprio atribuível Detentores Capital	217 832,8	207 952,2	9 880,6	4,8%	
Interesses não controlados	809,8	969,2	(159,4)	(16,5%)	
Total capital próprio	218 642,5	208 921,4	9 721,1	4,7%	
Provisões	3 236,0	3 279,7	(43,6)	(1,3%)	
Empréstimos obtidos	296 089,3	246 634,7	49 454,6	20,1%	
Obrigações de benefícios de reforma e outros	8 208,0	10 251,3	(2 043,3)	(19,9%)	
Passivos por impostos diferidos	5 875,9	9 385,8	(3 509,9)	(37,4%)	
Outros Passivos não Correntes	6 468,3	616,6	5 851,7	949,1%	
Passivo não corrente	319 877,5	270 168,0	49 709,5	18,4%	
Fornecedores e outras contas a pagar	58 679,4	51 663,2	7 016,2	13,6%	
Imposto sobre o rendimento a pagar	3 817,9	149,9	3 668,0	2446,8%	
Empréstimos obtidos	40 126,7	96 054,3	(55 927,6)	(58,2%)	
Passivo corrente	102 624,0	147 867,5	(45 243,4)	(30,6%)	
Total passivo	422 501,6	418 035,5	4 466,1	1,1%	
Total do capital próprio e passivo	641 144,1	626 956,9	14 187,2	2,3%	

Tabela 28 – Balanço Consolidado do Grupo EDA em 2022 e 2023

O ativo não corrente consolidado do Grupo EDA, que corresponde a 76% do ativo total, totalizou 485,3 milhões de euros, mais 0,1% que no ano anterior.

Em 2023, o ativo total do Grupo EDA ascendeu a cerca de 641,1 milhões de euros.

O total de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento ascendeu a 471,5 milhões de euros, o que equivale ao aumento de 25,2 milhões de euros, comparativamente ao valor de 2022. Os aumentos registados nos ativos consideram o investimento do ano do Grupo que ronda os 74,7 milhões de euros, estando ainda os ativos sujeitos ao efeito das amortizações e comparticipações.

Em 2023 foi definido pela Gestão efetuar a reexpressão das demonstrações financeiras relativamente ao reconhecimento dos subsídios ao investimento, nomeadamente no que concerne às candidaturas efetuadas junto dos programas PRR e PO2020. Inicialmente registou-se como saldo a receber, o total das candidaturas no valor de 117.000.000 euros, situação que na reexpressão foi modificada reconhecendo-se apenas a quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Esta alteração tem efeitos no exercício de 2022.

O ativo corrente totalizou 155,9 milhões de euros, o que traduz um aumento de 13,8 milhões de euros relativamente ao ano anterior, explicado pelas evoluções dos inventários e dos saldos de clientes e outras contas a receber.

Os inventários aumentaram 3 milhões de euros e englobam, essencialmente, matérias-primas como o fuel, gasóleo, peças de manutenção e reparação, e ainda equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela GLOBALEDA, na sua atividade de telecomunicações. O aumento do stock de peças de reserva é fruto de manutenções previstas aos equipamentos da EDA e à política de stocks de segurança, com vista a manter a fiabilidade e continuidade de serviço.

As rubricas de clientes e outras contas a receber passa de 115,2 milhões de euros em 2022 para 126,6 milhões de euros em 2023, dos quais 62,6 milhões de euros são referentes a saldo a receber de clientes. Integram também esta rubrica 64 milhões de euros de outros créditos a receber, dos quais 30,3 milhões de euros relativos a ajustamentos à compensação tarifária de 2022 e cerca de 26,3 milhões de euros são subsídios a receber dos Programas PRR e FEDER.

Os capitais próprios atribuíveis aos detentores de capital do Grupo EDA, ascendem aos 217,8 milhões de euros, evidenciando um acréscimo de cerca de 9,9 milhões de euros (4,8%), decorrente do efeito conjugado do resultado do período e dos dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2022.

Relativamente ao passivo não corrente, as responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas registam, em 2023, um valor inferior em 2 milhões de euros (19,9%), fixando-se em 8,2 milhões de euros. A variação resulta, por um lado, da valorização do fundo em 15,6% em 2023 e, por outro, pelo aumento das responsabilidades em resultado e da diminuição da taxa de desconto de 4% para 3,5% em 2023. Nos outros passivos não correntes estão ainda incluídos 6 milhões de euros referentes ao desvio tarifário de 2023.

Os financiamentos obtidos ascenderam a cerca de 336,2 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 6,5 milhões de euros, cerca de -1,9%, comparativamente ao ano anterior. De salientar que 88% da totalidade dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

No passivo corrente, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar de 58,7 milhões de euros regista um aumento de 13,6%, mais 7 milhões de euros em relação a 2022. Este acréscimo está influenciado pelo aumento verificado no saldo de fornecedores de investimento no valor de 4,3 milhões de euros (15%). Importa sublinhar que todas as dívidas a fornecedores se encontram dentro dos respetivos prazos de pagamento.

Resultados do Período

	2023	2022	Var. 23/22	%
EBIT	30 752,0	19 322,6	11 429,4	59,2%
EBITDA	65 720,6	52 138,8	13 581,8	26,0%
Resultados financeiros	(9 505,3)	(3 037,2)	(6 468,0)	(213,0%)
Resultados antes de impostos	21 246,7	16 285,4	4 961,3	30,5%
Resultado líquido do período atribuível a:	16 871,3	12 128,2	4 743,1	39,1%
Detentores do capital do Grupo EDA	17 030,8	12 142,1	4 888,7	40,3%
Interesses não controlados	(159,4)	(13,8)	(145,6)	1053,2%
Rendimento integral do período atribuível a:	15 825,1	9 311,2	6 513,9	70,0%
Detentores do capital do Grupo EDA	15 984,6	9 325,1	6 659,5	71,4%
Interesses não controlados	(159,4)	(13,8)	(145,6)	1053,2%
Resultado por Ação (€/ação)	1,140	0,670	0,5	70,1%

Tabela 29 – Resultados do Período do Grupo EDA em 2022 e 2023

Em 2023, o resultado operacional do Grupo EDA (EBIT) totalizou cerca de 30,7 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 11,4 milhões de euros face aos 19,3 milhões de euros registados em 2022. Entre 2022 e 2023, os rendimentos operacionais cresceram cerca de 19,7 milhões de euros (7,4%) e os gastos operacionais aumentaram cerca de 8,3 milhões de euros (3,3%), gerando um EBITDA próximo dos 65,7 milhões de euros.

Salienta-se que o ano de 2023 abrange factos extraordinários que, pelo seu valor, têm um impacto muito relevante nos resultados da empresa. O mais significativo resulta da correção à compensação tarifária do ano de 2022, cujo valor final foi publicado pela ERSE a 15 de dezembro de 2023 e que resulta num impacto positivo no resultado de cerca de 5,1 milhões de euros. Os resultados de 2023 estão também influenciados pela indemnização de 2,6 milhões de euros por perdas de exploração incorridas, na sequência da avaria ocorrida no último trimestre de 2021 na Central Geotérmica do Pico Vermelho.

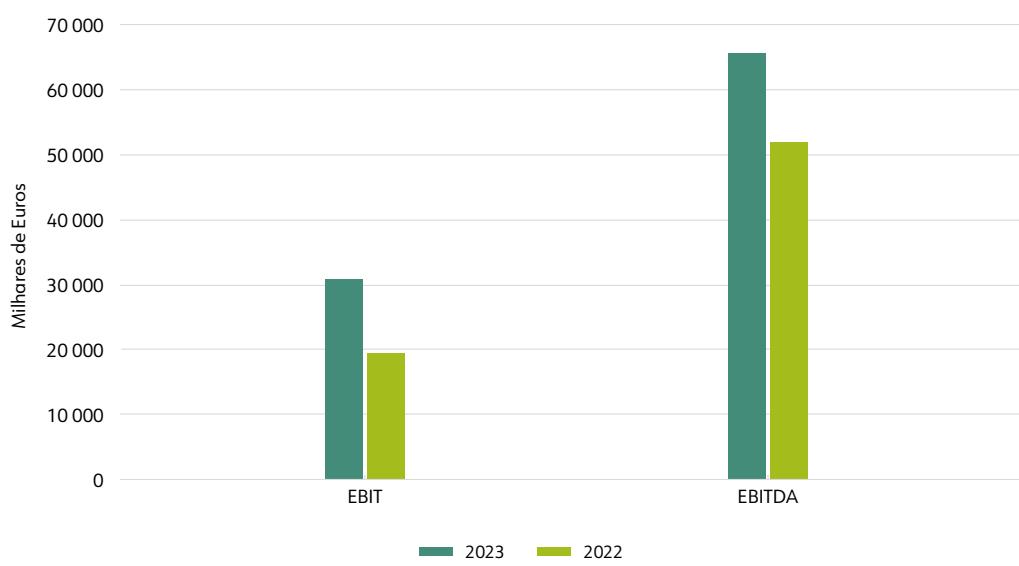


Gráfico 24 – EBIT e EBITDA do Grupo EDA em 2022 e 2023

De seguida são representados, no gráfico 25, os resultados financeiros, os resultados antes de impostos e o resultado líquido do período.

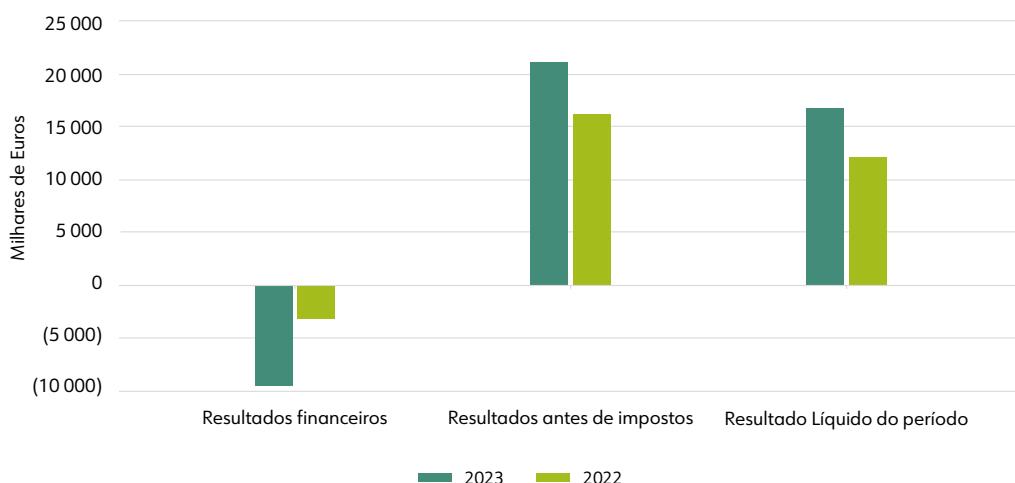


Gráfico 25 – Resultados do Grupo EDA em 2022 e 2023

Gestão Financeira

Prosseguindo uma gestão suportada no planeamento cuidado dos recursos e dos compromissos associados aos planos de negócio de cada empresa do Grupo, a par de uma política de gestão financeira centralizada, no final de 2023, o Grupo EDA dispunha de um montante 289,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas, das quais 173,5 milhões de euros em linhas de curto prazo, divididos em 58,5 milhões de euros em contas correntes caucionadas e 115 milhões de euros em Programas de Emissão de Papel Comercial, instrumento que se tem revelado muito importante já que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Quanto às facilidades de crédito de médio e longo prazo, também utilizadas para a gestão de tesouraria, a EDA dispunha, no final de 2023, de um conjunto de Programas de Emissão de Papel Comercial, com compromisso de tomada firme, no montante de 116 milhões de euros, nas modalidades de colocação direta e leilão competitivo de taxas de juro.

Do montante global contratado para apoiar a tesouraria, no final do período de 2023, encontravam-se disponíveis e por utilizar 166,4 milhões de euros, cerca de 57% do limite total contratado.

No final do exercício de 2023 a dívida do Grupo EDA ascendia a 336,1 milhões de euros, menos 6,5 milhões de euros que a dívida reportada ao final de 2022.

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
				2023	2022	2023
EDA	37 568	297 974	335 541	94 268	247 391	341 660
EDA Renováveis	545	-	545	545	545	1 091
GLOBALEDA	-	-	-	-	-	-
SEGMA	-	-	-	-	-	-
Consolidado	38 113	297 974	336 087	94 814	247 937	342 751
Juros a pagar - Empréstimos	2 014	-	2 014	1 241	-	1 241
Juros a pagar (antecipação)	-	(1 884)	(1 884)	-	(1 302)	(1 302)
	40 127	296 089	336 216	96 054	246 635	342 689

Tabela 30 – Evolução da Dívida Financeira do Grupo EDA em 2022 e 2023

A dívida do Grupo está concentrada nas empresas do *core business* EDA e EDA Renováveis, em consequência do esforço de investimento que anualmente realizam. A dívida da EDA representa cerca de 99,8%.

Por fontes de financiamento, destacam-se, os empréstimos obrigacionistas que representam 43,5% e os Programas de Papel Comercial com 33% do total da dívida. Os empréstimos do mercado externo e interno e as contas correntes assumem um peso na dívida de cerca de 19,8% e 3,6%, respetivamente.

	10 ³ EUR				
	EDA	EDA Renováveis	SEGMA	GLOBALEDA	Total
Custos Financeiros¹					
Juros Empréstimos	(11 788)	1 407	157	-	(10 224)
Comissões, Taxa Aval e Outros	(1 961)	(81)	-	(8)	(2 050)
	(13 748)	1 326	157	(8)	(12 273)

¹ Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 2.775,05 milhares euros.

¹ Não Inclui *Unwinding* de passivos de locação no montante de 6.958 euros, referente à adoção da norma IFRS 16.

Tabela 31 – Custos e Proveitos Financeiros do Grupo EDA em 2023

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida consolidada, totalizaram no período, 12.273 mil euros, mais 8.075 mil euros que os custos financeiros suportados em 2022. Nestes, estão incluídos os encargos financeiros capitalizados no montante de 2.775,05 mil euros.

	Grupo EDA	EDA
2008	5,05%	4,99%
2009	2,91%	2,91%
2010	2,52%	2,60%
2011	3,44%	3,53%
2012	4,73%	4,76%
2013	3,67%	3,69%
2014	2,72%	2,95%
2015	2,29%	2,28%
2016	1,34%	1,29%
2017	1,21%	1,25%
2018	1,31%	1,34%
2019	1,24%	1,27%
2020	1,24%	1,27%
2021	1,20%	1,20%
2022	1,32%	1,32%
2023	3,61%	3,60%

Tabela 32 – Custo Médio de Financiamento Grupo EDA e EDA, de 2008 a 2023

O custo médio da dívida da Grupo atingiu 3,61% (1,32% em dezembro de 2022). Da dívida do Grupo, 64,1% estão contratualizados com taxa variável indexada à Euribor e 35,9% a taxas fixas.

Em 2023, o custo médio da dívida do Grupo EDA foi de 3,61%.

Quanto às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, o Grupo EDA tem dois planos de pensões em vigor, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos de reforma estão constituídos igualmente dois fundos de pensões. O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários. Em 2023, a empresa efetuou contribuições para este fundo no valor de 526,9 mil euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela empresa e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2023, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 39,6 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 38,8 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 97,88%.

Nos termos das disposições previstas na Diretiva n.º 2/2014 da ERSE, que regulamenta os "Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO₂", procedeu-se, em 2023, à aquisição no mercado de 363.234 licenças de emissão de CO₂ (EUA's) pelo valor de 30,5 milhões de euros, para cobertura das emissões do ano que perfizeram 325.090 licenças, no valor de 27,7 milhões de euros.

5. Valores Característicos – Grupo EDA

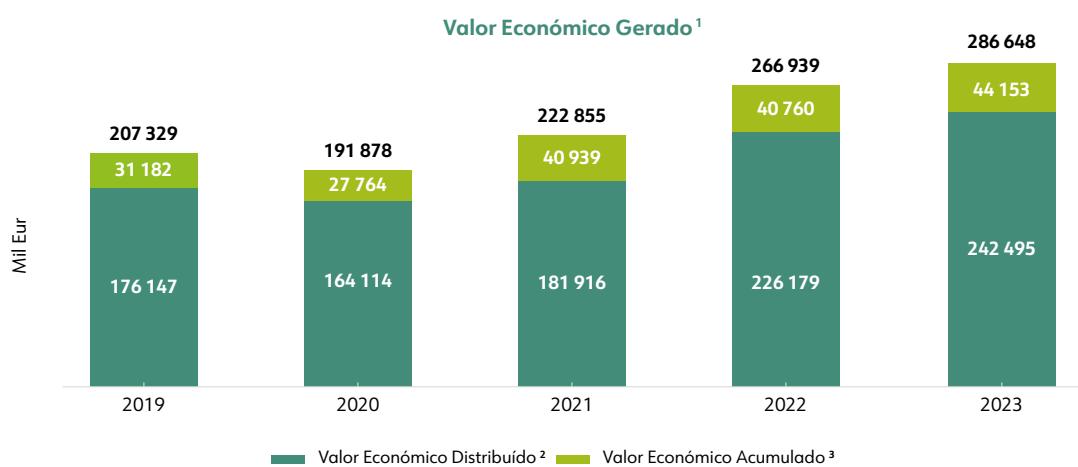
Destacam-se os seguintes indicadores económicos, do Grupo EDA, para o horizonte temporal compreendido entre 2019 e 2023.

	2019	2020	2021	2022	2023	Var. 23/22	%
Volume Negócios ¹ (mil €)	204 303	188 032	219 493	263 499	280 049	16 550	6,3%
EBIT (mil €)	24 852	19 489	19 882	19 323	30 752	11 429	59,2%
EBITDA (mil €)	54 644	50 952	52 094	52 139	65 721	13 582	26,0%
Resultado Líquido ² (mil €)	16 502	14 301	12 545	12 142	17 031	4 889	40,3%
Ativo (mil €)	518 470	532 748	584 401	626 957	641 144	14 187	2,3%

¹ Vendas + Prestações de Serviços + Subsídios à Exploração (inclui NORMA, S. A. em 2019).

² Atribuível a detentores do capital do Grupo EDA.

Tabela 33 – Indicadores Económico-Financeiros do Grupo EDA, de 2019 a 2023



¹ Valor Económico Gerado (VEG): Volume de negócios + Outros Proveitos Operacionais + Proveitos Financeiros + Ganhos/perdas em Associadas.

² Valor Económico Distribuído (VED): Custos das Vendas + Custos Operacionais + Imposto Corrente + Custos Financeiros + Pagamento de Dividendos.

³ Valor Económico Acumulado: VEG - VED.

Gráfico 26 – Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2019 e 2023

CAPÍTULO

B

**Sustentabilidade
no Grupo EDA**



Sobre o Relatório

Âmbito, Período e Estrutura de Reporte

O Grupo EDA (por vezes designado por Grupo EDA ou Grupo) reporta a sua informação não financeira na presente secção, referente ao período de reporte de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. O relatório engloba as várias empresas do Grupo EDA, à semelhança das informações financeiras apresentadas nas secções anteriores:

- EDA - Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada EDA);
- EDA RENOVÁVEIS, S. A. (adiante designada EDA Renováveis);
- GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. (adiante designada GLOBALEDA);
- SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. (adiante designada SEGMA).

O Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDA em 2023 foi elaborado com base num primeiro exercício de alinhamento com a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade (CSRD) e respetivos *Standards* de Reporte de Sustentabilidade (ESRS) definidos. Este exercício pressupôs a recolha de informação alinhada com alguns requisitos das normas ESRS, tendo em conta a capacidade de reporte das empresas para os vários temas, não garantindo, nesta primeira fase, uma total resposta aos *datapoints* dos vários requisitos.

A identificação dos temas destacados como mais significativos nas vertentes ambiental, social e de governance advém de uma análise de Dupla Materialidade (nas perspetivas de impacto e financeira), que envolveu uma avaliação interna e externa das várias questões de sustentabilidade. A estrutura desta secção encontra-se, assim, dividida em 6 principais capítulos relativos às temáticas de sustentabilidade – **A EDA em 2023; Sobre a EDA; Divulgação Geral; Pilar Ambiental; Pilar Social e Pilar Governance.**

Qualquer esclarecimento relacionado com as informações de sustentabilidade do Grupo EDA, questão ou sugestão em matéria de sustentabilidade, poderá ser endereçado através do seguinte contacto:

sustentabilidade@eda.pt

1. A EDA em 2023

1.1. Destaques do Ano

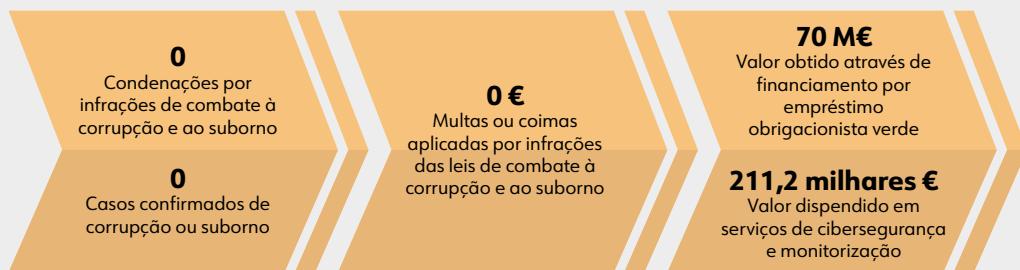
Pilar Ambiental



Pilar Social



Pilar Governance



¹² A energia própria emitida considera a energia produzida pelas centrais do Grupo EDA.

2. Sobre a EDA

2.1. História

No dia 20 de junho de 1980, a Assembleia Regional dos Açores aprovou uma proposta de Decreto Regulamentar Regional que visava a criação de uma empresa regional que fosse capaz de suprir as necessidades do subsetor energético - a eletricidade -, que se encontrava em grandes dificuldades. Para este efeito, a 21 de agosto do mesmo ano, foi publicado o Decreto Regional n.º 16/80/A, que previa a constituição de uma empresa pública regional, com a designação de Empresa de Electricidade dos Açores, E.P.. Constituída a 17 de julho do ano seguinte, a EDA, E.P., como ficou abreviada e popularmente conhecida, tinha como objetivo o estabelecimento e a exploração de serviço público de produção, transporte e distribuição de energia elétrica no arquipélago.

A 1 de outubro de 1981 iniciou a sua atividade, tendo como 1.º Presidente do Conselho de Gerência o Engenheiro Deodato Chaves de Magalhães Sousa, aderindo à mesma todas as entidades responsáveis pela gestão dos diversos sistemas elétricos de energia dos Açores, exceção feita aos Serviços Elétricos da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Federação dos Municípios da Ilha das Flores e Câmara Municipal do Corvo.

Em janeiro de 1984, é integrado na Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. o património dos Serviços Elétricos da Câmara Municipal da Praia da Vitória, ficando a EDA, E.P. sem jurisdição apenas no Grupo Ocidental do arquipélago.

A EDA, durante o primeiro decénio da sua existência, consolidou uma posição no tecido empresarial açoriano, tendo-lhe sido entregue, a 30 de março de 1992, pelo jornal Açoriano Oriental, os troféus relativos à maior empresa dos Açores, em volume de negócios e valor acrescentado bruto. Tendo em conta as expectativas criadas no tecido empresarial e atendendo ao sucesso da sua estratégia, a EDA, no início dos anos 90, inicia um processo inovador de progresso tecnológico, reorientando-se para uma reestruturação nos seus sistemas de informação, permitindo-lhe assumir uma nova atitude face aos seus clientes e aos seus colaboradores.

A 13 de janeiro de 1994, foram assinados os protocolos de transferência para a EDA, E.P. das instalações, serviço e distribuição de energia elétrica que eram explorados pela Federação dos Municípios da Ilha das Flores e pela Câmara Municipal do Corvo. Assim, a EDA, E.P., pela primeira vez no seu historial, passa a ter intervenção em todo o território da Região Autónoma dos Açores. A década de noventa marcará também uma nova aposta nas energias alternativas e na preservação do ambiente, designadamente através do reforço do investimento em centrais hidroelétricas e parques eólicos.

A 8 de abril de 1997, a EDA é transformada em sociedade anónima, introduzindo-se um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado *know-how*. A 30 de dezembro de 1999, concretiza-se um importante passo no sentido da reprivatização da empresa, com a entrada, como parceiro estratégico, da EDP no seu capital social, com 10%.

A GLOBALEDA é fundada em 1997, sendo atualmente detida em 74,90% pela EDA e 25,10% pela Novabase Business Solutions, – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.. Tem como objetivo a conceção, o estudo e o acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, a par da comercialização de produtos Vodafone para os setores residencial e empresarial.

Em 1998, é constituída a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., com o objetivo prestar serviços na área de engenharia. Atualmente, é detida em 90% pela EDA e 10% pela EDA Renováveis.

Em 2000, foi iniciada uma profunda reestruturação orgânica da EDA, destacando-se a extinção dos centros de exploração por ilha e a criação de três grandes áreas verticalizadas: Produção, Distribuição e Comercial.

Em 2002, com a publicação do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março, verificou-se uma substancial alteração no setor elétrico regional, com a extensão das competências da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Assim, as respetivas empresas passaram a ser sujeitas ao seu controlo e regulação e o sobrecusto da insularidade a ser suportado no quadro tarifário nacional.

Em 2003, iniciou-se a aplicação do novo processo de fixação de tarifas e cálculo das compensações pela convergência dos preços da energia elétrica pela ERSE, passando a EDA a receber mensalmente o valor assim definido.

Em 2005, através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 1/2005, de 3 janeiro, é autorizado o processo de alienação de um lote indivisível de 4.748.100 ações representativas de 33,92 % do capital social da Electricidade dos Açores, S. A.. O concurso foi ganho pela ESA - Energia e Serviços dos Açores, S. A., tendo sido este resultado homologado, sob proposta do Governo Regional dos Açores, pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 116/2005, de 23 de junho. Na sequência desta alienação procedeu-se, em Assembleia Geral realizada em julho, à eleição dos novos órgãos de gestão. Posteriormente, em setembro, foi efetuada a segunda fase do processo de reprivatização, através de oferta pública de venda (OPV) de 837.900 ações representativas de 5,98% do capital social, reservada a trabalhadores, pequenos subscriptores e emigrantes.

Em 2006, a ESA reforça a sua participação na EDA, ficando detentora de 39,7% do seu total.

Em 2008, na sequência do projeto de cisão simples, a atividade de sistemas de informação foi destacada da GLOBALEDA e integrada na constituição de uma nova entidade designada por Novabase Atlântico, S. A..

Em 2013, a EDA Renováveis iniciou a sua atividade com os recursos humanos e os meios advenientes das sociedades fundidas (SOGEO e EEG), dispostos numa nova estrutura. No final desse ano, a Geoterceira fundiu-se, também, na EDA Renováveis, ficando esta empresa responsável pela exploração dos recursos hídricos, eólicos e geotérmicos do Grupo EDA. Em 2013, em Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013, foi também deliberada a fusão da Novabase Atlântico na GLOBALEDA mediante a transferência global do seu património. Atualmente a EDA Renováveis é detida em 99,68% pela EDA e 0,32% pela SEGMA.

A EDA realizou em 2021 o maior volume de investimento da sua história, até então, no total de 49,5 milhões de euros, e de 69,9 milhões de euros no total do Grupo EDA. A EDA concretizou novamente, em 2022, um volume de investimento muito significativo, no total de 46,1 milhões de euros, e de 51,4 milhões de euros no total do Grupo EDA. Em 2023, tanto a EDA como o Grupo EDA voltam a registar máximos históricos de investimento, no total de 70 milhões de euros e 74,6 milhões de euros, respectivamente.

2.2. Uma Missão com Propósito

Missão

Estamos na eletricidade com eficácia e qualidade para servir os nossos clientes. Assumimos um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos Açores, com salvaguarda do património ambiental e cultural.

O Grupo EDA garante o desenvolvimento sustentável das suas empresas através da criação de valor para todas as partes interessadas, reconhecendo que as melhores práticas são indissociáveis do respeito pela segurança e a saúde das pessoas, do uso racional dos recursos e da preservação de um ambiente limpo.

O Grupo EDA promove uma política criadora de valor, essencial a uma posição de liderança socialmente responsável, considerando fundamental um crescimento orientado aos interesses dos Açores com base em riscos controlados e em parceria com as suas partes interessadas.

2.3. Garantia da Segurança no Abastecimento

A garantia de abastecimento de energia elétrica tem um elevado impacto na qualidade de vida das populações e na criação de valor económico nos diversos setores de atividade, pelo que qualquer interrupção ou perturbação no seu fornecimento provoca constrangimentos ao nível económico e social.

Na Região Autónoma dos Açores, esta garantia é responsabilidade da EDA nos sistemas elétricos de cada uma das nove ilhas, sem viabilidade de interligação entre si ou com a rede europeia. Deste facto, resulta a elevada dependência de produtos petrolíferos, para assegurar a satisfação das necessidades energéticas locais em quantidade e qualidade. No entanto, tem havido uma constante aposta na diversificação das fontes de energia, designadamente no aproveitamento de diversos recursos renováveis, tais como o hídrico, geotérmico, eólico e solar. Para maximizar a integração de energia produzida a partir de fontes renováveis (energia renovável), com o seu carácter intermitente, sem que seja colocada em causa a estabilidade dos sistemas, torna-se necessária a aposta em soluções tecnológicas complementares que apoiem a gestão do sistema eletroprodutor, assegurando a sua robustez, aumentando a sua flexibilidade e reduzindo a relevância dos combustíveis fósseis no papel da segurança de abastecimento. Por outro lado, é necessário dotar as redes de transporte e distribuição de capacidade de escoamento e resiliência.

Anualmente são monitorizados dados do consumo de energia elétrica e estimada a sua evolução nos próximos anos, para aferir a adequação dos sistemas eletroprodutores e das redes elétricas à procura. Nas revisões anuais do Plano de Investimentos do Grupo EDA o mesmo é ajustado em função dessas análises.

Na elaboração do plano de expansão dos sistemas eletroprodutores, é aplicado o critério de segurança N-2 (2 maiores grupos térmicos fora de serviço), para todas as ilhas em cenário de ponta máxima anual, tendo presente que durante o tempo de uma manutenção periódica de uma unidade térmica, ou de reparação de avaria prolongada, poderá ocorrer a falha de uma unidade que esteja em operação. Esta salvaguarda deve-se sobretudo ao facto de a garantia de abastecimento depender sobretudo na única central térmica existente em cada ilha, e no facto das pontas máximas ocorrerem tendencialmente no verão, quando os recursos renováveis são mais escassos, exceto o solar.

A EDA tem contribuído para a integração de produção renovável através da implementação de soluções de apoio ao despacho dos sistemas eletroprodutores, nomeadamente na realização de uma gestão otimizada das diversas fontes, minimizando a produção térmica em períodos de maior potencial de produção renovável. Por outro lado, e com o mesmo objetivo, a EDA tem implementado em São Miguel e Terceira, soluções de armazenamento de energia que irão permitir aumentar a flexibilidade na gestão do sistema eletroprodutor, reduzindo o número de unidades térmicas em funcionamento, sem colocar em causa a segurança do abastecimento. Essas soluções, que começaram por ser constituídas por pequenos reservatórios hídricos, passaram pelo recurso a volantes de inércia do tipo *flywheel* (apenas nas Flores e Graciosa) e, atualmente, pela implementação de sistemas de armazenamento de energia em baterias eletroquímicas (BESS - *Battery Energy Storage System*). Os sistemas BESS, devido à sua resposta rápida e precisa face a perturbações no sistema elétrico, permitem ainda aumentar a robustez do sistema eletroprodutor reduzindo o número de indisponibilidades causadas por eventos ao nível da produção.

No que concerne à evolução dos sistemas eletroprodutores, e no contexto de substituição de produção térmica por renovável, a EDA promove ainda a realização de estudos de garantia de segurança de abastecimento, nos quais é avaliada a adequação destes sistemas a longo-prazo, tanto ao nível da reserva de cobertura como ao nível da reserva operacional.

Ao nível das redes, a EDA promove investimentos em infraestruturas que têm como objetivo evitar que a indisponibilidade total ou parcial de equipamentos possa provocar direta ou indiretamente a rutura do abastecimento de energia elétrica, ou a suspensão da injeção de energia por parte de produtores, e em novas infraestruturas que criem condições necessárias para a ligação à rede pública de novos centros produtores e de novos clientes. Para este efeito, procura garantir a resiliência dos sistemas aplicando critérios de segurança nas suas principais infraestruturas do sistema, nomeadamente nas linhas de transporte, redes de distribuição de média tensão (MT) e subestações. Para a ligação de novos clientes, em MT e baixa tensão (BT), é assegurada a disponibilidade da potência requisitada, sem congestionamentos, e com as características da tensão de alimentação dentro dos limites admissíveis estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço e na Norma Portuguesa EN 50160.

Um outro vetor importante para a Segurança de Abastecimento é a existência de planos de manutenção preventiva, elaborados anualmente, cuja execução permite reduzir o número de avarias dos equipamentos e as consequências das suas indisponibilidades.

Para este efeito, a EDA dispõe, desde 2014, de um Sistema de Gestão - Componente Qualidade certificado, que abrange a manutenção das redes de alta tensão (AT), MT, BT, subestações, aparelhos de manobra de rede aérea e postos de transformação. Este sistema contempla um conjunto de ações de manutenção ao nível do transporte e distribuição, uniformiza os procedimentos em todas as ilhas, reunindo diversas valências técnicas e financeiras numa única aplicação de gestão da manutenção, e inclui o controlo das conformidades legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

A EDA, enquanto concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica da Região Autónoma dos Açores (RAA), possui diversos sistemas de distribuição de energia nas diferentes ilhas. Nas ilhas com maior área – São Miguel, Terceira e Pico – os sistemas são compostos por uma rede de transporte e uma rede de distribuição MT com diferentes níveis de tensão, no entanto nas restantes ilhas as redes de distribuição estão estabelecidas apenas com um nível de tensão.

Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta limitada de prestadores de serviços qualificados no âmbito das empreitadas (trabalhos de manutenção preventiva e curativa); • Oferta limitada de fornecedores de bens e equipamentos em algumas ilhas; • Constrangimentos logísticos com o fornecimento de materiais e equipamentos que podem levar a tempos de resposta/reposição elevados; • Custos elevados de investimento associados à implementação de novas tecnologias e consequente baixa maturidade de algumas tecnologias aplicadas que poderão não corresponder às necessidades e especificidades no imediato; • Dispersão geográfica e consequentes dificuldades de concretização de economias de escala; • Infraestruturas expostas a ocorrências de fenómenos naturais adversos (sismos, derrocadas, tempestades, ciclones, entre outros) que podem causar danos às mesmas.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Descarbonização da economia; • Digitalização do sistema elétrico (monitorização, otimização, previsibilidade, flexibilidade e interação com os consumidores); • Estabelecimento de redes elétricas subterrâneas e com redundância; • Qualificação técnica dos recursos humanos no âmbito do domínio de tecnologias de ponta; • Aposta em soluções tecnológicas, economicamente sustentáveis e que permitam a maximização do grau de penetração de energia renovável em sistemas telecomandados.

Tabela 34 – Garantia da Segurança no Abastecimento – Riscos e Oportunidades

No âmbito do plano de manutenção de 2023, foram executadas 1.215 ações de manutenção e 633 ações de inspeção em subestações e postos de transformação e seccionamento, uma variação de 7,1% e de -29,8%, respetivamente, face ao ano anterior. Na rede AT e MT foram efetuadas manutenções em 148 km de rede, menos 158 km que no ano anterior. Adicionalmente foram inspecionados 551 km destas redes, mais 241 km que no ano anterior. Relativamente às redes BT e iluminação pública, foram inspecionadas 183 redes, menos 39 que em 2022, e foram objeto de manutenção 1.112 redes, estando este decréscimo de 969 ações relacionadas com a alteração dos ciclos de manutenção (de duas vezes por ano para uma vez) em função da substituição da tecnologia das luminárias (vapor de sódio de alta pressão para LED).

Adicionalmente, em 2023, foram executadas 329 inspeções relacionadas com a manutenção preventiva condicionada, 21 em subestações e 308 em postos de seccionamento e transformação e, ainda, análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos em 37 transformadores.

Com o objetivo de garantir uma resposta rápida em caso de falha de fornecimento de energia elétrica, a empresa dispõe de recursos humanos ao nível de serviços de monitorização, prevenção e assistência técnica, através de *Call Center*, despacho de avarias, equipas de piquete de modo a garantir a resposta rápida em caso de necessidade e falha de abastecimento de energia elétrica. Em complemento, existem equipas de intervenção que são mobilizadas em função da dimensão de cada evento. As ocorrências com maior impacto são avaliadas de imediato, com vista à sua resolução e à prevenção da sua reincidência, tanto em equipamentos como em situações de operação similares.

Ilha	Rede Média e Alta Tensão	Subestações (painéis)	Postos de Seccionamento e Transformação	Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública
N.º total de equipamento/Extensão	1 531 km	976	1 592	2 477
N.º total de manutenções/Extensão	148 km	342	873	1 112
N.º total de inspeções/Extensão	551 km	-	633	183

Tabela 35 – Inspeções e Manutenções à Rede

Por forma a monitorizar a qualidade de serviço técnica, na perspetiva da sua continuidade, são utilizados diversos indicadores de análise, destacando-se os indicadores gerais de frequência (SAIFI – *System Average Interruption Frequency Index*) e duração (SAIDI – *System Average Interruption Duration Index*) das interrupções. Estes indicadores, em Portugal, são regulados e fiscalizados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tendo por base um conjunto de padrões base definidos de acordo com o nível de tensão, a área geográfica e o número de clientes abrangidos. Em 2023, a EDA cumpriu com os padrões gerais da continuidade de serviço em todas as ilhas e zonas de qualidade de serviço. Considerando todas as interrupções verificadas em pontos de entrega da rede de MT, intrínsecas aos sistemas da EDA e não incluindo as interrupções por acordo com os clientes ou factos imputáveis aos mesmos, em 2023, verificou-se um aumento da frequência média de interrupções (SAIFI) na Região, tendo o valor do indicador sido superior em 7,2% face ao ano transato. Em relação ao indicador de duração média de interrupções (SAIDI), verificou-se uma diminuição do valor deste indicador na Região de cerca de 6,6%, face a 2022.

2.4. Satisfação do Cliente

A missão do Grupo EDA pressupõe a prestação de serviços que assegurem uma elevada qualidade e satisfação dos seus clientes.

Ao nível da sua estratégia de sustentabilidade, é realizada uma análise de materialidade que considera a priorização de temas de acordo com o seu impacto no ambiente e na sociedade, em resultado da auscultação dos stakeholders mais relevantes, entre os quais se incluem os clientes. Neste processo de auscultação, o Grupo EDA obtém, também, feedback dos seus consumidores sobre outros aspectos, como a concordância com as suas propostas de sustentabilidade, eventuais temas a considerar na estratégia, quais os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para os quais deve contribuir, oportunidades de melhoria e/ou desafios relacionados com a sua gestão de sustentabilidade, quais os canais de comunicação que deve privilegiar para comunicar com os clientes e que conteúdos de sustentabilidade gostariam de ver divulgados. Os seus planos de gestão consideram também as medidas decorrentes da análise do feedback dos clientes, relacionados com interesses e direitos dos consumidores, sendo também considerados todos os regulamentos da ERSE relacionados com qualidade de serviço e relações comerciais, bem como toda a legislação relacionada com o setor elétrico.

O Grupo EDA detém, em exclusividade, a concessão do transporte e distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores (RAA), estando sob a regulação da ERSE e sujeita aos regulamentos emanados por esta entidade, tais como:

- **Regulamento de Relações Comerciais** – Estabelece o relacionamento comercial entre os intervenientes no setor elétrico, onde estão incluídos os clientes, e prevê, para determinadas temáticas, a reparação dos impactos negativos decorrentes da atuação da organização;
- **Regulamento da Qualidade de Serviço** – Define as obrigações e níveis de qualidade de serviço a cumprir pela empresa, nomeadamente aquelas relacionadas com a continuidade de serviço, qualidade da eletricidade e qualidade comercial.

O Grupo EDA definiu como missão servir os seus clientes com eficiência e eficácia. Este desígnio está implícito nos princípios que regem a estratégia da organização, conforme pode ser consultado no plano estratégico e **Política da Qualidade, Ambiente e Segurança**, onde assume e demonstra compromisso com estes temas, e que se materializa através das metodologias e dinâmicas estabelecidas pelo Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS). A organização estabelece também **canais de comunicação** com os consumidores e utilizadores finais, que servem de apoio ao SGQAS e que fornecem informação à Gestão de Topo para a orientação estratégica e tomada de decisão. Os canais privilegiados para comunicação com o cliente são: pontos de atendimento presencial/digital, Call Center, Canal de reclamações, Canal de denúncia de irregularidades, Provedor do Cliente, site do Grupo EDA e redes sociais.

No âmbito do SGQAS, o Grupo EDA instituiu políticas e metodologias para monitorizar e avaliar a sua eficiência e eficácia no que se refere à Satisfação do Cliente, das quais se destacam:

- Realização de inquéritos de satisfação de clientes, no âmbito do estudo anual de satisfação dos diversos tipos de clientes do Grupo EDA;
- Definição de indicadores de desempenho que, direta ou indiretamente, contribuem para avaliar o nível de satisfação do cliente e monitorizar o desempenho do processo comercial. Para além dos indicadores obrigatórios decorrentes dos regulamentos definidos pela ERSE, são ainda definidos e monitorizados indicadores no âmbito do SGQAS e dos inquéritos de satisfação dos clientes;
- Análise mensal de *tableau de board* relativo à qualidade de serviço;
- Realização de reuniões periódicas, com encontros de quadros, para acompanhamento do desempenho dos processos, incluindo o processo comercial no qual está integrada a avaliação da satisfação do cliente e a identificação de riscos e oportunidades;
- Revisão do SGQAS pela Gestão de Topo, onde são analisados os resultados da monitorização dos processos, bem como na análise do contexto interno e externo, riscos e oportunidades, entre outros;
- Realização de auditorias internas e externas;

- Política de qualidade e melhoria contínua através do SGQAS, análise SWOT e estudos de sustentabilidade;
- Transparência e disponibilidade de informação ao cliente através de folhetos, inclusive no site da organização.

Relativamente à identificação e avaliação dos riscos e oportunidades associados às suas principais atividades, é desenvolvida uma **Análise de Riscos e Oportunidades (R&O)**, aliada a uma revisão do contexto (impactos), à avaliação das necessidades e expectativas dos *stakeholders* (clientes), à operacionalização das linhas de orientação estratégica e às dinâmicas de gestão, que também contribuem para identificação dos riscos e oportunidades e que podem resultar na necessidade de adaptação da estratégia e redefinição do seu modelo de negócio.

Para corrigir os impactos negativos, atenuar os riscos e procurar oportunidades relativas à satisfação do cliente, o Grupo EDA implementa ainda melhorias baseadas na análise de resultados de inquéritos de opinião/estudo de mercado, abre ocorrências e oportunidades de melhoria derivadas de reclamações de clientes, auditorias e/ou reuniões internas, desenvolve e altera procedimentos na sequência de não conformidades ou de oportunidades de melhoria, define planos de ação e cria equipas interdepartamentais, sempre que necessário. Como resultado, é expectável constatar uma diminuição dos níveis de risco e das ocorrências identificadas, a melhoria do processo de gestão de ocorrências e do nível de satisfação do cliente, a redefinição da política e estratégia da organização, e a alocação e utilização de recursos de forma mais eficiente e eficaz.

Decorrente do contexto em que o Grupo EDA está inserido, identificam-se os impactos, riscos e oportunidades, relacionados com a satisfação do cliente, nomeadamente:

Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da reputação e imagem corporativa; • Redução de reclamações deferidas; • Melhoria do prazo médio de recebimentos; • Melhoria dos tempos de resposta das solicitações dos clientes; • Melhoria da qualidade e continuidade de serviço do fornecimento de energia elétrica; • Agilização da identificação e resolução de problemas/avarias, da gestão de crises, da adoção de respostas comerciais e de práticas da empresa em termos do seu negócio em geral; • Apresentação, solicitude, disponibilidade, competência e empatia dos colaboradores, em particular dos atendedores e técnicos do terreno com relacionamento direto; • Promoção da transparência e confiança na relação comercial; • Certificação dos processos comerciais e alargamento às áreas técnicas no âmbito do SGQAS; • Aumento do número de reclamações relacionados com a prestação de serviços; • Deterioração do prazo médio de recebimentos; • Agravamento dos tempos de resposta das solicitações dos clientes; • Incremento de situações de conflito, disputa, contestação ou litígio; • Incumprimento de requisitos e/ou das expectativas dos clientes; • Complexidade das regras de faturação legais e regulamentares dificultando a interpretação da fatura de energia elétrica; • Não acompanhamento da evolução tecnológica, com implicações por exemplo no desfasamento de informação do serviço executado no terreno pela falta da mobilidade e possibilidade de gestão virtual dos dados comerciais dos clientes.
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de não satisfazer as expectativas e necessidades dos clientes em termos de qualidade, acessibilidade, sustentabilidade e inovação.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar a motivação dos colaboradores; • Implementação das novas práticas/tecnologias diretamente relacionadas com o serviço comercial prestado aos clientes, como por exemplo a melhoria da eficiência do serviço ao cliente pela aplicação da mobilidade no terreno, permitindo uma faturação atempada, com redução do erro e incremento da fiabilidade do serviço; • Possibilidade de fomentar a digitalização do processo comercial, evitando deslocações desnecessárias do cliente às instalações do Grupo EDA através da melhoria das ferramentas de comunicação com o cliente, como no caso da aplicação EDA Online; • Disponibilização de informação em inglês para dar resposta ao aumento do número de clientes estrangeiros a residir na RAA; • Inclusão, na revisão do SGQAS, dos resultados dos inquéritos de satisfação de cliente e respetivos planos de melhoria.

Tabela 36 – Satisfação do Cliente - Riscos e Oportunidades

Entre 2022 e 2023, o Grupo EDA realizou um estudo do nível de satisfação dos seus clientes relativamente à qualidade do serviço prestado, notoriedade, posicionamento e desempenho ambiental, através de inquéritos telefónicos a clientes domésticos (437 inquéritos a famílias) e não-domésticos (434 inquéritos a empresas), de auditorias aos 22 centros de atendimento, de 289 inquéritos presenciais nos centros de atendimento e da implementação de 20 clientes mistério nos centros de atendimento presencial e no Call Center. Este estudo permitiu concluir que, de um modo geral, os seus clientes estão satisfeitos com

o serviço prestado, ao nível do fornecimento de energia elétrica, reconhecendo, no Grupo EDA, prestígio e distinção enquanto empresa açoriana de confiança. Destaca-se, ainda, para uma percepção global dos inquiridos acerca dos assistentes e operadores dos centros de atendimento e do *Call Center*, a distinção pela sua simpatia, disponibilidade e solicitude. Relativamente à avaliação comparativa do desempenho das principais empresas que atuam no setor da energia, transportes, telecomunicações e água, a EDA é a empresa que obtém uma maior classificação por parte dos clientes. Da análise, resultaram, também, outras observações, nomeadamente:

- Conhecimento generalizado das opções tarifárias mais eficientes da organização (bi-horária e tri-horária), por parte dos inquiridos, verificando-se uma maior taxa de utilização da tarifa tri-horária.
- Apesar da maioria dos inquiridos ainda não ter aderido às tarifas mais eficientes, verifica-se a adoção generalizada de estratégias de poupança de energia por parte dos clientes, das quais se destacam a utilização de lâmpadas LED, o cuidado ao desligar a eletricidade e os equipamentos domésticos, a compra de equipamentos classe A/A+, entre outros.
- Dos inquéritos telefónicos realizados aos clientes domésticos e não-domésticos, regista-se um reduzido reporte de avarias e de reclamações, cuja comunicação é, maioritariamente, realizada através de contacto telefónico, via *Call Center*. O número de avarias reportadas é reduzido e os clientes demonstram satisfação com a sua resolução, ao contrário do tratamento às reclamações cuja classificação atribuída foi pouco satisfatória.
- Os clientes consideram que os centros de atendimento se encontram em boas condições de higiene, arrumados, com boa luminosidade e uma boa organização geral das lojas. Os assistentes foram convenientemente avaliados quanto à sua apresentação, simpatia, disponibilidade, cuidado e profissionalismo, considerando-se que, de um modo geral, assumem uma melhor postura profissional, adotam um discurso claro e elucidativo, e demonstram segurança nos conhecimentos gerais sobre as temáticas abordadas pelos clientes mistério.
- Ao nível das energias renováveis, constata-se que a maioria dos inquiridos ainda não possui Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC), sendo que, de um modo geral, atribuíram um score médio de 7,8 (numa escala de 1 - Muito Mau a 10 - Muito Bom) ao nível de preocupação da EDA com questões ambientais. Não obstante, como sugestões de melhoria, referem principalmente o reforço do investimento em energias renováveis em todas as ilhas e o aumento da promoção de novos produtos e serviços do Grupo EDA no âmbito das energias renováveis.

Face à última análise, efetuada em 2017, no que diz respeito ao fornecimento de eletricidade, verifica-se uma melhoria da classificação, registando-se uma pontuação média de 8,6 (numa escala de 1 - Muito Mau a 10 - Muito Bom) em 2022, face a uma pontuação média de 3,9 (numa escala de 1 - Muito Mau a 5 - Muito Bom) em 2017. Ao nível do atendimento ao cliente, onde se analisa a apreciação global do atendimento telefónico, do atendimento ao balcão e da qualidade do serviço prestado pelos serviços técnicos, constata-se uma melhor avaliação em 2022, com pontuações acima de 8,6, comparativamente a 2017 onde as pontuações estiveram entre 4,0 e 4,2 (considerando as escalas anteriormente mencionadas).

3. Divulgação Geral

3.1. Abordagem Estratégica

No contexto da atividade do Grupo EDA, a abordagem estratégica de sustentabilidade desempenha um papel fundamental na garantia da viabilidade a longo prazo do negócio. O Grupo reconhece a interdependência entre as suas operações e o ambiente, bem como o impacto social e económico das suas atividades. Tal implica a integração das considerações ambientais, sociais e de *Governance* (ESG) nas várias áreas de negócio, desde a produção de energia até a prestação de serviços.

No âmbito da sustentabilidade, a participação ativa dos órgãos de direção, particularmente do Conselho de Administração, é de suma importância para assegurar a eficiente integração das considerações ESG em todas as atividades do Grupo.

O Conselho de Administração (CA) do Grupo EDA, o mais alto órgão de *Governance*, é composto por 9 pessoas (das quais 3 são do sexo feminino). O CA tem 5 membros executivos, constituídos em Comissão Executiva (CE), órgão com competência para assegurar a gestão corrente da sociedade, para operações de valor até 1,5 milhões de euros, de acordo com a delegação efetuada pelo CA. As operações sobre participações sociais não são delegáveis e a designação como Administradores Executivos e Não Executivo decorre de decisão da Assembleia Geral.

No Grupo EDA, a área da sustentabilidade está sob a responsabilidade do **CSO - Chief Sustainability Officer**, que recebe e gera as informações sobre estas temáticas, de forma regular e integrada no Sistema de Gestão da organização, garantindo o cumprimento regulatório, o envolvimento de todas as Equipas de Sustentabilidade e o reporte de planos e desempenhos à CE.

As **Equipas de Sustentabilidade** são responsáveis, no contexto do Sistema de Gestão do Grupo, pela gestão das várias componentes ESG, dos temas materiais alocados aos Diretores e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e participam também na elaboração do relatório de sustentabilidade.

Foi ainda instituído um **Comité de Sustentabilidade**, composto pelos Diretores, CE e Órgão de Gestão das participadas, que acompanha a implementação de políticas e objetivos ESG e avalia o seu desempenho, analisa e propõe medidas e meios para a execução do Plano de Gestão ESG, acompanha a evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e propõe ações de melhoria, e analisa os procedimentos e os documentos a implementar transversalmente nas empresas do Grupo EDA.

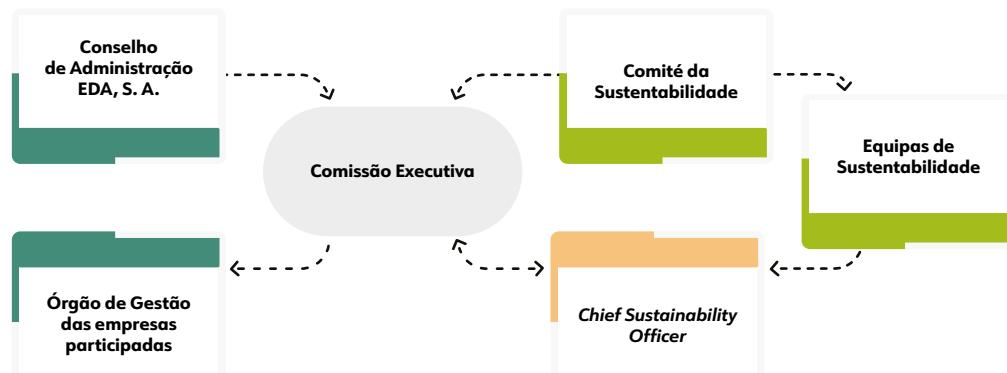


Gráfico 27 – Modelo de Governance

Considerando o seu modelo de negócio, as principais atividades do Grupo EDA são a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica que pressupõem um estreito envolvimento com os diversos intervenientes da cadeia de valor, garantindo a passagem dos valores do Grupo a montante e a jusante da cadeia.

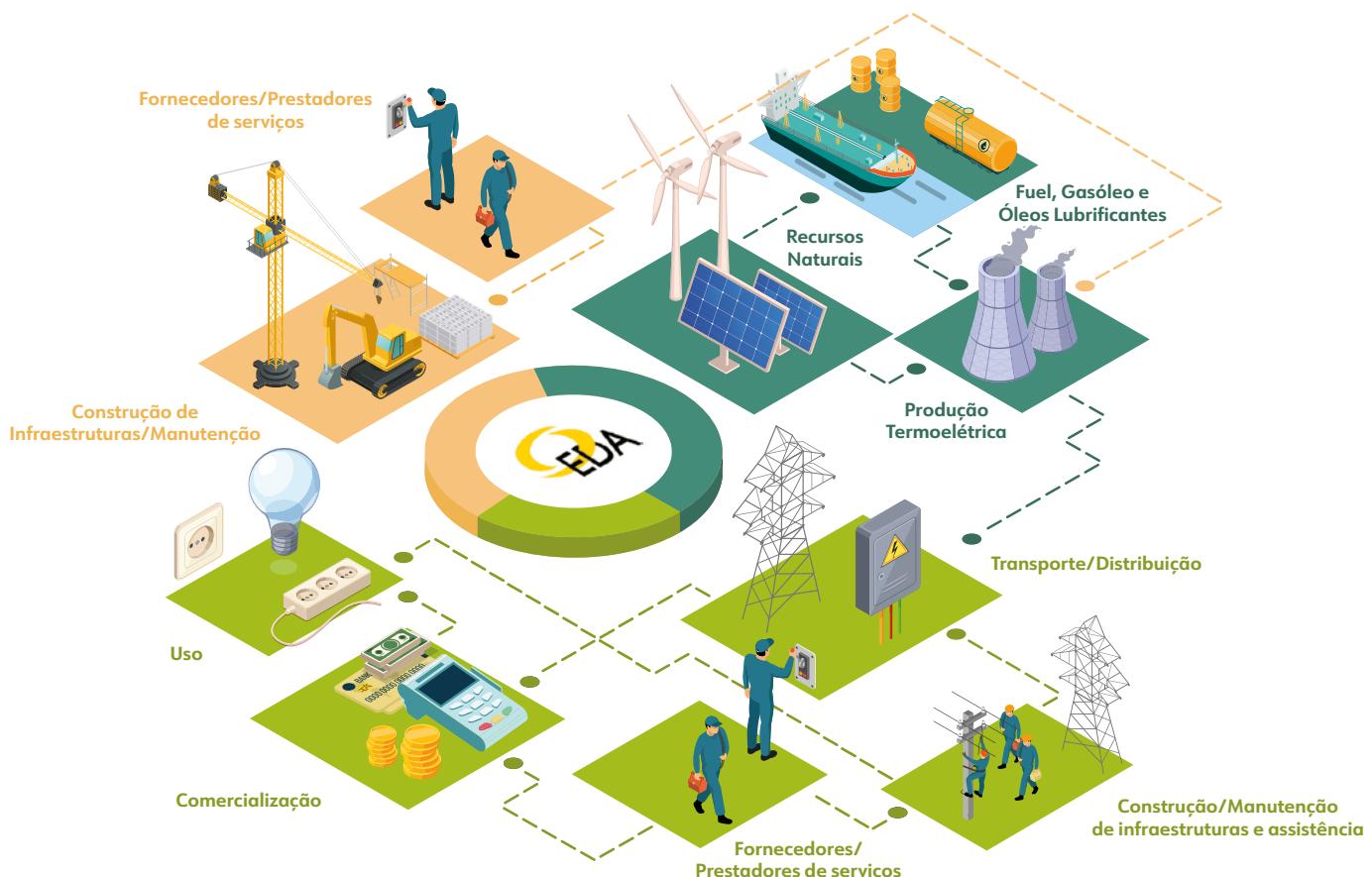


Gráfico 28 – Cadeia de Valor do Grupo EDA

Ao antecipar e responder proativamente aos desafios ambientais e sociais, o Grupo EDA está mais preparado para enfrentar regulamentações mais rigorosas, mitigar riscos relacionados com a sustentabilidade e assumir uma posição de liderança no setor relativamente a estas temáticas. O Grupo pretende, assim, assegurar uma abordagem sistemática para identificar e gerir a riscos ESG para a sua atividade.

Em 2023, foi efetuada uma análise aos pares do setor e referenciais de sustentabilidade, de modo a identificar os riscos ESG mais relevantes. Para esta análise, foram considerados os temas materiais identificados no processo de Dupla Materialidade. Adicionalmente, foram consideradas as recomendações de divulgação da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) para a identificação dos riscos climáticos, em alinhamento com o tema material “Alterações Climáticas”, que considerou riscos de transição decorrentes do processo de transição e adaptação e os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos e relacionados com o clima.

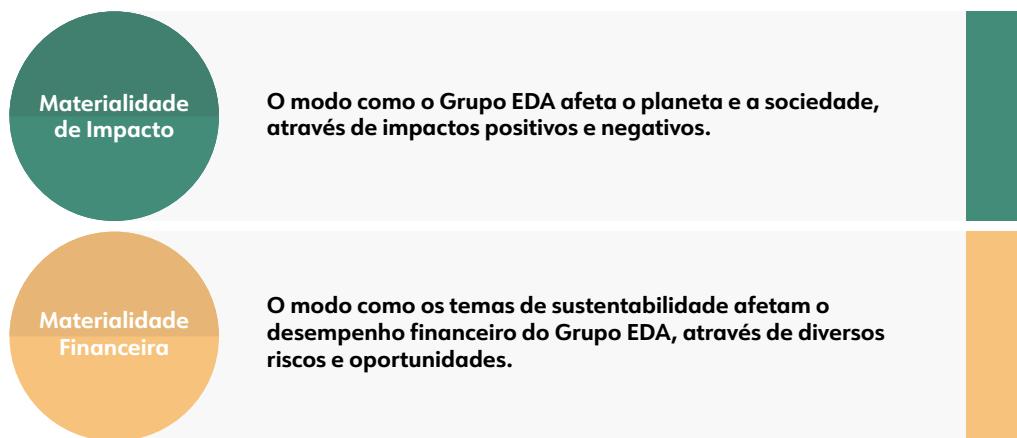
A metodologia de avaliação dos riscos e definição de prioridades considera a sua quantificação utilizando critérios objetivos para cada parâmetro, sendo agrupados numa escala qualitativa em que são priorizados de acordo com o seu potencial impacto. Para os riscos mais significativos são definidas medidas de controlo com o objetivo de mitigar ou eliminar os seus efeitos. Periodicamente, é realizada uma análise ao nível de concretização e à eficácia das medidas de controlo definidas. O resultado desta análise é comunicado à Gestão de Topo. Ao longo dos capítulos do relatório são identificados os diversos riscos, de acordo com cada tema material.

3.1.1. Materialidade

Atento aos crescentes desafios do enquadramento legal e regulatório em matéria de sustentabilidade, o Grupo EDA realizou uma análise de materialidade, sob a perspetiva da Dupla Materialidade, conforme requisito da CSRD – *Corporate Sustainability Disclosure Directive*, com o objetivo de identificar os temas de sustentabilidade que deverá endereçar de forma consistente e prioritária.

Para o efeito foi identificado um conjunto de temas potencialmente materiais ao nível social, ambiental e de *Governance/económico*, posteriormente submetidos à análise dos *stakeholders*, tanto internos como externos, sob a perspetiva do impacto (materialidade de impacto) e dos riscos e oportunidades (materialidade financeira).

Dupla Materialidade



Do processo de auscultação, realizado através de questionários e entrevistas, resultou a identificação de 12 Temas Materiais, conforme a Matriz de Materialidade apresentada:

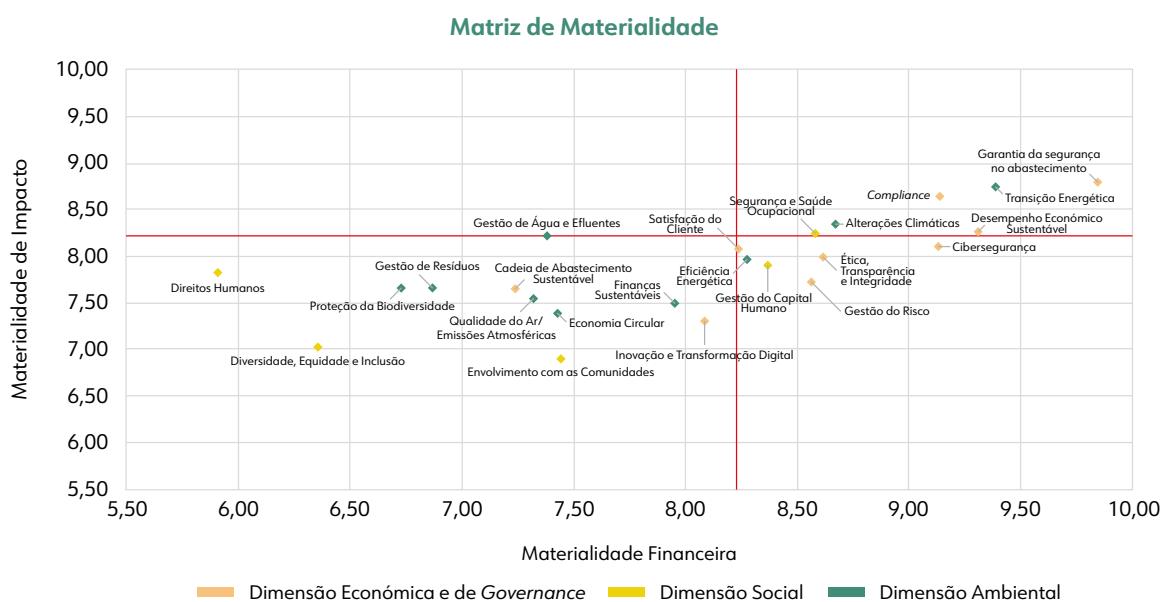


Gráfico 29 – Matriz de Materialidade

Governance

Garantia da Segurança no Abastecimento

Desenvolvimento de processos que garantam um abastecimento de energia às 9 ilhas dos Açores seguro, eficiente e contínuo.

Compliance

Gestão do negócio em conformidade com as leis, normas e regulamentos existentes.

Desempenho Económico Sustentável

Promoção da solidez económica da organização, assegurando a continuidade da sua missão através de práticas sustentáveis, bons resultados e um modelo de negócio resiliente, ambientalmente responsável e assente num crescimento justo e inclusivo.

Cibersegurança

Adoção de mecanismos para garantir a segurança da informação, a proteção contra ataques cibernéticos e a salvaguarda da privacidade de dados de colaboradores, clientes e parceiros.

Ética, Transparéncia e Integridade

Gestão do negócio com integridade e transparéncia, promovendo os valores éticos junto de colaboradores, clientes e parceiros.

Gestão do Risco

Implementação de processos robustos de gestão dos riscos ESG, de modo a antecipar cenários, tomar decisões responsáveis e salvaguardar a continuidade das operações.

Satisfação do Cliente

Prestação de serviços que assegurem um índice de satisfação elevado por parte dos clientes.

Ambiente

Eficiência Energética

Otimização do consumo energético, designadamente através da implementação de medidas para gerir esse consumo de forma mais eficaz.

Alterações Climáticas

Resiliência face às alterações climáticas e intervenção para mitigação das mesmas, nomeadamente através da monitorização e diminuição das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Transição Energética

Integração de energias renováveis na rede elétrica regional, enquanto agente ativo no combate às alterações climáticas.

Social

Gestão do Capital Humano

Atração e retenção de colaboradores, através de práticas que promovam um elevado índice de satisfação, motivação e desenvolvimento pessoal e profissional.

Segurança e Saúde Ocupacional

Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar físico e psicológico dos colaboradores, proporcionando-lhes condições de trabalho adequadas.

3.1.2. Eixos Estratégicos e Linhas de Atuação

A incorporação das questões de sustentabilidade na estratégia de negócio assume-se como uma prioridade para o Grupo EDA, de forma a não apenas garantir a mitigação de riscos e impactos negativos, como a tirar o melhor partido das oportunidades e impactos positivos associados a estas temáticas. O alinhamento com uma estratégia de sustentabilidade permite, ainda, assegurar o envolvimento das várias áreas da empresa nestes temas e garantir as necessidades das diversas partes interessadas.

Neste sentido, **foi iniciada a definição da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo EDA**, alinhada com os temas materiais identificados e com o Plano Estratégico Plurianual da EDA e das restantes empresas do Grupo e **alicerceada em três grandes eixos: Energia pelo ambiente (eixo ambiental); Energia pelas pessoas (eixo social) e Energia com propósito (eixo de Governance)**.

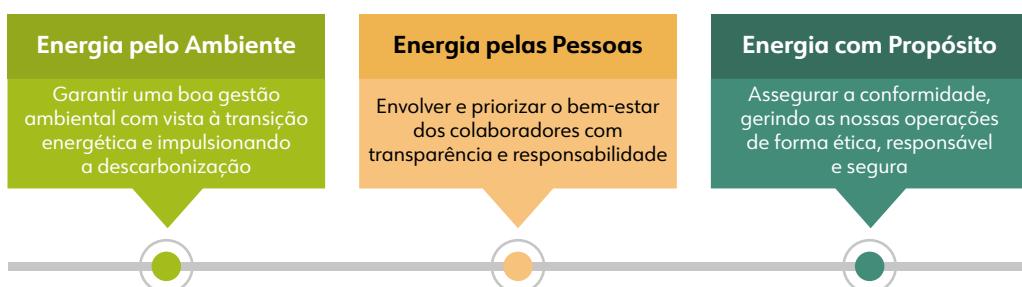


Gráfico 30 – Eixos Estratégicos

A definição dos eixos estratégicos de sustentabilidade teve por base não só os objetivos estratégicos já definidos para o Grupo, como a identificação dos temas materiais para a EDA e para o próprio setor. A partir destes eixos, foram desenvolvidas as linhas de atuação associadas a cada tema material, de forma a assumir compromissos claros com cada um dos temas identificados.

Eixos Estratégicos da Sustentabilidade		Temas Materiais	Linhas de Atuação
Energia pelo Ambiente	Eficiência Energética	Implementar medidas e tecnologias que visem a otimização do consumo de energia.	
	Alterações climáticas	Potenciar a mitigação das alterações climáticas através da redução de emissão de GEE.	
	Transição energética	Potenciar a adaptação às alterações climáticas através de medidas que aumentem a resiliência do negócio.	
Energia pelas Pessoas	Gestão do capital humano	Contribuir para a descarbonização através da maximização da incorporação de renováveis e inovação tecnológica.	
	Saúde e Segurança Ocupacional	Assegurar o desenvolvimento e valorização dos colaboradores e promoção da sua motivação e satisfação.	
Energia com Propósito	Compliance	Promover uma cultura de saúde e segurança, atenta às necessidades, bem-estar e integridade dos trabalhadores e de todos os que possam operar nas instalações do Grupo EDA.	
	Cibersegurança	Garantir o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios nas empresas do Grupo EDA.	
	Ética, Transparéncia e Integridade	Assegurar a privacidade, integridade e segurança da informação e dos ativos do Grupo EDA.	
	Desempenho Económico Sustentável	Apostar em práticas preventivas que garantam a robustez dos sistemas de informação das empresas do Grupo EDA.	
	Garantia da Segurança no Abastecimento	Gerir o negócio com integridade e transparéncia, assegurando os valores éticos junto de colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros.	
	Gestão do risco	Garantir a resiliência financeira e o crescimento sustentável do negócio do Grupo, contribuindo para o desenvolvimento dos Açores.	
	Satisfação do Cliente	Potenciar a implementação de medidas que visem uma cadeia de valor mais sustentável.	
		Desenvolvimento de processos que garantam o regular, contínuo e eficiente abastecimento de energia elétrica.	
		Promover a mitigação e prevenção dos riscos no Grupo EDA.	
		Estabelecer uma relação permanente e contínua de proximidade, confiança e satisfação com os nossos clientes.	
		Garantir a qualidade de serviço técnica prestada.	

Tabela 37 – Eixos Estratégicos, Temas Materiais e Linhas de Atuação

O alinhamento entre a estratégia de sustentabilidade e o Plano Estratégico Plurianual da EDA e das restantes empresas do Grupo garantirá a implementação futura de iniciativas, metas e métricas de sustentabilidade necessárias à elaboração de uma estratégia robusta para o Grupo, a médio e longo prazo, promovendo um objetivo comum: preservar o nosso património único através de práticas energéticas sustentáveis, promovendo uma economia de baixo carbono e envolvendoativamente as partes interessadas para um futuro mais sustentável.

3.2. Envolvimento com *Stakeholders*

A EDA considera de extrema relevância o envolvimento contínuo e de longo prazo com as suas partes interessadas, que permite construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar dilemas e desafios para o negócio e para a sociedade e identificar novas oportunidades.



Gráfico 31 – Principais Categorias de *Stakeholders* do Grupo EDA

A gestão da relação com as várias partes interessadas é acautelada através de canais de comunicação distintos, que permitem uma recolha mais direcionada das necessidades e expectativas de cada grupo. Em 2023, uma parte importante deste envolvimento foi a auscultação de *stakeholders* no âmbito do processo de Análise de Materialidade de Impacto, que permitiu a identificação dos temas mais relevantes para o Grupo EDA e a devida incorporação destas necessidades e expectativas na estratégia de sustabilidade do Grupo.

Stakeholders	Principais Necessidades e Expectativas	Canais de Comunicação
Clientes	Garantir a continuidade e qualidade da energia elétrica fornecida; Salvaguardar a proteção ambiental; Aposta na estratégia de sustentabilidade; Preços; Tratamento adequado de reclamações e outros pedidos; Segurança de bens e pessoas.	Visitas comerciais Livro reclamações SAP-ISU Atendimento Digital Correio eletrónico Folheto Fatura Inquérito
Fornecedores	Cumprimento de requisitos de parceria/contrato; Garantia de continuidade do negócio; Cumprimento do prazo de pagamento; Avaliação do desempenho; Potenciação da imagem.	Questionários SAP-ARIBA Relatórios
Colaboradores	Condições de trabalho adequadas e seguras; Segurança de bens e pessoas; Oportunidades de desenvolvimento; Participação nas tomadas de decisão; Comunicação dos objetivos transversais e individuais; Reconhecimento adequado;	Plataforma informática Website E-mail Reuniões Relatório Revisão pela Gestão SAP Success Factors Folhetos Relatórios Formação/Sensibilização Placard Informativo Sharepoint Ata da reunião com registo dos assuntos discutidos Comité de Segurança
Comunidade	Garantia de ambiente de trabalho saudável e justo; Pagamento da remuneração do trabalho desenvolvido; Conciliação do trabalho com a vida pessoal; Solidez financeira a longo prazo; Preservar/potenciação da imagem; Acesso à Medicina do Trabalho; Salvaguarda dos direitos dos trabalhadores (AE).	Website Lojas e Centros de Energia Call Center Correio eletrónico Impressão
Entidades Oficiais	Cumprimento de legislação, regulamentos aplicáveis e outros requisitos subscritos.	Website Correio eletrónico Plataforma digital Carta
Entidades Financeiras	Ausência de acidentes; Reduzido nível de risco; Pagamento dos compromissos assumidos; Implementação de projetos sustentáveis (<i>green bonds</i>); Transparéncia.	Website Correio eletrónico Plataforma digital Carta
Concorrentes	Aumento da quota de energias renováveis no mix energético na RAA; Disponibilização de infraestruturas para permitir o aumento da quota de energias renováveis; Pagamentos atempados relativos à energia entregue na rede.	Reuniões Meios de comunicação oficiais
Comunicação Social	Comunicação transparente e atempada; Comunicação fluída.	Notas de imprensa Redes Sociais Página da internet

Tabela 38 – Stakeholders – Expectativas e Canais de Comunicação

3.3. Associações, Certificações e Reconhecimentos

A EDA participa em diversas associações e organizações dos setores energético, empresarial e universitário, através das quais partilha e acede a muita informação e conhecimento importante ao desenvolvimento da sua atividade, como a **APE** – Associação Portuguesa da Energia, representante português do **Conselho Mundial da Energia** – World Energy Council (WEC); a **ELECPOR** – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, representante português do **EURELECTRIC** – Union of the Electricity Industry, onde tem vários representantes no **NEIS** – Network of Experts in Islands Management System; o **WavEC** – Offshore Renewables; o **Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição** (CEAA) da Iniciativa Energia para a Sustentabilidade (EfS) da Universidade de Coimbra; a **APQ** - Associação Portuguesa para a Qualidade, fazendo parte dos seus órgãos sociais para o triénio de 2021-2023; e a **Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada**. Participa no **Conselho Estratégico Nacional da Energia da CIP** (Confederação Empresarial de Portugal).

A EDA é, também, associado do **GRACE - Empresas Responsáveis**, sendo membro fundador do **Cluster Açores e participante no Cluster da Ação Climática**; Beneficiário do projeto **LIFE IP CLIMAZ** que decorrerá entre 2021 e 2030 e pretende desenvolver medidas para a descarbonização do setor da energia; membro efetivo da **CT 224** - Cidades e comunidades sustentáveis; membro do **Grupo de acompanhamento do PRAC** (Plano Regional para as Alterações Climáticas); membro do **Grupo de Trabalho para desenvolvimento do RNCA** (Roteiro da Neutralidade Carbónica dos Açores); membro ativo da **Cartilha da Sustentabilidade dos Açores**; participa na **Comissão Técnica de Normalização Eletrotécnica** (CTE 13 - Aparelhagem de medição de energia elétrica e de controle de carga), coordenada pelo **Organismo de Normalização Sectorial** (ONS) do Instituto Eletrotécnico Português (IEP); faz parte do **MAN Users Group** (MUG); membro da **APSEI** – Associação Portuguesa de Segurança, participando nos fóruns técnicos especializados no **NAPA** Núcleo Autónomo de Proteção Ativa. A EDA tem ainda colaborado com a **SPEA** - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, no sentido de diminuir o impacto da sua atividade nas aves da Região.

A EDA Renováveis faz parte da **APREN** – Associação Portuguesa de Energias Renováveis; do **Conselho Europeu de Energia Geotérmica** (EGEC), organismo que promove o aproveitamento de recursos geotérmicos na Europa e que realiza de três em três anos o Congresso Europeu de Geotermia (European Geothermal Congress - EGC); é membro da **IGA** - Associação Internacional de Geotermia, organização que defende e promove a utilização sustentável e o desenvolvimento dos recursos geotérmicos em todo o mundo, e da **Geothermal Rising**, anterior Geothermal Resource Council, associação educacional e sem fins lucrativos que promove o uso da energia geotérmica e que organiza anualmente um Congresso Internacional de Geotermia nos EUA. Integra, também, a equipa da **IntAirsect** (Internationalization of the Air Centre Within the Scope of the Azores Sectorial Challenges), que visa contribuir, através de projetos piloto, para a sustentabilidade das ilhas do Atlântico, focados em metodologias e tecnologias inovadoras, numa colaboração com universidades norte americanas, europeias, sul americanas e com a Electra de Cabo Verde. Coopera com a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, apoiando com os seus dados na elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores.

A par deste envolvimento com diversas associações, a EDA colaborou com o **Instituto Superior Técnico** na formação em contexto de trabalho de um dos seus formandos. Colabora, ainda, com a **Johns Hopkins University** como *advising* de um dos seus alunos do programa *Energy, Policy and Climate*. A empresa colaborou nalguns programas de educação ambiental das escolas açorianas e comunidades locais que visavam promover a consciencialização ambiental local e a importância do uso das energias renováveis e recursos endógenos.

Certificações e reconhecimentos

O reconhecimento externo e independente dos serviços prestados pelo Grupo EDA tem sido um dos desígnios da empresa, de forma a garantir que os sistemas de gestão de qualidade, ambiente e segurança implementados se encontram em conformidade com os referenciais internacionais e, em simultâneo, garantam uma gestão mais eficaz, quer na melhoria contínua, quer dos aspetos ambientais das atividades desenvolvidas pelo Grupo EDA, tendo em consideração a proteção ambiental, o cumprimento legal e as necessidades socioeconómicas, promovendo a criação de valor para todas as partes interessadas.

Norma	Empresa	Designação
		Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos
	EDA	<p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de energia nas centrais termoelétricas de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial; • Manutenção da rede de transporte e distribuição de energia elétrica na RAA; • Comercialização de energia elétrica na RAA; • Gestão dos sistemas de contagem de energia e qualidade da onda de tensão; • Manutenção de sistemas de produção de energia na RAA. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Serviços de Manutenção da Produção em todas as ilhas; Edifícios do Aprovisionamento em cada ilha; • Edifício Sede da Administração e Edifício escritórios dos Serviços Técnicos do Caminho da Levada; Lojas da EDA e Centros de Energia em todas as ilhas; Edifícios da Distribuição em cada ilha.
NP EN ISO 9001	GLOBALEDA	<p>Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; • Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; • Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; • Consultoria, Concepção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação. • Comercialização de produtos de Sistemas de Informação. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; • Lojas GLOBALEDA nas ilhas São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.
	SEGMA	<p>Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consultadoria, Projeto, Fornecimento, Montagem, Fiscalização, Manutenção e Operação de Instalações Elétricas (BT/MT), Telecomunicações, Eletromecânicas e Mecânicas, Avac, Grupos Geradores, Ups, Equipamentos de Energias Renováveis; • Certificação Energética de Edifícios e Auditorias Energéticas; • Gestão e Manutenção de Unidades Industriais e Edifícios. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sede e Armazém localizados na ilha de São Miguel e o Núcleo presente na ilha da Terceira.

Norma	Empresa	Designação
NP EN ISO 14001	EDA	<p>Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos e Linhas de orientação para a sua utilização</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produção de energia e manutenção de sistemas de energia nas centrais termoelétricas de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Edifício Sede da Administração e Edifício escritórios dos Serviços Técnicos do Caminho da Levada; Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Serviços de Manutenção da Produção de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial. <p>Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos e Linhas de orientação para a sua utilização</p> <ul style="list-style-type: none"> Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; Consultoria, Concepção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; Comercialização de produtos de Sistemas de Informação. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; Lojas GLOBALEDA nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial; <p>Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional – Requisitos</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produção de energia e manutenção de sistemas de produção de energia na Central Termoelétrica de Santa Bárbara no Faial. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Central de Santa Bárbara. <p>Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional – Requisitos</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; Consultoria, Concepção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; Comercialização de produtos de Sistemas de Informação. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; Lojas GLOBALEDA nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.
NP ISO 45001	EDA	<p>Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional – Requisitos</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produção de energia e manutenção de sistemas de produção de energia na Central Termoelétrica de Santa Bárbara no Faial. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Central de Santa Bárbara. <p>Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional – Requisitos</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; Consultoria, Concepção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; Comercialização de produtos de Sistemas de Informação. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; Lojas GLOBALEDA nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.
	GLOBALEDA	



Norma	Empresa	Designação
GP Biorisks		<p>Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de energia nas centrais termoelétricas; manutenção de sistemas de produção; distribuição de energia elétrica; manutenção da rede de transporte; comercialização de energia elétrica na RAA. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centrais Termoelétricas em todas as ilhas; Serviços de Manutenção da Produção em todas as ilhas; Edifícios do Aprovisionamento em cada ilha; • Edifícios do Caminho da Levada (edifício sede, edifício técnico e edifício ex. CTPDL); Lojas da EDA em todas as ilhas; Edifícios da Distribuição em cada ilha.
NP EN ISO/IEC 17025		<p>Requisitos Gerais de Competência para Laboratórios de Ensaio e Calibração</p> <p>Âmbito:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contagem de Energia; Onda de Tensão. <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Laboratório LATES (Laboratório de Contadores, Telecontagem e Smartmeters).

Tabela 39 – Certificações das Atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA

4. Pilar Ambiental



4.1. Alterações Climáticas e Transição Energética

O agravamento das alterações climáticas e o consequente aumento da frequência e gravidade dos fenómenos climáticos, tornam clara a necessidade de se acelerar a descarbonização e cumprir com o objetivo definido pelo Acordo de Paris em limitar o aumento da temperatura em 1,5°C, acima dos valores pré-industriais.

Consciente do seu papel na atenuação das alterações climáticas, o Grupo EDA compromete-se com um modelo energético de baixo carbono, alinhando o seu plano de transição com os instrumentos legais aplicáveis nesta matéria, nomeadamente ao nível do **Plano Regional para as Alterações Climáticas** (PRAC), da Estratégia Açoriana para a Energia (EAE), da Lei do Clima e do **Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores** (RNCA).

No âmbito da participação do Grupo EDA na elaboração do PRAC e no instrumento de operacionalização do RNCA, foi compreendida a urgência de se desenvolver e implementar uma estratégia para Neutralidade Carbónica adaptável às necessidades da organização e integrada na sua estratégia de Sustentabilidade. Neste contexto, o Grupo EDA tem vindo a participar em workshops técnicos e ciclos temáticos desenvolvidos no âmbito do Roteiro, a definir projetos e iniciativas para a redução de GEE e prevê, ainda, a implementação de um plano de compensação de emissões irredutíveis. Os seus projetos e iniciativas passam pela diversificação do mix energético, em particular pela maximização da produção através da utilização de recursos endógenos renováveis em detrimento da utilização dos recursos fósseis, da adequação de infraestruturas de rede, da implementação de tecnologias de gestão de energia que promovam a flexibilidade dos sistemas eletroprodutores, permitindo maximizar a integração da produção a partir de fontes renováveis e sem colocar em causa a qualidade de serviço e a segurança de abastecimento e ainda da adoção de medidas de eficiência energética.

A nível regional, o Grupo EDA, em conjunto com outras entidades regionais, está também a implementar diversas ações no âmbito do projeto **LIFE IP CLIMAZ**, enquadrado no PRAC, cujo objetivo é assegurar a implementação de diretrizes-chave específicas e transversais de adaptação e mitigação das alterações climáticas nos Açores, permitindo, simultaneamente, promover a investigação e o desenvolvimento de soluções e partilhar conhecimentos técnicos e de gestão entre diferentes projetos e organizações. No que se refere à segurança do abastecimento, a EDA e a EDA Renováveis participam no **RethinkAction - Climate Action in Azores** para o estudo da melhoria da resiliência das infraestruturas energéticas. O projeto pretende colocar os cidadãos e decisores no centro da ação contra as alterações climáticas, desenvolvendo uma plataforma interdisciplinar, adaptada às necessidades dos utilizadores finais, para fornecer informações claras e úteis.

A organização desenvolve e participa também em projetos-piloto para testar novas soluções ao nível das redes elétricas, como é o caso do Projeto **IANOS - Integrated Solutions for Decarbonisation and Smartification of Islands**, financiado pela União Europeia ao abrigo do programa H2020 e que conta com 32 parceiros de diversos países europeus, que visa testar soluções de descarbonização em ilhas que permitam compatibilizar o autoconsumo, reduzindo a fatura energética dos cidadãos, com uma gestão de sistemas elétricos de pequena dimensão e com elevada penetração de fontes renováveis de forma eficiente, segura e com qualidade, formando e capacitando, ao mesmo tempo, a população da RAA.

O **Plano Estratégico** do Grupo EDA revela o compromisso com a transição energética, com projetos enquadrados nas seguintes categorias:

Aumento de Capacidade Renovável

Aposta na produção das seguintes **fontes de energia renovável**:

- Geotérmica;
- Eólica onshore;
- Fotovoltaica;
- Instalações hidroelétricas.

Aposta em **sistemas/installações que aumentem a robustez e flexibilidade do sistema de geração elétrica**, para potenciar uma maior integração da energia produzida a partir de fontes renováveis em sistemas isolados, como:

- Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS);
- Centrais hídricas reversíveis;
- Condensadores Síncronos.

Aposta na **reconversão de centrais térmicas** para reduzir poluentes nocivos e acelerar a descarbonização, que permitem lidar com a variabilidade e sazonalidade dos recursos renováveis, salvaguardando a garantia de abastecimento ao longo do ano, desde combustíveis fósseis a combustíveis líquidos renováveis, como biocombustíveis avançados, óleo vegetal hidrotratado (HVO) ou ésteres metílicos de ácidos gordos (FAME), e certificados RED (Diretiva de Energias Renováveis do Parlamento Europeu):

Produção de eletricidade a partir da bioenergia ou combustíveis sintéticos verdes.

Modernização das Redes

Financiamento/investimento no desenvolvimento, construção, instalação e manutenção de projetos de redes de transporte ou distribuição (redes inteligentes) com o objetivo de interligar fontes renováveis, melhorar a eficiência, permitir a gestão do lado da procura, diminuir perdas e alargar o acesso à eletricidade, como:

- Investimento geral para desenvolvimento e melhoria de redes;
- Divulgação de medidores inteligentes;
- Desenvolvimento e aquisição de sistemas informáticos relacionados com controlo de redes, gestão da procura e remissão de geração distribuída;
- Atualização de SCADA (Supervisory Control and Data Acquisition) e de Sistemas de Proteção e Controle.

Tabela 40 – Projetos para Aumento da Capacidade Renovável e Modernização da Rede

O Grupo EDA evoluiu significativamente no desenvolvimento da produção de energia renovável na RAA, aproveitando os recursos endógenos do arquipélago para diminuir a sua dependência nos combustíveis fósseis. Esta evolução na maximização do uso e aproveitamento de energias renováveis tem vindo a ser conseguida devido à construção de BESS em várias ilhas, que irão permitir, através de sistemas de monitorização e controlo avançados (EMS), combinados com previsões de cargas, de produção e climatéricas, reduzir o *curtailment* dos ativos despacháveis (ex. parque eólicos) e o número de grupos eletrogeradores nas centrais termoelétricas, atendendo que a reserva girante necessária para a estabilidade de cada sistema eletroprodutor será assegurada pela BESS.

A operacionalização do plano prevê um grande investimento do Grupo EDA nas energias renováveis e sistemas de armazenamento de energia, com o intuito de aumentar a penetração das energias renováveis no mix energético de cada ilha e diminuir o consumo de combustíveis fósseis.

EDA Renováveis

Durante os próximos 4 anos, a EDA Renováveis vai investir, largamente, na instalação de potência renovável em todas as ilhas da RAA, com exceção da Graciosa. A empresa prevê o investimento na saturação da Central Geotérmica da Ribeira Grande para uma potência instalada de 13 MW, na expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho para 12 MW e na expansão da Central Geotérmica do Pico Alto. Ademais, tem um projeto em fase de estudo relacionado com o processo de captação de emissões da **exploração geotérmica** e a sua reinjeção no subsolo.

No que respeita à produção **eólica**, prevê reforços de potência em sete ilhas: em Santa Maria com uma potência total de 2,7 MW; São Miguel com mais 4,6 MW; Terceira com mais 4,6 MW; São Jorge com um total de 4,5 MW; Pico com um total de 6,9 MW; Faial com mais 2,3 MW; Flores com um total de 900 kW; e no Corvo, em fase de conclusão, a instalação de 700 kW de potência eólica.

Ao nível da **produção hidroelétrica**, concluiu a adaptação do projeto de aproveitamento hidroelétrico da Povoação que, dependendo das necessidades energéticas da ilha de São Miguel, permitirá instalar 1,1 MW de potência hídrica. Está ainda em fase de conclusão a adaptação do projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira do Guilherme, que permitirá, em caso de necessidade, instalar uma potência hídrica de 2,3 MW em São Miguel, e o projeto piloto de instalação de duas turbinas Vortex na ilha de São Miguel, que visam avaliar a possibilidade de produção hídrica descentralizada em várias ilhas do arquipélago. Encontra-se também em estudo a possibilidade de se realizarem alterações técnicas ao projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, na ilha das Flores, que permitirá a instalação de uma potência de cerca de 1 MW.

Os parques **fotovoltaicos** nas ilhas de São Jorge (1000 kW), Pico (1500 kW), Faial (1500 kW) e Flores (400 kW) estão em fase de projeto, a par do processo de ampliação do parque fotovoltaico da ilha do Corvo com uma potência instalada de 150 kW. As ampliações dessas potências dependem de estudos de capacidade de integração de energias renováveis nos sistemas elétricos isolados de cada ilha, estando também a ser considerados os problemas associados e soluções de armazenamento/conversão dessa energia num veículo energético, como é o caso do hidrogénio verde, um projeto que se encontra também em fase de estudo.

A EDA irá estabelecer uma estratégia de descarbonização em linha com o objetivo do **Roteiro para a Neutralidade Carbónica da RAA** que prevê a redução de 46% das emissões de GEE do setor da energia até 2030, e alinhado com a Estratégia Açoriana para 70% da energia elétrica com origem em fontes renováveis para 2030.

EDA Renováveis

A EDA Renováveis definiu como meta, aumentar até 2028 (face à produção de 2023):

Para o período 2024/2028, a energia geotérmica apresentará um peso médio de 68% no mix de energia emitida pela EDA Renováveis, a eólica 22%, a hídrica 8% e a fotovoltaica 2% do total de energia produzida.



O Grupo EDA identifica os **principais riscos climáticos** para a sua atividade, através de uma análise detalhada do contexto externo, considerando as recomendações de divulgação da TCFD. A organização está empenhada em incorporar as recomendações da TCFD no seu modelo de *Governance* e em divulgar informações sobre os impactos financeiros relacionados com o clima, de acordo com as quatro áreas: *Governance*, *Estratégia*, *Gestão de Risco*, e *Métricas e Metas*.

No seu processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades, são aplicados os procedimentos internos de Gestão do Risco e Gestão dos Aspetos Ambientais, através dos quais são identificadas todas as atividades desenvolvidas ou produtos que possam interagir negativamente ou positivamente com o ambiente, sendo que o levantamento das atividades deve considerar a perspetiva de ciclo de vida. Posteriormente, são identificados os aspetos ambientais (AA) ou riscos associados a essas atividades e classificados como ameaças (riscos) ou oportunidades neste âmbito, sendo raras as situações onde são identificados um ou mais impactes que possam provocar potenciais efeitos inesperados. No final, os AA e riscos são avaliados pela sua probabilidade de ocorrência e gravidade, que depende da natureza das consequências resultantes dos riscos, da quantidade ou expressão do risco na origem, do alcance dos efeitos do risco e do tempo correspondente à duração da ocorrência do efeito.

Para o Grupo EDA, os impactos relacionados com o clima têm influência direta em três dimensões: i) exploração das redes (número de ocorrência de eventos que afetam a operacionalidade da rede); ii) custos de financiamento de investimentos em centrais térmicas que operam com combustíveis fósseis, necessários para adequação da exploração deste tipo de centrais às imposições de foro ambiental; e iii) custos de aquisição de licenças de CO₂. A identificação das oportunidades pode ocorrer por meio do acompanhamento da evolução das tecnologias mais adequadas à aplicação em sistemas isolados, participação em projetos com parceiros nacionais e europeus, e pela análise da viabilidade técnica e económica de investimentos em produção renovável e em serviços de flexibilidade. Neste processo, a organização considera ainda as avaliações de custos de produção de energia elétrica na RAA, as avaliações do esforço financeiro necessário para o reforço do sistema eletroprodutor e das redes para satisfazer o aumento da procura descentralizada decorrente da eletrificação dos consumos, e as avaliações do esforço financeiro necessário à implementação de tecnologias de comunicação, tratamento de dados e gestão do sistema, em termos de equipamentos, plataformas digitais e recursos humanos.

Face ao tema das Alterações Climáticas, o Grupo EDA identifica riscos climáticos físicos, associados aos fenómenos extremos e agravamento do clima decorrentes das alterações climáticas e riscos de transição relacionados com a mudança para uma economia de baixo carbono. Identifica também alguns impactos e oportunidades associados à gestão deste tema na organização, e que está dependente de avanços tecnológicos, resultados de investigação, alternativas viáveis e sustentáveis para as soluções energéticas atuais, e da mudança nos padrões de consumo. Considerando a temática da Transição Energética, destaca-se, sobretudo, o risco de dificuldade de investimento e constrangimentos tecnológicos que garantam a maximização da produção de energia renovável no abastecimento às 9 ilhas dos Açores.

Riscos Climáticos Físicos	Riscos Crónicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da temperatura; • Alterações graduais nos padrões climáticos; • Pressão sobre recursos hídricos.
	Riscos Agudos	<ul style="list-style-type: none"> • Temperaturas extremas; • Tempestades e vento extremo; • Inundações e precipitação extrema; • Incêndios florestais.
	Risco Regulatório e Legal	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da exposição a litígios ambientais; • Políticas e regulamentação de emissões e preço de carbono; • Alterações à regulamentação e taxas relativas às alterações climáticas.
	Risco de Mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de receitas devido a novos concorrentes/ competitividade do mercado, para a EDA Renováveis; • Aumento de custos de matérias-primas e alteração da dinâmica de mercado.
Riscos Climáticos de Transição	Risco Tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Não seguimento/ atraso na adoção de novas tecnologias; • Custo da inovação e tecnologias de baixo carbono; • Desvalorização/substituição de bens devido a obsolescência tecnológica.
	Risco Reputacional	<ul style="list-style-type: none"> • Estigmatização do setor; • Alteração das preferências do consumidor; • Preocupações dos stakeholders relativamente ao caminho da empresa na transição climática.
	Riscos de Transição Energética	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade no investimento e constrangimentos tecnológicos que garantam a maximização de energia renovável no abastecimento às 9 ilhas da RAA.
	Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Redução das emissões de GEE; • Redução da dependência energética da RAA e aumento da segurança no abastecimento; • Alteração do paradigma da mobilidade na RAA; • Incentivo à definição de metas de descarbonização definidas ao nível governamental; • Dinamização e aumento da competitividade da economia local; • Capacitação da população sobre as alterações climáticas e transição energética; • Redução do poder de escolha de produtos devido à dificuldade na implementação de sistemas de controlo de consumos ajustados à produção de energia renovável, como por exemplo, sobre o tipo de veículos, que em algumas localidades terão de ser elétricos, dada a reduzida possibilidade de serem movidos a hidrogénio ou por outras tecnologias emergentes; • Redução da vulnerabilidade das ilhas a interrupções no fornecimento de energia causados por tempestades ou outros desastres naturais; • Impacte nas paisagens e possível interferência no fluxo migratório das aves, associados à energia eólica; • Efeitos imprevisíveis nas comunidades locais.
Oportunidades		<ul style="list-style-type: none"> • Descarbonização da economia, nomeadamente ao nível da mobilidade elétrica na RAA; • As ilhas são laboratórios vivos para o desenvolvimento e teste de tecnologias inovadoras em energia renovável, armazenamento de energia e gestão inteligente da rede, fornecendo oportunidades para empresas internacionais e instituições de investigação; • Aumento do nível de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis; • Aumento do nível de faturação resultante do aumento dos consumos elétricos; • Melhor rentabilidade dos investimentos realizados através de uma gestão coordenada da produção e do consumo; • Co-financiamento em projetos que inicialmente não seriam financeiramente viáveis, minimizando o risco financeiro e maximizando o retorno do investimento.

Tabela 41 – Alterações Climáticas e Transição Energética – Riscos e Oportunidades

EDA Renováveis

Os riscos físicos relacionados com o clima requerem estratégias de adaptação para minimizar perdas económicas e aumentar a segurança dos equipamentos eletroprodutores. Nos últimos dois anos, os danos provocados por **inundações e precipitação extremas** foram avultados em certos equipamentos e as perdas na produção hidroelétrica global aumentaram cerca de 10%. Para prevenir estas consequências, a EDA Renováveis iniciou uma estratégia de corte de grandes árvores e substituição da cobertura do solo em determinadas zonas para minimizar o impacte de eventos de precipitação extrema nos equipamentos, na qual se inclui a plantação de espécies endémicas mais reduzidas, com uma maior capacidade de estabilização do solo e que melhor se adaptam às condições edafoclimáticas dos locais.

Ao nível do risco associado a **tempestades e ventos extremos**, a análise das tendências da velocidade do vento, considerando vários cenários de aumento de temperatura, apontam para uma provável mudança no padrão da energia eólica disponível ao longo do ano. Esses resultados sugerem que a diminuição estará relacionada com uma pequena mudança no padrão da circulação geral, devido a um deslocamento para norte da corrente jato e, consequentemente, das trajetórias da frente polar. As projeções climáticas apontam para uma diminuição na densidade de energia eólica na RAA na ordem dos 15% até o final do século e, em meses, poderá chegar aos 75%.

Relativamente à produção geotérmica, associada a máquinas térmicas, o **aumento da temperatura média do ar** traduz-se numa redução da produção geotérmica que se estima ser entre 0,5% e 2% até ao final do século, tendo em conta os vários cenários de aumento de temperatura. Por outro lado, verificar-se-á a necessidade de se aumentar o arrefecimento dos equipamentos hidroelétricos, o que leva a um aumento dos consumos de energia nesses equipamentos entre 2,5% a 6%.

Embora as projeções climáticas possam ser desfavoráveis para a exploração de energia geotérmica, hidroelétrica e eólica, são, no entanto, favoráveis no caso da energia fotovoltaica, para a qual se prevê, tendo em contas os vários cenários, aumentos de produção até 2% ao ano, podendo chegar a 7% no mês de agosto em resultado do aumento da irradiação. Não obstante, existem riscos físicos relacionados com ventos fortes que podem provocar danos nos parques fotovoltaicos.

A EDA Renováveis verifica, assim, uma necessidade crescente em apostar na resiliência das infraestruturas a eventos meteorológicos extremos e no desenvolvimento de medidas de adaptação e planos de emergência. A monitorização contínua dos equipamentos e dos diferentes cenários de alterações de padrões climáticos, juntamente com a análise de desastres passados e da vulnerabilidade nos sistemas e infraestruturas, são aspetos relevantes a ter em conta neste processo. **Entre 2024 e 2028, a empresa prevê a um investimento total de cerca de 162,5 milhões de euros em medidas de mitigação e adaptação das alterações climáticas.**

O aumento do nível de exigência dos consumidores e da dependência pela eletricidade, aliado ao agravamento das alterações climáticas, implica um permanente esforço de investimento e melhoria dos sistemas elétricos, não só em termos de expansão da rede, como também da segurança de abastecimento e qualidade do serviço prestado. De forma a tornar o seu modelo de negócio mais robusto e resiliente, o Grupo EDA aposta em:

– Medidas de mitigação das alterações climáticas

- Diversificação do mix energético nas várias ilhas e aumento da capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir de diversas fontes renováveis;
- Integração da produção de energia renovável, com o objetivo de aumentar a produção de energia eólica, geotérmica e hídrica;
- Construção de novos centros produtores e ampliação de instalações existentes;
- Reforço e expansão das redes de transporte e distribuição;
- Sistemas de armazenamento de resposta rápida e conversão de energia para compensar variações na produção intermitente das fontes renováveis, como a eólica e fotovoltaica (ex. BESS, hídrica reversível e produção de hidrogénio), garantindo uma oferta mais estável e flexível de eletricidade por ilha e o controlo da qualidade de energia, diversificando os produtos energéticos, e fomentando o envolvimento com fornecedores e instituições tecnológicas e a partilha de conhecimento;
- Implementação de sistemas inteligentes de gestão de energia, como *Energy Management System* e contadores inteligentes;
- Aumento do uso de combustíveis alternativos nas centrais térmicas.

– Medidas de adaptação às alterações climáticas

- Escolha de materiais e conceção de redes adaptadas aos condicionalismos climáticos e dos ecossistemas;
- Recursos a sistema de previsão e monitorização climatérica;
- Investimento ao nível da robustez operacional da rede, na criação de alternativas de abastecimento e no aumento da resiliência das linhas elétricas e postos de transformação.

Já a **Política da Qualidade, Ambiente e Segurança** da EDA pressupõe medidas de atuação das alterações climáticas, ao nível da redução das emissões de GEE, relacionadas com a maximização da penetração de energias renováveis na RAA, com o objetivo de contribuir para a descarbonização e independência energética dos Açores. O Grupo EDA aplica também um **Plano Plurianual de Investimentos** ajustado periodicamente em função da conjuntura, indicadores técnicos e soluções tecnológicas, coordenando os investimentos em articulação com as decisões regulamentares e legais do setor, e aposta na otimização da monitorização e despacho de energia durante 24h, na contratação de recursos humanos especializados na área e na criação de equipas de trabalho transversais a várias Direções. Implementou também um despacho técnico-económico e está a desenvolver um modelo de monitorização para a implementação de um plano de transição suportado no **software Get2Zero**, que irá permitir a visualização do cenário de referência e de descarbonização, com a possibilidade de avaliar o impacte de diferentes dados de atividade na construção de cenários alternativos.

EDA Renováveis

A EDA Renováveis implementa uma política de conformidade regulatória que assegura o cumprimento de todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis relacionadas com a exploração e monitorização dos recursos naturais, garantindo que uma operação de forma ética e legal, um requisito com um impacto económico considerável na exploração geotérmica.

A empresa está também a implementar uma política de eficiência energética para reduzir o consumo de energia em determinados equipamentos, a rever práticas e a substituir tecnologias antigas por outras mais eficientes. Está também a elaborar projetos-piloto que visam o aproveitamento de novas tecnologias, produtos e serviços que contribuam para a transição energética e para a redução das emissões de dióxido de carbono.

O Grupo EDA pretende ainda: acompanhar a evolução dos consumos investindo no sistema eletroprodutor e das redes, de forma garantir a segurança e qualidade do abastecimento de energia elétrica; elaborar e implementar um plano de gestão das redes e de monitorização da qualidade de serviço mais abrangente para fazer face às alterações do fluxo da energia nas redes, resultantes das alterações de hábitos de consumo e da produção descentralizada; criar um “código de redes” que estabeleça condições de ligação de produtores; habilitar os seus recursos humanos para o controlo das ligações de instalações produtoras à rede, de forma a terem a capacidade de aferir o cumprimento das condições técnicas definidas; e continuar a elaborar um plano integrado para fazer face à transição energética.

A organização procura, desta forma, ultrapassar os diversos desafios e oportunidades da transição energética definindo estratégias diversificadas e equilibradas, que consideram os riscos associados aos investimentos em energia renovável e medidas para os mitigar, alinhando a sua estratégia e modelo de negócio com os objetivos de sustentabilidade e rentabilidade a longo prazo.

Embora o Grupo EDA ainda não identifique formalmente os efeitos financeiros previstos nos riscos materiais físicos e de transição relacionados com o clima, está empenhado em divulgar estas informações futuramente, em linha com as recomendações da TCFD. A organização identifica, no entanto, que existem elevados custos associados ao investimento (devido à emergência da sua execução), à inovação das soluções baseadas em tecnologias de ponta, à elevada procura dos equipamentos e à escassez de matérias-primas. Para a EDA Renováveis, as alterações climáticas poderão produzir perdas anuais de cerca de 2,9 milhões de euros até ao final do século, considerando a produção prevista para 2028, havendo ainda a oportunidade de recuperar uma parcela muito reduzida dessas perdas através da produção fotovoltaica, que, de acordo com a evolução da irradiação na RAA, poderá incrementar os lucros dessa produção em 24 mil euros anuais, a preços atuais.

4.1.1. Emissões de Gases com Efeito de Estufa

O setor energético tem um impacto elevado na geração de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) a nível global. Conscientes da sua responsabilidade neste contexto, o Grupo EDA preocupa-se em monitorizar a sua pegada de carbono e em implementar medidas para a descarbonização da sua atividade. Para além de reportar as suas emissões no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), um mecanismo de regulação das emissões de GEE que abrange quatro centrais termoelétricas da empresa EDA, procura também aumentar a produção de energias renováveis no seu *mix* energético e melhorar a sua eficiência ambiental. As suas emissões de GEE estão organizadas em cinco áreas de atividade:

Produção Emissões contabilizadas pelo consumo de combustível (fuelóleo, gasóleo) nas centrais termoelétricas. Estas emissões são já reportadas anualmente no CELE para quatro das suas nove centrais térmicas.	Frota As emissões associadas à frota correspondem ao consumo de gasolina, gasóleo e energia elétrica.
Serviços de apoio As emissões dos serviços de apoio são variadas. Incluem emissões referentes ao tratamento de resíduos (industriais perigosos e banais), emissões noutras fontes (consumo de gasóleo e gasolina em empilhadores, motosserras e geradores móveis), consumo de energia elétrica em centros logísticos, delegações, edifícios administrativos e operacionais (o consumo de energia elétrica nas centrais é considerado consumo próprio e já está a ser contabilizado nas emissões de produção, motivo pelo qual não é considerado), emissões fugitivas resultantes do uso de refrigerantes usados na sede e outros serviços e emissões resultantes do tratamento de efluentes líquidos.	
Transportes Corresponde a emissões a montante e a jusante da atividade principal das centrais. São consideradas emissões resultantes do transporte de combustíveis (via marítima e terrestre) entre o continente e as centrais, e emissões resultantes do transporte para o continente de resíduos decorrentes da atividade da empresa. São também consideradas as viagens de negócios por via aérea.	Transporte e Distribuição de Energia Estão associados a emissões fugitivas resultantes do uso de refrigerantes usados em aplicações de alta e média tensão (hexafluoreto de enxofre-SF ₆) e ainda emissões decorrentes das perdas associadas ao transporte e distribuição da eletricidade consumida da rede.



Seguindo os padrões internacionais, o inventário de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo EDA é também dividido em três âmbitos:

- Âmbito 1: representa todas as emissões diretas relacionadas com as operações que pertencem ou são controladas pela EDA, incluindo as fontes fixas de combustão, os veículos da empresa e emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa (GFEE);
- Âmbito 2: representa as emissões indiretas relacionadas com o consumo de eletricidade para utilização própria, inclusive para viaturas elétricas;

- Âmbito 3: representa as outras emissões indiretas, que surgem como consequência das atividades da EDA, mas ocorrem em fontes que não são por si geridas ou controladas. Atividades relacionadas com transportes, viagens de negócios, tratamento de efluentes líquidos, tratamento de resíduos urbanos e atividades logísticas são alguns exemplos das atividades que são contabilizadas no âmbito 3. A sua determinação no inventário serve para influenciar a cadeia de valor, permitindo que a EDA identifique as maiores fontes de emissões de GEE e estabeleça metas de redução para os seus fornecedores externos (relativamente à sociedade civil, clientes, investidores ou fornecedores).

Em 2023, o Grupo EDA iniciou um processo de melhoria da metodologia de análise da sua pegada de carbono, ainda a decorrer, com o propósito de desenvolver uma estratégia de descarbonização mais robusta. Fruto desta análise, foram contabilizadas **513.052 tCO₂e de emissões totais em 2023**, sendo que quase 80% se devem a emissões de âmbito 1 e 20% a âmbito 3, com as emissões de âmbito 2 a totalizarem um valor mais reduzido, fruto das características do negócio do Grupo EDA. Para os anos anteriores, ainda não foi possível obter informação sobre as emissões de âmbitos 2 e 3, motivo pelo qual se observa um aumento de quase 26% do total das emissões face ao ano passado.

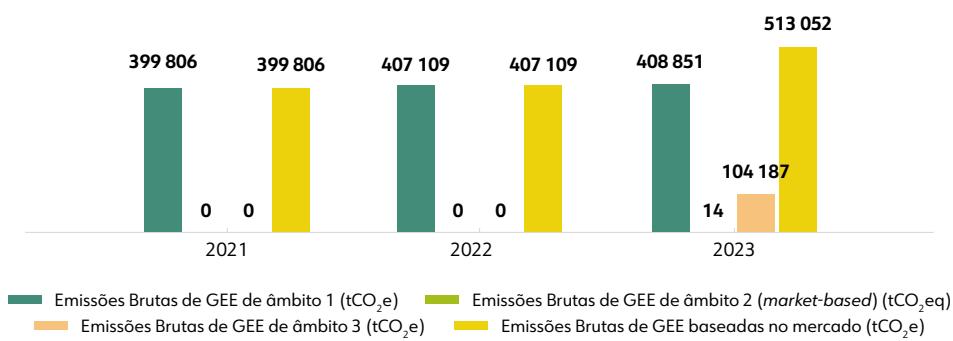
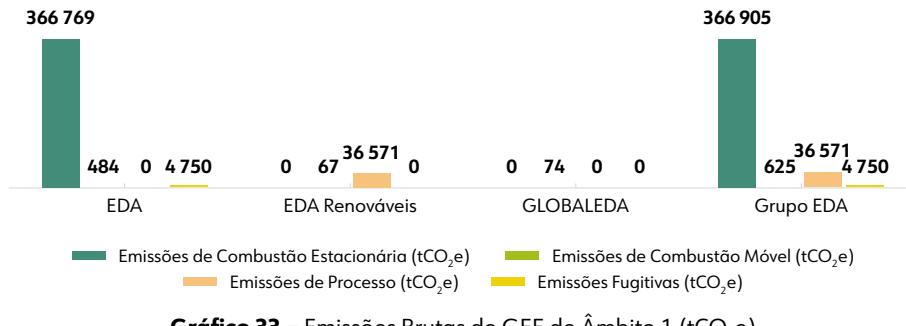


Gráfico 32 – Emissões Brutas de GEE do Grupo EDA

Considerando a totalidade das emissões em 2023, o Grupo EDA contabiliza 0,018 tCO₂e/€ de intensidade de emissões de GEE (*market-based*), considerando 280 M€ de receitas líquidas consolidadas no ano.

Relativamente às emissões de âmbito 1, a empresa EDA é responsável pela totalidade das emissões derivadas da combustão em equipamentos estacionários, uma vez que as restantes empresas não possuem este tipo de equipamentos, e é também a única que produz emissões fugitivas¹³. A EDA Renováveis é a única empresa que produz emissões de processo, derivadas da exploração das fontes geotérmicas que está a tentar clarificar, através de vários estudos, a sua génese: se naturais se antrópicas. Em 2023, o Grupo EDA emitiu **408.851 tCO₂e de âmbito 1**, um ligeiro aumento de 0,4% face a 2022, sendo que os equipamentos estacionários são responsáveis por quase 90% dessas emissões, seguindo-se das emissões de processo (8,9%), fugitivas (1,2%) e da combustão em equipamentos móveis (0,2%). Deste total de emissões de âmbito 1, 79,5% estão associados aos sistemas CELE, correspondendo a 325.090 tCO₂e.

¹³ À data de publicação do relatório, não foi possível obter informação sobre emissões de combustão móvel e emissões fugitivas para a empresa SEGMA. A empresa não possui emissões derivadas da combustão em equipamentos estacionários, nem de processo. Como tal, não se encontra representada no gráfico.

Gráfico 33 – Emissões Brutas de GEE de Âmbito 1 (tCO₂e)

Para o **âmbito 2**, o Grupo EDA analisa as emissões de acordo com o método *market-based*, contabilizando **14 tCO₂e em 2023** para a EDA e EDA Renováveis¹⁴. Relativamente ao âmbito 3, em 2023 iniciou-se a análise das emissões associadas a algumas categorias significativas para o Grupo EDA e de outras para as quais a organização detinha informação, nomeadamente¹⁵:

- Categoria 3) Atividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2);
- Categoria 4) Transporte e distribuição de combustíveis e resíduos;
- Categoria 5) Resíduos gerados;
- Categoria 6) Viagens de negócios.

Com base na análise destas categorias, o Grupo EDA contabilizou **104.187 tCO₂e para âmbito 3 em 2023**, sendo a categoria 3 a que representa um maior peso (88,9%), seguindo-se das categorias 4 (8,7%), 5 (2,1%) e 6 (0,2%).

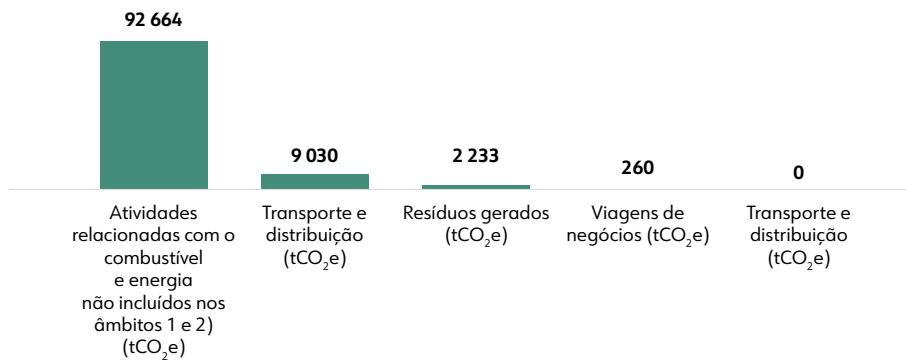


Gráfico 34 – Emissões Brutas de GEE de Âmbito 3

Com a introdução das energias renováveis no *mix* energético da RAA, **foi possível evitar a emissão de 163.000 tCO₂e**, um aumento de 4,5% face a 2022.

¹⁴ À data de publicação do relatório, estas emissões apenas incluem o consumo de eletricidade a partir dos RSU na ilha Terceira, tendo em conta o peso da EDA e EDA Renováveis no *mix* energético da ilha. Ainda não é possível obter informação separada para estas duas empresas nem para as restantes empresas do Grupo EDA.

¹⁵ À data de publicação do relatório, para as categorias 3 e 4 apenas existe informação disponível para a empresa EDA. A categoria 5 inclui as empresas EDA e EDA Renováveis, mas não foi possível obter informação separada para estas duas empresas. A categoria 6 inclui as quatro empresas. As categorias 10 (Transformação de produtos vendidos) e 14 (Franchises) não são aplicáveis ao Grupo EDA. As restantes categorias não foram analisadas à data do presente relatório.

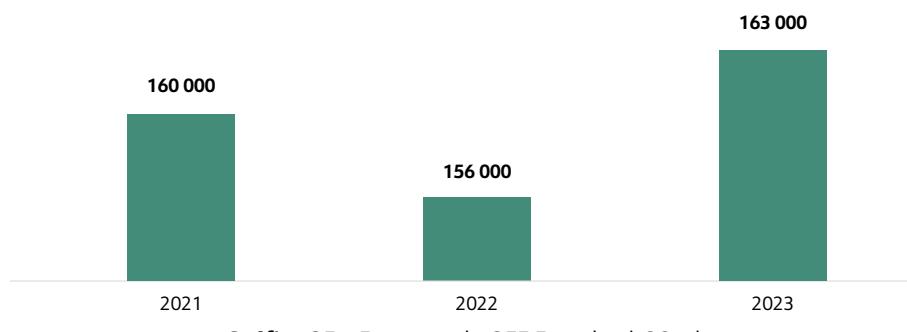


Gráfico 35 – Emissões de GEE Evitadas (tCO₂e)

4.2. Eficiência Energética e de Recursos

O aumento do preço da energia elétrica verificado nos últimos anos e a implementação do programa de incentivos SOLENERGE, têm vindo a intensificar a disseminação de produção de energia para auto-consumo, que se traduz num aumento da eficiência energética ao nível do sistema elétrico, pelo facto de parte do consumo passar a ser abastecido por produção local a partir de fontes renováveis, diminuindo as perdas da produção térmica e no trânsito de energia na rede elétrica até ao consumidor final. Existirá também um ganho de eficiência energética pela eletrificação dos consumos domésticos e industriais, substituindo-se assim outras fontes de energia. No entanto, o ganho de eficiência energética pela eletrificação dos consumos, leva à necessidade de aumentar a produção de energia elétrica, podendo obrigar a novos investimentos ao nível das redes e da produção térmica para a garantia de abastecimento. Como tal, o ganho de eficiência energética pela eletrificação dos consumos, deve ser acompanhado pela aposta na eficiência energética das infraestruturas e equipamentos elétricos e na produção local, para que o aumento do consumo não coloque em risco a capacidade de abastecimento do sistema elétrico.

A estratégia de eficiência energética do Grupo EDA está alinhada com o quadro jurídico nesta matéria (Diretiva n.º 2012/27/EU), que pressupõe uma economia de baixo carbono competitiva. Esta estratégia integra medidas dirigidas à certificação energética dos edifícios, planos de ação para a promoção da melhoria do desempenho energético dos edifícios, frotas de transporte, iluminação pública, utilização racional de energia, práticas de informação por parte dos operadores e comercializadores, e realização de auditorias energéticas aos consumos das instalações. A definição da estratégia considera uma análise de impactos, riscos e oportunidades relacionados com a eficiência energética, com o intuito de maximizar os benefícios económicos e mitigar os riscos.

Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de emissões de GEE; • Melhor aproveitamento dos recursos; • Possibilidade de substituição de equipamentos existentes e em bom funcionamento; • Redução de custos diretos na fatura de eletricidade para os clientes.
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em implementar medidas e tecnologias que visem a otimização do consumo de energia nas suas instalações e processos produtivos.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Renovação do parque de luminárias e melhoria dos índices de eficiência luminotécnica; • Redução dos custos e do consumo energético das operações; • Potenciar o consumo de energia nos períodos de menor consumo, através do aumento da utilização de veículos elétricos com carregamentos “geridos” por uma rede inteligente; • Implementação do programa de incentivos SOLENERGE; • Surgimento e evolução de novas tecnologias que permitirão uma maior monitorização e gestão integrada do consumo e da produção local; • Aumento da resiliência dos “ecossistemas elétricos” insulares; • Melhoria da reputação da empresa; • Contribuição para os objetivos de política energética, a nível redução da dependência externa com o abastecimento de energia. • Aumento dos proveitos e resultados do Grupo EDA; • Redução de perdas na rede, e consequente redução de consumo de combustíveis; • Redução de intervenções de manutenção em viatura e de intervenções de manutenção preventiva e curativa na rede IP.

Tabela 42 – Eficiência Energética e de Recursos – Riscos e Oportunidades

Grupo EDA

No Grupo EDA, o processo de avaliação dos impactos da eficiência energética ao nível da produção e ao nível do autoconsumo dos sistemas auxiliares, passa pela análise sistemática dos consumos de cada equipamento e do potencial de aproveitamento dos recursos naturais, com uma periodicidade mínima mensal. Nessa análise é possível identificar perdas de recurso que resultam da ineficiência dos centros produtores ou excesso de consumos, que podem estar associados à deterioração de equipamentos.

A identificação de riscos e oportunidades passa, assim, por uma monitorização contínua das produções e consumos, pela definição e análise de indicadores de desempenho e por uma análise de causa/raiz na identificação de perdas de recurso e excesso de consumos, para que se possam determinar os motivos das perdas. Este processo envolve a investigação de falhas de equipamentos, de práticas operacionais inadequadas ou outras questões relacionadas com os processos de produção e consumo de energia.

A definição de objetivos de promoção da eficiência energética e monitorização dos consumos energéticos das instalações, é feita de acordo com os critérios definidos no Decreto-lei n.º 68-A, de 30 de abril de 2015. Neste sentido, são desenvolvidas auditorias de forma a se realizar a caracterização energética das várias instalações e respetivos setores e equipamentos, com o objetivo de se quantificarem os consumos energéticos e respetivos custos. Nas auditorias, são também identificadas situações de desperdício de energia, definindo-se soluções para as anomalias detetadas, com a finalidade de se reduzirem as perdas sem afetar a produção, isto é, economizar energia através do seu uso mais eficiente. Esta caracterização permite a determinação de rácios que serão tomados como referência para a redução do consumo energético, nomeadamente ao interligar o consumo energético com a produção (consumo específico) e/ou o nível de funcionamento da instalação.

No plano de investimento do Grupo EDA e nos planos de gestão das instalações abrangidas pelo SGQAS, são inseridas ações de melhoria da eficiência energética, algumas provenientes das primeiras auditorias energéticas efetuadas (ex: mudança de iluminação, isolamento dos tanques de receção de fuelóleo, deteção e correção de fugas de ar comprimido, entre outras). A organização realiza um estudo da viabilidade destas ações, que inclui a estimativa dos custos de aquisição e de exploração para análise da relação benefício-investimento. Algumas destas medidas já foram implementadas, sendo que as que estão em curso ou planeadas consideram a oferta de serviços/produtos sustentáveis aos clientes, que contribuem para um maior nível de descarbonização, eficiência e sustentabilidade da comunidade açoriana, nomeadamente:

- Disseminação da mobilidade elétrica, incluindo o desenvolvimento, implantação e operação de postos de carregamento e infraestruturas associadas;
- Desenvolvimento de campanhas junto dos clientes e de projetos que promovam as energias renováveis e aumentem a eficiência energética nos edifícios, incluindo a adoção de bombas de calor elétricas e esquentadores elétricos e medidores inteligentes;
- Desenvolvimento de campanha de substituição da iluminação pública com uma tecnologia mais eficiente, nomeadamente de luminárias com lâmpadas de vapor de sódio por luminárias LED;
- Instalação de sensores para equipamentos de aquecimento de água (em residências) e sensores para carregamento inteligente de veículos (em áreas públicas);
- Desenvolvimento e implantação de estações de hidrogénio hipocarbónicas e infraestruturas associadas.

Para além das medidas acima mencionadas, e as referidas no capítulo 4.1 "Alterações Climáticas e Transição Energética", ao nível da distribuição, o Grupo EDA está também a fazer a substituição gradual de viaturas a combustão por veículos elétricos e de luminárias da rede IP para tecnologia LED. Está também a equacionar a instalação de painéis solares fotovoltaicos em algumas das suas instalações, como a Central Térmica de Santa Bárbara, nas centrais hídricas da Terceira e no complexo de edifícios localizados no antigo terreno da antiga Central Térmica de Ponta Delgada.

EDA Renováveis

A EDA Renováveis visa implementar as tecnologias de conversão de energia renovável mais eficientes nos seus projetos e substituir os sistemas de Supervisão, Controle e Aquisição de Dados mais ineficientes por outros mais adequados e modernos, como é o caso da exploração hidroelétrica na ilha Terceira e na ilha do Faial.

Embora a implementação de medidas de eficiência energética possa exigir grandes investimentos iniciais, a redução dos autoconsumos associados aos sistemas auxiliares dos diversos equipamentos eletroprodutores, especialmente os relacionados com a produção hidroelétrica e eólica, tem um impacto positivo na atividade da empresa. A EDA Renováveis avalia a necessidade de integração de sistemas de armazenamento e gestão de energia, em parceria com a EDA, onde se aplicam soluções de automação avançadas, entre as quais a Inteligência Artificial. Ao nível dos equipamentos hidroelétricos, a empresa deixou de iluminar as centrais hidroelétricas durante os períodos noturnos, em resultado de uma avaliação dos impactos da ausência desta iluminação na segurança das operações e na vulnerabilidade dos edifícios a práticas ilícitas.

Em 2023, a EDA Renováveis investiu na substituição do SCADA das centrais mini hídricas da ilha Terceira, que permitiu otimizar a produção hidroelétrica na ilha, adjudicando ainda um novo SCADA para a Central Hidroelétrica do Varadouro (ilha do Faial). No final do ano, concluiu ainda a instalação de painéis fotovoltaicos em duas das centrais hidroelétricas, para compensar parte do autoconsumo associado aos sistemas auxiliares.

Ao nível da digitalização, o Grupo EDA pretende futuramente avançar com diversos projetos, como: a criação de uma entidade de *data Governance* para promover uma gestão mais integrada dos dados da empresa; a elaboração de processos para aferir a consistência dos dados e atribuir responsabilidades às diversas estruturas na recolha e gestão dos mesmos; o desenvolvimento dos sistemas de SCADA e de telecontagem, de modo a facilitar a verificação da coerência e consolidação dos dados registados, ao nível da *data Governance*, de modo a permitir a consulta, análise e utilização correta dos mesmos; e o aumento da digitalização das redes de distribuição, em MT e BT, otimizando a monitorização, operação da rede e interação com os clientes. Estas medidas, para além de permitirem melhorar a gestão das redes e de dados fiáveis e estruturados em tempo real, permitirão identificar áreas de desperdício e ineficiência energética, otimizando a utilização dos ativos do Grupo e de outros intervenientes no sistema.

O Grupo EDA explora diretamente os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na RAA, sendo constituídos por 9 centrais termoelétricas (5 alimentadas a gasóleo e 4 a fuelóleo), 3 centrais geotérmicas, 7 parques eólicos, 12 centrais hidroelétricas e 2 parques fotovoltaicos. Nestas instalações eletroprodutoras, é ainda consumida energia elétrica para o seu funcionamento. Em 2023, a EDA e a EDA Renováveis emitiram para a rede **802.073 MWh de energia**, um aumento de 0,9% relativamente ao ano passado.

Ao nível do Grupo EDA, foram consumidos 45.416 MWh de energia, um aumento de 4,3% face a 2022, sendo que 99,9% está associado às atividades da EDA e EDA Renováveis (atividades em setores de elevado impacte). Devido às características da sua atividade, a empresa EDA é a que consome uma maior quantidade de combustíveis fósseis (20.621 MWh), nomeadamente gasóleo e fuelóleo para alimentar as centrais termoelétricas. Já a EDA Renováveis é a que consome uma maior quantidade de energia renovável nas suas atividades (23.890 MWh).¹⁶

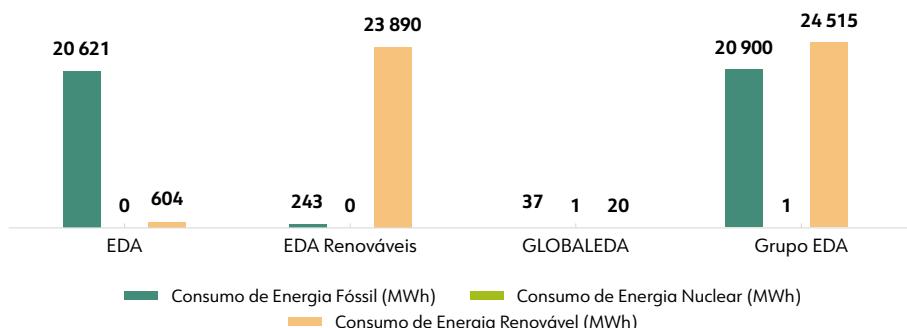


Gráfico 36 – Consumo Total de Energia em 2023

Dentro do consumo total de energia renovável (24.515 MWh), que representa 54% de toda a energia consumida, 96,9% corresponde a energia renovável gerada pela EDA Renováveis. Os restantes 3,1% correspondem à aquisição de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento provenientes de fontes renováveis.

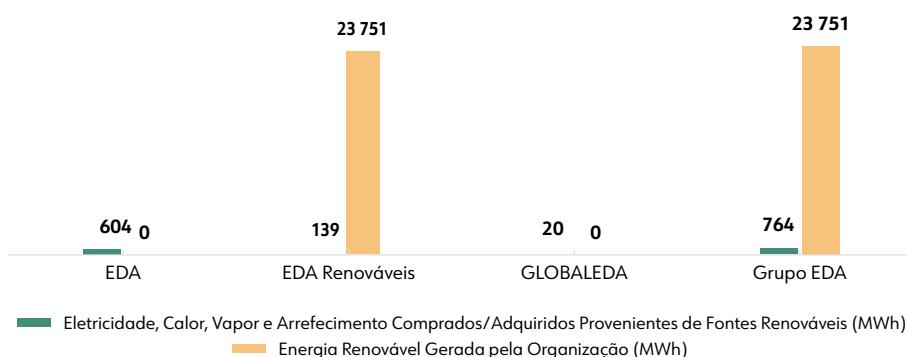


Gráfico 37 – Consumo de Energia Renovável em 2023

Considerando a totalidade do consumo energético em 2023, o Grupo EDA contabiliza 0,0002 MWh/€ de intensidade energética, considerando 280 M€ de receitas líquidas no ano.

¹⁶ À data de publicação do relatório, não foi possível recolher informação sobre o consumo de fontes fósseis e da aquisição de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento para a empresa SEGMA. A empresa não consome energia nuclear, combustíveis de fontes renováveis, nem produz energia renovável. Como tal, não se encontra representada nos gráficos.

4.2.1. Gestão da Água

A água é um recurso essencial para as atividades do Grupo EDA, particularmente para as centrais hidroelétricas, geotérmicas e termoelétricas. Nas instalações de produção geotérmica da EDA Renováveis, a água de processo é o fluido geotérmico, que é captado nos poços de produção e devolvido na sua totalidade para o interior do reservatório geotérmico, em profundidade, através dos poços de injeção. No consumo de água da EDA Renováveis, a única característica alterada é a temperatura, sendo esta monitorizada de acordo com as orientações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) decorrentes das entidades oficiais.

Nas instalações de produção hídrica da EDA Renováveis, o volume de água utilizado é substancialmente superior aos das restantes instalações, contudo, uma vez que o uso se resume à sua contenção, não existem alterações nas suas características qualitativas. Nas ilhas de São Miguel e Flores, a taxa de uso da água disponível é superior às restantes ilhas devido a uma maior presença de produção hidroelétrica. Nas instalações de produção termoelétrica, não houve reutilização e reciclagem de água.

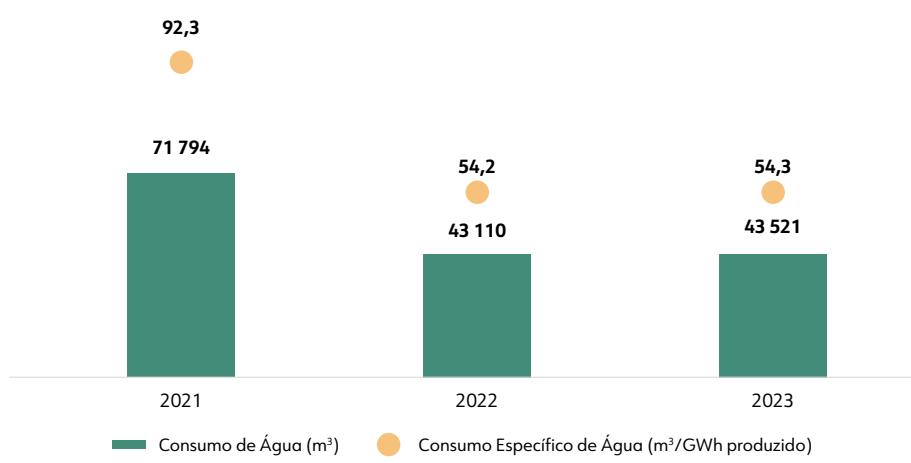


Gráfico 38 – Consumo de Água nas Centrais Termoelétricas do Grupo EDA

Em 2023, o Grupo EDA consumiu cerca de 43.521 m³ de água, um aumento de 0,9% face ao ano passado. Contudo, apesar do elevado volume de água utilizada nas instalações da organização nas várias ilhas, o seu impacte no ambiente é reduzido, considerando a quantidade de água disponível nos lençóis freáticos, i.e., o Grupo EDA utiliza apenas um volume correspondente a 1,1% da água disponível na RAA.

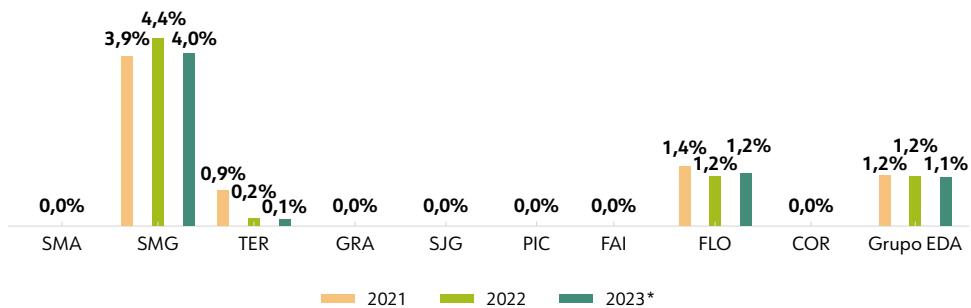


Gráfico 39 – Relação entre o Uso da Água pelo Grupo EDA e a Quantidade de Água Disponível nas Ilhas da RAA¹⁷

4.3. Gestão de Resíduos

A produção de energia elétrica está associada, inevitavelmente, à exploração de recursos naturais, com a consequente emissão de poluentes atmosféricos e produção de resíduos líquidos ou sólidos.

Em 2023, o Grupo EDA produziu cerca de 1.607 toneladas de resíduos, uma redução de 2,5% face a 2022, sendo 28% não perigosos. Desde 2016, tem-se verificado uma redução contínua na produção de resíduos, particularmente devido à melhoria na eficiência do uso de equipamentos de tratamento e desidratação dos resíduos de combustível e lubrificantes nas centrais termoelétricas que usam fuelóleo.

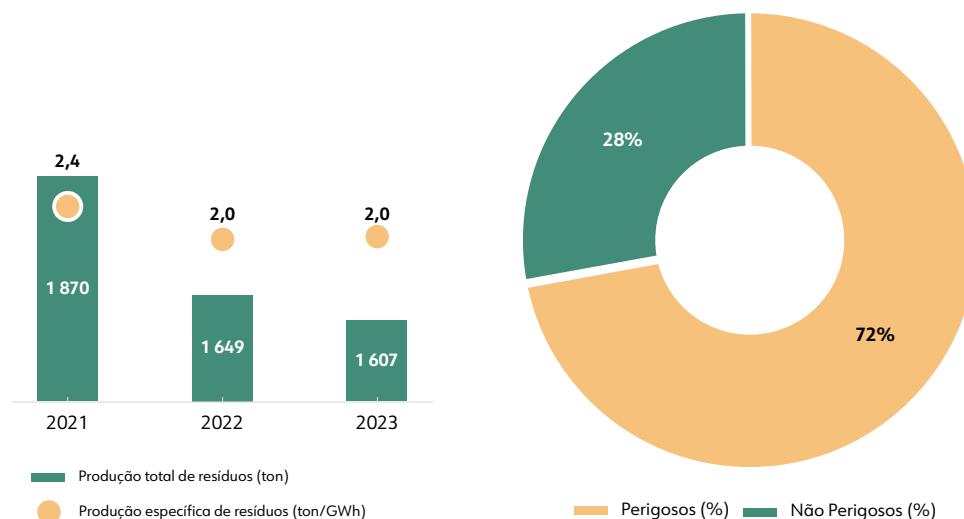


Gráfico 40 – Produção de Resíduos do Grupo EDA

Gráfico 41 – Tipologia dos Resíduos do Grupo EDA

De acordo com os requisitos legais, todos os resíduos são entregues a Operadores Licenciados ou Entidades Gestoras, sendo que 98,7% são encaminhados para valorização e reciclagem. Apesar dos resíduos terem sido entregues a entidades sediadas na Região Autónoma dos Açores, cerca de 93% da quantidade de resíduo foi posteriormente enviada para Portugal continental. De destacar que, face a 2022, observou-se uma redução de 75% na quantidade de resíduos que ficaram nos Açores, relacionadas principalmente a resíduos de construção e demolição que são entregues nos Operadores Licenciados regionais para reutilização em obras de construção civil, contribuindo, assim, para a economia circular.

¹⁷ Valores do Grupo EDA incluem a EDA e EDA Renováveis. A água disponível inclui água superficial e água subterrânea explorável. A água disponível nas ilhas Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Corvo é inferior a 0,0001%. Informação sobre disponibilidade hidráulica das ilhas disponível no Portal do Estado do Ambiente dos Açores (<http://rea.azores.gov.pt>).

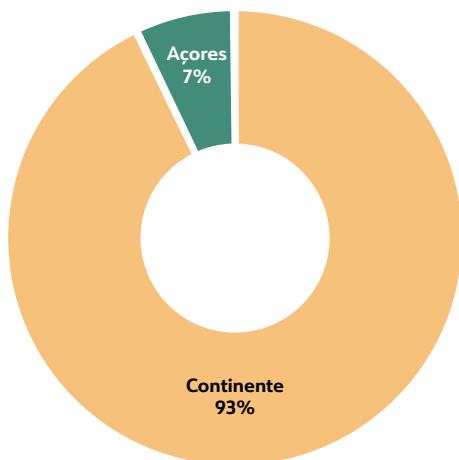


Gráfico 42 – Destino dos Resíduos do Grupo EDA

4.4. Emissões Atmosféricas

Em resultado da exploração do Grupo EDA, nas suas centrais termoelétricas são emitidos poluentes primários e secundários, sendo o Dióxido de Enxofre (SO_2), os Óxidos de Azoto (NO_x), o Monóxido de Carbono (CO) e as Partículas (PTS) os mais relevantes. Devido ao aumento do peso das energias renováveis no mix energético de 2023, verifica-se uma ligeira redução de 1,5% nas emissões totais de poluentes. Anualmente, são realizadas, pelo menos, duas monitorizações pontuais dos grupos eletrogeradores e nas quatro centrais termoelétricas que utilizam fuelóleo como combustível, para a determinação do cumprimento dos limites legais aplicáveis. As emissões da maioria dos grupos eletrogeradores são acompanhadas continuamente.

Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas ¹⁸	2021	2022	2023
Total de NO_x emitido (ton)	8 648,2	7 391,4	7 022,1
Total de SO_2 emitido (ton)	1 560,3	1 393,4	1 719,8
Total de CO emitido (ton)	556,7	442,0	378,6
Total de PTS emitida (ton)	135,6	139,4	101,4

Tabela 43 – Emissões Atmosféricas Poluentes das Centrais Termoelétricas

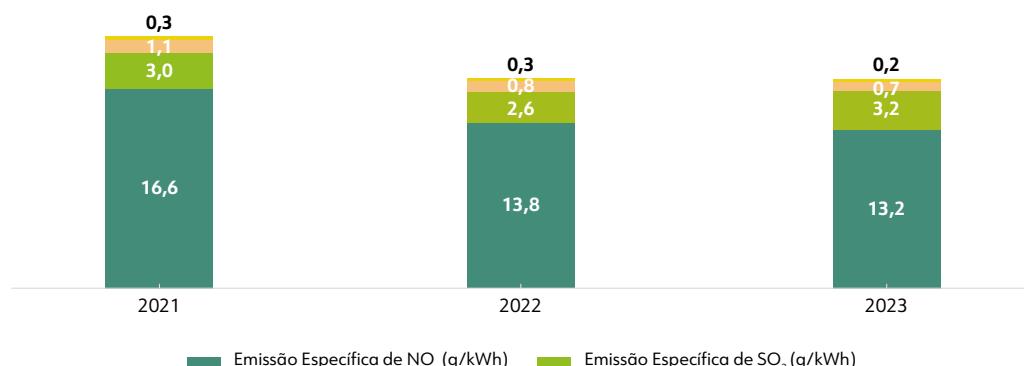


Gráfico 43 – Emissões Específicas de Poluentes Atmosféricos nas Centrais Termoelétricas do Grupo EDA¹⁹

¹⁸ Valores calculados com base nas monitorizações pontuais e contínuas dos efluentes gasosos.

¹⁹ Valores calculados com base na produção bruta das centrais termoelétricas.

4.5. Biodiversidade

A biodiversidade pode ser definida como a variedade de organismos vivos de todas as origens, incluindo ecossistemas terrestres, de água doce, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os sistemas ecológicos dos quais fazem parte. A biodiversidade e os ecossistemas podem ser afetados pelas atividades das empresas, que por sua vez impactam pessoas e comunidades.²⁰ Devido à sua posição geográfica e dimensão territorial, a biodiversidade da RAA é bastante exclusiva e vulnerável.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) apresenta um inventário detalhado das espécies ameaçadas (Lista Vermelha da IUCN) e o respetivo estado de conservação mundial de várias espécies de plantas, animais, fungos e protistas, nos quais se incluem algumas espécies da RAA. No gráfico abaixo, onde se apresenta o ponto de situação do estado de conservação, constata-se que a maior parte das espécies da RAA se encontram num nível de baixo risco. Não obstante, cerca de 30,2% estão atualmente em estado de conservação ameaçado.

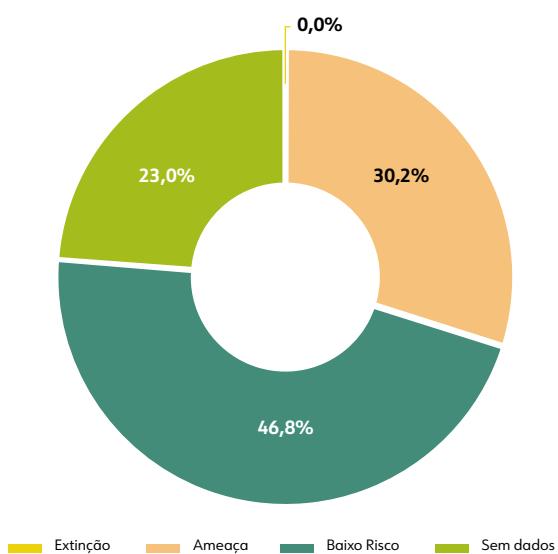


Gráfico 44 – Estado de Conservação das Espécies Protegidas na RAA, Segundo Classificação da IUCN

As instalações do Grupo EDA, nomeadamente as centrais termoelétricas, parques eólicos, parques geotérmicos, linhas elétricas, entre outros, têm um impacte não negligenciável na biodiversidade, tanto na fauna como na flora. De entre as suas diversas atividades, a distribuição e a produção de energia renovável são as que têm um maior potencial de impacte ligeiro na biodiversidade. Como tal, as atividades desenvolvidas, tanto ao nível da exploração, como da manutenção e construção, implicam um esforço por parte da organização no desenvolvimento de medidas ao nível da formação, proteção e compensação dos seus impactes ambientais.

²⁰ Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão de 31 de julho de 2023 que complementa a Diretiva 2013/34/UE.

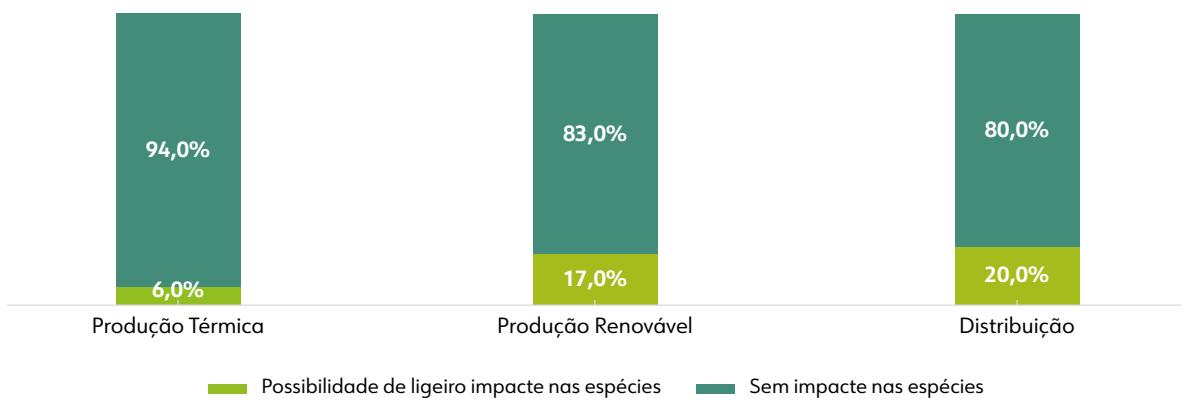


Gráfico 45 – Impacte das Atividades do Grupo EDA na Biodiversidade

Para as atividades de construção de maior relevância realizadas pelo Grupo EDA, são elaborados Estudos de Impacte Ambiental (EIA) que identificam as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais associados à instalação e exploração das suas infraestruturas. Entre as medidas mais relevantes implementadas para a proteção da biodiversidade destacam-se:

Medidas implementadas na rede de distribuição para reduzir impacte na avifauna

No âmbito da implementação do projeto “Avaliação da Interacção entre avifauna e a rede de transporte e distribuição de energia elétrica nos Açores”, foram adotadas decisões de melhoria das redes elétricas para a avifauna, especialmente nas áreas Protegidas e locais de importância ornitológica (ZPE – Zona Proteção Especial e IBA – Zonas Importantes para as Aves), com o objetivo de mitigar a mortalidade. As medidas definidas encontram-se em implementação à medida da realização das manutenções das linhas existentes ou na implementação de novas linhas.

Projeto de Recuperação da População de Enguia Europeia na Ribeira Quente

O Projeto de Recuperação da População de Enguia Europeia na Ribeira Quente vem ao encontro da política ambiental seguida pela empresa, com vista a uma exploração dos recursos renováveis existentes de forma cada vez mais sustentável, na qual se pretende dar continuidade ao prolongamento deste projeto. Efetuou-se a captura e relocalização de enguias juvenis (*Anguilla anguilla*), designadas por meixão, que se encontram em processo de migração, evitando a sobrecarga de esforço necessário para ultrapassar as barreiras artificiais e os circuitos hidráulicos das centrais mini hidrálicas, cuja proprietária é a EDA Renováveis, bem como proteger e reduzir a perda de biodiversidade existente nos ecossistemas, nos quais estão inseridos os seus sistemas eletroprodutores.

A relocalização das enguias é efetuada alternadamente na ribeira proveniente da Serra do Trigo, na Ribeira Amarela e Ribeira da Glória Patri, garantindo uma repartição temporal igualitária. Estas ribeiras formam a Ribeira Quente. Estas localizações ficam aproximadamente a 1 km a montante da central mini hidrálica mais a montante. Durante o ano de 2023, foram capturadas e relocalizadas 106 enguias juvenis, num total de 7.130 enguias juvenis capturadas e relocalizadas desde o início do projeto em 2011.

Ao longo do projeto foram capturadas e relocalizadas um total de 1.072 em 2022 e 7.024 enguias juvenis desde 2012.

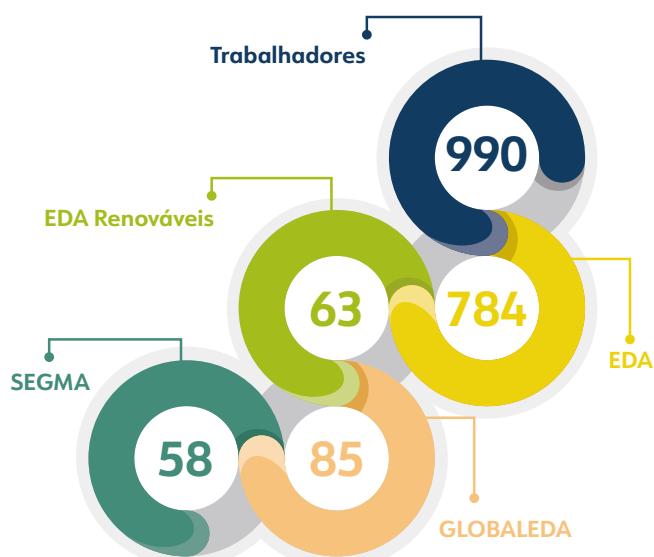
Tabela 44 – Medidas Implementadas na Rede de Distribuição para Reduzir o Impacte na Avifauna

5. Pilar Social

5.1. Trabalhadores

Em 2023, o Grupo EDA reforçou o seu compromisso em tornar-se um Grupo mais eficiente, reconhecendo o valor inestimável dos seus trabalhadores, cuja dedicação é essencial para o sucesso da empresa. Com o objetivo de assegurar os valores de sustentabilidade em todas as suas áreas, a EDA valoriza as contribuições únicas de conhecimento e experiência de cada trabalhador, entendendo que os recursos afetos para maximizar a sua produtividade e bem-estar são cruciais.

No final de 2023, o Grupo EDA era constituído por uma equipa de 990 trabalhadores, valor que representa um decréscimo na ordem dos 1,4% face ao final de 2022. Do total de 2023, o total de trabalhadores era representado por 808 homens e 182 mulheres, diferença que decorre do tipo de atividade e das suas funções, de predominância operacional.



No âmbito do Pilar Social, a estratégia do Grupo tem como foco a adoção de práticas organizacionais alinhadas com as necessidades e objetivos dos trabalhadores, visando a produtividade e promovendo um ambiente de trabalho positivo e motivador, fomentando um sentimento de compromisso e pertença. O Grupo EDA acredita que a eficácia na gestão do capital humano se reflete no seu sucesso no mercado. De forma a atrair e reter os seus trabalhadores, as políticas e práticas de recursos humanos no Grupo EDA visam a concretização de diversos objetivos:

- Respeitar valores fundamentais como confiança, honestidade e profissionalismo;
- Criar ambientes de trabalho saudáveis e seguros;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Encorajar a partilha de conhecimentos e a colaboração de equipa;
- Promover a igualdade de género e combater a discriminação;
- Oferecer oportunidades de desenvolvimento;
- Aumentar a agilidade e eficiência com capacitação digital;
- Integrar, acolher e capacitar os novos colaboradores;
- Implementar uma gestão de competências eficaz, abrangendo formação, remuneração e progressão de carreira.

5.1.1. Caracterização e Gestão do Capital Humano

A dinâmica e constante evolução do negócio da EDA requerem capacidades de adaptação, flexibilidade e proatividade por parte das pessoas, tornando a gestão de recursos humanos um pilar fundamental para o sucesso do Grupo. Nesse contexto, são implementadas práticas e procedimentos destinados a promover o desenvolvimento das competências pessoais, profissionais e organizacionais dos trabalhadores.

Além de investir no desenvolvimento dos seus trabalhadores, o Grupo EDA também envolve os parceiros e prestadores de serviços em iniciativas de capacitação, visando aprimorar a qualidade dos serviços prestados e promover uma maior harmonia entre todas as partes envolvidas.

A EDA reconhece que, para cumprir com a sua missão, é necessária a atualização constante das competências dos trabalhadores para que possam exercer as suas funções com sucesso.

Em 2023, o total de horas de formação na EDA foi de 33.934h, o que se traduz num aumento na ordem dos 89,7% face a 2022, com 17.891 horas a mais administradas e com 5.179 participações em ações de formação (um crescimento em termos homólogos de 85,2%).

Considerando um efetivo de 784 trabalhadores na EDA no final de 2023, tal significa que **se atingiu um número médio de 43,3 horas de formação por trabalhador**.

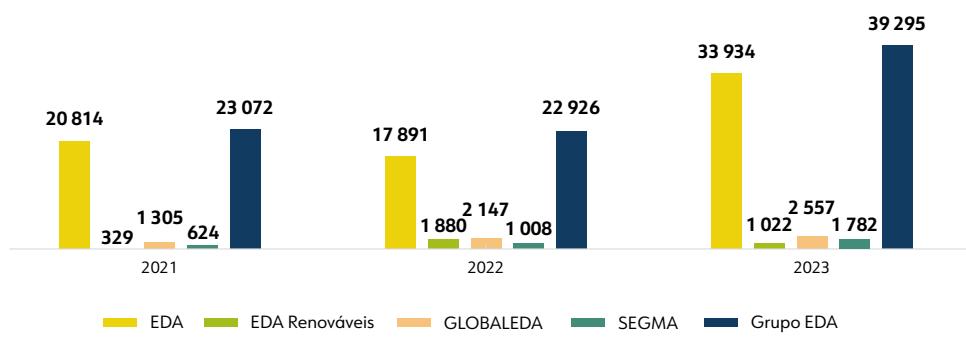


Gráfico 46 – Número Total de Horas de Formação

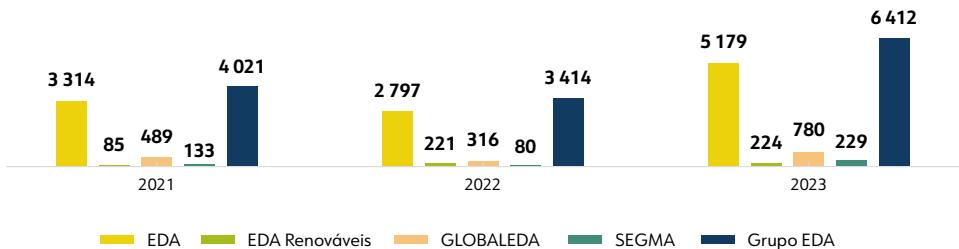


Gráfico 47 – Participações nas Formações

Considerando a importância da gestão do capital humano para a empresa, prever, analisar e mitigar os possíveis impactos negativos, bem como fazer bom uso e propagar os efeitos dos impactos positivos, é fundamental para a gestão estratégica deste tema.

Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento pessoal e profissional adequado dos trabalhadores em relação às necessidades estratégicas e operacionais das unidades organizacionais; • Otimização das carreiras; • Compatibilização da vida profissional e pessoal.
-----------------	---

Tabela 45 – Gestão do Capital Humano - Impactos

De modo a identificar e avaliar os riscos, impactos e oportunidades materiais relacionados à Gestão do Capital Humano, a EDA implementou políticas e processos abrangentes: a empresa começou com a **aprovação de um plano de formação anual que reflete as principais necessidades de aprendizagem**, identificadas através de um levantamento junto das áreas de atuação, bem como a disponibilização dos recursos financeiros necessários para assegurar este plano e a promoção da formação no local de trabalho, que são passos fundamentais na transmissão de conhecimento interno, reforçando as competências essenciais para a continuidade do negócio.

Além disso, a priorização das ações de formação envolve a colaboração dos responsáveis de cada área, destacando-se as formações prioritárias, obrigatórias e essenciais. A avaliação da eficácia da formação e a adoção de medidas corretivas para ações ineficazes asseguram uma melhoria contínua e a empresa mantém-se flexível, adaptando o percurso formativo consoante as necessidades correntes.

Em 2023, para além das formações obrigatórias para as áreas operacionais, de qualificação inicial ou de recorrência regular, realizaram-se também:

- Um número considerável de ações de formação *on the job*, nomeadamente na área comercial;
- Ações de primeiros socorros que abrangem um universo muito alargado de trabalhadores de todas as ilhas, cuja necessária realização, por ter caráter obrigatoriamente presencial, tinha sido prejudicada pela pandemia;
- Formação de base informática para os trabalhadores de todas as ilhas com menor literacia digital, nomeadamente na utilização de computadores pessoais (com caráter presencial);
- Ações abrangentes a todo o universo de trabalhadores, relativas à ética, conduta e infrações conexas;
- Cursos orientados para a literacia em cibersegurança. Estes cursos foram atribuídos a todos os trabalhadores da empresa, sendo da responsabilidade da entidade formadora do Centro Nacional de Cibersegurança;
- Ações destinadas a dar resposta à necessidade de formação dos trabalhadores em todas as áreas da empresa.

O Grupo investe, também na implementação de oferta formativa online e na promoção do bem-estar, o que visa não só o desenvolvimento profissional, mas também pessoal dos trabalhadores.

A política de Gestão do Capital Humano da EDA é reforçada por um conjunto de documentos e práticas, como o **processo de recrutamento externo, um modelo de avaliação de desempenho, o manual organizacional e de funções, um código de conduta e um modelo de remunerações para a chefia**. Estes elementos estruturais criam um ambiente de trabalho robusto, transparente e justo, que não só promove a atração, mas também a retenção do talento, inseridos numa cultura de aprendizagem contínua e de excelência operacional.

A percentagem elevada das análises de desempenho reflete uma avaliação e obtenção de *feedback* assíduas, permitindo o controlo de efetividade e melhoria dos processos.

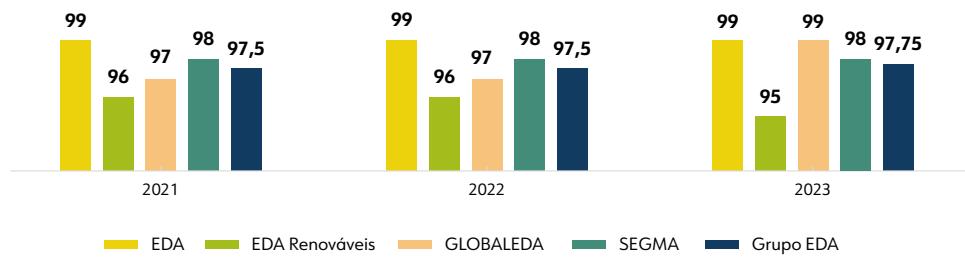


Gráfico 48 – Análises de Desempenho (%)

Em paralelo, esta dedicação vê-se refletida também na **Taxa de Rotatividade do Grupo**, que em 2023 foi de 5,25%, **10,6% inferior à do ano precedente, significando uma melhoria da capacidade de retenção no Grupo**.

Conscientes de que a remuneração é também um fator decisivo para o tema da gestão do capital humano do Grupo, os salários base dos trabalhadores estão estabelecidos nos acordos coletivos de trabalho, aplicando-se a todos os trabalhadores, sem distinção de género ou outras características. Esses salários correspondem ao posicionamento na carreira profissional individual e são determinados conforme a categoria salarial negociada com os sindicatos que assinam tais acordos.

Em 2023, todos os trabalhadores tiveram uma remuneração base superior ao salário mínimo regional. A disparidade salarial global do Grupo foi de 3,3%, ainda que entre os valores individuais das empresas do Grupo se observe uma variação considerável (consultar a tabela de Disparidade Social do Requisito ESRS S1-16).

A EDA adotou uma abordagem proativa para corrigir impactos negativos, atenuar riscos e capitalizar oportunidades quanto à gestão do capital humano, com um foco claro na avaliação e melhoria contínuas. Em destaque, alguns destes riscos e oportunidades identificados e que formam parte integrante do desenvolvimento da sua estratégia e planeamento:

Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de não garantir condições de trabalho atrativas, incluindo a formação dos trabalhadores, sistema de incentivos e oferta remuneratória, que promovam a retenção e aquisição de talento qualificado; • Risco de não haver atratividade para a geração mais nova; • Risco de não haver atratividade para as mulheres (devido ao trabalho por turnos); • Risco da perda de conhecimento durante o processo de rejuvenescimento da empresa.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar e difundir o conhecimento dentro e fora da EDA, através, por exemplo, de acesso a plataformas de conteúdos formativos; • Captar os melhores recursos para a empresa e retê-los; • Capacitar os trabalhadores com perfil de liderança para assumirem funções de chefia; • Ser um empregador de referência no mercado de trabalho, através da otimização de processos internos e de sinergia dos mesmos (formação, recrutamento, medicina no trabalho); • Criar condições para que as capacidades de cada trabalhador sejam reconhecidas e melhoradas; • Troca de sinergias e interação com outras entidades (áreas do saber).

Tabela 46 – Gestão do Capital Humano – Riscos e Oportunidades

Além da prática regular das avaliações regulares de desempenho, a empresa também implementou avaliações intercalares e finais para períodos experimentais de novas admissões e para a adaptação de trabalhadores em processos de mobilidade. As avaliações são complementadas pela **análise da satisfação e do impacto das formações oferecidas**, garantindo que os investimentos em capacitação estejam alinhados com as necessidades reais dos trabalhadores e os objetivos da organização. Estas medidas potenciam a retenção dos melhores talentos, fornecendo *feedback* construtivo e permitindo a implementação de ações de melhoria específicas.

Os resultados destas práticas são positivos: a EDA tem registado bons resultados na adaptação dos seus trabalhadores a novas tecnologias e processos, superando o patamar médio das 40 horas anuais de formação por trabalhador.

Estas ações, apoiadas por recursos adequados e uma política de *feedback* e melhoria contínua, sublinham a preocupação da EDA em criar um ambiente de trabalho que não só valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus trabalhadores, mas também promove a excelência operacional e a inovação.

5.1.2. Saúde e Segurança Ocupacional

A Saúde e Segurança no Trabalho (SST) constitui um pilar estratégico essencial para o Grupo EDA, sendo o bem-estar e integridade física e psicológica dos trabalhadores uma prioridade. A preocupação com este tema reflete-se na melhoria contínua das condições de segurança nos locais de trabalho e no estabelecimento de melhores práticas e metodologias que o Grupo tem vindo a implementar ao longo dos anos, garantindo, assim, a diminuição do risco e adotando comportamentos seguros.

Atingir a excelência nos resultados com segurança é um objetivo partilhado nos vários níveis da organização, desde a direção até aos colaboradores e fornecedores de serviços.

No âmbito da SST, as metas e objetivos do Grupo EDA englobam, prioritariamente, a redução do risco nas atividades e instalações, a melhoria das condições de trabalho e promoção do bem-estar interno e a redução dos incidentes de trabalho (acidentes e quase-acidentes) que, tendencialmente, se pretende que atinjam o nível zero, incentivando a comunicação dos quase-acidentes e identificando na sua génese as situações perigosas.

No percurso para atingir estas metas, o Grupo EDA tem vindo a desenvolver e implementar vários documentos que planificam, previnem e definem o modo de atuação de todas as empresas do Grupo face aos desafios que se apresentem no âmbito do tema da SST, entre eles:

- Sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma NP EN ISO 45001:2023;
- Política de Prevenção de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas (PPAG), aplicada à Central Termoelétrica do Caldeirão;
- Manual da Organização de Segurança no Trabalho na EDA;
- Manual de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança da EDA;
- Política da Qualidade, Ambiente e Segurança da GLOBALEDA;
- Política da Segurança e Saúde no Trabalho da EDA Renováveis.

Para além disto, a EDA possui serviços internos de Prevenção e Segurança no Trabalho, dotados de técnicos de segurança com as competências definidas na legislação em vigor, e presta serviços às restantes empresas do Grupo (EDA Renováveis, SEGMA e GLOBALEDA).

A Central Termoelétrica de Santa Bárbara, no Faial, manteve em 2023 a certificação em Segurança e Saúde no Trabalho no referencial NP EN ISO 45001:2023, a qual tinha sido obtida em 2020. A GLOBALEDA também possui certificação no mesmo referencial ISO. **O objetivo do Grupo EDA é estender gradualmente a todas as empresas, instalações e atividades o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, pretendendo:**

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das empresas do Grupo EDA, reduzindo as perdas por incidentes e doenças profissionais, bem como dos fornecedores e prestadores de serviços externos que colaboraram com as empresas do Grupo EDA;
- Desenvolver a cultura de prevenção e segurança, contribuindo para a proteção dos trabalhadores contra os perigos e afeções para a saúde;
- Garantir o cumprimento da legislação em vigor por todos os intervenientes nas atividades das empresas;
- Promover a integração da gestão da prevenção e segurança na gestão organizacional;
- Contribuir para uma melhoria contínua efetiva dos processos de segurança;
- Evidenciar perante todas as partes interessadas a gestão responsável quanto à Segurança e Saúde no Trabalho, sendo uma das vertentes essenciais do desenvolvimento sustentável.

Em 2023, a par das auditorias técnicas de segurança às instalações, foram elaborados, revistos e implementados diversos procedimentos de segurança de acordo com as atividades desenvolvidas, revistas as avaliações de risco e fichas de prevenção e segurança; foi realizada a verificação da Qualidade do Ar Interior (QAI) das principais instalações (onde existia ocupação); verificação dos equipamentos de trabalho; verificação dos equipamentos de proteção individual e de proteção coletiva para trabalhos em altura; medição do ruído laboral e a avaliação de campos eletromagnéticos.

O Grupo EDA manteve, em 2023, o acompanhamento de atividades no terreno, garantindo um apoio no cumprimento das várias disposições de SST. Paralelamente, a realização de formação e ações de sensibilização promoveram a capacitação dos trabalhadores nesta área, tendo sido, ainda, desenvolvido conteúdo digital formativo de forma a promover sessões de acolhimento *online* imediato aos novos colaboradores. Posteriormente a esta sessão, o trabalhador participa numa sessão presencial, a qual visa aumentar o detalhe e sentido crítico na realização das suas funções em segurança.

Ao nível da prevenção e capacidade de resposta a questões de emergência, os estabelecimentos industriais (centros produtores de energia elétrica) e principais edifícios administrativos assumem especial relevância, com a implementação de medidas de autoproteção, a realização de treinos e simulacros. De uma forma transversal, tem sido assegurada formação em primeiros socorros e em meios de primeira intervenção, garantindo, assim, uma melhor preparação das equipas de emergência das respetivas instalações.

O envolvimento dos Representantes dos Trabalhadores de SST para a EDA (que foram eleitos para o triénio 2022/2024, conforme publicação no Jornal Oficial, II Série n.º 69, de 7 de abril de 2022), tem sido preponderante para o sucesso da ligação com os trabalhadores, tendo existido uma partilha das ações realizadas pela Prevenção e Segurança. Os Representantes realizaram várias visitas às instalações, promoveram a consulta e participação dos trabalhadores e, conjuntamente com a Prevenção e Segurança e Responsável de Segurança da Instalação, foram promovidas diversas melhorias nas condições de trabalho.

A sinistralidade laboral representa um dos principais indicadores de monitorização do desempenho em SST. Em 2023, o Grupo EDA registou um total de 17 acidentes (com baixa), mais 12 em relação a 2022.

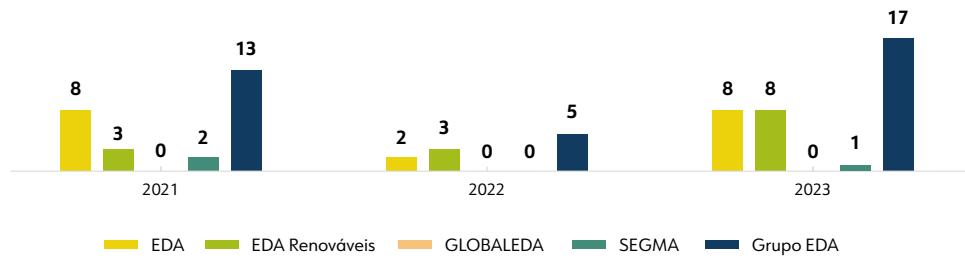


Gráfico 49 – Número de Acidentes com Baixa

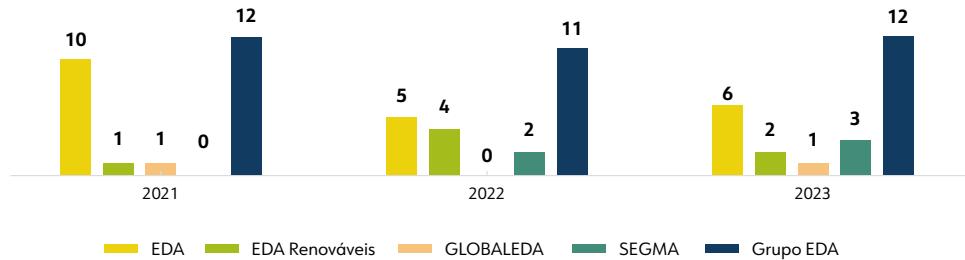
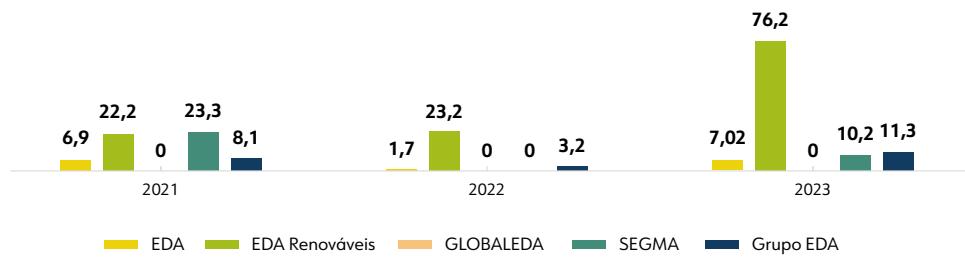


Gráfico 50 – Número de Acidentes sem Baixa

Em 2023, verificou-se um aumento dos acidentes sem baixa, de 11 para 12, face ao ano anterior. No seguimento da investigação à causa-raiz promoveram-se várias medidas corretivas, nomeadamente no âmbito da sensibilização dos trabalhadores, para que os acidentes não se repitam.

No **Grupo EDA**, em 2023, o **número de dias perdidos em consequência dos acidentes ocorridos diminuiu em 131 dias face ao registado em 2022**, com um total de 413 dias. Na EDA também se verificou uma diminuição do número de dias perdidos, com uma redução de 302 dias em relação a 2022 e com um total de 118 dias perdidos.

O **índice de frequência da EDA** passou de 1,74, em 2022, para 7,02, em 2023. Em paralelo, o Grupo EDA apresenta um aumento de 3,22 para 11,28, nos anos homólogos.



$$Tf = \frac{N \times 10^6}{T}$$

Tf – Índice de Frequência.

N – Número de acidentes de trabalho mortais e não mortais.

T – Número de horas trabalhadas.

Gráfico 51 – Índice de Frequência

A maioria dos acidentes de trabalho que têm ocorrido nos últimos dois anos está relacionada com deslocações ou sobre-esforços (derivado de más práticas no passado), havendo uma diminuição nos dias perdidos. Apesar do aumento do número de acidentes registado em 2023, comparativamente a 2022, ano considerado atípico, não devendo servir de referência no imediato, comparando-se os valores de 2023 com 2021. Ainda que o número de acidentes no Grupo EDA tenha aumentado em 2023 face ao ano anterior, o índice de gravidade dos acidentes diminuiu de 350 para 274.

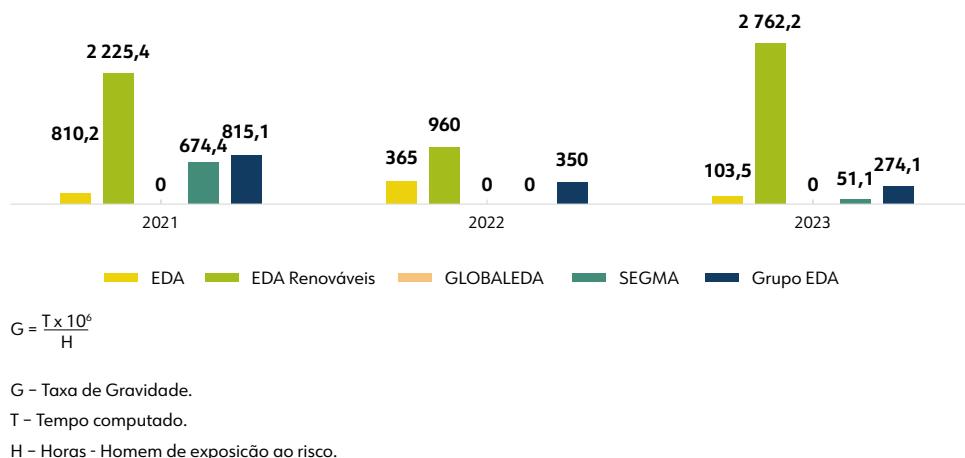


Gráfico 52 – Índice de Gravidade

A salvaguarda da saúde e do bem-estar dos colaboradores do Grupo EDA é efetivada através do seguimento rigoroso das normativas de vigilância da saúde ocupacional, em linha com a legislação em vigor. No contexto deste tema, a empresa tem identificado possíveis impactos, quer negativos quer positivos, que possam surgir, bem como riscos e oportunidades para o Grupo, de forma a assegurar a sua prevenção, mitigação ou incorporação no negócio.

Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Lesões ocupacionais; • Baixa moral, falta de confiança e insatisfação dos trabalhadores; • Melhoria do compromisso e produtividade dos trabalhadores; • Bem-estar e satisfação dos trabalhadores.
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de violação no cumprimento das leis e regulamentos internacionais, nacionais ou locais sobre saúde e segurança; • Risco de falha na gestão da saúde e segurança dos trabalhadores e de todos os que possam operar em instalações do Grupo EDA.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de novas tecnologias para segurança e promoção da saúde ocupacional; • Inovação em segurança; • Atração e retenção de capital humano mais qualificado; • Melhoria da reputação e imagem da empresa.

Tabela 47 – Saúde e Segurança Ocupacional – Riscos e Oportunidades

Para a compreensão destes impactos, riscos e oportunidades a empresa procede, por etapas:

- A um **Levantamento inicial**, onde é feita a identificação de informações relevantes sobre as atividades e ambientes de trabalho na empresa, incluindo relatórios de incidentes, registos de segurança, *feedback* dos trabalhadores e requisitos legais (como por exemplo a avaliação de conformidade legal, auditorias, acompanhamento de trabalhos);
- A uma **Análise dos riscos** detalhada de modo a serem identificados os perigos potenciais e avaliação dos impactos relacionados com a segurança ocupacional, incluindo a identificação de atividades de risco elevado, exposição a substâncias perigosas, condições de trabalho inadequadas e potenciais falhas de equipamentos;
- A uma posterior **Avaliação da significância dos impactos, riscos e oportunidades** identificados com base em critérios como gravidade, probabilidade de ocorrência, potencial de impacto nos trabalhadores e conformidade legal;
- Ao **Desenvolvimento de planos de ação**, claros e abrangentes, com base nas informações recolhidas e na análise realizada, com o objetivo de mitigar os riscos identificados, aproveitar as oportunidades de melhoria e promover a segurança ocupacional dentro da empresa. Estes planos incluem metas específicas, responsabilidades designadas e um cronograma de implementação;
- À **Monitorização e revisão contínua**, promovendo ações de acompanhamento regulares e avaliando o progresso na implementação dos planos de ação, com uma revisão periódica da eficácia das medidas adotadas, permitindo ajustes conforme necessário.

A abordagem da EDA na gestão de riscos e aproveitamento de oportunidades segue uma metodologia específica, estabelecida pelo procedimento de Gestão do Risco.

De modo a atenuar os riscos e corrigir os impactos negativos relativos à Segurança Ocupacional, a **empresa implementa várias ações específicas**, em concreto:

- **Implementação de medidas de prevenção:** a empresa adota medidas preventivas para mitigar os riscos identificados e evitar impactos negativos na segurança ocupacional, incluindo, por exemplo:
 - A instalação de barreiras de segurança em locais de trabalho em altura / ou linhas de vida;
 - Proteções nos equipamentos rotativos;
 - Equipamentos de proteção individual (EPI) adequados;
 - Sistemas de deteção e extinção de incêndios;
 - Implementação de procedimentos operacionais seguros.
- **Formação e capacitação:** a empresa investe em programas de formação e capacitação para garantir que os trabalhadores estão devidamente preparados para lidar com os riscos associados ao seu trabalho e para promover uma cultura de segurança, incluindo formações sobre uso correto de equipamentos e procedimentos de emergência e prevenção de lesões. Desenvolvimento do programa de saúde e bem-estar com ações de formação acerca das Lesões Músculo Esqueléticas (LME).

- **Auditorias e acompanhamento de atividades:** são efetuadas auditorias técnicas de segurança às instalações (e efetuada a avaliação de conformidade legal) e o acompanhamento de atividades para identificar potenciais falhas de segurança ocupacional e garantir a conformidade com o definido na legislação aplicável. Estes procedimentos permitem identificar e corrigir problemas atempadamente identificados, prevenindo impactos negativos. Periodicamente, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) efetua inspeções regulares às instalações com medidas de autoproteção (e categoria de risco $\geq 2^{\text{a}}$).

De modo a **avaliar a eficácia das medidas tomadas**, são considerados diversos indicadores, nomeadamente:

- **Redução de acidentes e lesões:** uma das metas principais do Grupo EDA é a redução do número total de acidentes de trabalho. Dos incidentes resultam, regularmente, lesões físicas e problemas de saúde mental para os trabalhadores, levando a sofrimento humano e custos financeiros para a empresa. Sendo este indicador medido pela taxa de frequência, a taxa de gravidade e a taxa de incidência, a empresa também desenvolveu um índice “Índice de Sinistralidade”, o qual analisa as ocorrências de acidentes em 3 anos, tendo como ponderação a gravidade do acidente. Em 2023 para a EDA o valor foi de 1,2 o que representa uma redução de 66,7% relativamente a 2022 (índice de 3,6). A implementação eficaz de medidas de segurança reduz os dias perdidos em acidentes no trabalho, minimizando lesões e danos à saúde dos trabalhadores.
- **Índice de Esforço Laboral:** reflete o tempo teórico *versus* o tempo realizado.
- **Participação de Quase Acidentes:** é incentivada a participação ativa dos trabalhadores na identificação e relato de quase acidentes, sendo esta uma métrica de extrema importância para avaliar a eficácia na prevenção de acidentes.

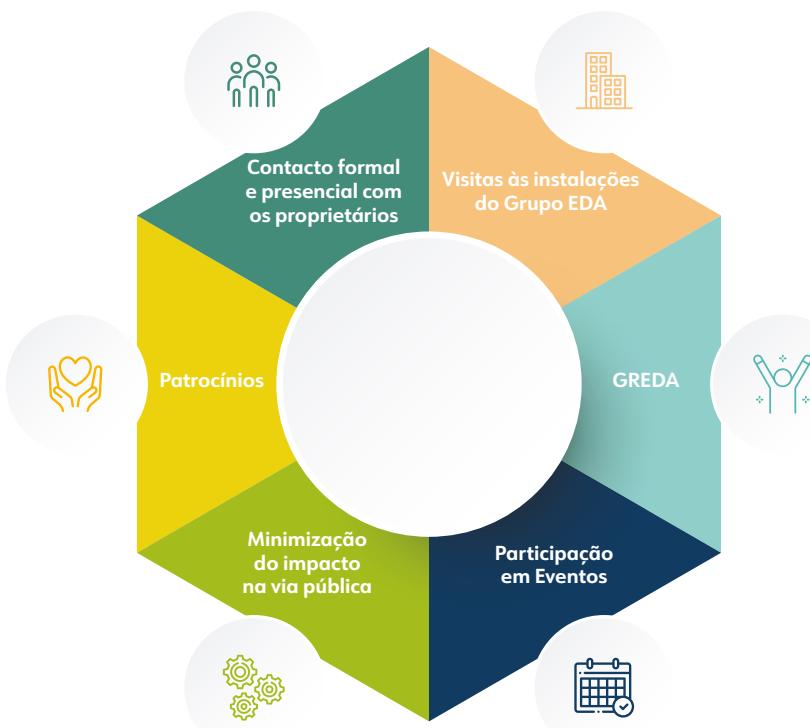
Para além destas métricas, são, ainda, registados e tidos em conta:

- O n.º de exames médicos efetuados, por tipologia;
- O n.º de visitas aos locais de trabalho;
- O índice de trabalhadores condicionados para o trabalho;
- A taxa de trabalhadores com degradação auditiva;
- A taxa de trabalhadores com problemas psicossociais;
- A taxa de trabalhadores com problemas obesidade;
- A taxa cumprimento da realização de consulta de medicina do trabalho;
- A taxa de trabalhadores com LME.

O conjunto das medidas, políticas, códigos, e outros documentos materializam a preocupação da empresa com a Saúde e Segurança Ocupacional, e visam traçar o caminho para atingir, progressivamente, melhores resultados em todos os indicadores e referenciais por eles definidos.

5.2. Apoio à Comunidade

O papel de uma empresa há muito que deixou de se restringir à sua atividade económica. O Grupo EDA tem vindo a contribuir ativamente na sociedade na qual está inserida, adotando práticas que revelam a sua consciência social.



Visitas às instalações do Grupo EDA

Uma das principais ações promovidas pela EDA, como forma de dinamizar o envolvimento com a comunidade, é a receção de visitas de escolas, de diferentes níveis de ensino, e de outras entidades aos centros produtores das 9 ilhas. Durante as mesmas, os nossos trabalhadores dão explicações técnicas sobre a produção de energia, convencional ou renovável, o funcionamento das centrais e outros aspectos relacionados com o fornecimento de energia elétrica.

Ao nível das centrais termoelétricas, acolhemos 1 visita na Central Termoelétrica do Caminho Novo (São Jorge), 2 na Central Termoelétrica do Caldeirão (São Miguel), 3 na Central Termoelétrica da Graciosa e 7 na Central Termoelétrica do Belo Jardim (Terceira). No âmbito das energias renováveis, a energia geotérmica é a que suscita mais curiosidade. Só em 2023, na ilha de São Miguel, as centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho acolheram cerca de 48 visitas, o que correspondeu aproximadamente a 1.400 visitantes. Na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, a EDA Renováveis recebeu 18 visitas. Algumas centrais hídricas, também acolheram visitas no ano transato.

Contacto com os proprietários

Tendo em conta que a EDA desempenha uma atividade concessionada, existem mecanismos legais definidos para atuar e permitir o estabelecimento de servidões para o estabelecimento de linhas e infraestruturas elétricas. Contudo, e de modo a estabelecer e desenvolver a sua atividade, em sintonia com os interesses externos à empresa, a EDA tem procedimentos de contacto formal e presencial com os proprietários para minimizar o impacto das suas atividades de construção, procurando, tanto na fase da elaboração dos projetos, como no decorrer dos trabalhos de construção, adequar, na medida do possível, as instalações à salvaguarda dos interesses dos proprietários. Como exemplo de tal preocupação, destaca-se a implantação dos apoios AT/MT que é em regra projetada para as extremas dos prédios, o que minimiza os constrangimentos à sua exploração, em particular no que respeita à operação de máquinas agrícolas, mitigando-se potenciais perdas de produção, sendo também normalmente esta última componente motivo de articulação com os proprietários, tendo em vista a adequação das datas de entrada nos prédios aos respetivos ciclos de cultivo. Além disso, existem mecanismos previstos para indemnizar perdas de rendimento e outros eventuais prejuízos provocados pela atividade de construção da EDA, nos termos na legislação vigente e de acordo com o previsto nos artigos 37.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 43335, de 19 de novembro de 1960.

No que respeita à implantação de Postos de Transformação, a EDA tem vindo a estabelecer, com os proprietários dos prédios, contratos de promessa de constituição de direito de superfície, com a celebração posterior de escritura pública, sendo estes resarcidos pela ocupação da respetiva área do terreno ocupado.

Minimização do impacte na via pública

A EDA desenvolve parte da sua atividade de construção em vias públicas, principalmente em centros urbanos. Os procedimentos e regras de trabalho com os empreiteiros e prestadores de serviços procuram minimizar o impacto das intervenções da EDA, junto da população em geral, garantindo todas as condições de segurança requeridas, minimizando os períodos da intervenção e procurando comunicar antecipadamente as intervenções a realizar. A EDA tem vindo a intensificar os contactos com outras entidades que também operam nas vias públicas, com o objetivo de compatibilizar as intervenções em troços comuns, permitindo assim a criação de sinergias que se refletem normalmente na redução de custos para as partes envolvidas e na minimização dos constrangimentos à normal utilização das vias alvo de intervenção.

No que se refere à reposição de pavimentos em vias regionais e municipais, a EDA tem vindo não só a assumir a reposição de pelo menos ½ faixa de rodagem, uma reposição provisória de pavimento inicial, de modo a garantir que as vias sejam o menor possível afetadas pelas intervenções da EDA e condições meteorológicas adversas, tais como pluviosidade intensa.

Patrocínios

A EDA implementou, há algum tempo, uma política que visa a atribuição de donativos a instituições de solidariedade social e apoios de incentivo à cultura, educação e desporto na Região Autónoma dos Açores. Estes contributos são o reflexo de que a EDA tem preocupações mais abrangentes, para além da boa execução da sua atividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

**Em 2023, a EDA concedeu cerca 153 mil euros
em apoios e patrocínios.**

Os apoios concedidos em 2023, corresponderam a:



Gráfico 53 – Patrocínios Atribuídos em 2023

Participação em eventos

A EDA participa habitualmente em vários eventos/iniciativas, procurando contribuir ativamente para o desenvolvimento do meio em que se insere. Ao longo de 2023, foram várias as participações, sendo de destacar as seguintes:

- No dia 25 de janeiro, decorreu na Biblioteca Municipal de Santa Cruz da Graciosa, uma sessão sobre “Açores na Rota da Energia: Graciosa, a ilha modelo”, promovida pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas através da Direção Regional da Energia. Nesta sessão foram dados a conhecer os desafios da integração de fontes de energia renováveis nos Açores, com destaque para o caso de sucesso da Graciosa, a ilha modelo para o restante arquipélago nesta matéria.
- 7 de fevereiro de 2023 – Acompanhamento da representação do Governo das Canárias à Exploração Geotérmica da ilha Terceira e ao Sistema de Gestão e Armazenamento de energia em baterias da mesma ilha.
- 15 de fevereiro de 2023 – Palestra sobre Literatura, Ciência e Tecnologia. Observatório do Ambiente dos Açores/Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.
- 16 de fevereiro de 2023 – Palestra “Energias Renováveis nos Açores”. Auditório da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.

- 22 de fevereiro de 2023 – Participação e organização de "The Wastewater Reuse Event: Overview, Perspectives and Legislation Session. Webinar."
- 2 de março de 2023 – Visita acompanhamento do Projeto EV4EU. Central Hidroelétrica do Salto do Cabrito.
- 21 de março de 2023 – *Renewable energy in the Azores Islands*. Palestra proferia para alunos de Erasmus da Croácia. Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.
- 23 de março de 2023 – *IntAirsect Meeting. Atlantic Innovation Week*. Auditório do Ramo Grande. Praia da Vitória.
- 29 de março de 2023 – Concerto no âmbito do festival TREMOR na central da Fajã do Redondo. Ilha de São Miguel.
- A EDA colaborou, entre os dias 21 e 23 de abril, com a Direção Regional da Energia na dinamização do Festival das Reservas da Biosfera Portuguesas realizado na Ilha Graciosa, através da promoção de um stand na Feira de Energia e da participação numa Mesa Redonda sobre o tema "Graciosa "Ilha Modelo" - a caminho da sustentabilidade".
- 26 de abril de 2023 – Palestra com o tema "Recursos Endógenos dos Açores". Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo.
- 5 de maio de 2023 – Palestra com o tema "Sustentabilidade Energética" na 7.ª Conferência Nacional IMPEL. Auditório do Ramo Grande. Praia da Vitória.
- 8 de maio de 2023 – Ação sobre "Energia Renovável e Eficiência Energética". Semana Europeia. Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.
- A Escola Básica e Secundária das Velas celebrou, no dia 24 de maio, o Dia da Eco Escola, com a realização de workshops e mostras de trabalhos sobre a Energia e o Ambiente. No âmbito deste evento, a EDA demonstrou os diferentes métodos de produção de eletricidade, dando a conhecer o modo como são explorados os diversos recursos renováveis disponíveis na Região.
- 26 de maio de 2023 – Visita à Central Hidroelétrica do Salto do Cabrito no âmbito do Projeto com as ilhas da Macaronésia, da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.
- No dia 27 de maio, decorreu na ilha de Santa Maria um evento denominado de CanSat Júnior Açores, que contou com a participação de centenas de jovens de diversas ilhas. Este evento teve como objetivo desafiar os jovens de diversas escolas da Região, e seus professores, a criarem microssatélites com o objetivo de recolher dados de localização, telemetria, etc., aquando da sua largada de uma altura de cerca de 80 metros.
- A EDA e a Fundação Eng.º José Cordeiro assinalaram o Dia Mundial da Energia, a 29 de maio, com a disponibilização de dois conteúdos que visam a promoção do conhecimento sobre as energias renováveis dos Açores, produção de energia, eficiência energética, sustentabilidade, entre outros, destinados às gerações mais jovens.

- Alunos dos mestrados em Tecnologias Energéticas, em Transição Energética e em Armazenamento de Energia, do Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade de Lisboa, e alguns alunos do mestrado em Tecnologias Energéticas (que ingressaram no IST em 2021) matriculados em universidades parceiras (Uppsala University, Karlsruhe Institute of Technology e Grenoble INP: Institute of Technology) visitaram em maio a ilha de São Miguel para conhecer os desafios energéticos dos Açores.
- A EDA organizou o UAS Meeting EDA, de 21 a 23 de junho, em Ponta Delgada. O evento teve como principais objetivos dar a conhecer à empresa todo o processo de implementação da tecnologia de sistemas de aeronaves não tripuladas (drones), assim como fazer uma demonstração, para as diversas áreas da EDA reconhecerem as vantagens da utilização destes equipamentos.
- Nos dias 24 e 25 de junho realizou-se mais uma edição do Azores E-Rallye que, como habitualmente, contou com o apoio da EDA. O Azores E-Rallye é um rali de regularidade (média controlada) destinado exclusivamente a veículos elétricos, tendo o seu centro nevrálgico na cidade da Lagoa.
- A 25 de setembro decorreram as I Jornadas Regionais da Sustentabilidade, evento enquadrado no programa de ação do Cluster Açores do GRACE para 2023. As jornadas focaram-se em temas das três componentes da Sustentabilidade (ESG -*Environmental, Social and Governance*) e constituíram uma excelente oportunidade para os participantes do ecossistema empresarial regional aumentarem a sua literacia ESG, preparando os diversos *stakeholders* para uma realidade que é incontornável para a manutenção e incremento da competitividade das empresas açorianas.
- No dia 29 de setembro, decorreu no Pavilhão Central das Portas do Mar da cidade de Ponta Delgada a Noite Europeia dos Investigadores (NEI), promovida pelo projeto Macaronight. O Grupo EDA dinamizou um espaço, com o qual procurou transmitir o seu compromisso para com a adaptação e mitigação das alterações climáticas, sobretudo através da aposta na produção de eletricidade a partir de recursos renováveis, e promoveu a partilha de conhecimentos sobre a produção e distribuição de energia elétrica nas nove ilhas dos Açores.
- No dia 13 de outubro, a Coopérnico organizou o seminário “Transição Energética em Ilhas: O papel das Comunidades de Energia Renovável”, no Auditório da Câmara Municipal da Lagoa, ilha de São Miguel. Este evento aconteceu no âmbito do projeto europeu COMPILE, que tem como principal objetivo demonstrar as oportunidades das ilhas energéticas e comunidades de energia: na descarbonização do fornecimento de energia, na construção de comunidades sustentáveis e na criação de benefícios ambientais e socioeconómicos.
- Nos dias 19 e 20 de outubro, decorreu no Parque Tecnológico NONAGON a 2.ª edição do Smart Summit Lagoa, o evento de inovação e tecnologia que visa a partilha de conhecimento para transformar e modernizar o empreendedorismo regional. Cerca de 25 empresas, entre as quais a EDA e a GLOBALEDA, marcaram presença nesta feira, com stands onde os seus representantes puderam estabelecer um contacto próximo com os visitantes e potenciais parceiros, investidores e clientes, de forma a dar a conhecer a sua atividade, produtos e serviços, estreitar relações e possibilitar cooperações futuras.
- Dia 25 de outubro de 2023 – Palestra proferida na Conferência Internacional sobre Alterações Climáticas. Teatro Micaelense. Transição Energética.

- A 11.^a edição do Congresso de Ornitologia, que teve lugar na ilha de São Miguel entre 22 e 26 de novembro de 2023, foi a primeira realizada nos Açores. Foi organizada pela SPEA, em colaboração com a Sociedade Espanhola de Ornitologia (SEO BirdLife) e a Universidade dos Açores. Contou com apresentações temas tão variados como “métodos e tecnologias no estudo e monitorização das aves”, “conservação e restauro de *habitats* costeiros e insulares”, “alterações climáticas e impactos da transição energética” e “importância socioeconómica das aves e dos seus *habitats*”.
- A Delegação dos Açores da APQ, representada pela EDA, organizou as VIII Jornadas Regionais da Qualidade no dia 14 de dezembro. Nesta 8.^a edição, as jornadas tiveram como tema principal o “Passado, Presente e Futuro da Qualidade”. As Jornadas constituíram uma excelente oportunidade para os participantes tomarem contacto com experiências e boas práticas regionais e nacionais, permitindo debater temas atuais da Qualidade e Excelência Organizacional, nesta que continua a ser uma fase desafiante e que impõe exigências acrescidas a todos os profissionais, muito em especial à “comunidade da Qualidade”. Neste evento houve uma dedicação especial à Qualidade na Prática – Instrumentos e Estratégias, à Qualidade e Sustentabilidade e Novas competências do Profissional da Qualidade. Foi um evento da maior relevância para as organizações e profissionais que privilegiaram a Qualidade como fatores potenciadores da produtividade e da sustentabilidade.
- Colaboração com a Dr.^a Inês Vieira Rodrigues no âmbito do trabalho a desenvolver pela candidatura ao prémio do concurso nacional para arquitetos e que implica uma proposta de investigação. A proposta apresentada foi sobre a produção, transporte, distribuição e consumo de energia elétrica, com enfoque no aproveitamento de recursos renováveis. Os territórios a explorar foram as nove ilhas dos Açores e o estado insular da Islândia.

GREDA

O GREDA, Grupo Recreativo da EDA, é uma associação de trabalhadores que visa o desenvolvimento de um conjunto de atividades de caráter desportivo, cultural e recreativo que correspondam às expectativas de desenvolvimento físico, intelectual e social dos seus membros, bem como a solidariedade entre os trabalhadores e com associações congêneres, e ainda outras atividades que pela sua natureza beneficiem os seus associados, nomeadamente protocolos com prestadores de serviços de áreas diversas. Algumas destas ações possuem cumulativamente uma expressão positiva na comunidade em que a empresa se insere. O GREDA possui associados em todas as empresas do Grupo EDA, de Santa Maria ao Corvo, contando com um elemento representante da sua direção em todas as ilhas dos Açores.

Para cumprir o seu objeto social, o GREDA elabora um plano de atividades. Assim, em 2023, o GREDA continuou a desenvolver uma série de iniciativas de caráter desportivo e social:

- **Recolha de alimentos** para diversas instituições de solidariedade social e oferta de vestuário a crianças institucionalizadas;
- Realizou-se, também, o **Torneio de Pesca Amizade**, nas ilhas das Flores e do Corvo, alguns **trilhos na ilha de São Miguel**, um **torneio de Padel** e o tradicional **almoço de São Martinho**, bem como o de **dia de Amigas**;
- Neste ano, realizaram-se ainda **torneios de futsal** nas ilhas do Faial e do Pico;
- O GREDA também organizou, em parceria com a Comissão de Trabalhadores, o **II Encontro de Verão**, em todas as ilhas.

O **Grupo de Dadores de Sangue do GREDA** também manteve as suas atividades no ano de 2023, procedendo às suas 41.^a e 42.^a dádivas de sangue.

6. Pilar Governance

6.1. Conduta Empresarial

No Grupo EDA, a conduta empresarial passa por reconhecer que o sucesso das empresas não está apenas associado à qualidade e confiabilidade dos serviços prestados, mas também à integridade e profissionalismo com que os serviços são prestados, em conjunto com a noção de responsabilidade e ética que cada colaborador, independentemente da função ou local onde a desempenha, tem nas suas ações e no seu dia-a-dia.

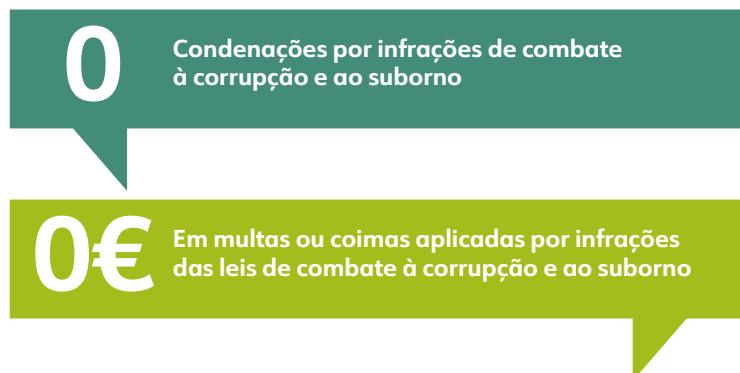
A EDA assegura um serviço público vital de abastecimento de energia elétrica em todas as ilhas da RAA e, por esse motivo, está comprometida em fazê-lo com os mais elevados padrões éticos em todas as atividades da organização, permitindo corresponder à confiança que todos os açorianos depositam na empresa.

Por forma a uniformizar a forma de atuação e comportamentos das diversas empresas, a EDA tem como responsabilidade estabelecer uma estratégia conjunta – aplicável a todas as empresas do seu grupo –, e coordenar as respetivas atuações, bem como assegurar, globalmente, funções comuns a todas elas. Assim sendo, os Plano de Prevenção da Corrupção desenvolvidos pelo grupo EDA são aplicáveis às diferentes empresas, sem prejuízo de análises, medidas específicas e controlos complementares que os órgãos de gestão das empresas entendam estabelecer.

Nesse sentido, em 2022 a empresa iniciou a avaliação, revisão e adoção de instrumentos de gestão, dando origem ao Programa para a Prevenção da Corrupção do Grupo EDA 2023-2025 (PPC GEDA) que assenta em quatro pilares que norteiam a forma de atuação da empresa e dos seus colaboradores - o Código de Conduta, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção (Cap. Ética, Transparência e Integridade), Plano de Formação Interna (Cap. Trabalhadores) e o Canal de Denúncias (Cap. Ética, Transparência e Integridade).

Em relação ao Código de Conduta, o documento pretende promover a transparência e a adoção de comportamentos individuais que garantam o bom ambiente de trabalho atuando de forma ética e aplicando o seu melhor julgamento para o exercício da sua atividade de forma equilibrada, justa e sustentável. O Código de Conduta está alinhado com a missão da EDA e dá a conhecer aos colaboradores, fornecedores, parceiros, entre outros *stakeholders*, como devem atuar nas suas relações profissionais, o que deve ser assegurado durante o exercício das suas funções, como garantir a eficiência durante o desempenho profissional e como agir em casos e/ou situações de potenciais conflitos de interesse ou imparcialidade.

6.1.1. Ética, Transparência e Integridade



Fruto do exercício de análise de materialidade desenvolvido (Cap. Materialidade), foi identificado o tema material Ética, Transparência e Integridade, que expressa a sua importância para a EDA na forma como o negócio é gerido com integridade e transparência, promovendo valores éticos junto de trabalhadores, clientes, fornecedores e outros parceiros. Estes valores são fundamentais para a atuação da empresa e devem ser respeitados em todas as ocasiões, evitando, dessa forma, riscos associados à reputação da empresa que podem colocar em causa o relacionamento comercial, em último caso, colocar em causa a autonomia financeira e produtividade da EDA. Neste sentido, **destaca-se como principal risco a má conduta empresarial e ética desalinhada com os valores e princípios do Grupo EDA, conduzindo a comportamentos inadequados que impactam a integridade da organização (como fraude, corrupção, suborno, entre outros).**

A aposta na transparência, integridade e ética surge da necessidade de criar mecanismos que norteiem os comportamentos dos stakeholders internos e externos da EDA e de dar a conhecer a forma de atuação da empresa e os seus resultados. A adoção de mecanismos internos como o Código de Conduta, a implementação do PPC GEDA, o regulamento de recrutamento, o regulamento de execução orçamental e de aquisição de bens e as declarações de inexistência de conflitos de interesse demonstram o caminho traçado pela empresa para mitigar os potenciais riscos de conflito de interesses e de atos de corrupção, promovendo, dessa forma, comportamentos éticos e uma maior transparência e integridade. Adicionalmente, a divulgação regular de informação relacionada com os resultados, como, por exemplo, através do Relatório e Contas e de Informação de Sustentabilidade, aumentam a confiança com os stakeholders e demonstram a integridade, transparência e responsabilidade que a EDA coloca nas suas atividades.

Em 2023 registaram-se zero condenações por infrações de combate à corrupção e ao suborno.

A nível interno, destaca-se a implementação do Plano de Prevenção do Risco de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo EDA 2023-2025 (PPR GEDA), que tem como objetivo identificar, analisar e classificar as situações e os riscos de exposição da empresa a atos de corrupção e estabelecer um conjunto de medidas, preventivas e corretivas, para a redução da probabilidade da ocorrência e do seu impacto. O PPR GEDA é um instrumento que permite reforçar e fortalecer a conduta empresarial e que se pretende assente em relações de confiança e preventiva de conflitos de interesse e atos de corrupção.

De salientar que, em conformidade com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro), é designado um responsável pelo programa de prevenção da corrupção nas empresas do Grupo EDA, cabendo ao Diretor da Direção de Auditoria Interna da EDA executar, controlar e rever o PPR GEDA.

Adicionalmente, a EDA dispõe de um Sistema de Controlo Interno (SCI) que tem três objetivos principais:

- Salvaguardar os ativos da organização;
- Diminuir os riscos passíveis de comprometer o alcance dos objetivos, incluindo não conformidades, fraudes, irregularidades ou erros;
- Garantir o cumprimento da legalidade em todos os atos de gestão e de desempenho de funções.

O SCI engloba um conjunto de *standards*, estrutura organizativa, políticas e procedimentos que promovem o controlo interno dentro da empresa no âmbito do desenvolvimento das competências atribuídas aos órgãos sociais e a cada uma das áreas da empresa, incluindo realização de auditorias aleatórias para deteção de eventuais condicionantes e/ou medidas de correção ou de aperfeiçoamento.

Além disso, a EDA, como forma de mecanismo de promoção de transparência, tem à sua disposição um livro de reclamações online, acessível no seu [site](#), com ligação à ERSE, bem como o [Provedor do Cliente](#) – um canal de comunicação específico que privilegia a proximidade com o cliente (Cap. Satisfação do Cliente). Adicionalmente, a empresa implementou um [canal de denúncias de irregularidades](#) que permite aos seus *stakeholders*, de forma independente e anónima, comunicar qualquer situação ou suspeita fundamentada relacionada com a prática de irregularidades que violem ou prejudiquem: (1) de forma grave a legislação, normas e estatutos ou regulamentos vigentes, (2) o património da sociedade, (3) a imagem e reputação institucional da empresa e (4) situações suscetíveis de corrupção ou fraude.

6.2. Compliance e Gestão de Risco

A EDA, sociedade que controla as empresas do Grupo EDA, é uma empresa pública, enquadrada no setor público empresarial regional (SPER). Rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas relativas às sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional dos Açores relacionadas com o SPER e com o setor elétrico regional.

Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema e do transporte e a distribuição de energia elétrica, celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução n.º 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 41/2000.

A partir de 2002, com a publicação do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março, as atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica desenvolvidas pela EDA, passaram a estar sujeitas ao controlo e regulação pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). As regras estabelecidas para as empresas reguladas estão vertidas nos diversos Regulamentos, Diretivas, Instruções e Recomendações, emanados pela ERSE, destacando-se:

- Regulamento Tarifário;
- Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações;
- Regulamento relativo à Apropriação Indevida de Energia;
- Regulamento do Autoconsumo;
- Regulamento da Operação das Redes;
- Regulamento da Qualidade de Serviço;
- Regulamento das Relações Comerciais;
- Regulamento dos Serviços das Redes Inteligentes;
- Regulamento da Mobilidade Elétrica.

A EDA tem vindo a alinhar a sua forma de *compliance* com a gestão de riscos da empresa, uma vez que ambos os processos partilham objetivos comuns: salvaguardar os interesses da organização, promover a resiliência das operações e garantir a adesão aos padrões e requisito legais.

Fruto da complexidade onde as empresas do Grupo EDA estão inseridas, o aprovisionamento de bens, serviços e empreitadas está sujeito aos procedimentos legais de contratação aplicáveis, no respeito pela concorrência e pela legalidade das despesas, bem como à obrigatoriedade de publicação das peças procedimentais em plataforma pública. Dependendo do seu valor, pode ser ainda necessário o visto prévio e/ou fiscalização por parte do Tribunal de Contas.

A nível ambiental, as empresas também enfrentam algumas obrigatoriedades na produção de energia, como é o caso do cumprimento dos limites de emissões de GEE, o cumprimento da lei do ruído e o cumprimento das leis referentes ao manuseamento de materiais oleosos e/ou perigosos. Além disso, no transporte e distribuição de eletricidade, o estabelecimento de infraestruturas elétricas apenas pode ocorrer de acordo com os procedimentos de licenciamento e no respeito pelos direitos dos particulares, tendo de ser observada a segurança de pessoas e bens.

A empresa está ciente que o incumprimento de obrigações legislativas e/ou regulamentares relacionadas com o reporte de informação ou com a sua prestação de serviços pode causar danos na sua reputação, bem como dar origem a potenciais sanções. A necessidade de cumprimento com as leis e regulamentos aplicáveis às empresas servem como ponto de partida para a gestão dos riscos inerente ao não cumprimento dos mesmos e, nesse sentido, a política da empresa tem passado pela elaboração de regulamentos e procedimentos próprios capazes de garantir o cumprimento das exigências legais. Além de procedimentos instituídos para monitorização do cumprimento das suas obrigações, a empresa tem, neste âmbito:

- Política de qualidade, ambiente e segurança;
- Política de prevenção de acidentes graves;

- Política de privacidade de dados pessoais e procedimentos no âmbito do RGPD para a área comercial;
- Política e normas de segurança da informação;
- Política de contratações externas.

Ao assegurar o cumprimento legal e regulamentar, a EDA está a mitigar potenciais riscos e a reduzir potenciais ameaças ao normal funcionamento da empresa, quer em termos operacionais, quer em termos económicos. Para tal, a EDA dispõe de um Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança certificado que pretende materializar, através de metodologias e dinâmicas, os compromissos estabelecidos na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, nomeadamente, garantir o cumprimento das obrigações de conformidade aplicáveis à EDA no âmbito do desenvolvimento das suas atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Uma das formas previstas para a gestão de risco prende-se com a existência de um procedimento de trabalho interno que tem como objetivo definir a metodologia e os critérios para identificar e avaliar os riscos associados às atividades, novas ou planeadas, por forma a obter melhores resultados e prevenir efeitos negativos, optando por identificar e planejar medidas de controlo, sempre que necessário. O âmbito do procedimento de trabalho abrange todos os serviços e produtos sob controlo direto da EDA e dos disponibilizados por fornecedores externos em que a EDA possa estender a sua influência. Neste procedimento, são identificados riscos ambientais, operacionais (qualidade), de segurança ocupacional e segurança da informação e, ainda, quais as direções responsáveis por efetuar a análise do risco nas diversas fases do processo.

Além disso, é efetuada uma avaliação e matriz de riscos, presente no [Plano de Prevención de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas](#), que pretende avaliar potenciais eventos, situações ou circunstâncias em função da magnitude previsível do seu impacto e da sua probabilidade de ocorrência, sendo estes avaliados segundo uma escala de três níveis – Alto, Médio e Baixo. Esta avaliação é feita para cada empresa do Grupo, individualmente, e contempla diversas áreas de atuação: vendas e prestação de serviços, aprovisionamento, gestão de recursos humanos e gestão de recursos materiais e financeiros.

Adicionalmente, a EDA realizou um exercício de identificação de riscos ESG para as suas atividades e em linha com os tópicos materiais resultantes da análise de materialidade (Cap. Materialidade). Para a realização do exercício foram tidas em conta as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) para a identificação dos riscos climáticos, os riscos provenientes do setor de atividade e, ainda, os riscos identificados por entidades pares em diferentes geografias. A nível do *Compliance*, destaca-se como principal risco o enquadramento legal e regulatório cada vez mais exigente e o não acompanhamento da resposta atempada às novas exigências legais, em matéria de sustentabilidade do setor. Para o tema da Gestão de Risco, o principal risco prende-se com a ineficiência deste sistema de gestão. Os restantes riscos apurados, resultantes do exercício, estão espelhados e sistematizados ao longo dos capítulos do presente relatório, bem como a forma como são geridos.

6.3. Cibersegurança

A EDA é reconhecida como uma Operadora de Infraestruturas Críticas e de Serviços Essenciais devido à sua concessão do serviço público de abastecimento de energia elétrica, que é vital para as populações. Por isso, e no contexto atual, marcado por desafios sociopolíticos e tecnológicos, a cibersegurança torna-se um fator crítico, garantindo a proteção dos sistemas e dados essenciais para o funcionamento ininterrupto e seguro do abastecimento. A transição digital impacta diretamente a estratégia e modelo de negócio da empresa, particularmente com a introdução de ferramentas e processos digitais que visam melhorar a produtividade, estimular a inovação e reduzir custos operacionais. No entanto, essa evolução também aumenta o risco de exposição a ataques cibernéticos, exigindo investimentos em segurança da informação e infraestrutura de suporte.

Considerando a importância da cibersegurança, é essencial analisar os possíveis impactos que o tema pode ter nas operações e na sociedade em geral. Entre os impactos negativos, destaca-se sobretudo o impacto financeiro decorrente de possíveis interrupções nos serviços, o elevado custo associado ao investimento em ferramentas digitais e recursos humanos, o abalo na reputação da empresa em caso de violações de dados e as sanções decorrentes do não cumprimento de obrigações legais e regulatórias. Por outro lado, o investimento na cibersegurança impacta positivamente a empresa pela garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, através do aumento dos níveis de proteção das infraestruturas por meio da implementação de mecanismos de proteção, deteção e resposta, na mudança de comportamentos e adoção de práticas preventivas por parte dos colaboradores e sobretudo pela minimização dos riscos de ataques cibernéticos.

Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto financeiro decorrente de possíveis interrupções nos serviços; • Custos associados ao investimento em ferramentas digitais e recursos humanos; • Danos na reputação da empresa em caso de violações de dados e as sanções decorrentes do não cumprimento de obrigações legais e regulatórias; • Aumento dos níveis de proteção das infraestruturas por meio da implementação de mecanismos de proteção, deteção e resposta; • Mudança de comportamentos e adoção de práticas preventivas por parte dos colaboradores e sobretudo pela minimização dos riscos de ataques cibernéticos.
----------	--

Tabela 48 – Cibersegurança – Impactos

A proteção dos sistemas e dados da empresa é fundamental para garantir o cumprimento das suas obrigações e a segurança de toda a cadeia de valor. Um ataque informático bem-sucedido pode ter ramificações significativas, afetando a segurança do abastecimento, desde a produção de energia em centrais elétricas até ao transporte e distribuição.

A implementação de processos e políticas para identificar e avaliar os principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a cibersegurança é uma resposta direta ao contexto atual e, nesse sentido, a EDA iniciou um processo de contratação de **Serviços Especializados em Políticas de Segurança Informática** que se encontra em fase de normalização.

Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de ineficácia nos mecanismos de cibersegurança e dos procedimentos implementados de resposta às solicitações diárias, internas e externas; • Risco de ameaças externas.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de serviços inovadores em segurança; • Avaliação sistematizada do contexto tecnológico e suas repercussões, assegurando a transição tecnológica; • Interconexão automática com clientes e fornecedores; • Alinhamento da estratégia de desenvolvimento com as exigências tecnológicas do mercado.

Tabela 49 – Cibersegurança – Riscos e Oportunidades

Consciente de que a informação sensível de colaboradores, clientes e de negócio, deve ser tratada de forma a assegurar a sua credibilidade, a EDA implementou uma **Política de Segurança de Informação** de forma a manter o comprometimento com a Segurança de Informação, garantir e reforçar a conformidade com a regulamentação e exigências legais em vigor, assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade da informação e estabelecer um padrão de qualidade consistente com a dimensão e importância da organização. A par desta política, a **Política de Privacidade de Dados Pessoais** assegura, ainda, que sempre que ocorra algum tratamento de dados pessoais de clientes ou de outras pessoas singulares, nomeadamente para efeitos de disponibilização de serviços ou outras contraprestações, esses dados pessoais sejam tratados nos termos desta política. O compromisso da empresa é que os dados pessoais recolhidos, armazenados e tratados estejam sempre protegidos por medidas de segurança adequadas, sendo adotadas as medidas necessárias para poder restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico.

A ampliação do uso de sistemas digitais resultou em novas necessidades, incluindo formação em competências digitais e promoção da literacia digital entre os colaboradores. Além disso, houve uma mudança significativa no modelo de negócio das Tecnologias de Informação, com a migração de soluções tradicionais para ambientes em nuvem, o que intensificou ainda mais os desafios de segurança. Como resultado, a segurança da informação tornou-se uma das principais preocupações da empresa, exigindo a implementação de ferramentas e medidas de segurança robustas para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, em conformidade com os requisitos legais de cibersegurança.

Em 2023, a EDA apostou em diversas ações que espelham a importância do tema para a empresa, entre elas:

- Desenvolvimento de **políticas de segurança da empresa e normas disponíveis na internet**, visando transpor e densificar os princípios legais para atividades específicas da empresa, garantindo que estes são observados em procedimentos e instruções de trabalho;
- Realização de **formação** para capacitar os colaboradores em questões de segurança da informação;
- Sensibilização através da **implementação de exercícios comportamentais** para deteção de práticas fraudulentas;
- Sensibilização contínua dos utilizadores por meio de **comunicações regulares sobre boas práticas**;
- Desenvolvimento do processo de **gestão de dados pessoais**.

Como resultado dessas ações, a empresa alcançou importantes marcos, incluindo a implementação de mecanismos de monitorização para deteção precoce de ameaças, o aumento da consciencialização entre os colaboradores e uma melhoria na literacia digital de toda a organização. Estes resultados contribuem para a promoção de um papel ativo dos colaboradores na proteção dos recursos digitais, fortalecendo a segurança da empresa.

Com o objetivo de manter um elevado nível de cibersegurança, a EDA estabeleceu níveis de serviço (*Service Level Agreement - SLA*) exigentes nos contratos de prestação de serviços para 'Monitorização, Detecção e Resposta' que estabeleceu neste domínio. São estabelecidas metas para o tempo decorrido nas várias etapas do processo resposta a incidentes de cibersegurança, desde o alerta despoletado pelos sistemas até à conclusão da intervenção da equipa de cibersegurança. Em 2023, para 99,5% dos alertas foram cumpridos com os SLA. Por se tratar de um contrato novo, não existe comparativo com os anos anteriores.

6.4. Cadeia de Fornecedores

A EDA cumpre os requisitos regulamentares e legais de contratação pública, estabelecidos pelos diplomas aplicáveis em vigor, efetuando concursos públicos para as aquisições que a lei determina.

Nas situações em que o valor do contrato fique aquém dos limiares europeus aplicáveis aos setores especiais, apesar da EDA se encontrar isenta dos procedimentos previstos na Parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), podendo, dentro destes limites, efetuar consultas a apenas uma entidade, ou várias entidades consoante se revele adequado em função da natureza dos bens a adquirir ou da especificidade dos serviços a prestar, a empresa aplica um regulamento interno que determina os procedimentos contratuais a efetuar para aquisições de bens e serviços, privilegiando os princípios da imparcialidade e da eficiência e promovendo a concorrência entre fornecedores.

O Grupo EDA privilegia uma **relação de confiança com os seus fornecedores**, com especial relevo para a **transparência e ética**, no respeito pelos valores constantes do Código de Conduta em vigor na empresa. Neste sentido, foram proporcionados *workshops* aos fornecedores, com o objetivo de os aproximar e esclarecer sobre os requisitos ambientais e de segurança e as expetativas da EDA para com as suas compras ou prestações de serviço.

Cerca de **75% do valor de compras** foi efetuado a **fornecedores** com sede na **Região**. Aquando da contratação, são considerados requisitos específicos de Qualidade, Ambiente e Segurança, em conformidade com os procedimentos instituídos.

A EDA estabeleceu um processo para qualificação, seleção e avaliação dos fornecedores e prestadores de serviços cuja natureza e criticidade do fornecimento ou serviço prestado são importantes para o propósito da EDA. O processo estabelece ainda critérios que permitem avaliar e monitorizar o desempenho dos fornecedores e prestadores de serviço, promovendo a implementação de ações de melhoria, quando aplicáveis.

No ano de 2023 foram **avaliados 189 fornecedores e prestadores de serviço** cuja natureza da prestação de serviço incidiu sobre a componente operacional do negócio, nomeadamente na Gestão da Produção e Manutenção dos Sistemas de Energia nas Centrais Termoelétricas, tendo obtido um **resultado médio global de 82,0%**, demonstrando o bom desempenho e compromisso dos nossos fornecedores.

Código dos Contratos Públicos

A EDA, como empresa de capitais maioritariamente públicos, segue o Código dos Contratos Públicos (CCP). Contudo, ao atuar num setor especial (energia), aplica a Parte II do CCP quando os procedimentos de contratação excedem os limiares europeus aplicáveis aos setores especiais (Empreitadas de obras públicas: 5.382.000,00 €; Fornecimento de bens, de prestação de serviços e de concursos de conceção: 431.000,00 €, limiares aplicáveis para os anos 2022 e 2023). Abaixo destes limiares, no setor especial a EDA não aplica a Parte II do CCP. Contudo, e de modo a manter procedimentos e relacionamentos com os operadores do mercado, transparentes, equitativos e com princípios de igualdade e concorrência, a EDA definiu um Regulamento interno para os seus procedimentos de contratação para aquisição de bens, serviços e empreitadas, onde estão definidas regras similares às da Parte II do CCP.

6.5. Desempenho Económico e Sustentável



As empresas de produção, transporte, distribuição e venda de energia elétrica desempenham um papel fulcral na sociedade, no seu desenvolvimento económico e no agilizar do desenvolvimento sustentável. Tal como tem acontecido um pouco por todos os setores de atividade, também o setor energético tem sentido pressão por parte dos seus *stakeholders* para equilibrarem o seu desempenho económico com a responsabilidade ambiental e social.

Sendo o desempenho económico sustentável um tema material para a EDA, este refere-se à promoção da solidez económica da organização, assegurando a continuidade da missão através de políticas sustentáveis, bons resultados e um modelo de negócio resiliente, ambientalmente responsável e assente num crescimento justo e inclusivo. Nesse sentido, destacam-se alguns impactos, riscos e oportunidades que norteiam a forma como a EDA tem vindo traçar o seu caminho para um desenvolvimento mais sustentável e de descarbonização do setor.

Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da dependência de combustíveis fósseis; • Recurso a matérias-primas, componentes e equipamentos mais caros; • Insuficiente adaptação do quadro legal regional às condições atuais do setor elétrico.
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de condicionamento do desempenho económico do Grupo por evoluções adversas da conjuntura macroeconómica e dos mercados financeiros e do contexto legal; • Risco de desequilíbrio financeiro do Grupo face ao elevado volume de investimento necessário para cumprir metas relativas à transição energética e descarbonização.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado obrigacionista com ofertas mais atrativas para emissão de obrigações sustentáveis; • Desenvolvimento de soluções de armazenamento de energia; • Introdução de biocombustíveis e outros combustíveis sintéticos verdes; • Aplicação de critérios de sustentabilidade na cadeia de valor.

Tabela 50 – Desempenho Económico e Sustentável – Riscos e Oportunidades

O Grupo EDA está ciente da sua responsabilidade na transição energética dos Açores, estando munido com as capacidades para contribuir para a sustentabilidade ambiental e reforço da autonomia energética da Região, passando a oferecer soluções mais sustentáveis e dando prioridade à produção e distribuição proveniente de fontes renováveis. Para tal, a EDA definiu um conjunto de medidas capazes de acelerar a transição da economia da RAA para uma economia baseada num modelo de baixo carbono. Das diversas medidas, destacam-se:

- A maximização da produção de energia elétrica através de fontes renováveis, alavancando as características únicas da Região;
- A identificação e gestão de impactos ambientais, diretos ou indiretos, resultantes das suas atividades e operações.

A aposta em energias renováveis tem permitido, tendo em conta os crescimentos do consumo de energia, diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e exposição à volatilidade do seu mercado, bem como as consequentes emissões de CO₂. De salientar que está previsto um investimento do Grupo EDA para o período 2024-2028 na ordem dos 475 milhões de euros, onde se incluem obras e ações ao nível dos centros produtores de energia térmica e renovável, das redes de transporte e distribuição, bem como em outras imobilizações, menos significativas. O plano de investimentos em energias renováveis e sistemas de armazenamento do tipo BESS atinge os 234 milhões de euros nesse período (Cap. Pilar Ambiental). A EDA definiu o objetivo de aumentar, até 2028, a energia elétrica produzida com base em energias renováveis para próximo dos 60%, 65% se se incluir os valores referentes à incineração de resíduos.

A aposta na inovação e na digitalização também tem permitido reduzir custos e melhorar os processos da empresa, particularmente a aposta em sistemas de gestão do sistema elétrico, que tem proporcionado ganhos de eficiência e eficácia na gestão do sistema, em intervenções na rede e em instalações do cliente. O foco passa por garantir a continuidade e qualidade do serviço, privilegiando operações desmaterializadas e tendencialmente digitais junto dos seus stakeholders externos e internos.

A EDA tem participado em diversas iniciativas que vão ao encontro da descarbonização do setor, onde se destacam:

- Projetos de sistemas de armazenamento de reserva rápida do tipo BESS;
- Projetos de eficiência energética em edifícios;
- Projeto EDA Solar;
- Projeto de mobilidade elétrica (residencial e empresarial);
- Projeto V2G – *Vehicle to grid*;
- Projeto IANOS – Integrated solutions for decarbonization and smartification of islands;
- Projeto H2AzoRES (NESOI).

Salienta-se a participação no grupo NEIS (Network of Experts for Islands Management System) da EURELECTRIC, que tem o objetivo principal identificar e analisar potenciais áreas de interesse e cooperação para as empresas de serviços públicos de energia que operam em sistemas elétricos insulares, potenciando a troca de informação e abordagem relativamente às preocupações regulamentares, ambientais e técnicas específicas desses sistemas. Adicionalmente, este grupo procura, ainda, sensibilizar as instituições e reguladores da União Europeia para as especificidades de tais sistemas, de modo a terem em consideração as mesmas na legislação produzida e, ainda, na atribuição de condições especiais de financiamento.

A EDA tem procurado direcionar os seus projetos e iniciativas para áreas mais sustentáveis, promovendo, desta forma, um alinhamento com os requisitos e pressupostos do financiamento verde, garantindo o acesso a esses fundos e diversificando as suas fontes de financiamento. A empresa considera que os instrumentos de financiamento verde, tais como obrigações, linhas de crédito, entre outros, são uma forma fundamental para incentivar a transição para uma economia de baixo carbono, enquanto promovem uma utilização eficiente dos recursos.

Nesse sentido, a EDA dispõe de um *Framework* para o financiamento verde, baseado nos *Green Bond Principles* elaborados pela *International Capital Market Association* e com os *Green Loan Principles* elaborados pela *Loan Syndications and Trading Association*. Este documento, atualizado em 2023, foca-se em quatro pilares: (1) Utilização de recursos, (2) Avaliação e seleção de projetos, (3) Gestão de receitas e (4) Reporte de informação e define os critérios de elegibilidade dos projetos em três áreas:

1. Capacidade renovável;
2. Modernização das redes;
3. Eficiência energética na comunidade.

Nesse sentido, a EDA analisa e realiza uma pré-seleção dos potenciais projetos elegíveis, de acordo com a análise de risco relacionada com os critérios ESG. Após a primeira análise, os projetos são alvo de uma nova avaliação por parte de equipas multidisciplinares que garantem que os projetos têm as características necessárias para serem definidos como projetos verdes elegíveis.

Para os projetos e investimentos com a finalidade em aumentar a produção de energias renováveis, a EDA definiu os seguintes critérios:

- Estimativa de emissões anuais de CO₂ evitadas (em tCO₂);
- Capacidade renovável ligada à rede (em MW e percentagem relativa da capacidade total);
- Produção anual (MWh/ano);
- Intensidade de carbono de instalações existentes e novos projetos (gCO₂/kWh);
- Melhorias de eficiência (%);
- Número de edifícios qualificados com sistemas de aquecedores de água por ano;
- Produção anual de consumo de mobilidade elétrica (MWh/ano);
- Número de infraestruturas implantadas por ano.

Amplamente relacionado com a gestão consciente dos restantes temas materiais identificados, particularmente no vetor ambiental, o tema do desempenho económico e sustentável do Grupo EDA espelha o propósito de incorporação das questões de sustentabilidade no cerne da estratégia de negócio, nas operações e no dia-a-dia dos colaboradores do Grupo.

7. Tabela ESRS

Nota: O exercício de alinhamento do Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDA com a CSRD e as ESRS pressupôs a recolha de informação associada a alguns requisitos das normas, tendo em conta a capacidade de reporte das empresas para os vários temas materiais. Não é garantida, nesta primeira fase, uma resposta completa a todos os datapoints dos requisitos sugeridos.

Temas materiais da EDA	ESRS temática
Alterações climáticas	E1 – Alterações climáticas
Eficiência Energética	E1 – Alterações climáticas
Transição Energética	E1 – Alterações climáticas
Gestão do Capital Humano	S1 - Mão-de-obra própria
Segurança e Saúde Ocupacional	S1 - Mão-de-obra própria
Garantia da Segurança no Abastecimento	Sem correspondência direta
<i>Compliance</i>	G1 - Conduta empresarial
Desempenho Económico Sustentável	Sem correspondência direta
Cibersegurança	Sem correspondência direta
Ética, Transparéncia e Integridade	G1 - Conduta empresarial
Gestão do Risco	Sem correspondência direta*
Satisfação do cliente	S4 - Consumidores e utilizadores finais

*Apesar de não ter nenhum requisito de divulgação associado, este tema pode ser enquadrado no âmbito das ESRS 2: Divulgações Gerais (a par das informações de Governance, Estratégia, Gestão de IROs, Metas e Métricas necessárias ao reporte do tema material).

Subtema ESRS	Cruzamento com o GRI
E1-5 – Consumo energético e combinação de energia	GRI 302: Energia 2016;
E1-6 – Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	GRI 305: Emissões 2016
E1-5 – Consumo energético e combinação de energia	GRI 302: Energia 2016;
E1-6 – Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	GRI 305: Emissões 2016
E1-5 – Consumo energético e combinação de energia	GRI 302: Energia 2016;
S1-6 – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	GRI 401: Emprego 2016;
S1-8 – Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	GRI 404: Capacitação e Educação 2016;
S1-9 – Métricas de diversidade	GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016;
S1-10 – Salários adequados	GRI 406: Não discriminação
S1-12 – Pessoas com deficiência	2016
S1-13 – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	
S1-15 – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	
S1-16 – Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	
S1-17 – Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	
S1-14 – Métricas de saúde e segurança	GRI 403: Saúde e segurança no trabalho 2018
Sem correspondência direta	Sem correspondência direta
Sem correspondência direta	GRI 2: Conteúdos gerais 2021
Sem correspondência direta	GRI 201: Desempenho económico 2016
Sem correspondência direta	GRI 418: Privacidade do cliente 2016
G1-4 – Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	GRI 205: Combate à corrupção 2016
Sem correspondência direta	GRI 2: Conteúdos gerais 2021
S4-1 - Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	
S4-2 - Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	
S4-3 - Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	
S4-4 - Adoção de medidas sobre impactos materiais e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais e eficácia dessas ações e abordagens	Sem correspondência direta
S4-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	

Requisito de divulgação	Título
1.Informações Gerais	
ESRS 2: Divulgações Gerais	
Base de Elaboração	
BP-1	Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade
BP-2	Divulgações em relação a circunstâncias específicas
Governance	
GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade
Estratégia	
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio
Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades	
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela declaração de sustentabilidade da empresa
3.Informações Ambientais	
ESRS 1: Alterações Climáticas	
Governance	
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos
Estratégia	
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio
Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades	
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais
Métricas e Metas	
E1-5	Consumo energético e combinação de energia

Conteúdo

Sobre o relatório

Não considerado no presente exercício

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

No CA, 33% dos membros são mulheres e 67% são homens.

A representação dos trabalhadores, feita através da Comissão de Trabalhadores que se reúne mensalmente, desempenha as suas competências de acordo com a legislação vigente.

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

O Grupo EDA ainda não aplica a integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos da Comissão Executiva.

Não considerado no presente exercício

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

A2. GrupoEDA | 2. Organização dos Negócios

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

3. Divulgação Geral | 3.2 Envolvimento com os stakeholders

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

Tabela ESRS

O Grupo EDA ainda não aplica a integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos da Comissão Executiva.

4. Pilar ambiental | 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética |

4.2 Eficiência Energética e de Recursos

4. Pilar ambiental | 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética |

4.2 Eficiência Energética e de Recursos

4. Pilar ambiental | 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética |

4.2 Eficiência Energética e de Recursos

O Grupo EDA encontra-se a atualizar e a melhorar a sua metodologia de cálculo dos consumos energéticos.

Requisito de divulgação	Título				
Métricas e Metas					
E1-5	Consumo energético e combinação de energia				
<hr/>					
Consumo total de energia - Atividades em setores de baixo impacto climático					
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Consumo de energia fóssil (MWh)	NA	NA	38	NR	38
Consumo de energia nuclear (MWh)	NA	NA	0	0	0
Consumo de energia renovável (MWh)	NA	NA	19	0	19
Combustíveis de fontes renováveis (MWh)	NA	NA	0	0	0
Eletrociadade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis (MWh)	NA	NA	19	NR	19
Energia renovável gerada pela organização (MWh)	NA	NA	0	0	0
Consumo total de energia (MWh)	NA	NA	57	0	57
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	NA	NA	66%	-	66%
Percentagem de consumo de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	NA	NA	1%	-	1%
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	NA	NA	34%	-	34%

Conteúdo

A EDA e EDA Renováveis apenas têm atividades em setores de elevado impacto climático. A GLOBALEDA e a SEGMA apenas têm atividades em setores de baixo impacto climático. Desta forma, sempre que o reporte não seja aplicável à empresa, coloca-se a designação "NA" (Não Aplicável). Sempre que, à data de publicação do relatório, ainda não existia informação, coloca-se a designação "NR" (Não Responde).

Os valores apresentados na tabela das atividades em setores de baixo impacto climático, são calculados tendo por base o consumo de eletricidade e os mix Energéticos da Região Autónoma dos Açores e da EDP (fornecedor do edifício da GLOBALEDA em Lisboa).

Para a eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos, em atividades de setores de elevado impacto, são apresentados valores calculados tendo por base o consumo de eletricidade e os mix Energéticos da Região Autónoma dos Açores correspondentes a cada ano. Para o consumo de petróleo bruto e produtos petrolíferos em atividades de setores de elevado impacto, foram considerados os autoconsumos das centrais termoeléctricas.

Para a energia renovável gerada pela organização foram considerados os autoconsumos das centrais geotérmicas. A GLOBALEDA e SEGMA não produzem energia.

Devido à compra e venda de eletricidade entre as empresas do Grupo EDA, o total de receitas líquidas não corresponde à soma direta das receitas de cada empresa. Pelo mesmo motivo, não é possível retirar a parcela associada à GLOBALEDA e à SEGMA do cálculo da intensidade energética das atividades em setores de elevado impacto climático. Para a receita líquida consideram-se as vendas e prestações de serviço, sendo que os valores reportados estão em conformidade com as demonstrações financeiras no Relatório de Gestão. A intensidade de energética é o rácio entre consumo total de energia proveniente de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh) e as receitas líquidas (€).

O Grupo EDA não fez alterações significativas na definição do que constitui a empresa que comunica as informações e a sua cadeia de valor a jusante e a montante.

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
NA	NA	35	NR	35	NA	NA	37	NR	37
NA	NA	1	0	1	NA	NA	1	0	1
NA	NA	18	0	18	NA	NA	20	0	20
NA	NA	0	0	0	NA	NA	0	0	0
NA	NA	18	NR	18	NA	NA	20	NR	20
NA	NA	0	0	0	NA	NA	0	0	0
NA	NA	54	0	54	NA	NA	58	0	58
NA	NA	65%	-	65%	NA	NA	64%	-	64%
NA	NA	1%	-	1%	NA	NA	2%	-	2%
NA	NA	33%	-	33%	NA	NA	35%	-	35%

Consumo total de energia - Atividades em setores de elevado impacto climático

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
Consumo de energia fóssil (MWh)	20 752	290	NA	NA	21 042
Carvão e produtos do carvão (MWh)	0	0	NA	NA	0
Petróleo bruto e produtos petrolíferos (MWh)	19 396	0	NA	NA	19 396
Gás natural (MWh)	0	0	NA	NA	0
Outras fontes fósseis (MWh)	0	0	NA	NA	0
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos, provenientes de fontes fósseis (MWh)	1 356	290	NA	NA	1 646
Consumo de energia nuclear (MWh)	0	0	NA	NA	0
Consumo de energia renovável (MWh)	750	19 970	NA	NA	20 719
Combustíveis de fontes renováveis (MWh)	0	0	NA	NA	0
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis (MWh)	750	160	NA	NA	910
Energia renovável gerada pela organização (MWh)	0	19 809	NA	NA	19 809
Consumo total de energia de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh)	21 502	20 260	NA	NA	41 761
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	97%	1%	NA	NA	50%
Percentagem de consumo de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	0%	0%	NA	NA	0%
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	3%	99%	NA	NA	50%

Intensidade energética - Atividades em setores de elevado impacto climático

Receitas líquidas provenientes de atividades em setores de elevado impacto climático (€)

Intensidade energética de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh/€)

Setores com elevado impacto climático incluídos no âmbito do cálculo da intensidade energética

Consumo total de energia - Todas as atividades

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
Consumo de energia fóssil de todas as atividades (MWh)	20 752	290	38	NR	21 080
Consumo de energia nuclear de todas as atividades (MWh)	0	0	0	0	0
Consumo total de energia renovável de todas as atividades (MWh)	750	19 970	19	0	20 738
Produção de energia não renovável (MWh)	520 311	0	NA	NR	520 311
Produção de energia renovável (MWh)	0	257 159	NA	NR	257 159
Total de energia produzida (MWh)	520 311	257 159	NA	NR	777 470
Consumo total de energia de todas as atividades (MWh)	21 502	20 260	57	0	41 818

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
20 873	233	NA	NA	21 105	20 621	243	NA	NA	20 863
0	0	NA	NA	0	0	0	NA	NA	0
19 727	0	NA	NA	19 727	19 570	0	NA	NA	19 570
0	0	NA	NA	0	0	0	NA	NA	0
0	0	NA	NA	0	0	0	NA	NA	0
1 145	233	NA	NA	1 378	1 051	243	NA	NA	1 293
0	0	NA	NA	0	0	0	NA	NA	0
619	21 769	NA	NA	22 389	604	23 890	NA	NA	24 494
0	0	NA	NA	0	0	0	NA	NA	0
619	126	NA	NA	745	604	139	NA	NA	743
0	21 643	NA	NA	21 643	0	23 751	NA	NA	23 751
21 492	22 002	NA	NA	43 494	21 225	24 133	NA	NA	45 358
97%	1%	NA	NA	49%	97%	1%	NA	NA	46%
0%	0%	NA	NA	0%	0%	0%	NA	NA	0%
3%	99%	NA	NA	51%	3%	99%	NA	NA	54%

					2023
EDA		EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
271 600 059 €	0,00008	29 216 109 €	7 150 589 €	9 919 730 €	280 048 530 €
Eólica		0,00830	NA	NA	0,00016
Centrais Termoelétricas		Geotermia	NA	NA	-
		Hídricas			

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
20 873	233	35	NR	21 141	20 621	243	37	NR	20 900
0	0	1	0	1	0	0	1	0	1
619	21 769	18	0	22 407	604	23 890	20	0	24 515
534 006	0	NA	NR	534 006	530 374	0	NA	NR	530 374
0	261 276	NA	NR	261 276	0	271 700	NA	NR	271 700
534 006	261 276	NA	NR	795 282	530 374	271 700	NA	NR	802 073
21 492	22 002	54	0	43 548	21 225	24 133	58	0	45 416

Requisito de divulgação (cont.)	Título				
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE				
Emissões de GEE de âmbito 1					
	2021				
	EDA EDA Renováveis GLOBALEDA SEGMA Grupo EDA				
Emissões da combustão estacionária (tCO ₂ e) - Não CELE	38 395	0	0	0	38 395
Emissões da combustão estacionária (tCO ₂ e) - CELE	325 131	0	0	0	325 131
Emissões da combustão móvel (tCO ₂ e)	0	0	0	NR	0
Emissões de processo (tCO ₂ e)	0	31 592	0	0	31 592
Emissões fugitivas (tCO ₂ e)	4 670	18	NR	NR	4 688
Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO₂e)	368 196	31 610	0	0	399 806
Emissões biogénicas de CO ₂ (tCO ₂ e)	0	0	0	0	0
Percentagem de emissões de GEE de âmbito 1 provenientes dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados - CELE (%)	88%	0%	-	-	81%

Conteúdo

4. Pilar ambiental | 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética |

4.2 Eficiência Energética e de Recursos

O Grupo EDA encontra-se a melhorar a sua metodologia de análise da pegada de carbono, face ao ano passado, tendo apenas sido possível analisar, à data do presente relatório, determinadas emissões associadas a quatro empresas detidas pela organização (EDA, EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA), em conformidade com o âmbito de reporte financeiro. Ainda não é possível contabilizar as emissões associadas aos investimentos.

O Grupo EDA ainda não calcula as emissões de âmbito 2 aplicando o método baseado na localização. Para este âmbito, aplicando o método baseado no mercado, é calculado o consumo de eletricidade a partir dos RSU (ilha Terceira) tendo em conta o seu peso no mix energético da ilha. FE = 722 grCO₂/kWh - INERPA. À data de publicação do relatório, apenas foi possível reportar as emissões de âmbito 2 para 2023, sendo que o valor reportado agrupa as quatro empresas incluídas no âmbito de reporte (não é ainda possível desagregar esta informação).

O Grupo EDA não tem emissões biogénicas de CO₂.

À data de publicação do relatório, apenas foram analisadas as emissões das categorias 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 14 de âmbito 3. As restantes categorias não foram incluídas no âmbito do relato. O Grupo EDA está a desenvolver esforços no sentido de analisar e reportar as emissões das restantes categorias significativas.

Devido à compra e venda de eletricidade entre as empresas do Grupo EDA, o total de receitas líquidas não corresponde à soma direta das receitas de cada empresa. Para a receita líquida consideram-se as vendas e prestações de serviço, sendo que os valores reportados estão em conformidade com as demonstrações financeiras no Relatório de Gestão. A intensidade de emissões de GEE é o rácio entre as emissões totais de GEE baseadas no mercado (tCO₂e) e as receitas líquidas.

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
41 759	0	0	0	41 759	41 815	0	0	0	41 815
328 312	0	0	0	328 312	325 090	0	0	0	325 090
0	0	0	NR	0	484	67	74	NR	625
0	34 415	0	0	34 415	0	36 571	0	0	36 571
2 603	19	NR	NR	2 622	4 750	0	0	NR	4 750
372 675	34 434	0	0	407 109	372 139	36 638	74	0	408 851
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
88%	0%	-	-	81%	87%	0%	0%	-	80%

Emissões de GEE de âmbito 1	Fatores de emissão e conversão utilizados
Emissões da combustão estacionária (tCO ₂ e) - Não CELE	Gasóleo: FE (43070 kJ/kg) PCI (74,1ton CO ₂ /TJ) FO (0,990) do INERPA 2013
Emissões da combustão estacionária (tCO ₂ e) - CELE	CTSB e CTPL_Fuel: FE (40280 kJ/kg) PCI (78,9ton CO ₂ /TJ) FO (0,993) Gasóleo: FE (43070kJ/kg) PCI (74,1ton CO ₂ /TJ) FO (0,990) do INERPA 2013 CTC e CTBJ: os FE, PCI e FO do Fuelóleo, são uma média ponderada das análises efetuadas ao longo do ano. OS FE, PCI e FO do gasóleo são: FE (43070kj/kg) PCI (74,1ton CO ₂ /TJ) FO (0,990) do INERPA 2013
Emissões da combustão móvel (tCO ₂ e)	Gasóleo: PCI (42,70 GJ/t) FE (69,64 ton CO ₂ /TJ) do INERPA 2023 (considerando 7,33% de biodiesel no gasóleo) Gasolina: PCI (43,77 GJ/t) FE (71,65ton CO ₂ /TJ) do INERPA 2013 (considerando 1,58% de bioetanol na gasolina)
Emissões de processo (tCO ₂ e)	O fator de emissão é o fornecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) - INERPA https://www.erne.pt/electricidade/garantias-de-origem-e-rotulagem/rotulagem/
Emissões fugitivas (tCO ₂ e)	PAG retirado do AR5 do IPCC 2014

Emissões de GEE de âmbito 2

Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas na localização (tCO₂e)

Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado (tCO₂e)

Emissões biogénicas de CO₂ (tCO₂e)

Notas metodológicas

Inclui as centrais termoelétricas, geradores móveis e de emergência, Bombas Combate a incêndio e compressores diesel de Ar Comprimido. Para os anos de 2021 e 2022, os dados de geradores de emergência, bombas de combate a incêndio e compressores diesel de ar comprimido não disponíveis.

A EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA não possuem equipamentos fixos de combustão.

Os Fatores de Emissão (FE), Fatores de Oxidação (FO) e Poder Calorífico Inferior (PCI) dos combustíveis fuelóleo e gasóleo afetos às Centrais Termoelétricas de S. Bárbara e Pico são os do INERPA publicado em 2013. Os FE, FO e PCI do Fuelóleo das Centrais Termoelétricas do Caldeirão e Belo Jardim, são uma média ponderada dos boletins de análises de cada central (6 boletins/ano/central). Os FE, FO e PCI do Gasóleo são os do INERPA.

A EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA não estão abrangidos pelo CELE.

Inclui frota a gasóleo e frota a gasolina.

À data de publicação do relatório, não foi possível obter informação para a SEGMA.

Para a GLOBALEDA e SEGMA os valores são mesmo zero, porque não possuem emissões deste tipo.

No caso da EDA Renováveis, são as emissões decorrentes do processo de exploração das fontes geotérmicas.

As emissões da EDA estão relacionadas com as fontes fixas, pelo que os valores são mesmo zero.

A GLOBALEDA não forneceu dados para os anos de 2021 e 2022.

À data de publicação do relatório, não foi possível obter informação para a GLOBALEDA (apenas para 2021 e 2022) e para a SEGMA.

Em 2023 não se verificaram fugas na EDA Renováveis e GLOBALEDA.

				2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
NR	NR	NR	NR	NR
14	-	-	-	14
0	0	0	0	0

Emissões significativas de GEE de âmbito 3 por categoria

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	2023
3) Atividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 e 2) (tCO ₂ e)	92 664	NR	NR	NR	NR	92 664
4) Transporte e distribuição (tCO ₂ e)	9 030	NR	NR	NR	NR	9 030
5) Resíduos gerados (tCO ₂ e)	2 233	NR	NR	NR	NR	2 233
6) Viagens de negócios (tCO ₂ e)	260	NR	NR	NR	NR	260
Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (tCO₂e)	104 187	0	0	0	0	104 187
Emissões biogénicas de CO ₂ (tCO ₂ e)	0	0	0	0	0	0

Emissões totais de GEE

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	2021
Emissões totais de GEE baseadas na localização (tCO ₂ e)	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Emissões totais de GEE baseadas no mercado (tCO ₂ e)	368 196	31 610	0	0	0	399 806

Intensidade de emissões de GEE por receita líquida

Receitas líquidas (€)

Intensidade de emissões de GEE por receita líquida, baseada no mercado (tCO₂e/€)

Conteúdo

Emissões da EDA para o ano de 2023 relacionadas com:

- Emissões a montante combustíveis em fontes móveis
- Emissões a montante de combustíveis em fontes fixas
- Emissões de Perdas de transporte e distribuição (T&D) - eletricidade
- Emissões associadas à energia comprada e vendida

À data de publicação do relatório, não havia informação desagregada disponível para a EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA. Para 2021 e 2022, também não havia informação disponível para a EDA.

Emissões da EDA para o ano de 2023 relacionadas com:

- Transportes a montante

À data de publicação do relatório, não havia informação desagregada disponível para a EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA. Para 2021 e 2022, também não havia informação disponível para a EDA.

Emissões da EDA para o ano de 2023 relacionadas com:

- Efluentes domésticos
- Resíduos gerados em operações
- Transporte de resíduos

À data de publicação do relatório, não havia informação desagregada disponível para a EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA. Para 2021 e 2022, também não havia informação disponível para a EDA.

Emissões o ano de 2023 relacionadas com:

- Viagens de avião (regional, nacional e internacional) e barco (regional)
- Estadias nos hotéis.

Os dados apresentados englobam as viagens e estadias das 4 empresas, contudo não foi possível segmentar a informação à data de publicação do relatório. Para 2021 e 2022 também não existe informação disponível.

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
372 675	34 434	0	0	407 109	476 340	36 638	74	0	513 052

				2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
271 600 059 €	29 216 109 €	7 150 589 €	9 919 730 €	280 048 530 €
0,00180	0,00130	0,00001	0,00000	0,00180

Requisito de divulgação (cont.)	Título	
3.Informações Sociais		
ESRS 1: Mão de Obra Própria		
Estratégia		
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	
Métricas e Metas		
S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa	
<hr/>		
Trabalhadores por género		
	2021	
	EDA EDA Renováveis GLOBALEDA SEGMA Grupo EDA	
Homens	666 72 58 46 842	
Mulheres	124 8 41 6 179	
Total	790 80 99 52 1 021	
Taxa de rotatividade		
	2021	
	EDA EDA Renováveis GLOBALEDA SEGMA Grupo EDA	
Trabalhadores que deixaram a empresa no período de relato	39 16 6 1 62	
Total de trabalhadores	790 80 99 52 1 021	
Taxa de rotatividade	4,90% 20% 6,10% 1,90% 6,10%	
Informação de trabalhadores por género - 2023		
	N.º trabalhadores permanentes do Grupo EDA	EDA EDA Renováveis GLOBALEDA SEGMA
Mulheres	182	132 9 34 7
Homens	796	651 48 49 48
Informação de trabalhadores por género - 2023		
	N.º trabalhadores a tempo inteiro do Grupo EDA	EDA EDA Renováveis GLOBALEDA SEGMA
Mulheres	181	131 9 34 7
Homens	808	652 54 51 51

Conteúdo

3. Divulgação Geral | 3.2 Envolvimento com os stakeholders

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

A taxa de rotatividade é calculada dividindo o total de trabalhadores assalariados que deixaram a empresa voluntariamente ou por despedimento, reforma ou morte em serviço. no período de relato pelo total de trabalhadores em n.º efetivos.

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
656	62	55	49	822	652	54	51	51	808
129	8	39	6	182	132	9	34	7	182
785	70	94	55	1 004	784	63	85	58	990

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
28	20	7	4	59	28	13	9	2	52
785	70	94	55	1 004	784	63	85	58	990
3,60%	28,60%	7,40%	7,30%	5,88%	3,60%	20,60%	10,60%	3,40%	5,25%

N.º trabalhadores permanentes do Grupo EDA					N.º horas trabalho não garantidas dos trabalhadores do Grupo EDA				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA		EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	1	6	2	3	0	0	0	0	0

N.º trabalhadores a tempo parcial do Grupo EDA				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
1	1	0	0	0
0	0	0	0	0

Informação de trabalhadores por género - 2022

	N.º trabalhadores permanentes do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	181	129	8	38	6
Homens	800	655	48	51	46

Informação de trabalhadores por género - 2022

	N.º trabalhadores a tempo inteiro do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	180	128	8	38	6
Homens	822	656	62	55	49

Informação de trabalhadores por género - 2021

	N.º trabalhadores permanentes do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	177	123	8	40	6
Homens	809	665	47	53	44

Informação de trabalhadores por género - 2021

	N.º trabalhadores a tempo inteiro do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	178	123	8	41	6
Homens	842	666	72	58	46

Requisito de divulgação (cont.)	Título
S1-8	Cobertura de negociação coletiva e diálogo social
S1-9	Métricas de diversidade

N.º trabalhadores permanentes do Grupo EDA					N.º horas trabalho não garantidas dos trabalhadores do Grupo EDA				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA		EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
22	1	14	4	3	0	0	0	0	0

N.º trabalhadores a tempo parcial do Grupo EDA				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
2	1	0	1	0
0	0	0	0	0

N.º trabalhadores permanentes do Grupo EDA					N.º horas trabalho não garantidas dos trabalhadores do Grupo EDA				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA		EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
2	1	0	1	0	0	0	0	0	0
33	1	25	5	2	0	0	0	0	0

N.º trabalhadores a tempo parcial do Grupo EDA				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
1	1	0	0	0
0	0	0	0	0

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Todos os trabalhadores assalariados do Grupo são abrangidos por convenções coletivas e por diálogo social (através de Sindicatos, Comissão de trabalhadores e Representantes para Saúde e Segurança do trabalho).

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Trabalhadores nos Quadros Superiores, por género

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
Homens (nº)	126	16	21	10	173
Mulheres (nº)	41	6	9	1	57
Homens (%)	75	73	70	91	75
Mulheres (%)	25	27	30	9	25
Total de trabalhadores nos quadros superiores	167	22	30	11	230

Trabalhadores nos Quadros Superiores, por faixa etária

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
< 30 anos	17	2	5	0	24
30 - 50 anos	90	17	22	10	139
> 50 anos	60	3	3	1	67
Total	167	22	30	11	230

Requisito de divulgação (cont.)**Título**

S1-10	Salários adequados
S1-12	Pessoas com deficiência
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências

Análises de desempenho (%)

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
Homens (%)	99,40%	95,80%	94,80%	97,80%	98,70%
Mulheres (%)	99,20%	100%	100%	100%	99,40%

Horas de formação por género

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
N.º médio de horas de formação - Homens	26	3	13	12	22
N.º médio de horas de formação - Mulheres	29	10	13	12	24

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
127	15	18	12	172	127	15	16	13	171
43	6	8	1	58	44	7	8	1	60
75	71	69	92	75	74	68	67	93	74
25	29	31	8	25	26	32	33	7	26
170	21	26	13	230	171	22	24	14	231

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
13	2	5	2	22	15	2	5	2	24
97	16	18	10	141	91	17	18	11	137
60	3	3	1	67	65	3	1	1	70
170	21	26	13	230	171	22	24	14	231

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Todos os trabalhadores do grupo EDA recebem uma remuneração superior ao salário mínimo, cumprindo o requisito de salário adequado.

O Grupo EDA emprega 26 pessoas com deficiência (25 na EDA e 1 na GLOBALEDA), o que representa 2,6% do universo de trabalhadores do Grupo.

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
99,40%	95,20%	94,50%	98%	98,70%	99,40%	94,40%	98%	98%	98,90%
99,20%	100%	100%	100%	99,50%	99,20%	100%	100%	100%	99,50%

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
23	26	19	19	23	44	17	33	33	40
21	30	28	10	22	42	14	26	14	37

Requisito de divulgação (cont.)

Título

S1-14

Métricas de saúde e segurança

Métricas de SST - Trabalhadores assalariados

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
% de trabalhadores da sua própria mão de obra abrangida pelo sistema de gestão da saúde e da segurança da empresa	5,77%	0	100,00%	0	26,44%
Número de mortes devido a lesões relacionadas com o trabalho	0	0	0	0	0
Número de mortes devido a problemas de saúde relacionadas com o trabalho	0	0	0	0	0
Número de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	18	4	1	2	25
Número de horas trabalhadas pela própria mão de obra	1 165 222	135 255	212 184	86 003	1 598 665
Taxa de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	15,4	29,6	4,7	23,3	15,6
Número de casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho	0	0	0	0	0
Número de dias perdidos devido a lesões e mortes relacionadas com o trabalho	944	301	0	58	1 303

Requisito de divulgação (cont.)

Título

S1-15

Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

S1-16

Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

O grupo dispõe apenas de dados relativos aos trabalhadores assalariados, não incluindo trabalhadores não assalariados ou outros trabalhadores.

A taxa de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo é calculada dividindo o respetivo número de casos pelo número total de horas trabalhadas pela própria mão de obra e multiplicado por 1 000 000 horas trabalhadas. Por conseguinte, esta taxa representa o número de casos respetivos por milhão de horas trabalhadas.

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA		EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	
5,81%	0	100,00%	0	26,45%	5,86%	0	100,00%	0	26,47%
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	7	0	2	16	14	10	1	4	29
1 149 909	129 156	180 105	94 052	1 553 222	1 140 141	104 989	163 504	97 909	1 506 543
6,1	54,2	0	21,3	10,3	12,3	95,2	6,1	40,9	154,5
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
420	124	0	0	544	118	290	0	5	413

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Todos os trabalhadores assalariados são abrangidos pelo direito a gozar licenças para assistência à família: na EDA existe ausência remunerada prevista para assistência à família para todos os trabalhadores e para todas as empresas existe esta ausência prevista pelo regime de segurança social.

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

A Disparidade salarial é calculada pela seguinte fórmula:

(Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados masculinos - o Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados femininos) / Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados masculino) x 100.

O Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados é calculado pela seguinte fórmula:

Remuneração total anual da pessoa com o salário mais elevado da empresa / Remuneração total anual mediana dos trabalhadores assalariados excluindo a pessoa com o salário mais elevado.

Disparidade salarial e Remuneração total

	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	2021 Grupo EDA
Disparidade salarial (%)	-9,20%	-60,80%	34,50%	27,80%	-2,10%
Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados	3,1	4,3	4,1	4,1	3,9

Requisito de divulgação (cont.)	Título
S1-17	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos
ESRS S4: Consumidores e Utilizadores Finais	
Estratégia	
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios
Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades	
S4-1	Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais
S4-2	Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos
S4-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações
S4-4	Adoção de medidas sobre impactos materiais e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais e eficácia dessas ações e abordagens
Métricas e Metas	
S4-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais
4. Informações sobre Governance	
ESRS G1: Conduta Empresarial	
Métricas e Metas	
ESRS 2 GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais
G1-4	Incidentes confirmados de corrupção ou suborno
Garantia da Segurança no Abastecimento	
Governance	
-	Gestão do tema material
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais
-	Políticas e ações para gestão do tema material
-	Metas e métricas associadas ao tema material

				2022					2023
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
-8,00%	-49,80%	35,20%	26,30%	0,80%	-6,10%	-36,30%	28,40%	27,30%	3,30%
2,9	3,9	3,9	4,2	3,7	2,9	3,5	3,8	3,8	3,5

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

No período 2021-2023 foram reportadas 3 queixas dos colaboradores na EDA e 1 na GLOBALEDA, totalizando 4 queixas no Grupo EDA para o ano corrente.

Quanto a incidentes de desrespeito dos direitos humanos não foi reportado nenhum caso no período 2021-2023.

3. Divulgação Geral | 3.2 Envolvimento com os stakeholders

2. Sobre a EDA | 2.4 Satisfação do Cliente

Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades

2. Sobre a EDA | 2.4 Satisfação do Cliente

2. Sobre a EDA | 2.4 Satisfação do Cliente

2. Sobre a EDA | 2.4 Satisfação do Cliente

2. Sobre a EDA | 2.4 Satisfação do Cliente

Métricas e Metas

2. Sobre a EDA | 2.4 Satisfação do Cliente

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

6. Pilar de Governance | 6.1 Conduta empresarial

6. Pilar de Governance | 6.1 Conduta empresarial

2. Sobre a EDA | 2.3 Garantia da Segurança no Abastecimento

2. Sobre a EDA | 2.3 Garantia da Segurança no Abastecimento

2. Sobre a EDA | 2.3 Garantia da Segurança no Abastecimento

2. Sobre a EDA | 2.3 Garantia da Segurança no Abastecimento

Requisito de divulgação (cont.)	Título
Desempenho Económico Sustentável	
Governance	
-	Gestão do tema material
Estratégia	
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais
Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades	
-	Políticas e ações para gestão do tema material
Métricas e Metas	
-	Metas e métricas associadas ao tema material
Cibersegurança	
Governance	
-	Gestão do tema material
Estratégia	
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais
Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades	
-	Políticas e ações para gestão do tema material
Métricas e Metas	
-	Metas e métricas associadas ao tema material
Gestão do Risco	
Governance	
-	Gestão do tema material
Estratégia	
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais
Gestão dos Impactos, Riscos e Oportunidades	
-	Políticas e ações para gestão do tema material
Métricas e Metas	
-	Metas e métricas associadas ao tema material

*Apesar de não ter nenhum requisito de divulgação associado, este tema pode ser enquadrado no âmbito das ESRS 2: Divulgações Gerais (a par das informações de Governance, Estratégia, Gestão de IROs, Metas e Métricas necessárias ao reporte do tema material).

Conteúdo

6. Pilar de Governance | 6.5 Desempenho Económico e Sustentável

6. Pilar de Governance | 6.5 Desempenho Económico e Sustentável

6. Pilar de Governance | 6.5 Desempenho Económico e Sustentável

6. Pilar de Governance | 6.5 Desempenho Económico e Sustentável

6. Pilar de Governance | 6.3 Cibersegurança

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

6. Pilar de Governance | 6.2 Compliance e Gestão do Risco

CAPÍTULO C

**Proposta de
Aplicação dos
Resultados**



No exercício de 2023 a EDA - Electricidade dos Açores, S. A. apresentou resultados de 17.087.133,07 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

- 1)** O Código das Sociedades Comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;
- 2)** O resultado de 2023 encontra-se influenciado por fatores extraordinários com impacto significativo no seu valor. Tendo em conta o elevado volume de investimento que a empresa realizou em 2023 e prevê realizar nos próximos anos, o resultado relevante para determinar os dividendos a distribuir deve ser expurgado desses factos extraordinários, estimando-se em 9.362.902,17 euros.

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- i)** 4.690.000 euros para dividendos, i.e. 0,335 € / ação, correspondente a uma remuneração média de 6,7% do capital social;
- ii)** O remanescente, de 12.397.133,07 euros para resultados transitados.

Ponta Delgada, 12 de abril de 2024

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho	Rodrigo Rebelo Costa
João Carlos Santos Correia	Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda
António Félix Flores Rodrigues	Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt
Joana Oliveira Freitas	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

CAPÍTULO

D

Apreciação e
Certificação de
Contas Individuais
e Consolidadas



Apreciação e Certificação de Contas Individuais e Consolidadas

D1. Demonstrações Financeiras Individuais e Notas	207
D2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas	271
D3. Anexos	353

CAPÍTULO

D1

**Demonstrações
Financeiras
Individuais
e Notas**



Demonstrações Financeiras Individuais e Notas

1.1. Balanço	210
1.2. Demonstração dos Resultados	211
1.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	212
1.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	214
1.5. Anexo às Demonstrações Financeiras	215

1.1. Balanço

31 de dezembro

	Nota	2023	2022 Reexpresso
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	231 164 205	204 677 838
Propriedades de investimento	7	2 192 700	2 278 467
Ativos intangíveis	8	235 168 351	219 321 420
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	162 803 280	153 614 618
Outros investimentos financeiros	10	379 690	370 734
Créditos a receber	11	-	22 447 372
Clientes	14	-	229 129
Ativos por impostos diferidos	12	6 514 658	8 510 347
		638 222 884	611 449 926
Corrente			
Inventários	13	21 456 586	18 579 169
Clientes	14	58 546 932	43 399 353
Estado e outros entes públicos	15	241 197	591 756
Outros créditos a receber	11	40 015 239	38 358 302
Diferimentos	16	449 107	438 037
Caixa e depósitos bancários	4	6 316 258	5 900 768
		127 025 319	107 267 385
Total do ativo		765 248 203	718 717 311
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	17	70 000 000	70 000 000
Reservas legais	18	14 000 000	14 000 000
Outras reservas	18	346 796	346 796
Resultados transitados	18	118 547 312	113 500 252
Ajustamento/outras variações no capital próprio	19	58 464 023	48 418 352
Resultado líquido do período	-	17 087 133	12 197 265
Total do capital próprio		278 445 264	258 462 664
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	20	296 089 269	246 089 243
Responsabilidades por benefícios pós emprego	21	8 208 017	10 251 315
Passivos por impostos diferidos	12	5 875 939	9 385 793
Outras dívidas a pagar	22	12 972 758	4 800 597
		323 145 982	270 526 947
Corrente			
Fornecedores	23	24 881 758	23 995 369
Estado e outros entes públicos	15	4 973 986	1 935 920
Financiamentos obtidos	20	105 811 942	142 357 844
Outras dívidas a pagar	22	27 989 271	21 212 341
Diferimentos	16	-	226 226
		163 656 958	189 727 700
Total do passivo		486 802 939	460 254 647
Total do capital próprio e do passivo		765 248 203	718 717 311

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes

Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda

António Félix Flores Rodrigues Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt

Joana Oliveira Freitas Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.2. Demonstração dos Resultados

	Nota	Período	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	24	271 600 059	257 349 078
Subsídios à exploração	-	89 030	208 314
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	13 417 317	9 360 928
Trabalhos para a própria entidade	25	5 443 345	3 742 255
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(129 852 240)	(133 760 813)
Fornecimentos e serviços externos	27	(33 454 552)	(27 132 111)
Gastos com o pessoal	28	(35 509 533)	(33 330 028)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	(69 254)	(82 975)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	421 054	163 804
Outros rendimentos	29	5 450 377	3 622 708
Outros gastos	30	(36 953 105)	(34 303 851)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		60 582 497	45 837 309
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(28 427 212)	(26 877 181)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	7	32 155 285	18 960 128
Juros e gastos similares suportados		(13 748 371)	(4 243 346)
Resultado antes de impostos	31	18 406 914	14 716 783
Imposto sobre o rendimento do período		(1 319 781)	(2 519 518)
Resultado líquido do período	32	17 087 133	12 197 265
Resultado por ação básico		1,221	0,871

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes
Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André	Francisco Manuel Sousa Botelho	Rodrigo Rebelo Costa
João Carlos Santos Correia	Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda	
António Félix Flores Rodrigues	Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt	
Joana Oliveira Freitas	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira	

1.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas
A 1 de janeiro de 2022		70 000 000	14 000 000	346 796
Alterações no período				
Ajustamentos por impostos diferidos (reexpresso)	19	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio (reexpresso)	19	-	-	-
Resultado líquido do período		-	-	-
Resultado integral				
Outras operações no período				
Distribuições	18, 33	-	-	-
A 31 de dezembro de 2022 - Reexpresso		70 000 000	14 000 000	346 796
Alterações no período				
Ajustamentos por impostos diferidos	19	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	-	-	-
Resultado líquido do período		-	-	-
Resultado integral				
Outras operações no período				
Distribuições	18, 33	-	-	-
A 31 de dezembro de 2023		70 000 000	14 000 000	346 796

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Resultados transitados	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Reexpresso)	Resultado líquido do período	Total
110 007 601	16 683 075	12 623 660	223 661 132
635 208	(3 972 946)	-	(3 337 738)
9 171 443	35 708 224	(12 623 660)	32 256 006
9 806 651	31 735 277	(12 623 660)	28 918 268
		12 197 265	12 197 265
		12 197 265	12 197 265
(6 314 000)	-	-	(6 314 000)
(6 314 000)	-	-	(6 314 000)
113 500 252	48 418 352	12 197 265	258 462 664
235 909	(2 171 358)	-	(1 935 449)
10 915 151	12 217 029	(12 197 265)	10 934 915
11 151 060	10 045 671	(12 197 265)	8 999 466
		17 087 133	17 087 133
		17 087 133	17 087 133
(6 104 000)	-	-	(6 104 000)
(6 104 000)	-	-	(6 104 000)
118 547 312	58 464 023	17 087 133	278 445 264

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes

Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda

António Félix Flores Rodrigues Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt

Joana Oliveira Freitas Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.4. Demonstração de Fluxos de Caixa

Nota	Período	
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	284 901 960	243 888 401
Pagamentos a fornecedores	(158 110 649)	(162 052 825)
Pagamentos ao pessoal	(37 514 382)	(32 616 616)
	89 276 929	49 218 961
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1 768)	3 126 919
Outros recebimentos/pagamentos	(13 516 429)	(18 161 607)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	75 758 731	34 184 273
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(40 947 450)	(35 555 392)
Ativos intangíveis	(50 523 674)	(49 074 141)
Investimentos financeiros	(24)	(32 130)
Outros ativos	(8 932)	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	173 678	-
Investimentos financeiros	-	490
Outros Ativos	-	887 637
Subsídios ao investimento	15 048 320	9 061 946
Dividendos	9 4 644 827	4 331 245
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(71 613 254)	(70 380 344)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	71 625 000	86 410 000
Outras operações de financiamento	212 780 000	181 660 000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(77 743 377)	(44 812 013)
Juros e gastos similares suportados	(10 897 610)	(3 726 476)
Dividendos	33 (6 104 000)	(6 314 000)
Outras operações de financiamento	(193 390 000)	(178 340 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3 729 987)	34 877 511
Varição de caixa e seus equivalentes		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 5 900 768	7 219 328
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 6 316 258	5 900 768

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes

Furtado

Francisco Manuel Sousa Botelho Rodrigo Rebelo Costa
 João Carlos Santos Correia Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda
 António Félix Flores Rodrigues Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt
 Joana Oliveira Freitas Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

1.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Introdução	216
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	219
3. Principais Políticas Contabilísticas	220
4. Fluxos de Caixa	236
5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	237
6. Ativos Fixos Tangíveis	238
7. Propriedades de Investimento	240
8. Ativos Intangíveis	241
9. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial	243
10. Outros Investimentos Financeiros	246
11. Outros Créditos a Receber	246
12. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	247
13. Inventários	249
14. Clientes	249
15. Estado e Outros Entes Públicos	250
16. Diferimentos	251
17. Capital Subscrito	251
18. Outras Reservas e Resultados Transitados	252
19. Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	253
20. Financiamentos Obtidos	253
21. Obrigações de Benefícios de Reforma e Outros	256
22. Outras Dívidas a Pagar	260
23. Fornecedores	261
24. Vendas e Serviços Prestados	261
25. Trabalhos para a Própria Entidade	262
26. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	262
27. Fornecimentos e Serviços Externos	263
28. Gastos com Pessoal	263
29. Outros Rendimentos	264
30. Outros Gastos	264
31. Gastos e Rendimentos Financeiros	265
32. Imposto sobre o Rendimento	265
33. Dividendos	266
34. Compromissos	266
35. Passivos e Ativos Contingentes	266
36. Matérias Ambientais	267
37. Partes Relacionadas	267
38. Políticas de Gestão do Risco Financeiro	269
39. Outras Informações	269
40. Eventos Subsequentes	269

1. Introdução

A EDA – Electricidade dos Açores, S. A., (referida neste documento como EDA ou empresa), com sede em Ponta Delgada na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei n.º 79/97, de 8 de abril.

A 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, S. A., um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S. A. e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A empresa detém, presentemente, como principais atividades a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema, o transporte e a distribuição de energia elétrica celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução n.º 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 41/2000.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, a 12 de abril de 2024, estando ainda sujeitas à aprovação pelos acionistas. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Adicionalmente a EDA prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS como estabelecido no n.º 2, do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística. Estas poderão ser consultadas no sítio da internet da EDA em: www.eda.pt.

1.1. Atividades Concessionadas e Reguladas

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para a Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- a)** A receção da energia elétrica;

- b)** O transporte da energia elétrica;
- c)** A distribuição da energia elétrica;
- d)** A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão revertem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas regiões autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: Tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia, Comercialização e Tarifa de Operação Logística de Mudança de Comercializador.

As tarifas são estabelecidas pela ERSE de forma a proporcionar às empresas reguladas um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas e sujeitos a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série – N.º 2, da Diretiva N.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117-A.º da Diretiva N.º 1/2014 estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

No período regulatório 2022-2025, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas são determinados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+1 e n+2, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

No período regulatório 2022-2025, mantém-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2018-2021. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA às atividades equivalentes das empresas congêneres do continente. O custo de capital está indexado às *yields* das Obrigações do Tesouro a 10 anos, apresentando um limite superior (*cap*) e um limite inferior (*floor*) de 7% e 3,7%, respetivamente, para a atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema e de 7,3% e 4% para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os custos aceites com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário em vigor, correspondem:

- Ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- Aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo e revisto pelo Regulador de acordo com a Instrução N.º 9/2022, de 19 de outubro e Instrução N.º 3/2023, de 11 de agosto.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada a 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do setor energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, através do Artigo 261.º Contribuição extraordinária sobre o setor energético, estabelece que, em 2023, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, estende a vigência da contribuição para o ano de 2024.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão. O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, revogou o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. No entanto, o mencionado direito mantém-se nos termos do artigo 268.º do Diploma vigente.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro e posteriormente incorporada no Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Nos termos do Despacho n.º 12461/2022, de 25 de outubro, o valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes a partir de 1 de janeiro de 2023 corresponde a 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceitual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por NCRF.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.25.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas pela empresa e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2023, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 36.631.639 euros. A empresa tem ainda 120.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, bem como 45.350.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a EDA tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da EDA, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-partes no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a EDA tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Ganhos ou perdas não realizadas em transações entre a empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como parte do valor inicialmente registrado como investimento em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados.

Quando a quota-partes das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

3.1. Conversão Cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2023	2022
GBP	0,8691	1,2780
USD	1,1050	0,9375

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Contadores	16 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 16 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 40 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

3.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de utilização de *software*, a licenças de emissão de dióxido de carbono (licenças CO₂) adquiridas e ao direito de concessão resultante da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão.

Os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, sendo o ativo escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Um ativo intangível é despreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Programas de Computador

A EDA capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 8 anos.

Licenças Emissões de Gases (CO₂)

As atividades desenvolvidas pela EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO₂).

As licenças de caráter ambiental resultam da atividade operacional ou de negociação.

As licenças para consumo próprio são reconhecidas como ativo intangível sendo mensuradas ao preço de aquisição, enquanto que as licenças detidas para negociação são registadas ao preço de aquisição e ajustadas para o justo valor correspondente ao preço de mercado. Os rendimentos e gastos resultantes destes ajustamentos são reconhecidos em resultados do ano.

Direitos de Concessão

A empresa tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA permuta pelo direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no Regulamento Tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o período 2022 – 2025, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório, acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde no SNC à NCIF 6, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão.

3.5. Imparidade de Ativos não Financeiros

A empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida estão sujeitos a depreciação/amortização por um período de 10 anos e, são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos Financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- a)** Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b)** Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros créditos a receber, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDA reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos Resultados. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se tratam de instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do período nas rubricas de custos ou proveitos financeiros. Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura de justo valor são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash-flow hedge*), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas no capital próprio, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a EDA não tem negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.8. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação, assim como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou há lugar à descontinuação dos equipamentos a que se referem.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.9. Clientes e Outros Créditos a Receber

As rubricas de Clientes e Outros Créditos a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos Resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de se verificar.

O montante de perda por imparidade para um instrumento financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são desreconhecidos quando:

- a)** Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b)** A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- c)** A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: i) desreconhecer o ativo; e ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.10. Ativos não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controlo de uma subsidiária, a totalidade dos ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda quando se verifiquem os critérios acima descritos, mesmo que a empresa mantenha uma participação minoritária nessa subsidiária após a venda. Os ativos não correntes (e todos os ativos e passivos relacionados a alienar) classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor deduzido dos custos incrementais de realização da venda, excluindo custos financeiros e fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

3.11. Caixa e Equivalentes de Caixa

A rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.12. Capital

O capital estatutário da empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.13. Passivos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- a)** Ao custo amortizado; ou
- b)** Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outras dívidas a pagar, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.14. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos Resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos Resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto Corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a empresa está sujeita à derrama fixada pelos municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto Diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

3.16. Benefícios aos Empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

i) Plano de benefícios definidos da EDA – Electricidade dos Açores, S. A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-partes dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no Balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustamentos de experiência e alterações aos pressupostos atuariais e financeiros são registados em capital próprio.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA constituiu o fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a)** Contribuição base de 1% do salário pensionável pela empresa sem qualquer condição;
- b)** Contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como "gastos com o pessoal" na Demonstração dos Resultados, no período em que ocorrem.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.18. Subsídios e Apoios do Governo

A EDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

As comparticipações atribuídas à EDA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios obtidos para financiar a construção de infraestruturas para a concessão de serviço público incluindo as comparticipações recebidas de clientes (cujo ativo é reconhecido pelo seu custo estimado) são deduzidos diretamente ao valor do ativo intangível reconhecido como direito de concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.19. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.20. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.21. Réido

O Réido corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou permuta dissemelhante de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDA. O réido é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

No caso da EDA, para as atividades englobadas no contrato de concessão, é apresentada de forma individualizada o réido proveniente dos serviços de construção e de exploração.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do réido para as atividades reguladas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réidos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção, transporte e distribuição.

Serviços de Construção

A EDA apresenta na sua Demonstração dos Resultados o réido associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração dos Resultados. Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do *price cap*, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do custo de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte a EDA não tem qualquer

margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o crédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

3.22. Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.23. Compensação de Saldos e Transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.24. Matérias Ambientais

A EDA reconhece os dispêndios de caráter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a EDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.25. Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.25.1. Convergência Tarifária

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2).

3.25.2. Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.25.3. Pressupostos Atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

3.25.4. Ativos Tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos e do consumo dos benefícios económicos subjacentes, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.25.5. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 12 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

3.26. Acontecimentos após a Data de Balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

3.27. Especialização dos Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Caixa e seus Equivalentes que não estão Disponíveis para Uso

A EDA não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2023	2022
Caixa	5 515	4 528
Depósitos bancários	6 310 743	5 896 240
6 316 258	5 900 768	

Os valores considerados para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão de acordo com o quadro apresentado acima.

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

No seguimento da publicação da comissão de normalização contabilística, orientação técnica n.º6 de 14 abril de 2023, foi definido pela Gestão efetuar a reexpressão das demonstrações financeiras relativamente ao reconhecimento dos Subsídios ao investimento, nomeadamente no que concerne à candidatura efetuada junto dos programas PRR e PO2020.

Inicialmente registou-se como saldo a receber, por contrapartida de Capital Próprio, o total das duas candidaturas no valor de 42.500.000 euros, situação que na reexpressão foi modificada reconhecendo-se apenas a quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Esta alteração tem efeitos a 1 de janeiro 2022.

Esta reexpressão também foi efetuada nos mesmos termos ao nível da subsidiária EDA Renováveis, na qual inicialmente haviam sido reconhecidos subsídios no âmbito do PRR pelo montante da candidatura (74.500.000 euros) como saldo a receber em contrapartida de Capital Próprio. Esta alteração, com efeito a 1 de janeiro de 2022, fez com que apenas a quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento seja reconhecido em Capital Próprio.

Assim, para efeitos de correção das situações descritas, em 2023, a EDA procedeu aos seguintes ajustamentos de forma retrospectiva, com referência ao exercício de 2022:

	Nota	2022 Reexpresso	2022 Ajustamentos	2022
Ativo				
Não corrente				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	153 614 618	(38 844 236)	192 458 854
Outros ativos não correntes		457 835 308	-	457 835 308
		611 449 926	(38 844 236)	650 294 163
Corrente				
Outros créditos a receber	11	38 358 302	(32 700 958)	71 059 260
Outros ativos correntes		68 909 083	-	68 909 083
		107 267 385	(32 700 958)	139 968 343
Total do ativo		718 717 311	(71 545 194)	790 262 506
Capital próprio				
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital				
Capital e outras reservas		84 346 796	-	84 346 796
Resultados transitados		113 500 252	-	113 500 252
Ajustamento/outras variações no capital próprio	19	48 418 352	(65 528 218)	113 946 570
Resultado líquido do período		12 197 265	-	12 197 265
		258 462 664	(65 528 218)	323 990 882
Passivo				
Não corrente				
Outras dívidas a pagar	22	4 800 597	(6 016 976)	10 817 573
Outros passivos não correntes		265 726 350	-	265 726 350
		270 526 947	(6 016 976)	276 543 924
Corrente				
Outros passivos correntes		189 727 700	-	189 727 700
		189 727 700	-	189 727 700
Total do passivo		460 254 647	(6 016 976)	466 271 624
Total do capital próprio e do passivo		718 717 311	(71 545 194)	790 262 506

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do Ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte
1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	3 692 156	76 923 767	315 231 101	6 249 494
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-
Depreciações acumuladas	-	(43 673 508)	(202 456 914)	(5 355 892)
Valor líquido	3 692 156	33 250 259	112 438 606	893 602
Movimento do exercício				
Adições	-	-	88 433	1 242 512
Alienações e abates	(6 057)	-	(487 406)	(428 834)
Transferências	-	366 804	39 522 182	-
Depreciação - período	-	(2 061 589)	(11 242 420)	(369 334)
Depreciação - alienações	-	-	487 588	428 834
	3 686 099	31 555 475	140 806 984	1 766 780
31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	3 686 099	77 290 571	354 354 311	7 063 172
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-
Depreciações acumuladas	-	(45 735 096)	(213 211 745)	(5 296 392)
Valor líquido	3 686 099	31 555 475	140 806 984	1 766 780

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados em rubricas do Ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte
1 de janeiro de 2022				
Custo de aquisição	3 195 349	73 660 262	284 808 098	5 969 397
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-
Depreciações acumuladas	-	(41 567 542)	(194 148 342)	(5 753 872)
Valor líquido	3 195 349	32 092 720	90 324 174	215 525
Movimento do exercício				
Adições	496 807	-	37 542	877 036
Alienações e abates	-	-	(1 185 187)	(596 939)
Transferências	-	3 263 505	31 570 649	-
Depreciação - período	-	(2 105 966)	(9 493 759)	(198 958)
Depreciação - alienações	-	-	1 185 187	596 939
	3 692 156	33 250 259	112 438 606	893 602
31 de dezembro de 2022				
Custo de aquisição	3 692 156	76 923 767	315 231 101	6 249 494
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-
Depreciações acumuladas	-	(43 673 508)	(202 456 914)	(5 355 892)
Valor líquido	3 692 156	33 250 259	112 438 606	893 602

Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos em curso	Total
7 236 385	40 954 403	43 089 889	493 377 195
-	-	-	(335 582)
(6 490 676)	(30 386 788)	-	(288 363 777)
745 709	10 567 615	43 089 889	204 677 838
1 433 719	342 937	38 944 385	42 051 986
(90)	-	-	(922 386)
34 846	541 536	(40 465 369)	-
(412 293)	(1 473 924)	-	(15 559 559)
90	(183)	-	916 330
1 801 981	9 977 982	41 568 905	231 164 205
8 704 860	41 838 876	41 568 905	534 506 794
-	-	-	(335 582)
(6 902 878)	(31 860 894)	-	(303 007 006)
1 801 981	9 977 982	41 568 905	231 164 205

Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos em curso	Total
9 551 754	37 792 190	54 299 209	469 276 259
-	-	-	(335 582)
(8 752 667)	(29 239 386)	-	(279 461 809)
799 087	8 552 803	54 299 209	189 478 867
284 275	350 565	26 629 271	28 675 495
(2 599 644)	(192 790)	-	(4 574 559)
-	3 004 438	(37 838 592)	-
(337 652)	(1 340 192)	-	(13 476 527)
2 599 644	192 790	-	4 574 559
745 709	10 567 615	43 089 889	204 677 838
7 236 385	40 954 403	43 089 889	493 377 195
-	-	-	(335 582)
(6 490 676)	(30 386 788)	-	(288 363 777)
745 709	10 567 615	43 089 889	204 677 838

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2023 englobam 3.107.601 euros de aquisições diretas e 38.944.385 euros de obras em curso, que correspondem maioritariamente ao investimento efetuado em sistemas de armazenamento de baterias e outros equipamentos de produção.

Em Curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2023	2022
Produção	28 969 682	17 383 688
Implementação e atualização de soluções informáticas	6 615 111	9 429 794
Ampliação Central Térmica Belo Jardim	1 376 517	13 589 415
Outras obras	4 607 595	2 686 993
41 568 905	43 089 889	

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2023, no montante de 40.465.369 euros, referem-se essencialmente ao investimento efetuado em sistemas de armazenamento de baterias, a obras de ampliação e beneficiação de centros produtores e à construção e remodelação de edifícios de suporte à atividade da empresa.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Alienações e Abates

Em 2023 e 2022 o valor das alienações refere-se a materiais obsoletos tais como contadores, disjuntores, grupos geradores, edifícios e outros equipamentos administrativos e de transporte.

7. Propriedades de Investimento

O saldo desta rubrica refere-se ao antigo edifício sede da EDA na Calheta, o qual se encontra totalmente arrendado:

	2023	2022
A 1 de janeiro		
Valor bruto	3 000 000	3 000 000
Depreciações acumuladas	(1 014 074)	(928 307)
Imparidades acumuladas	292 540	292 540
Valor líquido	2 278 467	2 364 233
Depreciações - Período	(85 767)	(85 767)
	(85 767)	(85 767)
A 31 de dezembro		
Valor bruto	3 000 000	3 000 000
Depreciações	(1 099 840)	(1 014 074)
Imparidades	292 540	292 540
Valor líquido	2 192 700	2 278 467

Em conformidade com a avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2021, os ativos classificados como propriedades de investimento, possuem o seguinte justo valor:

Terrenos	800 000
Edifícios	1 650 000
	2 450 000

Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 os rendimentos e gastos operacionais diretos associados às propriedades de investimento são os seguintes:

	2023		2022	
	Rendas	Gastos diretos	Rendas	Gastos diretos
Edifícios Calheta	122 344	15 562	120 108	19 176
	122 344	15 562	120 108	19 176

8. Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a licenças de CO₂, direitos de superfície, software e ao contrato de concessão. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Licenças CO ₂	Direitos de superfície	Software e outros	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2023						
Custo de aquisição	97 202 854	114 573	20 877 864	434 351 504	-	552 546 795
Amortizações acumuladas	(97 202 854)	(30 405)	(18 572 284)	(217 419 829)	-	(333 225 373)
Valor líquido	-	84 167	2 305 580	216 931 673	-	219 321 420
Adições	29 822 506	13 905	66 988	21 063 991	6 010 922	56 978 311
Transferências e abates	-	-	6 010 922	(650 022)	(6 010 922)	(650 022)
Amortização - período	(27 699 476)	(11 455)	(1 143 836)	(11 626 596)	-	(40 481 362)
Valor líquido	2 123 031	86 618	7 239 656	225 719 047	-	235 168 351
31 de dezembro de 2023						
Custo de aquisição	127 025 361	128 478	26 955 776	454 765 473	-	608 875 087
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(41 860)	(19 716 120)	(229 046 425)	-	(373 706 735)
Valor líquido	2 123 031	86 618	7 239 656	225 719 047	-	235 168 351

	Licenças CO ₂	Direitos de superfície	Software e outros	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2022						
Custo de aquisição	70 597 593	95 904	20 575 906	418 499 430	-	509 768 833
Amortizações acumuladas	(70 597 593)	(19 481)	(16 495 586)	(206 192 563)	-	(293 305 224)
Valor líquido	-	76 422	4 080 320	212 306 865	-	216 463 607
Adições	26 605 261	18 669	33 152	15 197 635	268 806	42 123 522
Transferências e abates	-	-	268 806	654 440	(268 806)	654 440
Amortização - período	(26 605 261)	(10 924)	(2 076 697)	(11 227 266)	-	(39 920 149)
Valor líquido	-	84 167	2 305 580	216 931 673	-	219 321 420
31 de dezembro de 2022						
Custo de aquisição	97 202 854	114 573	20 877 864	434 351 504	-	552 546 795
Amortizações acumuladas	(97 202 854)	(30 405)	(18 572 284)	(217 419 829)	-	(333 225 373)
Valor líquido	-	84 167	2 305 580	216 931 673	-	219 321 420

Licenças CO₂

No âmbito do Regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (CELE), a Diretiva n.º 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2023 encontram-se registados em gastos 325.090 toneladas de licenças de CO₂, no montante de 27.699.476 euros (2022: 328.312 toneladas e 26.605.261 euros), relativas às emissões do exercício de 2023. Releva-se que das licenças adquiridas em 2023 foram consideradas excedentárias 29.669 toneladas no montante de 2.123.031 euros.

Software

O valor capitalizado como software em 2023, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamentos e novas soluções SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	492 542 768	16 646 267	(74 837 532)	434 351 504
Amortizações acumuladas	(257 088 986)	-	39 669 157	(217 419 829)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673
Adições	885 777	21 563 630	(1 385 416)	21 063 991
Transferências	8 447 631	(8 447 631)	-	-
Transferências e abates	-	(650 022)	-	(650 022)
Amortização - período	(14 127 420)	-	2 500 824	(11 626 596)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047
31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047
A 1 de janeiro de 2022				
Custo de aquisição	474 509 102	17 610 705	(73 620 377)	418 499 430
Amortizações acumuladas	(243 403 733)	-	37 211 170	(206 192 563)
Valor líquido	231 105 369	17 610 705	(36 409 207)	212 306 865
Adições	592 452	15 822 337	(1 217 154)	15 197 635
Transferências	17 441 215	(17 441 215)	-	-
Transferências e abates	-	654 440	-	654 440
Amortização - período	(13 685 253)	-	2 457 987	(11 227 266)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673
31 de dezembro de 2022				
Custo de aquisição	492 542 768	16 646 267	(74 837 532)	434 351 504
Amortizações acumuladas	(257 088 986)	-	39 669 157	(217 419 829)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673

No período de 2023 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 21.063.991 euros (2022: 15.197.635 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 11.626.596 euros (2022: 11.227.266 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

9. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

	Subsidiárias
1 de janeiro de 2022	127 562 990
Ganhos/(Perdas)	9 360 928
Outros movimentos no Capital (Nota 19)	21 021 945
Dividendos recebidos	(4 331 245)
31 de dezembro de 2022 - Reexpresso	153 614 618
Ganhos/(Perdas)	13 417 317
Outros movimentos no Capital (Nota 19)	416 172
Dividendos recebidos	(4 644 827)
31 de dezembro de 2023	162 803 280

Os Ganhos/(Perdas) reconhecidos resultam da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período das subsidiárias. Nas situações em que para além da participação detida diretamente também existem participações cruzadas, como é o caso das empresas EDA Renováveis e SEGMA foi incorporada a percentagem detida por cada uma daquelas empresas, que serve de base para o cálculo do método de equivalência patrimonial.

Os valores registados em Outros movimentos de capital correspondem essencialmente ao Ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDA Renováveis.

Em 2023 a EDA recebeu dividendos das subsidiárias no total de 4.644.827 euros (EDA Renováveis: 4.252.427 euros; SEGMA: 392.400 euros) e em 2022 um total de 4.331.245 euros (EDA Renováveis: 3.948.908 euros; SEGMA: 372.600 euros; GLOBALEDA: 9.737 euros).

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2023 e 2022, e os rendimentos e gastos gerados no período, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

2023	% detida	Valor contabilístico	Ativos	
			Não correntes	Correntes
Empresas subsidiárias				
EDA Renováveis, S. A. ¹	100,00%	151 706 604	82 478 507	132 862 600
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.	74,90%	2 416 353	1 018 735	5 209 788
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	90,00%	8 680 323	733 244	11 084 433
			162 803 280	

¹ O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

2022	% detida	Valor contabilístico Reexpresso	Ativos	
			Não correntes	Correntes
Empresas subsidiárias				
EDA Renováveis, S. A. ¹	100,00%	141 929 736	86 385 447	72 113 239
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.	74,90%	2 892 120	1 002 846	6 235 241
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	90,00%	8 792 763	1 556 730	10 693 075
			153 614 618	

¹ O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

Passivos		Capital Próprio		Rendimentos	Gastos	Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio
Não correntes	Correntes							
18 788 628	8 273 700	188 278 780	35 065 187	21 483 195	13 581 992	13 613 101	(416 194)	
-	3 002 417	3 226 106	7 424 940	8 060 143	(635 203)	(475 767)		-
-	2 172 873	9 644 804	10 127 094	9 816 002	311 092	279 983		22
						13 417 317	(416 172)	

Passivos		Capital Próprio		Rendimentos	Gastos	Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contrib. Capital Próprio Reexpresso
Não correntes	Correntes							
10 906 520	6 639 404	140 952 762	29 944 713	21 412 814	8 531 900	8 618 928	(21 021 990)	
-	3 376 779	3 861 308	6 929 437	6 984 517	(55 080)	(41 255)		-
4	2 480 064	9 769 737	9 640 591	8 770 307	870 283	783 255		45
						9 360 928	(21 021 945)	

10. Outros Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a empresa não tem controlo ou influência significativa:

	% detida	2023	2022
Participações financeiras - método do custo			
NOS Açores Comunicações, S. A.	6,18%	228 649	228 649
Fundação Engenheiro José Cordeiro	i) 33,68%	3 242	3 242
INOVA	0,77%	5 297	5 297
		237 188	237 188
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		142 502	133 546
		379 690	370 734

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 33,68% do Património social, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade.

11. Outros Créditos a Receber

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de outros créditos a receber são como segue:

	Corrente	Não corrente	Total	2023		2022	
				Corrente	Não corrente	Total	Corrente
Outros devedores i)	337 437	-	337 437	573 133	-	573 133	200 524
Direitos de passagem municípios	-	-	-	200 524	-	200 524	865 054
Saldo pendente terceiros	-	-	-	865 054	-	865 054	650 017
Programa PRR ii)	-	-	-	650 017	-	650 017	5 545 290
Programa FEDER ii)	5 545 290	-	5 545 290	5 806 616	-	5 806 616	489 919
Programa LIFE IP CLIMAZ ii)	489 919	-	489 919	783 870	-	783 870	729 400
Sinistro EDA Renováveis iii)	729 400	-	729 400	-	-	-	22 902
Programa PRORURAL+	-	-	-	22 902	-	22 902	170 211
Adiantamentos ao pessoal	170 211	-	170 211	120 538	-	120 538	7 706
Adiantamentos a fornecedores	7 706	-	7 706	34 948	-	34 948	7 279 963
			7 279 963	9 057 601		9 057 601	
Devedores acréscimos rendimentos							
Energia a faturar (Nota 24) iv)	2 439 359	-	2 439 359	2 843 792	-	2 843 792	30 295 917
Convergência tarifária: v)							30 295 917
Ano de 2022 (Nota 24)	30 295 917	-	30 295 917	-	22 447 372	22 447 372	
Ano de 2021	-	-	-	26 456 909	-	26 456 909	40 015 239
			40 015 239	38 358 302	22 447 372	60 805 674	
Imparidades acumuladas	-	-	-	-	-	-	
			40 015 239	38 358 302	22 447 372	60 805 674	

i) O saldo inclui dívidas a receber de devedores diversos, dizendo respeito maioritariamente a adiantamentos efetuados na realização de contratos de compra e venda de terrenos;

ii) Reconhecimento dos subsídios ao investimento destinados a financiar os seguintes projetos:

a) "Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA para aumentar a capacidade de integração de energia renovável" enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição Energética nos Açores";

b) "Baterias de armazenamento de energias renováveis – São Miguel e Terceira" enquadrado no âmbito do programa FEDER – PO AÇORES 2020;

c) O projeto LIFE IP CLIMAZ aprovado pela União Europeia tem como objetivo apoiar a implementação do Programa Regional dos Açores para as Alterações Climáticas (PRAC), nas 9 ilhas dos Açores.

Conforme já indicado na Nota 5, os valores reconhecidos em 2023 e 2022, correspondem ao reconhecimento do subsídio ao investimento na quota-partes correspondente à execução dos programas de investimento. Nesta base foi realizada a reexpressão em 2022, no montante de 32.700.958 euros, correspondente ao montante financiado que ainda não havia sido executado:

	Investimento realizado a 31.12.2023	Investimento total previsto	Subsídio atribuído do Governo	Montante recebido a 31.12.2023	Subsídio Reconhecido no Capital Próprio a 31.12.2023	Imposto diferido
PRR - Instalação de Sistemas de Armazenamento	1 509 089	48 745 500	22 500 000	731 945	696 567	128 168
PO2020 - Baterias São Miguel	30 149 984	28 142 716	23 921 309	18 887 484	23 921 309	4 401 521
Total	31 659 073	76 888 216	46 421 309	19 619 429	24 617 876	4 529 689

	Investimento realizado a 31.12.2022	Investimento total previsto	Subsídio atribuído do Governo	Montante recebido a 31.12.2022	Subsídio Reconhecido no Capital Próprio a 31.12.2022	Imposto diferido
PRR - Instalação de Sistemas de Armazenamento	1 408 241	48 745 500	22 500 000	-	650 017	119 603
PO2020 - Baterias São Miguel	10 763 558	23 529 412	20 000 000	6 242 803	9 149 024	1 683 420
Total	12 171 799	72 274 912	42 500 000	6 242 803	9 799 042	1 803 024

- iii) Valor a receber referente à quota-partes devida à EDA do sinistro da Central Geotérmica do Pico Vermelho, decorrente de gastos adicionais de produção cobertos pelo Seguro;
- iv) A rubrica de energia a faturar no montante de 2.439.359 euros (2022: 2.843.792 euros) respeita a valores em contador a faturar aos clientes em 2024;
- v) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+1 (custo do capital) e n+2.

12. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	% detida	2023	2022
Impactos na demonstração dos resultados			
Ativos por impostos diferidos		(2 231 599)	2 476 562
Passivos por impostos diferidos		3 509 854	(4 961 966)
		1 278 255	(2 485 404)
Impactos no capital próprio			
Ativos por impostos diferidos		235 909	635 208
		235 909	635 208
Impacto líquido dos impostos diferidos			
		1 514 164	(1 850 196)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Ativos e Passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por Impostos Diferidos – Movimentos do Período

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2023	1 886 242	-	61 747	53 880	6 508 477	8 510 347
Constituição/reversão por capital	235 909	-	-	-	-	235 909
Constituição por resultados	-	1 124 598	-	-	-	1 124 598
Reversão por resultados	(611 876)	-	-	(15 873)	(2 728 448)	(3 356 196)
Movimento do período	(375 967)	1 124 598	-	(15 873)	(2 728 448)	(1 995 690)
A 31 de dezembro de 2023	1 510 276	1 124 598	61 747	38 008	3 780 029	6 514 658

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2022	1 409 102	1 685 929	61 747	110 923	2 130 877	5 398 577
Constituição/reversão por capital	635 208	-	-	-	-	635 208
Constituição por resultados	-	-	-	-	4 377 600	4 377 600
Reversão por resultados	(158 067)	(1 685 929)	-	(57 042)	-	(1 901 038)
Movimento do período	477 141	(1 685 929)	-	(57 042)	4 377 600	3 111 770
A 31 de dezembro de 2022	1 886 242	-	61 747	53 880	6 508 477	8 510 347

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram disponíveis para utilização decompõem-se da seguinte forma:

	Montante
Prejuízos fiscais reportáveis:	
Ano 2022	25 714 486

A dedução a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável. A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, relativamente ao Orçamento de Estado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

A Administração estima que os prejuízos fiscais reportáveis sejam recuperados a curto prazo.

Passivos por Impostos Diferidos – Movimentos do Período

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2023	(73 164)	(8 970 652)	(341 976)	(9 385 793)
Constituição por resultados	-	(1 351 292)	-	(1 351 292)
Reversão por resultados	9 857	4 840 336	10 952	4 861 146
Movimentos do período	9 857	3 489 044	10 952	3 509 854
A 31 de dezembro de 2023	(63 307)	(5 481 608)	(331 024)	(5 875 939)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2022	(84 266)	(3 986 632)	(352 929)	(4 423 826)
Constituição por resultados	-	(5 160 160)	-	(5 160 160)
Reversão por resultados	11 101	176 140	10 952	198 194
Movimentos do período	11 101	(4 984 020)	10 952	(4 961 966)
A 31 de dezembro de 2022	(73 164)	(8 970 652)	(341 976)	(9 385 793)

O montante de Outros está relacionado com a revalorização do terreno e edifícios da Calheta.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo a 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 18,4%, que inclui a derrama estadual resultante do aditamento ao CIRC aprovado pela Lei n.º 12-A/2010.

13. Inventários

O detalhe de inventários a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Matérias primas	4 158 252	4 305 673
Matérias subsidiárias	340 622	317 342
Materiais diversos	16 213 450	12 964 100
Materiais em trânsito	830 738	1 079 816
21 543 062	18 666 931	
Imparidade de inventários	(86 476)	(87 762)
21 456 586	18 579 169	

O saldo de inventários refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuel, gasóleo e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

O custo dos inventários reconhecidos em 2023 como gasto e incluído na rubrica custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 129.852.240 euros (2022: 133.760.813 euros) (Nota 26).

Imparidade de inventários

	2023	2022
A 1 de janeiro	87 762	75 638
Aumentos	69 254	82 975
Utilizações	(70 541)	(70 850)
A 31 de dezembro	86 476	87 762

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 70.541 euros (2022: 70.850 euros) e ao reforço da imparidade no montante de 69.254 euros (2022: 82.975 euros).

14. Clientes

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	Corrente	Não corrente	Total	2023	Corrente	Não corrente	Total	2022
Clientes - gerais	59 020 369	-	59 020 369	43 911 752	229 129	44 140 881		
Clientes - partes relacionadas (Nota 37)	437 005	-	437 005	883 388	-	883 388		
i) 59 457 374	-	59 457 374	44 795 140	229 129	45 024 269			
Imparidade de clientes	(910 443)	-	(910 443)	(1 395 787)	-	(1 395 787)		
	58 546 932	-	58 546 932	43 399 353	229 129	43 628 482		

i) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os seguintes saldos a receber de clientes:

a) Valores faturados à REN a título de convergência tarifária no montante de 17.007.148 euros (em 2022: 7.542.160 euros);

b) Outros serviços diversos no montante de 923.772 euros (2022: 741.298 euros);

c) Os saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de eletricidade, que apresentam a seguinte antiguidade:

	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total	2023	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total	2022
Entidades públicas	5 472 733	24 071 639	29 544 372	4 253 044	20 875 558	25 128 602		
Empresarial e particulares	11 076 476	905 617	11 982 093	10 237 838	1 374 371	11 612 209		
	16 549 209	24 977 256	41 526 465	14 490 882	22 249 929	36 740 811		

A empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis. Através do ofício n.º 240079 de 9 de abril de 2024, foi obtida confirmação por parte da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública em como serão desenvolvidos os esforços necessários no sentido de regularização daquelas contas a receber junto da empresa com brevidade.

Imparidade de clientes

	2023	2022
A 1 de janeiro	1 395 787	1 780 642
Aumentos	89	-
Utilizações	(64 290)	(221 052)
Reversões	(421 142)	(163 804)
A 31 de dezembro	910 443	1 395 787

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de clientes deveu-se essencialmente à reversão da imparidade de clientes no montante de 421.142 euros (2022: 163.804 euros) e à utilização direta no montante de 64.290 euros (2022: 221.052 euros).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2023	2022		
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	2 565 110	-	1 768
Impostos s/ rendimento - IRS	-	606 576	-	394 451
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	241 19	1 026 080	591 756	669 227
Contribuições p/ segurança social	-	623 594	-	728 569
Outros impostos	-	152 627	-	141 906
	241 19	4 973 986	591 756	1 935 920

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2023	2022
Retenções na fonte	(32 927)	(32 345)
Estimativa de IRC (Nota 32)	2 598 037	34 114
	2 565 110	1 768

16. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDA tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

Ativo	2023	2022
Seguros e outros serviços	449 107	430 307
	449 107	430 307
Passivo	2023	2022
Faturação antecipada	-	226 226
	-	226 226

17. Capital Subscrito

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da EDA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Número de ações	Capital Social
Capital	14 000 000	70 000 000
	14 000 000	70 000 000

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Número de ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7 014 000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S. A.	5 558 120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, S. A.	1 400 000	10,0%
Outros	27 880	0,2%
	14 000 000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: i) direito de voto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e ii) poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de voto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

18. Outras Reservas e Resultados Transitados

	Reserva Legal	Reserva para investimentos	Reserva para fins sociais	Reservas especiais	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2022	14 000 000	100 911	19 235	226 650	110 007 601	124 354 396
Aplicação do Resultado do período	-	-	-	-	12 623 660	12 623 660
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	635 208	635 208
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(3 452 217)	(3 452 217)
Distribuições 2021	-	-	-	-	(6 314 000)	(6 314 000)
31 de dezembro de 2022	14 000 000	100 911	19 235	226 650	113 500 252	127 847 047
Aplicação do Resultado do período	-	-	-	-	12 197 265	12 197 265
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	235 909	235 909
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(1 282 115)	(1 282 115)
Distribuições 2022	-	-	-	-	(6 104 000)	(6 104 000)
31 de dezembro de 2023	14 000 000	100 911	19 235	226 650	118 547 311	132 894 105

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada a 30 de abril de 2023, o resultado apurado no período de 2022 teve a seguinte aplicação:

Dividendos	6 104 000
Resultados transitados	6 093 265
	12 197 265

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.127.451 euros (2022: 1.261.379 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em Resultados transitados e Resultados do exercício os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2023	2022
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2023	13 417 317	-
Ano 2022	4 716 101	9 360 928
Anos anteriores	72 898 811	72 898 811
Perdas Atuariais	(18 700 180)	(17 418 066)
Compensação Tarifária		
Ano 2023	(6 111 944)	-
Ano 2022	29 908 420	22 447 372
Ano 2021	-	26 456 909
	96 128 524	113 745 953

19. Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Total
1 de janeiro de 2022	6 106 803	10 576 272	16 683 075
Amortização de subsídio (Nota 29)	-	(967 145)	(967 145)
Atribuição no ano	-	15 653 423	15 653 423
Ajustamento por imposto	-	(3 972 946)	(3 972 946)
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	21 021 945	-	21 021 945
31 de dezembro de 2022	27 128 749	21 289 604	48 418 352
Amortização de subsídio (Nota 29)	-	(1 469 079)	(1 469 079)
Atribuição no ano	-	14 818 834	14 818 834
Desreconhecimento	-	(1 548 898)	(1 548 898)
Ajustamento por imposto	-	(2 171 358)	(2 171 358)
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	416 172	-	416 172
31 de dezembro de 2023	27 544 920	30 919 103	58 464 023

Os valores registados em Outras variações no capital correspondem essencialmente ao Ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDA Renováveis, e em resultado do registo de subsídios ao investimento no âmbito do PRR por parte desta subsidiária.

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 22).

20. Financiamentos Obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final de cada período, é como segue:

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	-	111 000 000	111 000 000	34 750 000	140 000 000	174 750 000
Empréstimos bancários	12 917 619	53 223 615	66 141 234	10 248 377	46 141 234	56 389 610
Obrigações	12 500 000	133 750 000	146 250 000	27 500 000	61 250 000	88 750 000
Contas correntes caucionadas	12 150 000	-	12 150 000	21 770 000	-	21 770 000
Outros empréstimos (Nota 37)	66 240 000	-	66 240 000	46 850 000	-	46 850 000
	103 807 619	297 973 615	401 781 234	141 118 377	247 391 234	388 509 610
Juros a pagar - Empréstimos	2 004 323	-	2 004 323	1 239 467	-	1 239 467
Juros pagos (antecipação)	-	(1 884 346)	(1 884 346)	-	(1 301 991)	(1 301 991)
	105 811 942	296 089 269	401 901 210	142 357 844	246 089 243	388 447 087

A EDA é subscritora de 9 programas de papel comercial no valor de 231.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 111.000.000 euros a 31 de dezembro de 2023. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República a 31 de dezembro de 2023 eram de 22.982.143 euros (2022: 25.446.429 euros). Para o montante de 1.909.091 euros (2022: 3.818.182 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária.

Nos Outros Empréstimos são englobados a cedência de fundos das participadas no montante de 66.240.000 euros, que vencem juros à taxa média anual de 2,84% (2022: 0,16%).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Papel comercial	-	111 000 000	-	111 000 000
Empréstimos bancários	12 917 619	41 027 186	12 196 429	66 141 234
Obrigações	12 500 000	98 027 273	35 722 727	146 250 000
Contas correntes caucionadas	12 150 000	-	-	12 150 000

No final do período de 2023 e 2022 a EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2023	2022
Linhos disponíveis		
correntes	160 350 000	110 980 000
não correntes	5 000 000	-
	165 350 000	110 980 000

Nota: Correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não correntes inclui PPC MLP.

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A taxa média de financiamento da EDA foi de 3,60% em 2023 (2022: 1,32%).

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados *Covenants*.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento da EDA, a 31 de dezembro de 2023, são:

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Obrigacionistas	Conta Corrente
Empréstimo A	<i>Ownership Clause</i>	Rációs Financeiros	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
	<i>Pari Passu</i>	Garantia República Portuguesa	<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
	<i>Negative Pledge</i>	Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
	<i>Cross Default</i>	<i>Ownership Clause</i>	<i>Cross Default</i>	<i>Asset Disposal</i>	<i>Ownership Clause</i>
Empréstimo B	<i>Ownership Clause</i>	Garantia GCD	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
	<i>Pari Passu</i>	Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
	<i>Negative Pledge</i>	<i>Ownership Clause</i>	<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
	<i>Cross Default</i>	<i>Pari Passu</i>	<i>Cross Default</i>	Rácio Capital Próprio/Ativo	<i>Cross Default</i>
Empréstimo C	<i>Ownership Clause</i>	Garantia Região Autónoma Açores	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
	<i>Pari Passu</i>	Garantia República Portuguesa	<i>Pari Passu</i>	<i>Negative Pledge</i>	
	<i>Negative Pledge</i>	Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Negative Pledge</i>	Rácio Capital Próprio/Ativo	
	Rácio Capital Próprio/Ativo	<i>Ownership Clause</i>	<i>Cross Default</i>	Rácio Net Debt/EBITDA	
	Rácio Net Debt/EBITDA	<i>Pari Passu</i>		<i>Negative Pledge</i>	
Empréstimo D			<i>Ownership Clause</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Cross Default</i>	
			<i>Cross Default</i>		
Empréstimo E			<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
			<i>Cross Default</i>	Rácio Capital Próprio/Ativo	
Empréstimo F			<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
		Rácio Net Debt/EBITDA			
Empréstimo G		Cisão ou fusão do Mutuário			
			<i>Ownership Clause</i>		
			<i>Pari Passu</i>		
			<i>Negative Pledge</i>		
Empréstimo H			<i>Ownership Clause</i>		
			<i>Pari Passu</i>		
		Rácio Capital Próprio/Ativo			
		Rácio Net Debt/EBITDA			
Empréstimo I		Cisão ou fusão do Mutuário			
			<i>Ownership Clause</i>		
			<i>Pari Passu</i>		
			<i>Negative Pledge</i>		
		Rácio Net Debt/EBITDA			
			<i>Cross Default</i>		

O cumprimento dos *Covenants* acima apresentados são com referência às contas consolidadas.

21. Obrigações de Benefícios de Reforma e Outros

A EDA tem as seguintes obrigações pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-partes dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

A EDA constituiu um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2023	2022
Obrigações no balanço		
Plano de benefícios definidos	8 208 017	10 251 315
	8 208 017	10 251 315
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de benefícios definidos	763 135	453 232
Plano de contribuições definidas	526 925	475 013
	1 290 060	928 245

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial são os abaixo indicados:

	2023	2022
Tábuas de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábuas de invalidez	EVK80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	3,50%	4,00%
Taxa técnica de actualização	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	2,00%	2,00%
Taxa de revalorização salarial	0,75%	0,75%

Em 2023, a taxa técnica de actualização usada foi de 3,50% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 4,00% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 2.077.898 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2023, seria superior em 2.050.646 euros. Se a taxa

de desconto utilizada fosse de 3,00%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 2.267.535 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 2.237.277 euros.

Caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de salários as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 3.609.030 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa salarial as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 8.209.924 euros.

Adicionalmente, caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de pensões as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.952.801 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa pensionista as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.821.421 euros.

A 31 de dezembro de 2023 existiam responsabilidades por financiar no valor de 840.964 euros, sendo que a contribuição estimada para o Fundo de pensões, a pagar em 2024, acrescida de juros ascende a 1.268.346 euros e será liquidada em dez prestações mensais 126.835 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2024.

21.1. Plano de Pensões

O montante da obrigação reconhecida no Balanço é determinado como segue:

	2023	2022
Valor presente da obrigação	46 974 708	42 686 177
Justo valor dos ativos do plano	(38 766 691)	(32 434 862)
	8 208 017	10 251 315

Existem 7.367.052 euros (2022: 7.430.245 euros) de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do Plano	Ativos do Plano	Total
A 1 de janeiro de 2022	47 062 194	(39 404 035)	7 658 159
Custo serviço corrente	349 117	-	349 117
Juro líquido	588 277	(484 162)	104 115
Sub-total	47 999 588	(39 888 198)	8 111 391
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-partes juro líquido)	-	5 985 030	5 985 030
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(2 532 812)	-	(2 532 812)
Contribuições	-	(295 797)	(295 797)
Benefícios pagos	(2 780 599)	1 764 103	(1 016 496)
A 31 de dezembro 2022	42 686 177	(32 434 862)	10 251 315
Custo serviço corrente	384 491	-	384 491
Juro líquido	1 707 447	(1 328 803)	378 644
Sub-total	44 778 115	(33 763 665)	11 014 450
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-partes juro líquido)	-	(3 810 306)	(3 810 306)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	5 092 420	-	5 092 420
Contribuições	-	(3 296 993)	(3 296 993)
Benefícios pagos	(2 895 827)	2 104 273	(791 554)
A 31 de dezembro 2023	46 974 708	(38 766 691)	8 208 017

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2023	2022
Custos serviços correntes	384 491	349 117
Juro líquido	378 644	104 115
	763 135	453 232

Os impactos do plano registados em Capital próprio são como segue:

	2023	2022
Ganhos/(perdas) atuariais iniciais	(17 418 066)	(13 965 849)
Ganhos/(perdas) atuariais do período (Nota 18)	(1 282 114)	(3 452 217)
Ganhos/(perdas) atuariais acumuladas	(18 700 180)	(17 418 066)

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é o seguinte:

	2023	2022
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	11,20	11,85
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)	2 015 596	1 770 468
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	4 231 838	3 818 861
Pagamento Esperado de Benefícios entre]1 ; 3] anos	7 047 524	6 341 499
Pagamento Esperado de Benefícios entre]3 ; 6] anos	12 997 219	11 989 227
Pagamento Esperado de Benefícios entre]6 ; 11] anos	7 658 426	7 299 742
Pagamento Esperado de Benefícios entre]11 ; 14] anos	29 739 548	29 945 995

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2023	2022
Depósitos	1 657 783	2 620 970
Fundos de investimento e outros	2 148 511	1 962 315
Ações	12 872 600	7 164 232
Obrigações	18 833 480	17 161 190
Imóveis	3 254 315	3 526 155
	38 766 691	32 434 862

Composição da carteira de ativos:

			2023				2022		
	Ativos Cotados	Não Cotados		Total	%	Ativos Cotados	Não Cotados	Total	%
Liquidez	1 657 783	-	1 657 783	4,3%	2 620 970	-	2 620 970	8,1%	
Imobiliário Direto									
Doméstico	-	1 040 425	1 040 425	2,7%	-	1 383 107	1 383 107	4,3%	
Ações									
Domésticas	158 000	-	158 000	0,4%	281 800	-	281 800	0,9%	
Estrangeiras	9 576 264	-	9 576 264	24,7%	5 181 191	-	5 181 191	16,0%	
Obrigações									
Domésticos, AAA a BBB -	645 377	-	645 377	1,7%	-	-	-	0,0%	
Domésticos, inferior a BBB -	3 168 619	-	3 168 619	8,2%	2 499 202	-	2 499 202	7,7%	
Estrangeiros, AAA a BBB -	6 067 438	-	6 067 438	15,7%	4 035 779	-	4 035 779	12,4%	
Estrangeiros, inferior a BBB -	4 027 661	-	4 027 661	10,4%	4 247 544	-	4 247 544	13,1%	
Fundos de Investimento									
Ações									
Estrangeiras	3 138 337	-	3 138 337	8,1%	1 701 241	-	1 701 241	5,2%	
Obrigações									
Domésticos, inferior a BBB -	4 523 496	-	4 523 496	11,7%	6 378 666	-	6 378 666	19,7%	
Estrangeiros, inferior a BBB -	400 889	-	400 889	1,0%	-	-	-	0,0%	
Imobiliário									
Estrangeiros	2 213 891	-	2 213 891	5,7%	2 143 048	-	2 143 048	6,6%	
Outros investimentos	2 148 511	-	2 148 511	5,5%	1 962 315	-	1 962 315	6,1%	
	37 726 266	1 040 425	38 766 691	100,0%	31 051 755	1 383 107	32 434 862	100,0%	

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2023 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

Contribuição Definida

Em 2023, o valor das contribuições definidas efetuadas pela EDA para o Plano Pensões Futuro+, ascendeu a 526.925 euros (2022: 475.013 euros).

22. Outras Dívidas a Pagar

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	Corrente	Não corrente	Total	2023			2022 (Reexpresso)		
				Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	i)								
Fornecedores de investimentos - gerais	17 765 549	-	17 765 549	13 586 114	-	13 586 114			
Fornecedores de investimentos - partes relacionadas (Nota 37)	2 000 281	-	2 000 281	889 674	-	889 674			
	19 765 830	-	19 765 830	14 475 789	-	14 475 789			
Outros credores e Acréscimos por gastos									
Convergência tarifária	ii)								
Ano de 2021 (Nota 24)	111 141	6 000 803	6 111 944		-	-	-	-	-
Ano de 2020	387 497	-	387 497		-	-	-	-	-
	498 638	6 000 803	6 499 441		-	-	-	-	-
Subsídios investimento-Imposto a pagar	iii)	-	6 971 955	6 971 955		-	4 800 597	4 800 597	
Encargos com remunerações	4 865 951	-	4 865 951	4 575 315	-	4 575 315			
Outros acréscimos por gastos	1 500 277	-	1 500 277	1 099 282	-	1 099 282			
Caução - partes relacionadas	483 885	-	483 885	450 233	-	450 233			
Cauções outros	370 125	-	370 125	113 716	-	113 716			
Programa PRR	35 378	-	35 378						
Outros credores	469 187	-	469 187	498 007	-	498 007			
	8 223 441	12 972 758	21 196 199	6 736 552	4 800 597	11 537 149			
	27 989 271	12 972 758	40 962 029	21 212 341	4 800 597	26 012 938			

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

ii) A rubrica de Convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a regularização destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+2.

Desta forma o ajustamento estimado para 2023 é de 6.000.803 euros;

iii) Saldo referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento:

		2023	2022 (Reexpresso)
A 1 de janeiro		(4 800 597)	(827 651)
Constituição por capital (Nota 19)		(2 726 665)	(10 167 877)
Reversão por capital (Nota 19)		555 308	177 955
Movimento do período (Nota 19)		(2 171 358)	(9 989 923)
Constituição por capital (Nota 5)		-	6 016 976
A 31 de dezembro		(6 971 955)	(4 800 597)

iv) Conforme referido na Nota 5 o reconhecimento do subsídio ao investimento passou a ser pela realização, o montante na presente rubrica corresponde ao diferencial entre o valor atribuído do programa PRR para a execução a 31 de dezembro de 2023 e o valor efetivamente recebido.

23. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

		2023	2022
Fornecedores - gerais	i)	19 462 400	17 778 572
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 37)	ii)	4 731 843	5 396 066
Fornecedores - Faturas em receção e conferência		687 515	820 731
		24 881 758	23 995 369

- i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;
- ii) Fornecedores – partes relacionadas: saldo referente à aquisição de energia elétrica à EDA Renováveis e de serviços técnicos à SEGMA e GLOBALEDA.

24. Vendas e Serviços Prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados em 2023 e 2022, é detalhado como segue:

		2023	2022
Vendas de eletricidade			
Em média tensão		52 988 377	36 121 020
Em baixa tensão		91 805 354	85 538 873
Energia em contadores (Nota 11)		2 439 359	2 843 792
Ajustamentos de tarifário	i)	100 476 338	114 767 256
Serviços prestados			
De eletricidade		1 270 156	1 034 777
De outros		1 054 603	1 221 023
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	21 565 872	15 822 337
		271 600 059	257 349 078

- i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2023 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2022, como se indica:

Descrição		2023	2022
Convergência de tarifário do período *		96 929 784	88 119 520
Tarifa social do período		3 314 878	2 895 947
Desvio tarifário de 2023 (Nota 22)		(6 000 803)	-
Desvio tarifário de 2022		-	22 447 372
Desvio da tarifa social de 2023 (Nota 22)		(111 141)	-
Desvio da tarifa social de 2022		-	121 859
Correção Desvio Tarifário 2022 (ERSE)		6 334 728	-
Correção Desvio Tarifário 2021 (ERSE)		-	1 177 797
Devolução créditos - Instrução N.º 4/2018		8 892	4 760
		100 476 338	114 767 256

*Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n.

- ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos (Nota 27)	14 549 956	8 977 032
Materiais	3 663 481	3 297 882
Pessoal	1 829 942	1 945 043
Fornecimentos e serviços externos - outros	1 454 947	1 558 730
Outros custos operacionais	67 545	43 650
	21 565 872	15 822 337

25. Trabalhos para a Própria Entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2023	2022
Materiais	411 608	436 609
Fornecimentos e serviços externos	1 055 395	914 279
Impostos	5 138	8 617
Pessoal	1 196 155	1 217 145
Encargos financeiros	2 775 049	1 165 606
	5 443 345	3 742 255

Os valores mais significativos capitalizados referem-se aos custos com empreitadas contratadas para a realização de ampliações nos centros produtores.

26. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2023	2022
Inventários iniciais (Nota 13)	18 666 931	14 852 983
Compras	132 728 371	137 574 761
Inventários finais (Nota 13)	(21 543 062)	(18 666 931)
	129 852 240	133 760 813

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2023	2022
Energia adquirida	35 928 623	31 222 290
Combustíveis	79 127 150	90 718 165
Outros	14 796 467	11 820 358
	129 852 240	133 760 813

Do valor de energia adquirida, 29.126.301 euros (2022: 26.683.293 euros) dizem respeito à EDA Renováveis (Nota 37).

27. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2023	2022
Serviços de construção IFRIC 12 (Nota 24)	i)	14 549 956	8 977 032
Trabalhos especializados	ii)	7 351 879	7 465 317
Conservação e reparação	iii)	6 312 083	5 837 390
Comunicações	iv)	880 060	818 357
Seguros		815 116	806 918
Limpeza, higiene e conforto		535 219	496 163
Vigilância e segurança		502 428	505 329
Honorários		469 036	341 076
Deslocações e estadas		424 594	399 093
Combustíveis		308 465	301 843
Comissões		278 815	321 865
Cursos de formação profissional		245 266	181 274
Publicidade e propaganda		148 868	114 291
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		147 142	104 776
Rendas e alugueres		131 964	109 920
Água		104 920	97 570
Material escritório		31 425	78 715
Transporte mercadorias		69 039	66 730
Outros		148 279	108 451
		33 454 552	27 132 111

- i) Os serviços de construção incluem essencialmente gastos com aquisição de serviços e equipamentos para as infraestruturas afetas à concessão;
- ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos e consultorias diversas;
- iii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos, como a manutenção, desmontagem e alteração de linhas e a manutenção dos equipamentos das centrais;
- iv) Os gastos com Comunicações referem-se maioritariamente a gastos de correio com expedição de faturação a clientes, aluguer de circuitos e gastos com comunicações telefónicas.

28. Gastos com Pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2023 e 2022 foram como segue:

		2023	2022
Remunerações			
Órgãos sociais		457 815	403 213
Pessoal		26 433 866	24 999 224
		26 891 681	25 402 437
Outros gastos			
Encargos sobre remunerações		5 949 244	5 730 131
Benefícios pós-emprego		1 290 060	928 245
Seguros acid.trabalho e doenças profissionais		178 040	169 564
Gastos de ação social		1 055 979	946 687
Outros		144 529	152 964
		8 617 852	7 927 591
		35 509 533	33 330 028

O número médio de empregados em 2023 foi de 783 (2022: 791).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 763.135 euros (2022: 453.232 euros) para o plano de benefícios definidos e de 526.925 euros (2022: 475.013 euros) para o plano de contribuição definida (Nota 21).

29. Outros Rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos é apresentado como segue:

		2023	2022
Outros rendimentos operacionais	i)	2 962 142	2 491 456
Amortização de subsídios ao investimento	ii)	1 469 079	967 145
Indemnizações	iii)	729 510	2 055
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		144 134	137 602
Acionamento garantias bancárias		39 505	-
Recuperação de dívidas		1 724	73
Sinistros		-	2 094
Outros		104 283	22 283
		5 450 377	3 622 708

- i) A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui: (i) os juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento; (ii) o rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores; e (iii) rendas obtidas através da cedência de edifícios;
- ii) Esta rubrica de Outros rendimentos refere-se ao valor da amortização dos subsídios ao investimento registada em resultado no período;
- iii) Esta rubrica inclui maioritariamente o reconhecimento do valor a receber no montante de 729.400 euros referente à quota-parte devida à EDA do sinistro da Central Geotérmica do Pico Vermelho.

30. Outros Gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2023	2022
Desp. propriedade industrial	i)	27 699 476	26 605 261
Direitos passagem Municípios	ii)	5 387 477	4 977 844
Contr. extraord. setor energético	iii)	1 844 635	1 805 258
Correção de exercícios anteriores	iv)	984 365	-
Impostos e Outras licenças	v)	479 119	484 635
Outros gastos operacionais		349 882	176 702
Donativos		120 015	63 398
Multas e penalidades		3 338	445
Dívidas Incobráveis		650	116 360
Outras perdas		84 148	73 948
		36 953 105	34 303 851

- i) Na rubrica de Despesas Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO₂ correspondentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano (Nota 8);
- ii) En conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;
- iii) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 – Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro;
- iv) Regularização de juros referente ao acordo de pagamentos da Iluminação Pública – Governo Regional dos Açores;
- v) Esta rubrica inclui maioritariamente o encargo com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades de produção e distribuição.

31. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

		2023	2022
Juros e gastos similares			
Encargos financeiros suportados	i)	10 179 285	2 734 383
Outros gastos e perdas financeiras	ii)	1 960 612	1 438 241
Encargos financeiros de empresas do Grupo (Nota 37)		1 608 474	70 722
		13 748 371	4 243 346

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDA para o financiamento das suas atividades;

ii) Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões e taxas de aval associadas aos financiamentos contraídos.

32. Imposto sobre o Rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

		2023	2022
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 15)		2 598 037	34 114
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)		(1 278 255)	2 485 404
		1 319 781	2 519 518

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

		2023	2022
Resultado antes de Imposto		18 406 914	14 716 783
Diferenças temporárias:			
Convergência tarifária		25 074 141	(36 249 723)
Plano de pensões		(3 325 411)	(563 264)
Perdas por imparidade em contas a receber		(86 264)	(310 012)
Outros		139 609	146 370
		21 802 075	(36 976 629)
Diferenças permanentes:			
MEP		(13 417 317)	(9 360 928)
Outros		1 763 512	1 841 180
		(11 653 804)	(7 519 748)
Lucro Tributável/(Prejuízo Fiscal)		28 555 185	(29 779 595)
Prejuízos fiscais dedutíveis		(18 560 870)	-
Taxa nominal de imposto		14,7%	14,7%
		1 469 164	-
Derrama Municipal		246 895	-
Derrama Estadual		862 931	-
Tributação autónoma		19 046	34 114
Imposto diferido		(1 278 255)	2 485 404
		1 319 781	2 519 518
Taxa efetiva de imposto		7,2%	17,1%

Taxa Efetiva de Imposto

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2023	2022
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1 500 0000 e < 7 500 000	2,10%	2,10%
> 7 500 0000 e < 35 000 000	3,50%	3,50%
> 35 000 000	6,30%	6,30%

33. Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2023 e 2022 foram de 6.104.000 euros e 6.314.000 euros respetivamente.

34. Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa à data do Balanço dos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Compromissos para Investimentos

Os investimentos contratados ainda não ocorridos, na data do Balanço são como segue:

	2023	2022
Mercadorias encomendadas a fornecedores	5 004 353	6 381 907
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	36 948 191	49 714 116
	41 952 544	56 096 023

35. Passivos e Ativos Contingentes

A EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	1 363 636	4 090 909
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	545 455	1 636 364
Tribunal Trabalho de P. Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220 468	220 468
Tribunal Trabalho de P. Delgada	Garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela EDA, decorrentes da prestação de caução no âmbito do processo com o n.º 615/23, 9T8PDL	2023	6 000	-
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1 590	1 590
NAV. E. P. E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1 472	1 472
			2 138 621	5 950 803

Passivos Contingentes

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDA não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos Contingentes

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDA detinha um contrato de subsídio ao investimento destinado a financiar o projeto "Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA para aumentar a capacidade de integração de energia renovável" enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição Energética nos Açores" no montante de 22.500.000 euros, e um contrato destinado a financiar o projeto "Baterias de armazenamento de energias renováveis – São Miguel e Terceira" enquadrado no âmbito do programa FEDER – PO AÇORES 2020 no montante de 20.000.000 euros.

O reconhecimento dos subsídios, registados por contrapartida de Capital Próprio dizem respeito à quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Nesta base em 2023 e 2022, encontram-se reconhecidos os montantes de 24.617.876 euros e 9.799.042 euros respetivamente (Nota 11). O remanescente do subsídio atribuído que ascende a 21.803.433 euros, será reconhecido mediante a execução dos investimentos.

36. Matérias Ambientais

Como referido na Nota 8, a EDA para o período 2013-2020 não beneficiou da atribuição gratuita de licenças de emissão de CO₂.

Em 2023 a EDA registou o consumo de licenças de CO₂ correspondentes à emissão de 325.090 toneladas, enquanto que em 2022 o consumo foi de 328.312 toneladas.

A EDA considerou os riscos relacionados com as alterações climáticas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023, que refletem adequadamente o efeito desses objetivos nos ativos, passivos, ganhos e perdas, incorporando, se necessário, os impactos materiais e previsíveis conforme exigido pelo normativo nacional. A EDA também avaliou cuidadosamente se as questões das alterações climáticas afetaram os pressupostos razoáveis e suportados utilizados para estimar os fluxos de caixa esperados. Quando necessário, a EDA também levou em consideração o impacto de longo prazo das mudanças climáticas.

37. Partes Relacionadas

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

Remuneração dos Órgãos Sociais

O Conselho de Administração da EDA foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da empresa. Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2023	2022
Remunerações	441 015	386 413
	441 015	386 413

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos ao Conselho Fiscal os seguintes montantes:

	2023	2022
Conselho Fiscal	16 800	16 800
	16 800	16 800

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

	2023	2022
Serviços de revisão legal de contas	28 000	28 000
	28 000	28 000

Saldos e Transações com Empresas Subsidiárias e Associadas

a) Natureza do Relacionamento

Subsidiárias:

EDA Renováveis, S. A.

GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

b) Transações e Saldos Pendentes

Durante os períodos de 2023 e 2022 a EDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços	2023	2022
EDA Renováveis, S. A.	495 568	483 595
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.	630 993	1 099 808
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	102 451	93 711
	1 229 012	1 677 113

Compra de energia	2023	2022
EDA Renováveis, S. A.	29 126 301	26 683 293
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	12 137	11 457
	29 138 438	26 694 750

Compras de produtos e serviços	2023	2022
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.	4 915 305	4 673 702
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	1 982 501	3 508 534
	6 897 806	8 182 236

Juros e gastos similares	2023	2022
EDA Renováveis, S. A.	1 451 604	59 287
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	156 870	11 435
	1 608 474	70 722

No final dos períodos de 2023 e 2022 os saldos pendentes resultantes de transações efetuadas com subsidiárias e associadas são como segue:

Saldos devedores	2023	2022
Cientes e Outros créditos a receber		
EDA Renováveis, S. A.	181 010	538 421
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.	246 421	318 321
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	9 575	26 646
	437 005	883 388
Saldos credores	2023	2022
Fornecedores		
EDA Renováveis, S. A.	4 126 139	2 866 104
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.	100 170	2 026 919
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	505 533	503 043
	4 731 843	5 396 066
Outras dívidas a pagar		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. i)	1 678 348	472 295
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. ii)	321 933	417 379
	2 000 281	889 674
Financiamentos		
EDA Renováveis, S. A.	61 140 000	41 350 000
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	5 100 000	5 500 000
	66 240 000	46 850 000
	72 972 124	53 135 740

i) Em 2023 este montante inclui 327.081 euros relativos cauções (2022: 293.429 euros);

ii) Em 2023 e 2022 este montante inclui 156.804 euros relativos a cauções.

38. Políticas de Gestão do Risco Financeiro

As políticas de gestão de risco financeiro são divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa.

39. Outras Informações

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

40. Eventos Subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes

Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho	Rodrigo Rebelo Costa
João Carlos Santos Correia	Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda
António Félix Flores Rodrigues	Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt
Joana Oliveira Freitas	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

CAPÍTULO

D2

**Demonstrações
Financeiras
Consolidadas
e Notas**



Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas

2.1. Demonstração Consolidada da Posição Financeira	274
2.2. Demonstração Consolidada dos Resultados e do Rendimento Integral	275
2.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio	276
2.4. Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	278
2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	279

2.1. Demonstração Consolidada da Posição Financeira

31 de dezembro

	Nota	2023	2022 Reexpresso
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	234 612 250	224 057 043
Ativos sob direito de uso	9	146 791	206 450
Propriedades de investimento	10	1 147 146	2 273 802
Ativos intangíveis	11	235 606 924	219 736 324
Ativos por impostos diferidos	12	13 271 231	15 396 475
Outros ativos financeiros	14	437 193	425 226
Clientes e outras contas a receber	15	64 209	22 812 379
		485 285 743	484 907 700
Corrente			
Inventários	16	22 258 266	19 262 403
Clientes e outras contas a receber	15	126 603 958	115 152 222
Imposto sobre o rendimento a receber	17	-	35 982
Caixa e equivalentes de caixa	18	6 996 160	7 598 590
		155 858 384	142 049 198
Total do Ativo		641 144 127	626 956 897
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	19	70 000 000	70 000 000
Outros instrumentos de capital	-	251 007	251 007
Outras reservas	20	14 346 796	14 346 796
Resultados acumulados	-	116 204 212	111 212 352
Resultado líquido atribuível a detentores de capital	-	17 030 780	12 142 065
		217 832 796	207 952 220
Interesses que não controlam	21	809 753	969 188
Total capital próprio		218 642 548	208 921 408
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	3 236 024	3 279 661
Empréstimos obtidos	23	296 089 269	246 634 697
Obrigações de benefícios de reforma e outros	24	8 208 017	10 251 315
Passivos por impostos diferidos	12	5 875 939	9 385 793
Fornecedores e outras contas a pagar	25	6 361 253	459 000
Passivos de locação	26	107 044	157 552
		319 877 546	270 168 018
Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	25	58 628 875	51 602 798
Passivos de locação	26	50 508	60 429
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	3 817 939	149 912
Empréstimos obtidos	23	40 126 711	96 054 332
		102 624 033	147 867 471
Total Passivo		422 501 579	418 035 489
Total do capital próprio e passivo		641 144 127	626 956 897

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes

Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda

António Félix Flores Rodrigues Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt

Joana Oliveira Freitas Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.2. Demonstração Consolidada dos Resultados e do Rendimento Integral

	Nota	2023	Período 2022
Vendas e serviços prestados	27	280 048 530	263 498 552
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(103 111 863)	(110 128 525)
Fornecimentos e serviços externos	29	(37 048 767)	(28 798 353)
Gastos com pessoal	30	(40 841 796)	(38 768 058)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9,10,11	(34 035 342)	(32 816 168)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis	10	(933 253)	-
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis	10	(104 345)	-
Imparidade inventários	16	(69 254)	(73 960)
Imparidade de contas a receber	15	192 376	94 474
Outros rendimentos	31	6 599 744	3 435 705
Outros gastos	32	(39 944 042)	(37 121 035)
Resultado operacional		30 751 988	19 322 632
Custos financeiros	33	(9 505 286)	(3 041 822)
Proveitos financeiros	33	-	4 572
Resultados antes de impostos		21 246 702	16 285 383
Imposto sobre o rendimento	34	(4 375 358)	(4 157 143)
Resultado líquido do período		16 871 344	12 128 240
Outros rendimentos do período:			
Itens que não reclassificam por resultados:			
Remensuração de planos de benefícios definidos, valor bruto	24	(1 282 114)	(3 452 217)
Imposto sobre as remensurações de planos de benefícios definidos	12	235 909	635 208
Outros rendimentos do período - líquidos de imposto		(1 046 205)	(2 817 009)
Total do rendimento integral do período		15 825 139	9 311 231
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		17 030 780	12 142 065
Interesses que não controlam	21	(159 436)	(13 825)
		16 871 344	12 128 240
Rendimento integral do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		15 984 575	9 325 056
Interesses que não controlam		(159 436)	(13 825)
		15 825 139	9 311 231
Rendimento líquido por ação:			
- básico	35	1,22	0,87
- diluído	35	1,22	0,87
Rendimento integral por ação:			
- básico	35	1,14	0,67
- diluído	35	1,14	0,67

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes
Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André	
Francisco Manuel Sousa Botelho	Rodrigo Rebelo Costa
João Carlos Santos Correia	Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda
António Félix Flores Rodrigues	Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt
Joana Oliveira Freitas	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

	Nota	Capital	Outros Instrumentos Capital	Outras reservas
A 1 de janeiro de 2022		70 000 000	251 007	14 346 796
Rendimento integral				
Resultado líquido do exercício		-	-	-
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto		-	-	-
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-
Transf. para outras reservas		-	-	-
A 31 de dezembro de 2022		70 000 000	251 007	14 346 796
Rendimento integral				
Resultado líquido do exercício		-	-	-
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto		-	-	-
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-
Distribuição de dividendos	20, 35	-	-	-
Transf. para outras reservas		-	-	-
A 31 de dezembro de 2023		70 000 000	251 007	14 346 796

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Resultados Acumulados	Resultado Exercício	Capital Próprio Atribuível Acionistas	Interesses que não controlam	Total dos Capitais Próprios
107 798 283	12 545 078	204 941 165	986 277	205 927 442
-	12 142 065	12 142 065	(13 825)	12 128 240
(2 817 011)	-	(2 817 011)	-	(2 817 011)
(2 817 011)	12 142 065	9 325 054	(13 825)	9 311 229
(6 314 000)	-	(6 314 000)	(3 263)	(6 317 263)
12 545 078	(12 545 078)	-	-	-
111 212 352	12 142 065	207 952 220	969 188	208 921 408
-	17 030 780	17 030 780	(159 436)	16 871 344
(1 046 205)	-	(1 046 205)	-	(1 046 205)
(1 046 205)	17 030 780	15 984 575	(159 436)	15 825 139
(6 104 000)	-	(6 104 000)	-	(6 104 000)
12 142 065	(12 142 065)	-	-	-
116 204 212	17 030 780	217 832 796	809 753	218 642 548

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes
Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André	Rodrigo Rebelo Costa
Francisco Manuel Sousa Botelho	João Carlos Santos Correia
António Félix Flores Rodrigues	Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda
Joana Oliveira Freitas	Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt
	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.4. Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Nota	Período	
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	298 963 065	255 192 888
Pagamentos a fornecedores	(140 186 171)	(145 251 692)
Pagamentos ao pessoal	(44 198 472)	(39 373 887)
Outros recebimentos/pagamentos atividade operacional	(18 500 591)	(24 029 517)
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(1 460 417)	1 890 819
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	94 617 413	48 428 610
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	293 710	1 750
Investimentos financeiros	-	490
Outros ativos	-	893 057
Subsídios ao investimento	22 777 721	9 061 946
Juros e rendimentos similares	114 151	3 275
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(44 067 882)	(41 599 721)
Ativos intangíveis	(50 523 674)	(49 202 893)
Investimentos financeiros	(3 038)	(47 005)
Outros ativos	(8 932)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(71 417 944)	(80 889 101)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	71 625 000	86 410 000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(78 288 831)	(45 675 649)
Juros e gastos similares	(10 966 681)	(3 745 886)
Dividendos	20	(6 104 000)
Locações		(67 387)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	(23 801 899)	30 600 892
Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(602 430)	(1 859 598)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18	7 598 590
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18	6 996 160
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	7 700	6 092
Depósitos bancários	6 988 460	7 592 498
	6 996 160	7 598 590

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes

Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda

António Félix Flores Rodrigues Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt

Joana Oliveira Freitas Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Informação Geral	280
2. Informação sobre os Contratos de Concessão Atribuídos	282
3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	285
4. Políticas Contabilísticas Materiais	289
5. Políticas de Gestão do Risco Financeiro	304
6. Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados	308
7. Informação por Segmentos	310
8. Ativos Fixos Tangíveis	312
9. Ativos sob Direito de Uso	318
10. Propriedades de Investimento	318
11. Ativos Intangíveis	319
12. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	321
13. Ativos e Passivos Financeiros por Categoria	323
14. Outros Ativos Financeiros	324
15. Clientes e Outras Contas a Receber	324
16. Inventários	326
17. Imposto sobre o Rendimento	327
18. Caixa e Equivalentes de Caixa	327
19. Capital Social	328
20. Outras Reservas e Resultados Acumulados	328
21. Interesses que não Controlam	329
22. Provisões	330
23. Empréstimos Obtidos	330
24. Obrigações de Benefícios de Reforma e Outros	334
25. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar	338
26. Passivo de Locação	338
27. Vendas e Serviços Prestados	339
28. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	340
29. Fornecimentos e Serviços Externos	340
30. Gastos com Pessoal	341
31. Outros Rendimentos	341
32. Outros Gastos	342
33. Gastos e Rendimentos Financeiros	342
34. Imposto sobre o Rendimento	343
35. Dividendos por Ação	344
36. Compromissos	344
37. Passivos e Ativos Contingentes	345
38. Empresas Consolidadas	348
39. Alterações no Grupo	350
40. Partes Relacionadas	350
41. Disposições Legais	351
42. Eventos Subsequentes	351

1. Informação Geral

A EDA – Electricidade dos Açores, S. A., (referida neste documento como EDA ou Grupo EDA), com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei n.º 79/97, de 8 de abril.

A 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, S. A., um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S. A. e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores (RAA) só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A 31 de dezembro de 2023, os maiores acionistas da EDA são a RAA e a ESA, com 50,1% e 39,7% do capital, respetivamente.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 12 de abril de 2024, estando ainda sujeitas à aprovação dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A transformação da EDA em sociedade anónima introduziu um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, com a aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado know-how. O Grupo EDA detém, presentemente, uma área de negócio principal, a eletricidade, e outras atividades secundárias como a prestação de serviços de telecomunicações e a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais.

O Grupo EDA é constituído pelas seguintes entidades:

Negócio Eletricidade

EDA – Electricidade dos Açores, S. A.

Empresa-mãe do Grupo EDA, o seu objeto social é a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão do transporte e distribuição de energia elétrica celebrado com a RAA, a EDA tem o direito e a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000. Esta atividade está sujeita a regulação por parte da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

EDA Renováveis, S. A.

A EDA Renováveis foi constituída em 2 de fevereiro de 1990, e tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da RAA. Em 2014, no seguimento do processo de reestruturação do Projeto Geotérmico da ilha Terceira que contemplou a aquisição do capital detido pela EDP Imobiliária e Participações, S. A. e outras medidas de caráter financeiro, foi aprovado um processo de fusão por incorporação da Geoterceira – Sociedade Geoeléctrica da Terceira, S. A..

A EDA Renováveis é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuídos dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDA Renováveis tem também como objeto a construção e exploração de aproveitamentos de recursos renováveis de natureza hídrica, eólica e fotovoltaica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 21 centros produtores (12 centrais mini hídricas, 7 parques eólicos e 2 parques fotovoltaicos) instalados em 8 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

A EDA Renováveis enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDA Renováveis tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S. A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDA Renováveis. A concessionária gera a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2023 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 107,20 euros/MWh (2022: 102,00 euros/MWh).

Atividades Complementares

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.

Empresa cujo objeto é o aproveitamento dos recursos existentes e o know-how da EDA nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação. Associado à contratualização da prestação de serviços informáticos em regime de outsourcing para o Grupo EDA, foi efetuada a venda de 60% do capital da GLOBALEDA à NOVABASE Consulting, em fevereiro de 2008. Em agosto de 2008, com vista à reestruturação dos negócios da GLOBALEDA foi efetuada a cisão do negócio de sistemas de informação para uma nova entidade criada para o efeito, designada por NOVABASE Atlântico. Esta reestruturação permitiu o realinhamento das participações pela EDA, que passou a deter 60% da GLOBALEDA e 40% da NOVABASE Atlântico. Em 2013, os acionistas deliberaram a fusão da NOVABASE Atlântico, até 2012 classificada como Associada, na GLOBALEDA mediante a transferência global do seu património, a qual foi aprovada na Assembleia Geral realizada a 26 de dezembro de 2013. Atualmente, a GLOBALEDA é detida em 74,9% pela EDA – Electricidade dos Açores, S. A. e em 25,1% pela NOVABASE Business Solutions.

SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Empresa cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia associados a infraestruturas elétricas ao nível dos projetos ou supervisão de execução, quer ao Grupo EDA quer a entidades terceiras.

2. Informação sobre os Contratos de Concessão Atribuídos

2.1. Contrato de Concessão de Eletricidade

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para a Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão comprehende:

- i)** A receção da energia elétrica;
- ii)** O transporte da energia elétrica;
- iii)** A distribuição da energia elétrica;
- iv)** A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão revertem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas regiões autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia e Comercialização.

As tarifas são estabelecidas pela ERSE de forma a proporcionar às empresas reguladas um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas e sujeitos a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série – N.º 2, da Diretiva N.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117-A.º da Diretiva N.º 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

No período regulatório 2022-2025, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+1 e n+2, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

No período regulatório 2022-2025, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2018-2021. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA às atividades equivalentes das empresas congêneres do continente. O custo de capital está indexado às yields das Obrigações do Tesouro a 10 anos, apresentando um limite superior (*cap*) e um limite inferior (*floor*) de 7% e 3,7%, respetivamente, para a atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema e de 7,3% e 4% para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os custos aceites com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário em vigor, correspondem:

- Ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- Aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada a 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do setor energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, através do Artigo 261.º Contribuição extraordinária sobre o setor energético, estabelece que, em 2023 mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, estende a vigência da contribuição para o ano de 2024.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão. O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, revogou o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. No entanto, o mencionado direito mantém-se nos termos do artigo 268.º do Diploma vigente.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro e posteriormente incorporada no Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Nos termos do Despacho n.º 9977/2021, de 14 de outubro, o valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes a partir de 1 de janeiro de 2022 corresponde a 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2.2. Concessão de Exploração Atribuída à EDA Renováveis

A EDA Renováveis tem atribuídos dois contratos de concessão para a exploração de recursos geotérmicos, sendo um na ilha de São Miguel, na zona situada no concelho da Ribeira Grande, pelo prazo de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e o outro na ilha Terceira, no Pico Alto, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

No âmbito deste contrato a EDA Renováveis obriga-se a:

- i)** Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de exploração previamente aprovado;
- ii)** Manter permanentemente um serviço de monitorização sísmica e vulcânica;
- iii)** Proceder à eliminação dos resíduos de óleos e produtos de limpeza de furos;
- iv)** Proceder ou mandar proceder à prospecção e pesquisa de novos aquíferos, dentro da área da concessão.

Como compensação pela concessão da exploração, a EDA Renováveis deverá pagar à entidade concedente uma taxa anual, a título de compensação, que será incrementada consoante as quantidades extraídas.

A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão e pelo decurso do prazo. No decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão revertem para a entidade concedente, mediante as condições a acordar entre as partes.

3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

a) Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros e incluem informação comparativa em relação ao período anterior.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente, à data de 1 de janeiro de 2023. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a EDA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 6.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base as atividades desenvolvidas pelo Grupo e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2023, o ativo corrente é superior ao passivo corrente em 53.234.352 euros. O Grupo tem ainda 120.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, bem como 46.350.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Normas que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2022

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (*endorsed*) pela União Europeia têm aplicação obrigatória no exercício iniciado a 1 de janeiro de 2023:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE
Regulamento n.º 2022/1491	Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa
Regulamento n.º 2022/357	Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas
Regulamento n.º 2022/357	Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas
Regulamento n.º 2022/1392	Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única
Regulamento n.º 2023/2468	Alterações à IAS 12 – Reforma fiscal internacional – Regras-modelo do segundo pilar

Não houve qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras no exercício findo a 31 de dezembro de 2023, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões referidas na tabela acima, para além da revisão efetuada às políticas contabilísticas divulgadas conforme a alteração à IAS 1.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a ou após 1 de janeiro de 2024, que a União Europeia já endossou:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE
Regulamento n.º 2023/2822	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com <i>convenants</i>
Regulamento n.º 2023/2579	Alterações à IFRS 16 – Passivos por locação numa venda e relocação

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem a ou após 1 de janeiro de 2024, pelo que não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da empresa.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, mas que a União Europeia ainda não endossou

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
Alterações à IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	1 janeiro 2024
Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	1 janeiro 2025

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras.

b) Bases de Consolidação

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 38.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados diretamente em resultados do período.

Quando à data da aquisição do controlo a EDA já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou compra a baixo preço.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam são alocados na percentagem detida aos interesses que não controlam, independentemente destes se tornarem negativos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se constituírem uma perda de imparidade no ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

c) Correções de Exercícios Anteriores

Em 2023 foi definido pela Gestão efetuar a reexpressão das demonstrações financeiras relativamente ao reconhecimento dos Subsídios ao investimento, nomeadamente no que concerne às candidaturas efetuadas junto dos programas PRR e PO2020.

Inicialmente registou-se como saldo a receber, o total das candidaturas no valor de 117.000.000 euros, situação que na reexpressão foi modificada reconhecendo-se apenas a quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Esta alteração tem efeitos no exercício de 2022.

Adicionalmente, ainda se verificou que não foi aplicada a política de reconhecimento dos subsídios ao investimento definida pela EDA para a Demonstração da posição financeira, tendo o valor do subsídio sido reconhecido na rubrica de Fornecedores e outras dívidas a pagar (Nota 25) em detrimento da dedução aos Ativos fixos tangíveis (Nota 8).

Assim, para efeitos de correção das situações descritas, em 2023, a EDA procedeu aos seguintes ajustamentos de forma retrospectiva, com referência ao exercício de 2022:

	2022 Reexpresso	2022 Ajustamentos	2022
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	224 057 043	(36 695 811)	260 752 855
Outros ativos não correntes	260 850 656	-	260 850 656
	484 907 700	(36 695 811)	521 603 511
Corrente			
Clientes e outras contas a receber	115 152 222	(80 304 189)	195 456 411
Outros ativos correntes	26 896 975	-	26 896 975
	142 049 198	(80 304 189)	222 353 386
Total do ativo	626 956 897	(117 000 000)	743 956 897
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital e outras reservas	84 597 803	-	84 597 803
Resultados transitados	111 212 352	-	111 212 352
Resultado líquido do período	12 142 065	-	12 142 065
	207 952 220	-	207 952 220
Interesses que não controlam	969 188	-	969 188
Total capital próprio	208 921 408	-	208 921 408
Passivo			
Não corrente			
Outros passivos não correntes	270 168 018	-	270 168 018
	270 168 018	-	270 168 018
Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	51 602 798	(117 000 000)	168 602 798
Outros passivos correntes	96 264 673	-	96 264 673
	147 867 471	(117 000 000)	264 867 471
Total do passivo	418 035 489	(117 000 000)	535 035 489
Total do capital próprio e do passivo	626 956 897	(117 000 000)	743 956 897

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

4. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

a) Relato por Segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira distinta.

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional a Eletricidade e Outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas do Grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do Grupo: SEGMA e GLOBALEDA, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

b) Ativos Fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos para os períodos de 2023 e 2022 são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 20 e 60 anos
Produção hidroelétrica	Entre 3 e 40 anos
Produção termoelétrica	Entre 10 e 20 anos
Produção geotérmica	16 anos
Contadores	Entre 4 e 20 anos
Outros	Entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	Entre 1 e 16 anos
Equipamento administrativo	Entre 1 e 40 anos
Outros ativos tangíveis	

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver alínea f) – Imparidade de ativos não financeiros.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

c) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A vida útil dos edifícios considerados em propriedades de investimento varia entre 30 anos e 50 anos.

d) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira referem-se a licenças CO₂ adquiridas, direitos de utilização de software, direitos de superfície e direitos de concessão.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos, exceto se forem referentes à atividade de exploração e avaliação de recursos minerais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Licenças CO₂

Algumas das atividades desenvolvidas pelo Grupo EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO₂). O Grupo tem licenças de emissão de CO₂.

O registo das licenças de CO₂, como um ativo intangível, é efetuado na data da sua atribuição/aquisição ao valor de mercado da data da atribuição/aquisição e subsequentemente ao custo. O registo dos consumos das licenças é efetuado na base FIFO.

Software

O Grupo EDA capitaliza na rubrica de *Software* os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Direitos de Superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos pela empresa do Grupo, a EDA Renováveis, para a construção de parques eólicos. O direito adquirido é amortizado pelo período estimado do contrato.

Direitos de Concessão

O Grupo tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA tem o direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, por via da permuta de serviços de construção, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o período 2022 – 2025, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no

ínicio de cada período regulatório, acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde nas IFRS à IAS 38, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registrado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão, sendo os ativos intangíveis amortizados durante esse mesmo período.

e) Avaliação e Exploração de Recursos Geotérmicos

O Grupo EDA inclui no perímetro de consolidação uma empresa cujo objeto social é o aproveitamento de recursos minerais, através da construção e operação de instalações de produção de energia elétrica ou outra. Estes ativos são amortizados entre 10 e 20 anos.

Esta entidade desenvolve, para além do aproveitamento dos recursos minerais já instalados, trabalhos de prospecção em novas áreas delimitadas, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure altamente provável. Desta forma, e ao abrigo da 'IFRS 6 – exploração e avaliação de recursos naturais', os custos incorridos com estudos e testes na fase de prospecção são capitalizados como ativo intangível em curso e os custos com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data em que se determine a sua viabilidade.

Durante a fase de prospecção, e sempre que existam indicadores de imparidade, a EDA procede ao cálculo e registo de imparidade. Os principais indicadores de imparidade resultam das seguintes situações: i) a prospecção na área específica não levou à descoberta de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais e a entidade decidiu descontinuar essas atividades na área específica; ou ii) o desenvolvimento na área específica é viável mas estima-se que a quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação não seja recuperada na totalidade, no âmbito da exploração efetiva do recurso mineral ou através de alienação.

Parte das atividades de prospecção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados na Demonstração da posição financeira a deduzir à respetiva de categoria de ativos, na situação presente Ativos fixos tangíveis.

f) Imparidade de Ativos não Financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização e são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil finita são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável.

Assim, sempre que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo EDA regista a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Para os ativos valorizados de acordo com o modelo do custo depreciado, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral consolidado.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou a sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

g) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros (exceto ativos financeiros ao valor justo através de resultados) são acrescidos ao justo valor dos ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para efeitos de mensuração, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Mensurados ao justo valor (através do outro rendimento integral ou através de resultados), e
- Mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- O ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo dão origem em datas definidas a fluxos de caixa contratuais que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre capital em dívida são classificados e mensurados ao justo valor através dos resultados.

Os ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado são contas a receber de clientes e outras contas a receber, os depósitos bancários. A mensuração subsequente destes ativos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

As contas a receber de clientes e outras contas a receber são registadas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, e podem ser revertidas, num período posterior, se as perdas estimadas diminuírem.

h) Imparidade de Ativos Financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (ECL) em clientes, contas a receber e ativos contratuais. A quantia de perdas de crédito esperadas é atualizada em cada data de relato para refletir as alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro.

O Grupo reconhece sempre as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil das contas a receber. As perdas de crédito esperadas para estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de provisões com base no histórico de perdas de crédito do Grupo, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições económicas gerais e uma avaliação, tanto corrente como de previsão, das condições à data de relato, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

Para todos os outros ativos financeiros ao custo amortizado, o Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil sempre que se verifique um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Contudo, se o risco de crédito do instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo avalia a provisão de perdas para esse instrumento financeiro num valor igual às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses na data de relato corrente.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil representam as perdas de crédito esperadas que resultarão de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida útil de um instrumento financeiro. Em contraste, as perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses representam a parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil que se esperam em resultado de eventos de incumprimento num instrumento financeiro num prazo de 12 meses após a data de relato.

Medição e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

A mensuração das perdas de crédito esperadas é em função da probabilidade de incumprimento, da perda em caso de incumprimento (ou seja, a magnitude da perda se houver incumprimento) e a exposição à situação de incumprimento. A avaliação da probabilidade de incumprimento e a perda em caso de incumprimento é baseada em dados históricos ajustados por informações prospetivas, conforme descrito acima.

Política de anulação

O Grupo anula um ativo financeiro quando existe informação de que o devedor está em graves dificuldades financeiras e que não há perspetivas de recuperação, por ex. quando o devedor se encontrar em liquidação ou em processo de insolvência. Os ativos financeiros anulados podem ainda estar sujeitos a atividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Grupo, tendo em conta o aconselhamento jurídico, quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas em resultados.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição ou aquisição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos obtidos, na demonstração da posição financeira.

j) Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação e na comercialização de telemóveis e acessórios, bem como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou quando os equipamentos a que se referem são descontinuados.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

k) Ativos e Passivos não Correntes Detidos para Venda

O conjunto de ativos e passivos relativos a subsidiárias detidas para venda são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais.

Todos os ativos e passivos a alienar classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor, menos os custos incrementais relacionados com a venda, excluindo os custos financeiros e gastos fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

I) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao justo valor.

Passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão de passivos financeiros (exceto passivos financeiros ao valor justo através de resultados) são deduzidos ao justo valor dos ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à emissão de passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Mensurados ao justo valor através de resultados, e
- Mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao justo valor respeitam essencialmente aos instrumentos financeiros derivados. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo justo valor e registado na demonstração das alterações no capital próprio, se reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura. Se não reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura, o justo valor destes ativos financeiros é registado na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondem aos empréstimos bancários e os empréstimos de outras entidades, incluindo acionistas, e as contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

m) Empréstimos Obtidos

Os empréstimos são registados no passivo e mensurados pelo custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses empréstimos, pagas usualmente antecipadamente aquando da emissão dos mesmos, designadamente as comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de Empréstimos bancários.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto do selo) são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, encontrando-

-se os montantes vencidos e não liquidados à data de relato, classificados na rubrica de Outros passivos correntes.

Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os resultados financeiros passam a incluir os custos com juros (*unwinding*) calculados sobre os passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento).

n) Capital Social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

o) Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais, as empresas que integram o perímetro de consolidação estão sujeitas à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010 e alterada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro conforme os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal, nem dê origem a diferenças temporárias tributárias e dedutíveis equivalentes.

Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. No que se refere aos prejuízos fiscais reportados, o registo do efeito fiscal futuro da sua dedução ao lucro tributável, como imposto diferido ativo, apenas é efetuado na medida em que a sua recuperação seja previsível dentro do prazo de reporte dos prejuízos fiscais definido por lei.

Posições fiscais incertas

O montante de imposto reconhecido corresponde ao entendimento do Grupo sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a imposto sobre o rendimento ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada. Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da considerada pelo Grupo, tal situação é objeto de análise, considerando a probabilidade de perda em processo de reclamação. Se a probabilidade de perda é inferior a 50%, o Grupo trata a situação como um passivo contingente, não reconhecendo qualquer montante de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento do mesmo. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50%, é reconhecido um passivo, ou, caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

p) Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos em desenvolvimento são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização. Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os encargos financeiros também incluem os custos com juros (*unwinding*) calculados sobre os passivos de locação.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto.

q) Benefícios aos Empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

As empresas do Grupo EDA, a EDA Renováveis e a SEGMA aderiram ao fundo de contribuição definida da EDA, a Futuro+, em novembro de 2007 que inclui todos os empregados efetivos que não estejam abrangidos por qualquer um dos planos de benefício definido.

i) Plano de benefícios definidos da EDA – Electricidade dos Açores, S. A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA um passivo nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações decorrentes de alterações de pressupostos demográficos e financeiros e de ajustamentos de experiência são registadas nos capitais próprios, em Resultados Transitados.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI Pensões. A EDA foi a primeira entidade a constituir este fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data. Em novembro de 2007, aderiram a este fundo as empresas do Grupo, a EDA Renováveis e a SEGMA, abrangendo todos os seus empregados efetivos à data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- i)** Contribuição base de 1% do salário pensionável pelo Grupo EDA sem qualquer condição;
- ii)** Contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano, o Grupo EDA não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições referidas no parágrafo anterior. As contribuições efetuadas são registadas como custos com o pessoal na demonstração do rendimento integral do período em que ocorrem.

r) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário, um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja

condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos pagamentos estimados para extinguir a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para desmantelamento são reconhecidas quando o Grupo EDA assume a responsabilidade de desmantelar e/ou remover os equipamentos de produção dos parques eólicos instalados em propriedade de terceiros. O valor da provisão é determinado tendo por base o prazo do contrato de arrendamento e a vida útil associada aos ativos de cada parque, considerando o tipo de trabalhos a realizar para repor os locais de instalação na sua condição inicial. O valor estimado é calculado pelo valor presente aplicando aos dispêndios estimados uma taxa de desconto sem risco.

s) Subsídios do Estado e Outros

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma dedução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza (ver Nota 8 e 11), sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

t) Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens e prestação de serviços é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração, sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O modelo de reconhecimento do rédito, de acordo com esta norma, baseia-se numa abordagem de cinco etapas de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

- i)** Identificação de um contrato com um cliente;
- ii)** Identificação das obrigações de desempenho;
- iii)** Determinação do preço de transação;

iv) Alocação do preço de transação às obrigações de desempenho; e

v) Reconhecimento do rédito à medida que a EDA satisfaz as obrigações de desempenho.

O reconhecimento do rédito depende se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou se, pelo contrário, o controlo sobre o bem ou serviço é transferido para o cliente num determinado momento, sendo mensurado pelo montante que a entidade espera receber.

O rédito do Grupo EDA assume diferentes naturezas consoante as áreas de atividade.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção; transporte e distribuição.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário, do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicados pela ERSE.

Telecomunicações

O rédito reconhecido resulta:

i) Da comercialização de telemóveis e outros acessórios (em lojas exclusivas sob a insígnia da Vodafone). O rédito é reconhecido quando é efetuada a venda ao cliente final;

ii) Das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações no ato da venda;

iii) Da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento.

Serviços de Construção

O Grupo EDA apresenta na sua Demonstração consolidada do rendimento integral o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração consolidada do rendimento integral.

Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do *price cap*, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do preço de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte o Grupo EDA não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o rédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

Outros

O rédito reconhecido pelas empresas que não pertencem ao segmento da electricidade e ao negócio de telecomunicações refere-se essencialmente à prestação de serviços de conceção de projetos e fiscalização e atividades de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento à medida que os serviços são prestados.

u) Locações

Uma locação é definida como um contrato que confere o direito de controlar o uso de um ativo identificável durante um certo período e em troca de um determinado valor.

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação, reconhecendo um ativo sob direito de uso e um passivo de locação, na data da entrada em vigor do contrato, ou seja, na data em que assume o controlo sobre o ativo.

O Grupo EDA aplica a exceção de reconhecimento prevista na IFRS 16 para os contratos de locação cujo prazo de arrendamento é igual ou inferior a 12 meses e para os contratos de locação sobre ativos de baixo valor.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo de locação ajustado de quaisquer pagamentos efetuados na data de início ou antes desta, de custos diretos iniciais incorridos, de custos estimados de desmantelamento e restauro (caso aplicável), e deduzido dos incentivos incorridos.

O valor do passivo de locação corresponde ao valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se esta não puder ser facilmente identificada, a taxa incremental de financiamento do Grupo.

Para obtenção do valor do ativo e passivo de locação importa também o prazo da locação, sendo este o período não cancelável do contrato acrescido de quaisquer opções de prorrogação ou deduzido de rescisão da locação, se razoavelmente certas.

No que respeita à mensuração subsequente, o Grupo mensura os ativos por direito de uso ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade e o passivo de locação é aumentado, refletindo os juros sobre o mesmo e é reduzido pelos pagamentos de locação realizados no período.

O passivo de locação pode, também, sofrer remensurações caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros, devendo o Grupo reconhecer o referido montante como um ajustamento ao ativo sob direito de uso. Caso a quantia escriturada do ativo sob direito de uso estiver reduzida a zero, a quantia remanescente da remensuração deve ser reconhecida na demonstração de resultados.

Sempre que o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, o Grupo EDA procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade, descontando os pagamentos de locação revistos, à taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento), nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período em que o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

O Grupo apresenta o ativo sob direito de uso e o passivo de locação em rubricas segregadas na demonstração da posição financeira.

5. Políticas de Gestão do Risco Financeiro

5.1. Fatores do Risco Financeiro

As atividades da EDA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A evolução dos mercados é analisada em consonância com a política de gestão de riscos determinada pelo Conselho de Administração.

A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento financeiro com base em políticas aprovadas pela Comissão Executiva. O departamento financeiro identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da EDA.

A Comissão Executiva define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

i) Risco de taxa de câmbio

O Grupo EDA não tem operações significativas em moeda estrangeira.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com as suas obrigações sob a aplicação de um instrumento financeiro ou um contrato com cliente, conduzindo a uma perda financeira. O risco de crédito do Grupo EDA deve ser avaliado por área de negócio:

Eletricidade

O risco de crédito existe, uma vez que parte significativa da venda de eletricidade resulta da faturação emitida aos consumidores finais de eletricidade. O risco de crédito é, contudo, ponderado pela natureza essencial do bem fornecido, a energia elétrica, pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento e pela dispersão da faturação por um número muito elevado de clientes.

Telecomunicações e Outros Serviços

Nas empresas do Grupo, com atividades inseridas em setores de mercado concorrenenciais, o risco de crédito de clientes é mais elevado embora pouco significativo. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

No que se refere aos depósitos bancários do Grupo, classificadas como Caixa e equivalentes de caixa, estas estão contratadas junto de instituições financeiras com um rating de crédito que varia entre A2 e B2, conforme a classificação da Moody's.

Rating	2023	2022
A2	578 089	565 662
Baa1	3 865 850	13 097
Baa2	129 679	4 665 113
Baa3	-	23 133
Ba1	2 281 214	-
Ba2	32 791	2 209 809
B2	-	21 140
s/ classificação	100 837	94 544
Total (Nota 18)	6 988 460	7 592 498

Relativamente ao exposto verificamos uma melhoria na avaliação do rating das instituições financeiras em que se encontram as disponibilidades do Grupo EDA.

A exposição ao risco de crédito de Clientes e outras contas a receber é apresentada na Nota 15.

iii) Risco de liquidez

O Grupo EDA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme, para garantir o acesso imediato aos fundos. Estas linhas contratadas junto de instituições nacionais são utilizadas em complemento a programas de papel comercial e emissão de obrigações, assim como de créditos financeiros,

contratados junto de instituições nacionais e internacionais, neste caso, quase exclusivamente contratados com o Banco Europeu de Investimento, os quais permitem diversificar as fontes de financiamento de curto e médio e longo prazo do Grupo EDA.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da EDA e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2023				
Empréstimos obtidos:				
empréstimos bancários	16 041 578	46 961 610	12 689 050	75 692 238
obrigacionista	12 856 634	98 950 564	35 739 911	147 547 109
papel comercial	8 357 234	141 908 695	-	150 265 929
Fornecedores e contas a pagar	48 128 713	-	-	48 128 713
31 de dezembro de 2022				
Empréstimos obtidos:				
empréstimos bancários	12 090 281	37 576 115	13 083 959	62 750 356
obrigacionista	27 953 322	48 938 792	13 868 502	90 760 616
papel comercial	38 466 233	159 273 842	-	197 740 075
Fornecedores e contas a pagar	41 577 499	-	-	41 577 499

iv) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem dois impactos nas contas do Grupo: na remuneração dos ativos da empresa, conforme o regulamento tarifário; e no serviço da dívida contratada. O departamento financeiro da empresa, monitoriza de forma regular a evolução das taxas de juro, propondo à Comissão Executiva mecanismos para minimização desses impactos.

Uma vez que parte significativa dos ativos da EDA tem um rendimento garantido através das tarifas, refletindo tendencialmente a taxa de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

A EDA apresenta ainda exposição ao risco de taxa de juro, por via dos empréstimos obtidos pelas empresas do Grupo. Os empréstimos emitidos com taxa variável expõem a EDA ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos com taxa fixa expõem a EDA ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

A exposição ao risco da variação da taxa de juro está apresentada na Nota 23 – Empréstimos obtidos.

Análise de Sensibilidade dos Custos Financeiros a Variações na Taxa de Juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo EDA subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022.

31 de dezembro de 2023

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo a 31 de dezembro de 2023, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 466 milhares de euros.

31 de dezembro de 2022

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo a 31 de dezembro de 2022, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 401 milhares de euros.

v) Riscos da atividade regulada

Os ganhos registados em cada período pela EDA resultam diretamente dos pressupostos considerados pelo regulador, a ERSE, na definição das tarifas.

5.2. Gestão do Risco de Capital

O objetivo do Grupo EDA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de construção de ativos para a concessão e ativos de empresas de produção a partir de energias renováveis; ii) a taxa de remuneração dos ativos regulados prevista no regulamento tarifário em vigor; e iii) a política de dividendos definida.

A EDA monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de *gearing*, o qual é determinado como sendo a dívida líquida a dividir pelo capital. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado na Demonstração da posição financeira deduzido dos montantes de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na Demonstração da posição financeira) acrescido da dívida líquida.

Os rácios de *gearing* a 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se de acordo com os objetivos definidos e apresentavam os seguintes valores:

	2023	2022
Empréstimos totais (Nota 23)	336 215 979	342 689 029
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	(6 996 160)	(7 598 590)
Dívida líquida	329 219 819	335 090 439
Capitais próprios	217 832 796	207 952 220
Capital Total	547 052 615	543 042 659
Gearing	60%	62%

6. Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem.

Estimativas Contabilísticas Relevantes

a) Desvios Tarifários

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2), não tendo sido apuradas diferenças significativas nos últimos exercícios (ver Nota 15 e 25).

b) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis em curso relacionados com as atividades de prospeção de recursos minerais, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é efetuada regularmente de forma a determinar a viabilidade de cada poço *per si* e do projeto como um todo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

No que respeita ao cálculo da imparidade (e da passagem do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada), o Grupo optou por uma abordagem simplificada. A avaliação está alinhada com os critérios de mitigação do risco de crédito implementados no Grupo e segue o seguinte:

- i)** Identificação das dívidas comerciais, estratificadas em dívida corrente e dívida não corrente, líquidas das garantias prestadas (cauções e garantias bancárias);
- ii)** Definição do risco de *default* por segmento de cliente e análise casuística (cliente a cliente). Este risco está alinhado com os procedimentos em matéria de gestão de risco de crédito.

c) Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A EDA reconhece na demonstração consolidada da posição financeira a estimativa do valor a pagar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro, de acordo com a melhor estimativa dos trabalhos a efetuar e o respetivo custo (ver Nota 22).

d) Pressupostos Atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades e às tabelas de mortalidade utilizadas (ver Nota 24).

e) Ativos Fixos Tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

f) Ativos Intangíveis

A determinação do padrão de amortização dos direitos de concessão corresponde à melhor estimativa do consumo dos benefícios económicos estimados para os mesmos. A diferença entre o padrão de amortização utilizado e o que resultaria da aplicação de uma taxa de amortização linear equivalente ao prazo da concessão não é considerada significativa.

g) Transição Energética

O Grupo EDA considerou os riscos relacionados com as alterações climáticas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023, que refletem adequadamente o efeito desses objetivos nos ativos, passivos, ganhos e perdas, incorporando, se necessário, os impactos materiais e previsíveis conforme exigido pelo normativo nacional. O Grupo também avaliou cuidadosamente se as questões das alterações climáticas afetaram os pressupostos razoáveis e suportados utilizados para estimar os fluxos de caixa esperados. Quando necessário, o Grupo também levou em consideração o impacto de longo prazo das mudanças climáticas.

7. Informação por Segmentos

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e Outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas do Grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do Grupo: SEGMA, GLOBALEDA, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	300 816 167	17 070 319	-	317 886 487
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(29 558 674)	(50 793)	(8 228 489)	(37 837 956)
Vendas e serviços prestados	271 257 493	17 019 526	(8 228 489)	280 048 530
Resultado Operacional por Segmento	31 194 836	(550 400)	107 552	30 751 988
Custos financeiros	(9 652 816)	(9 340)	156 870	(9 505 286)
Proveitos financeiros	-	156 870	(156 870)	-
Resultados antes do imposto				21 246 702
Imposto do período				(4 375 358)
Resultado Líquido do período total				16 871 344
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(33 799 011)	(236 332)	-	(34 035 342)
Reforço Imparidade de ativos	-	(933 253)	-	(933 253)

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	284 087 811	16 166 445	-	300 254 255
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(27 100 188)	(29 729)	(9 625 786)	(36 755 704)
Vendas e serviços prestados	256 987 623	16 136 715	(9 625 786)	263 498 552
Resultado Operacional por Segmento	19 252 999	952 620	(882 986)	19 322 632
Custos financeiros	(3 042 701)	880	-	(3 041 822)
Proveitos financeiros	4 572	-	-	4 572
Resultados antes do imposto				16 285 383
Imposto do período				(4 157 143)
Resultado Líquido do período total				12 128 240
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(32 530 656)	(285 512)	-	(32 816 168)

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2023, são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	644 611 305	18 058 824	(21 526 003)	641 144 127
Total ativos	644 611 305	18 058 824	(21 526 003)	641 144 127
Passivos	425 708 203	5 189 023	(8 395 647)	422 501 579
Investimento em ativos tangíveis	46 531 414	136 428	-	46 667 842
Investimento em ativos intangíveis	57 040 344	-	-	57 040 344

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2022 são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	630 865 045	19 511 333	(23 419 481)	626 956 897
Total ativos	630 865 045	19 511 333	(23 419 481)	626 956 897
Passivos	421 841 827	5 882 089	(9 688 427)	418 035 489
Investimento em ativos tangíveis	33 682 286	165 493	-	33 847 779
Investimento em ativos intangíveis	42 345 703	25 862	-	42 371 565

Os montantes na coluna “Anulações” referem-se aos saldos em aberto entre as empresas dos dois segmentos de relato que são anulados no processo de consolidação, em cada data de relato financeiro.

8. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte
1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	8 179 676	107 758 088	548 820 587	8 191 871
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)	-
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(131 015 892)	-
Depreciações acumuladas	-	(64 493 705)	(376 506 258)	(7 051 859)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	105 945 932	-
Valor líquido	7 612 912	41 829 585	119 705 011	1 140 012
Movimento do período				
Adições	627 045	-	89 554	1 469 445
Provisão de desmantelamento	-	-	(117 018)	-
Alienações	(6 057)	-	(487 406)	(541 194)
Transferências e abates	-	366 804	39 567 807	-
Adições subsídios	-	-	(50 658)	-
Desreconhecimento subsídios	-	-	1 548 898	-
Ajustamento de subsídios	-	-	(23 921 309)	-
Depreciação - período	-	(2 991 664)	(18 095 873)	(527 842)
Depreciação - alienações	-	-	488 242	541 194
Depreciação - transf. e abates	-	-	236	-
Amortização Subsídio	-	-	2 543 272	-
	8 233 901	39 204 725	121 270 755	2 081 615
31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	8 800 665	108 124 892	587 873 525	9 120 122
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)	-
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)	-
Depreciações acumuladas	-	(67 485 369)	(394 113 653)	(7 038 507)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	108 489 204	-
Valor líquido	8 233 901	39 204 725	121 270 755	2 081 615

Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos em curso	Total
7 875 273	42 093 015	80 798 759	803 717 270
-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
(13 002)	(58 481)	(36 695 811)	(168 157 460)
(6 964 637)	(31 365 757)	-	(486 382 217)
-	58 481	-	106 315 169
897 634	10 727 258	42 144 629	224 057 043
1 488 547	412 920	42 580 331	46 667 842
-	-	-	(117 018)
(90)	-	-	(1 034 747)
37 157	541 536	(40 513 464)	(160)
-	-	(16 421 260)	(16 471 918)
-	-	-	1 548 898
-	-	23 921 309	-
(467 850)	(1 526 421)	-	(23 609 650)
(563)	(183)	-	1 028 690
(236)	-	-	-
-	-	-	2 543 272
1 954 598	10 155 110	51 711 545	234 612 250
9 400 886	43 047 472	82 865 626	849 233 188
-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
(13 002)	(58 481)	(29 195 762)	(183 080 480)
(7 433 286)	(32 892 361)	-	(508 963 177)
-	58 481	-	108 858 441
1 954 598	10 155 110	51 711 545	234 612 250

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados em rubricas do Ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte
1 de janeiro de 2022				
Custo de aquisição	7 607 288	104 494 583	516 945 042	7 806 697
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)	-
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(125 161 511)	-
Depreciações acumuladas	-	(61 452 661)	(362 534 136)	(7 315 931)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	103 910 328	-
Valor líquido	7 040 524	41 607 124	105 620 365	490 765
Movimento do período				
Adições	572 388	-	37 542	1 078 601
Provisão de desmantelamento	-	-	173 889	-
Alienações	-	-	(2 187 454)	(693 426)
Transferências e abates	-	3 263 505	33 851 570	-
Adições subsídios	-	-	(5 854 381)	-
Depreciação - período	-	(3 041 045)	(16 159 576)	(365 855)
Depreciação - alienações	-	-	2 187 454	629 926
Amortização Subsídio	-	-	2 035 604	-
	7 612 912	41 829 585	119 705 011	1 140 012
31 de dezembro de 2022				
Custo de aquisição	8 179 676	107 758 088	548 820 587	8 191 871
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)	-
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(131 015 892)	-
Depreciações acumuladas	-	(64 493 705)	(376 506 258)	(7 051 859)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	105 945 932	-
Valor líquido	7 612 912	41 829 585	119 705 011	1 140 012

A 31 de dezembro de 2022, procedeu-se à reexpressão do saldo dos subsídios relacionados com Ativos tangíveis em curso, que dizem respeito a investimentos financiados pelos programas PRR e PO2020, para os quais a realização ainda se encontra em curso, e que foram incorretamente registados na Nota 25 – Fornecedores e outras contas a pagar, conforme referido na Nota 3.

Subsídios ao Investimento

Os ativos fixos tangíveis encontram-se líquidos de subsídios ao investimento, cujo valor é de 70.300.730 euros em 2023 e 61.842.290 euros em 2022.

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2023 englobam 4.087.511 euros de aquisições diretas (em 2022: 2.363.503 euros), e ainda 42.580.331 euros de obras em curso (em 2022: 31.484.276 euros), que correspondem ao investimento efetuado pelas empresas do segmento da eletricidade em equipamentos de produção, nomeadamente em ampliações de centrais termoelétricas e sistemas de armazenamento de baterias.

Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos em curso	Total
10 662 255	39 087 689	89 433 996	776 037 549
-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
(13 002)	(58 481)	-	(125 607 267)
(9 653 616)	(30 351 385)	-	(471 307 728)
-	58 481	-	104 279 566
995 638	8 736 304	87 475 677	251 966 400
295 971	379 001	31 484 276	33 847 779
-	-	-	173 889
(3 082 953)	(378 113)	-	(6 341 947)
-	3 004 438	(40 119 513)	-
-	-	(36 695 811)	(42 550 193)
(393 349)	(1 392 486)	-	(21 352 311)
3 082 328	378 113	-	6 277 822
-	-	-	2 035 604
897 634	10 727 258	42 144 629	224 057 043
7 875 273	42 093 015	80 798 759	803 717 270
-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
(13 002)	(58 481)	(36 695 811)	(168 157 460)
(6 964 637)	(31 365 757)	-	(486 382 217)
-	58 481	-	106 315 169
897 634	10 727 258	42 144 629	224 057 043

Ativos Tangíveis em Curso

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor acumulado dos ativos fixos tangíveis em curso, líquido de subsídio ao investimento, ascende a 51.711.545 euros e 42.144.629 euros, respetivamente.

O valor de custos com empréstimos capitalizados em 2023 nos ativos tangíveis em curso ascende a 2.775.049 euros (1.165.606 euros em 2022).

No caso da EDA os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2023	2022
Produção	28 969 682	17 383 688
Ampliação Central Térmica Belo Jardim - Grupo XI	1 376 517	13 589 415
Implementação e atualização de soluções informáticas	6 615 111	9 429 794
Outras obras	4 607 595	2 686 993
	41 568 905	43 089 889
Subsídios ao investimento em curso	(696 567)	(9 799 042)
	40 872 338	33 290 847

Os ativos em curso nas restantes empresas do Grupo correspondem essencialmente aos seguintes projetos:

	2023	2022
EDA Renováveis		
Aproveitamentos hidroelétricos	946 590	528 579
Parques eólicos	1 557 733	478 874
Parques fotovoltaicos	404 084	129 350
Campo Geotérmico Pico Alto	14 885 958	14 164 911
Campo Geotérmico Ribeira Grande	23 483 258	22 361 847
	41 277 623	37 663 561
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
Subsídios ao investimento em curso	(28 499 195)	(26 896 769)
	10 820 109	8 808 472
GLOBALEDA		
Software - Gestão de projetos	14 277	12 483
SEGMA		
Postos de carregamento de viaturas elétricas	4 822	32 827
Saldo a 31 de dezembro	10 839 207	8 853 782

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2023, no montante de 40.513.464 euros, referem-se essencialmente ao investimento efetuado em sistemas de armazenamento de baterias, a obras de ampliação e beneficiação de centros produtores e à construção e remodelação de edifícios de suporte à atividade da empresa.

Imparidade

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2023	2022
Central Geotérmica do Pico Alto	21 811 479	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 416 308	1 416 308
	31 435 722	31 435 722

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017.

O immobilizado total em exploração no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 43.378.988 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2023 uma produção de cerca de 18,2 GWh (em 2022 – 19,5 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2023	2022
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	6,18%	7,31%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para a central no seu estado atual, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, com os atuais níveis de produção que poderão ser substancialmente alterados se se concretizar a expansão da capacidade instalada prevista para 10 MWh, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2024, com uma atualização de 2% ao ano para os períodos 2025-2042. Embora a capacidade instalada da central seja de 3,5 MWh, utilizou-se a sua potência real atual de 1,7 MWh.

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 6,18%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos, incorporando os impactos associados ao atual conflito militar, nomeadamente os com reflexo nos mercados financeiros e na subida de preços, cuja incerteza sobre a sua duração, expõe riscos de natureza diversa significativos:

	Cenário Base	Cenários de sensibilidade	
		Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	6,18%	5,18%	7,18%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	3 333 305	3 558 084	3 129 262
Varição do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	3 666 636		
Redução de 10%	2 999 975		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a quantia recuperável da unidade geradora de caixa foi estimada em 3.333.305 euros, superior em 77.017 euros face ao valor do ativo registado em 2022:

	2023	2022
Valor de custo (líquido de depreciações e de subsídios ao investimento)	25 067 766	26 828 091
Imparidades acumuladas	(21 811 478)	(21 811 479)
	3 256 288	5 016 612

A Administração não procedeu ao registo da reversão da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra numa forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

Associado a esta central foram ainda executados três novos poços geotérmicos em 2021, no montante de 13.909.018 euros, cujos ensaios de avaliação de produtividade foram realizados durante este período e ainda não são conclusivos. Em 2023 foram efetuados os ensaios de produtividade, no entanto ainda não existem resultados dos mesmos pelo que a esta data ainda não estão reunidas as condições para se proceder a uma avaliação fiável deste projeto de expansão.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do Campo Geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no Campo Geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

9. Ativos sob Direito de Uso

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo a 31 de dezembro de 2023, para o Grupo, são analisados como se segue:

	Terrenos	Edifícios e Outras Construções	Total
1 de janeiro de 2023			
Custo de aquisição	207 758	257 867	465 625
Depreciações acumuladas	(82 407)	(176 768)	(259 175)
Valor líquido	125 350	81 099	206 450
Movimento do período			
Depreciação - período	(21 869)	(37 790)	(59 659)
	103 481	43 309	146 791
31 de dezembro de 2023			
Custo de aquisição	207 758	257 867	465 625
Depreciações acumuladas	(104 276)	(214 558)	(318 834)
Valor líquido	103 481	43 309	146 791

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, para o Grupo, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e Outras Construções	Total
1 de janeiro de 2022			
Custo de aquisição	168 899	257 867	426 766
Depreciações acumuladas	(60 538)	(136 227)	(196 766)
Valor líquido	108 360	121 640	230 000
Movimento do período			
Adições	38 859	-	38 859
Depreciação - período	(21 869)	(40 541)	(62 410)
	125 350	81 099	206 450
31 de dezembro de 2022			
Custo de aquisição	207 758	257 867	465 625
Depreciações acumuladas	(82 407)	(176 768)	(259 175)
Valor líquido	125 350	81 099	206 450

10. Propriedades de Investimento

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica, na ilha de Santa Maria e ao antigo edifício sede da EDA na Calheta:

	2023		
	Terrenos	Edifícios	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 124 509)	(1 124 509)
Valor líquido	529 912	1 743 890	2 273 802
Depreciações - Período	-	(89 058)	(89 058)
Depreciações - Período	(104 345)	(933 253)	(1 037 598)
A 31 de dezembro	(104 345)	(1 022 312)	(1 126 657)
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 213 567)	(1 213 567)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(933 253)	(1 037 598)
Valor líquido	425 567	721 578	1 147 146

	2022		
	Terrenos	Edifícios	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 031 762)	(1 031 762)
Valor líquido	529 912	1 836 637	2 366 549
Depreciações - Período	-	(92 747)	(92 747)
A 31 de dezembro			
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 124 509)	(1 124 509)
Valor líquido	529 912	1 743 890	2 273 802

O valor recuperável do ativo da SEGMA é determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes das rendas que venham a ser acordadas e com a alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Na impossibilidade de formalizar um acordo com a Região Autónoma dos Açores no ano de 2023 para o arredamento do imóvel, o Grupo EDA decidiu constituir imparidade da propriedade de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento não diverge significativamente do valor líquido contabilístico, tendo sido usado o nível 2 para o justo valor, conforme preconizado na IFRS 13.

11. Ativos Intangíveis

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo dos intangíveis detalha-se como se segue:

	Licenças CO ₂	Software	Direito de concessão	Direitos de superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2023						
Custo de aquisição	97 202 853	21 044 056	434 351 504	964 092	-	553 562 507
Amortizações acumuladas	(97 202 854)	(18 719 080)	(217 419 829)	(484 420)	-	(333 826 183)
Valor líquido	-	2 324 977	216 931 673	479 672	-	219 736 324
Adições	29 822 506	66 991	21 063 991	75 935	6 010 922	57 040 344
Transferências e abates	-	6 010 922	(650 022)	-	(6 010 922)	(650 022)
Amortização - período	(27 699 476)	(1 152 457)	(11 626 596)	(41 195)	-	(40 519 723)
	2 123 031	7 250 432	225 719 047	514 412	-	235 606 924
31 de dezembro de 2023						
Custo de aquisição	127 025 361	27 121 969	454 765 473	1 040 027	-	609 952 828
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(19 871 537)	(229 046 425)	(525 614)	-	(374 345 906)
Valor líquido	2 123 031	7 250 432	225 719 047	514 412	-	235 606 924
	Licenças CO ₂	Software	Direito de concessão	Direitos de superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2022						
Custo de aquisição	70 597 593	20 716 238	418 499 430	723 243	-	510 536 505
Amortizações acumuladas	(70 597 593)	(16 635 163)	(206 192 563)	(451 297)	-	(293 876 617)
Valor líquido	-	4 081 075	212 306 865	271 945	-	216 659 888
Adições	26 605 261	59 012	15 197 635	240 849	268 806	42 371 563
Transferências e abates	-	268 806	654 440	-	(268 806)	654 440
Amortização - período	(26 605 261)	(2 083 916)	(11 227 266)	(33 122)	-	(39 949 566)
	-	2 324 977	216 931 673	479 672	-	219 736 324
31 de dezembro de 2022						
Custo de aquisição	97 202 853	21 044 056	434 351 504	964 092	-	553 562 507
Amortizações acumuladas	(97 202 854)	(18 719 080)	(217 419 829)	(484 420)	-	(333 826 183)
Valor líquido	-	2 324 977	216 931 673	479 672	-	219 736 324

Licenças CO₂

No âmbito do regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva n.º 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2023 encontram-se registados em gastos 325.090 toneladas de licenças de CO₂, no montante de 27.699.476 euros (2022: 328.312 toneladas e 26.605.261 euros), relativas às emissões do exercício de 2023. Releva-se que das licenças adquiridas em 2023 foram consideradas excedentárias 29.669 toneladas no montante de 2.123.031 euros.

Software

O valor capitalizado como *software* em 2022, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamentos e novas soluções SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como se segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios concessão	Total
A 1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	492 542 768	16 646 267	(74 837 532)	434 351 504
Amortizações acumuladas	(257 088 986)	-	39 669 157	(217 419 829)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673
Adições	885 777	21 563 630	(1 385 416)	21 063 991
Transferências	8 447 631	(8 447 631)	-	-
Transferências e abates	-	(650 022)	-	(650 022)
Amortização - período	(14 127 420)	-	2 500 824	(11 626 596)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047
31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios concessão	Total
A 1 de janeiro de 2022				
Custo de aquisição	474 509 102	17 610 705	(73 620 377)	418 499 430
Amortizações acumuladas	(243 403 733)	-	37 211 170	(206 192 563)
Valor líquido	231 105 369	17 610 705	(36 409 207)	212 306 865
Adições	592 452	15 822 337	(1 217 154)	15 197 635
Transferências	17 441 215	(17 441 215)	-	-
Transferências e abates	-	654 440	-	654 440
Amortização - período	(13 685 253)	-	2 457 987	(11 227 266)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673
31 de dezembro de 2022				
Custo de aquisição	492 542 768	16 646 267	(74 837 532)	434 351 504
Amortizações acumuladas	(257 088 986)	-	39 669 157	(217 419 829)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673

No período de 2023 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 21.063.991 euros (2022: 15.197.635 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 11.626.596 euros (2022: 11.227.266 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

Direitos de Superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos.

Amortizações

Do valor constante no mapa de movimentos como amortizações do período no montante de 40.519.723 euros (em 2022: 39.949.566 euros), 12.820.247 euros (2022: 13.344.305 euros) encontram-se reconhecidos na rubrica de Gastos/Reversões de depreciação e amortização e o remanescente, relativo às licenças de CO₂, em outros gastos operacionais (ver Nota 32).

12. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

	2023	2022
Capital próprio		
Imposto diferido	235 909	635 208
	235 909	635 208
Demonstração do rendimento integral		
Imposto diferido	1 564 272	(2 150 011)
	1 564 272	(2 150 011)

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	2023	2022
Impacto na demonstração do rendimento integral		
Ativos por impostos diferidos	(1 945 582)	2 811 956
Passivos por impostos diferidos	3 509 854	(4 961 967)
	1 564 272	(2 150 011)
Impactos no Capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	235 909	635 208
	235 909	635 208

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos – Movimentos do ano

	Pensões	Convergência Tarifária	Benefícios Fiscais	Prejuízos Fiscais	Provisão Desmantel. Parques Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2023	1 886 241	-	415 570	6 517 256	465 198	6 112 213	15 396 475
Utilização	-	-	(415 570)	-	-	-	(415 570)
Constituição/reversão por capital	235 909	-	-	-	-	-	235 909
Constituição por resultados	-	1 124 598	-	108 591	50 913	135 241	1 419 343
Reversão por resultados	(611 876)	-	-	(2 728 448)	-	(24 602)	(3 364 925)
Movimento do exercício	(375 967)	1 124 598	(415 570)	(2 619 856)	50 913	110 639	(2 125 243)
A 31 de dezembro de 2023	1 510 275	1 124 598	-	3 897 400	516 110	6 222 852	13 271 231

	Pensões	Convergência Tarifária	Benefícios Fiscais	Prejuízos Fiscais	Provisão Desmantel. Parques Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2022	1 409 101	1 685 929	-	2 130 877	437 644	6 285 763	11 949 310
Constituição/reversão por capital	635 208	-	-	-	-	-	635 208
Constituição por resultados	-	-	415 570	4 386 380	27 554	8 599	4 838 102
Reversão por resultados	(158 067)	(1 685 929)	-	-	-	(182 150)	(2 026 146)
Movimento do exercício	477 141	(1 685 929)	415 570	4 386 380	27 554	(173 551)	3 447 164
A 31 de dezembro de 2022	1 886 241	-	415 570	6 517 256	465 198	6 112 213	15 396 475

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram disponíveis para utilização decompõem-se da seguinte forma:

Montante	
Prejuízos fiscais reportáveis:	
Ano 2022	25 774 208
Ano 2023	738 717
	26 512 925

A dedução a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável. A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, relativamente ao Orçamento de Estado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

A Administração estima que os prejuízos fiscais reportáveis sejam recuperados a curto prazo.

Passivos por impostos diferidos – Movimentos do ano

	Reavaliação Normativo Anterior	Convergência Tarifária	Revalorização Transição	Total
A 1 de janeiro de 2023	(73 164)	(8 970 656)	(341 973)	(9 385 793)
Constituição por resultados	-	(1 351 292)	-	(1 351 292)
Reversão por resultados	9 857	4 840 336	10 952	4 861 146
Movimento do exercício	9 857	3 489 044	10 952	3 509 854
A 31 de dezembro de 2023	(63 307)	(5 481 611)	(331 021)	(5 875 939)

	Reavaliação Normativo Anterior	Convergência Tártaria	Revalorização Transição	Total
A 1 de janeiro de 2022	(84 266)	(3 986 634)	(352 926)	(4 423 825)
Constituição por resultados	-	(5 160 162)	-	(5 160 162)
Reversão por resultados	11 101	176 140	10 952	198 194
Movimento do exercício	11 101	(4 984 021)	10 952	(4 961 968)
A 31 de dezembro de 2022	(73 164)	(8 970 656)	(341 973)	(9 385 793)

13. Ativos e Passivos Financeiros por Categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2023	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Passivos ao custo amortizado	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6 996 160	-	-	-	6 996 160
Clientes e outras contas a receber	126 668 167	-	-	-	126 668 167
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	437 193	-	-	437 193
Total ativos financeiros	133 664 327	437 193	-	-	134 101 520
Passivos					
Empréstimos obtidos	-	-	(336 215 979)	-	(336 215 979)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(54 988 604)	(10 001 524)	(64 990 128)
Total passivos financeiros	-	-	(391 204 584)	(10 001 524)	(401 206 108)

2022	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Passivos ao custo amortizado	Ativos/ passivos não financeiros
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7 598 590	-	-	-
Clientes e outras contas a receber	137 964 602	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	425 226	-	-
Total ativos financeiros	145 563 192	425 226	-	145 988 418
Passivos				
Empréstimos obtidos	-	-	(342 689 029)	-
Fornecedores e outras contas a pagar - Reexpresso	-	-	(42 036 499)	(127 025 298)
Total passivos financeiros	-	-	(384 725 529)	(127 025 298)
				(511 750 827)

O justo valor dos ativos e passivos valorizados ao justo valor correspondem aos níveis três, tal como previsto na IFRS 13 – Justo valor.

14. Outros Ativos Financeiros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas seguintes entidades:

Entidade	% Detida 2023	2023	% Detida 2022	2022
NOS Açores Comunicações, S. A.	6,18%	228 649	6,18%	228 649
Fundação Eng. José Cordeiro	i)	5 736	60,00%	5 736
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores	0,77%	5 297	0,77%	5 297
Total participações capital		239 682		239 682

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 60% do capital, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade.

Outros investimentos	2023	2022
Fundo de compensação do trabalho	197 511	185 544
	197 511	185 544
	437 193	425 226

As participações de capital encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

15. Clientes e Outras Contas a Receber

No período findo a 31 de dezembro de 2023 e 2022 a decomposição da rubrica de Clientes e outras contas a receber é como se segue:

	2023		2022			
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	
Clientes	i) 64 060 176	64 209	64 124 384	47 717 345	365 007	48 082 352
Imparidade de clientes	ii) (1 455 384)	-	(1 455 384)	(1 712 050)	-	(1 712 050)
Clientes - Valor líquido	62 604 792	64 209	62 669 000	46 005 295	365 007	46 370 302
Direitos de passagem municípios	-	-	-	200 524	-	200 524
Programa PRR	iii) 20 769 794	-	20 769 794	27 546 787	-	27 546 787
Programa FEDER	iii) 5 545 290	-	5 545 290	5 806 616	-	5 806 616
Programa LIFE IP CLIMAZ	iii) 489 919	-	489 919	783 870	-	783 870
Programa PRORURAL+	-	-	-	22 902	-	22 902
Saldo pendente de terceiros	-	-	-	865 054	-	865 054
Convergência tarifária	iv) 30 295 917	-	30 295 917	26 456 909	22 447 372	48 904 281
Outros devedores	v) 2 149 429	-	2 149 429	2 752 820	-	2 752 820
Acréscimo proveitos	vi) 4 492 447	-	4 492 447	4 119 690	-	4 119 690
Estado e Outros Entes Públicos	256 370	-	256 370	591 756	-	591 756
	126 603 958	64 209	126 668 167	115 152 222	22 812 379	137 964 602

ii) Clientes

Os principais clientes do Grupo EDA têm as seguintes naturezas:

- 17.007.148 euros (2022: 7.542.160 euros) referem-se aos valores faturados à REN a título de convergência tarifária;
- 41.526.465 euros (2022: 36.740.811 euros) referem-se a saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de energia elétrica, sendo 11.982.093 euros referentes a clientes do setor empresarial e particular (2022: 11.612.209 euros) e 29.544.372 euros de entidades públicas (2022: 25.128.602 euros);

Qualidade do crédito

A qualidade de crédito dos ativos financeiros, podem ser avaliados com referência ao rating de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	2023	2022
Baa2	17 007 148	7 542 160
Outros sem rating	47 117 236	40 540 192
Total de créditos e valores a receber	64 124 384	48 082 352

A antiguidade dos saldos a receber sem rating associado e por segmento de cliente são os mostrados de seguida no final do exercício de 2023 e 2022:

2023	< 6 meses	< 12 meses	< 18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Públicas	6 456 380	2 477 293	2 049 855	19 844 611	30 828 138
Setor Emp. Particular	14 394 012	793 324	107 799	993 962	16 289 097
	20 850 392	3 270 617	2 157 654	20 838 573	47 117 235

2022	< 6 meses	< 12 meses	< 18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Públicas	4 695 371	1 567 877	2 227 418	17 306 429	25 797 095
Setor Emp. Particular	12 965 607	155 637	297 412	1 324 442	14 743 098
	17 660 978	1 723 513	2 524 830	18 630 871	40 540 192

O Grupo não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas, referente ao fornecimento de energia, com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis. Através do ofício n.º 240079 de 9 de abril de 2024, foi obtida confirmação por parte da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública em como serão desenvolvidos os esforços necessários no sentido de regularização daquelas contas a receber junto do Grupo com brevidade.

ii) Imparidade de Clientes

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor da imparidade de clientes registou os seguintes movimentos:

	2023	2022
A 1 de janeiro	1 712 050	2 035 600
Aumentos	282 449	114 947
Utilizações	(64 290)	(229 076)
Reduções	(474 825)	(209 421)
Movimento do exercício	(256 666)	(323 550)
A 31 de dezembro	1 455 384	1 712 050

iii) Reconhecimento dos subsídios ao investimento destinados a financiar os seguintes projetos:

- "Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade", "Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo" e "Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA para aumentar a capacidade de integração de energia renovável" enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição Energética nos Açores";
- "Baterias de armazenamento de energias renováveis – São Miguel e Terceira" enquadrado no âmbito do programa FEDER – PO AÇORES 2020. Em 2023 ocorreu a reprogramação do montante financiado relativo à operação "Baterias da ilha de São Miguel", resultando num acréscimo da participação em 3.921.609 euros;
- O projeto LIFE IP CLIMAZ aprovado pela União Europeia tem como objetivo apoiar a implementação do Programa Regional dos Açores para as Alterações Climáticas (PRAC), nas 9 ilhas dos Açores.

Conforme já indicado na Nota 3, os valores reconhecidos em 2023 e 2022, correspondem ao reconhecimento do subsídio ao investimento na quota-parte correspondente à execução dos programas de investimento. Nesta base foi realizada a reexpressão em 2022, no montante de 80.304.189 euros, correspondente ao montante financiado que ainda não havia sido executado, a 31 de dezembro de 2022.

Apresenta-se abaixo a execução do investimento previsto em 2023 e 2022, e o valor do respetivo subsídio reconhecido em cada exercício.

	Investimento realizado a 31.12.2023	Investimento total previsto	Subsídio atribuído do Governo	Montante recebido a 31.12.2023	Subsídio Reconhecido no Ativo Tangível a 31.12.2023
PRR - Instalação de Sistemas de Armazenamento (EDA)	1 509 089	48 745 500	22 500 000	731 945	696 567
PO2020 - Baterias São Miguel (EDA)	30 149 984	28 142 716	23 921 309	18 887 484	23 921 309
PRR - Aumento da potência geotérmica (EDA Renováveis)	31 345 417	82 500 000	71 000 000	6 556 745	26 976 056
PRR - Corvo renovável (EDA Renováveis)	1 658 046	3 810 000	3 500 000	1 172 656	1 523 139
Total	64 662 536	163 198 216	120 921 309	27 348 830	53 117 071

	Investimento realizado a 31.12.2022	Investimento total previsto	Subsídio atribuído do Governo	Montante recebido a 31.12.2022	Subsídio Reconhecido no Ativo Tangível a 31.12.2022
PRR - Instalação de Sistemas de Armazenamento (EDA)	1 408 241	48 745 500	22 500 000	-	650 017
PO2020 - Baterias São Miguel (EDA)	10 763 558	23 529 412	20 000 000	6 242 803	9 149 024
PRR - Aumento da potência geotérmica (EDA Renováveis)	30 822 814	82 500 000	71 000 000	-	26 526 300
PRR - Corvo renovável (EDA Renováveis)	403 282	3 810 000	3 500 000	-	370 469
Total	43 397 895	158 584 912	117 000 000	6 242 803	36 695 811

- iv) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+1 (custo do capital) e n+2;
- v) Outros devedores: A 31 de dezembro de 2023, o saldo de Outros devedores inclui Adiantamentos a fornecedores no montante de 22.129 euros (2022: 62.882 euros), 1.378.561 euros (2022: 1.593.499 euros) referente a Custos diferidos e ainda 179.983 euros de Adiantamentos ao pessoal (2022: 246.591 euros);
- vi) Acréscimos de proveitos: Inclui a energia em contador no montante de 2.439.359 euros (2022: 2.843.792 euros) a faturar aos clientes em 2023 e serviços prestados relacionados com a atividade das subsidiárias e ainda não faturados.

16. Inventários

O detalhe de inventários a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Mercadorias	154 020	97 914
Materiais diversos	21 288 391	19 255 989
Materiais em trânsito	21 442 411	19 353 903
Imparidade:	906 068	-
Materiais diversos	22 348 478	19 353 903
	(90 213)	(91 500)
	22 258 266	19 262 403

O saldo de mercadorias a 31 de dezembro de 2023 refere-se essencialmente a equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela GLOBALEDA, na sua atividade de Telecomunicações.

O saldo de materiais diversos refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuelóleo e gasóleo, e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

Evolução da imparidade de inventários:

	2023	2022
A 1 de janeiro	91 500	88 990
Aumentos	69 254	86 712
Utilizações	(70 541)	(71 450)
Reduções	-	(12 752)
Valor líquido	90 213	91 500

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 70.541 euros (2022: 71.451 euros) e ao reforço da imparidade no montante de 69.254 euros (2022: 86.712 euros).

17. Imposto sobre o Rendimento

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	2023	2022
Pagamentos por conta	(1 731 006)	(1 828 059)
Retenções na fonte	(359 634)	(51 595)
Estimativa de IRC (Nota 34)	5 908 579	1 993 584
Total imposto s/ rendimento	3 817 939	113 930
Saldo ativo	-	(35 982)
Saldo passivo	3 817 939	149 912
	3 817 939	113 930

18. Caixa e Equivalentes de Caixa

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2023	2022
Caixa	7 700	6 092
Depósitos bancários	6 988 460	7 592 498
	6 996 160	7 598 590

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é igual ao apresentado acima, dado não existirem descobertos bancários a estas datas.

19. Capital Social

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da EDA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é o seguinte:

	Número de ações	Capital Social
Capital Social	14 000 000	70 000 000
	14 000 000	70 000 000

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Número de ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7 014 000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S. A.	5 558 120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, S. A.	1 400 000	10,0%
Outros	27 880	0,2%
	14 000 000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: i) direito de voto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de voto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

20. Outras Reservas e Resultados Acumulados

Outras Reservas

A rubrica Outras reservas registou os seguintes movimentos durante o período findo a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Total
A 1 de janeiro de 2022	14 000 000	346 796	14 346 796
Aplicação Resultado líquido	-	-	-
A 31 de dezembro de 2022	14 000 000	346 796	14 346 796
Aplicação Resultado líquido	-	-	-
A 31 de dezembro de 2023	14 000 000	346 796	14 346 796

As Reservas estatutárias referem-se a reservas constituídas em períodos anteriores à data da transformação da EDA em sociedade anónima em 1997. Estas reservas não são distribuíveis podendo apenas ser utilizadas para aumentos de capital.

Resultados Acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da EDA (contas individuais), de 30 de abril de 2023, a aplicação do resultado do período findo a 31 de dezembro de 2022, resultou na distribuição a título de dividendos de 6.104.000 euros, correspondendo a 0,436 euros por ação, e Resultados transitados no montante de 6.093.265 euros.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.127.451 euros (2022: 1.261.379 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em resultados os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expectavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2023	2022
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2023	13 417 317	-
Ano 2022	4 716 101	9 360 928
Anos anteriores	72 898 811	72 898 811
Perdas Atuariais	(18 700 180)	(17 418 066)
Compensação Tarifária		
Ano 2023	(6 111 944)	-
Ano 2022	29 908 420	22 447 372
Ano 2021	-	26 456 909
	96 128 524	113 745 953

21. Interesses que não Controlam

O valor de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

	2023	2022
A 1 de janeiro	969 188	986 277
Dividendos pagos	i)	(3 264)
Lucro/(prejuízo) do período:		
- GLOBALEDA	(159 436)	(13 825)
A 31 de dezembro	809 753	969 188

i) Os dividendos pagos referem-se à subsidiária GLOBALEDA.

O saldo de interesses que não controlam refere-se às seguintes participações:

	2023	2022		
	% Capital	Saldo	% Capital	Saldo
GLOBALEDA	25,10%	809 753	25,10%	969 188
		809 753		969 188

A informação financeira relativa às entidades que têm interesses que não controlam está apresentada na Nota 38.

22. Provisões

O Grupo EDA reconheceu nas suas demonstrações financeiras uma provisão referente a gastos a incorrer com desmantelamentos no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiros.

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Desmantelamento
A 1 de janeiro 2022	3 110 345
Efeito financeiro do desconto	(4 572)
Dotação	173 889
A 31 de dezembro de 2022	3 279 661
Efeito financeiro do desconto	73 380
Dotação	(117 018)
A 31 de dezembro de 2023	3 236 024

23. Empréstimos Obtidos

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2023		2022			
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	-	111 000 000	111 000 000	34 750 000	140 000 000	174 750 000
Empréstimos bancários	25 613 073	53 223 615	78 836 688	32 563 831	46 686 688	79 250 519
Empréstimos obrigacionistas	12 500 000	133 750 000	146 250 000	27 500 000	61 250 000	88 750 000
	38 113 073	297 973 615	336 086 688	94 813 831	247 936 688	342 750 519
Juros a pagar - Empréstimos	2 013 638	-	2 013 638	1 240 501	-	1 240 501
Juros pagos (antecipação)	-	(1 884 346)	(1 884 346)	-	(1 301 991)	(1 301 991)
	40 126 711	296 089 269	336 215 979	96 054 332	246 634 697	342 689 029

O Grupo EDA é subscritor de 9 programas de papel comercial no valor de 231.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 111.000.000 euros a 31 de dezembro de 2023. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República a 31 de dezembro de 2023 eram de 22.982.143 euros (2022: 25.446.429 euros). Para o montante de 2.454.545 euros (2022: 4.909.091 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária. (Nota 37).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Papel comercial	-	111 000 000	-	111 000 000
Empréstimos bancários	25 613 073	41 027 186	12 196 429	78 836 688
Obrigações	12 500 000	98 027 273	35 722 727	146 250 000
	38 113 073	250 054 459	47 919 156	336 086 688

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas a 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Montante	Moeda	Data Início	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	7 000 000	euros	25/07/2014	(a)	EUR_360_1M + spread	-
Empréstimo 2	5 150 000	euros	11/02/2016	(b)	EUR_360_1M + spread	-
Empréstimo 3	10 000 000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 4	5 625 000	euros	23/08/2019	23/08/2029	EUR_360_12M + margem fixa	Semestral
Empréstimo 5	5 625 000	euros	04/11/2019	04/05/2029	EUR_360_12M + margem fixa	Semestral
Empréstimo 6	20 000 000	euros	31/05/2023	31/05/2031	EUR_360_6M + margem fixa	Semestral
Empréstimo 7	1 363 636	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 8	545 455	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 9	19 285 714	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 10	3 696 429	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 11	545 455	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Total	78 836 688					

(a)Renovação trimestral automática.

(b) Renovação semestral automática.

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas a 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Montante	Moeda	Data Início	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	9 950 000	euros	28/12/2001	(a)	EUR_360_3M + spread	-
Empréstimo 2	2 820 000	euros	28/09/2017	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 3	9 000 000	euros	23/05/2018	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 4	14 000 000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 5	6 562 500	euros	23/08/2019	23/08/2029	EUR_360_12M + margem fixa	Semestral
Empréstimo 6	6 562 500	euros	04/11/2019	04/05/2029	EUR_360_12M + margem fixa	Semestral
Empréstimo 7	-	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 8	-	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 9	2 727 273	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 10	1 090 909	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 11	21 428 571	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 12	4 017 857	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 13	0	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 14	0	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 15	1 090 909	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
	79 250 519					

(a)Renovação trimestral automática.

(b) Renovação semestral automática.

No final do período de 2023 e 2022, o Grupo EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2023	2022
Linhos disponíveis		
correntes	161 350 000	111 980 000
não correntes	5 000 000	-
	166 350 000	111 980 000

Nota: Correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não correntes inclui PPC MLP.

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente.

A exposição dos empréstimos do Grupo EDA às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como se segue:

	2023	2022
Até 6 meses	215 490 909	266 567 078
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	120 595 779	76 183 442
Superior a 5 anos	-	-
	336 086 688	342 750 519

O justo valor dos empréstimos são como se segue:

	2023	2022	Justo Valor
Papel Comercial	111 000 000	174 750 000	
Empréstimos Bancários	64 209 537	27 183 288	
Obrigações	143 058 841	91 956 587	

O justo valor é calculado pelo método dos *cash-flows* descontados, utilizando a taxa de desconto, da data do relato financeiro, de acordo com as características de cada empréstimo. O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos. No caso dos empréstimos com taxas de juro fixas (ex: BEI) é calculado o respetivo justo valor, para efeitos de divulgação.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados *Covenants*.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento do Grupo EDA são, por tipo de empréstimo:

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Obrigacionistas	Conta Corrente
Empréstimo A	<i>Ownership Clause</i>	Ráios Financeiros	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
	<i>Pari Passu</i>	Garantia República Portuguesa	<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	<i>Ownership Clause</i>
	<i>Negative Pledge</i>	Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
	<i>Cross Default</i>	<i>Ownership Clause</i>	<i>Cross Default</i>	<i>Asset Disposal</i>	

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Obrigacionistas	Conta Corrente
Empréstimo B	<i>Ownership Clause</i>	Garantia GCD	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
	<i>Pari Passu</i>	Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
	<i>Negative Pledge</i>	<i>Ownership Clause</i>	<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
	<i>Cross Default</i>	<i>Pari Passu</i>	<i>Cross Default</i>	Rácio Capital Próprio/Ativo	<i>Cross Default</i>
Empréstimo C	<i>Ownership Clause</i>	Garantia Região Autónoma Açores	<i>Ownership Clause</i>	<i>Negative Pledge</i>	
	<i>Pari Passu</i>	Garantia República Portuguesa	<i>Pari Passu</i>	Rácio Capital Próprio/Ativo	
	<i>Negative Pledge</i>	Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Negative Pledge</i>	Rácio Net Debt/EBITDA	
	Rácio Capital Próprio/Ativo	<i>Ownership Clause</i>	<i>Cross Default</i>		
	Rácio Net Debt/EBITDA	<i>Pari Passu</i>			
Empréstimo D		<i>Negative Pledge</i>	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Cross Default</i>	
			<i>Cross Default</i>	<i>Pari Passu</i>	<i>Cross Default</i>
Empréstimo E			<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
			<i>Cross Default</i>	Rácio Capital Próprio/Ativo	Rácio Net Debt/EBITDA
Empréstimo F			<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
		Rácio Net Debt/EBITDA			
Empréstimo G		Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
			<i>Cross Default</i>		
Empréstimo H			<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
		Rácio Capital Próprio/Ativo	<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
		Rácio Net Debt/EBITDA			
Empréstimo I		Cisão ou fusão do Mutuário	<i>Ownership Clause</i>	<i>Ownership Clause</i>	
			<i>Pari Passu</i>	<i>Pari Passu</i>	
			<i>Negative Pledge</i>	<i>Negative Pledge</i>	
		Rácio Net Debt/EBITDA	<i>Cross Default</i>		

O Grupo está em cumprimento com os *Covenants* acima apresentados com referência a 31 de dezembro de 2023.

24. Obrigações de Benefícios de Reforma e Outros

A EDA tem as seguintes obrigações de pagamento de benefícios aos empregados pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos (EDA)

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

As empresas do Grupo EDA, EDA Renováveis e SEGMA constituíram um plano de contribuições definidas, o Plano de Pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras consolidadas é como segue:

	2023	2022
Obrigações na Demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	8 208 017	10 251 315
	8 208 017	10 251 315
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de pensões	763 135	453 232
Planos contribuições definidas	611 248	603 735
	1 374 383	1 056 967

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	2023	2022
Tábuas de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábuas de invalidez	EVK80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	3,50%	4,00%
Taxa técnica de actualização	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	2,00%	2,00%
Taxa de revalorização salarial	0,75%	0,75%

Em 2023, a taxa técnica de atualização usada foi de 3,50% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 4,00% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 2.077.898 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2023, seria superior em 2.050.646 euros.

Se a taxa de desconto utilizada fosse de 3,00%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 2.267.535 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 2.237.277 euros.

Caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de salários as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 3.609.030 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa salarial as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 8.209.924 euros.

Adicionalmente, caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de pensões as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.952.801 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa pensionista as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.821.421 euros.

A 31 de dezembro de 2023 existiam responsabilidades por financiar no valor de 840.964 euros, sendo que a contribuição estimada para o Fundo de pensões, a pagar em 2024, acrescida de juros ascende a 1.268.346 euros e será liquidada em dez prestações mensais 126.835 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2024.

a) Plano de Pensões

O montante da obrigação reconhecida na Demonstração da posição financeira consolidada é determinado como segue:

	2023	2022
Valor presente da obrigação	46 974 708	42 686 177
Justo valor dos ativos do plano	(38 766 691)	(32 434 862)
	8 208 017	10 251 315

Existem 7.367.052 euros (2022: 7.430.245 euros) de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do Plano	Ativos do Plano	Total
A 1 de janeiro de 2022	47 062 194	(39 404 035)	7 658 159
Custo serviço corrente	349 117	-	349 117
Juro líquido	588 277	(484 162)	104 115
Sub-total	47 999 588	(39 888 198)	8 111 391
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-partes juro líquido)	-	5 985 030	5 985 030
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(2 532 812)	-	(2 532 812)
Contribuições	-	(295 797)	(295 797)
Benefícios pagos	(2 780 599)	1 764 103	(1 016 496)
A 31 de dezembro 2022	42 686 177	(32 434 862)	10 251 315
Custo serviço corrente	384 491	-	384 491
Juro líquido	1 707 447	(1 328 803)	378 644
Sub-total	44 778 115	(33 763 665)	11 014 450
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-partes juro líquido)	-	(3 810 306)	(3 810 306)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	5 092 420	-	5 092 420
Contribuições	-	(3 296 993)	(3 296 993)
Benefícios pagos	(2 895 827)	2 104 273	(791 554)
A 31 de dezembro 2023	46 974 708	(38 766 691)	8 208 017

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

Os impactos do plano na demonstração do rendimento integral consolidado são como segue:

	2023	2022
Custos serviços correntes	384 491	349 117
Juro líquido	378 644	104 115
	763 135	453 232

Os impactos do plano registados em capital próprio são como segue:

	2023	2022
Ganhos/(perdas) atuariais iniciais	(17 418 066)	(13 965 849)
Ganhos/(perdas) atuariais do período	(1 282 114)	(3 452 217)
Ganhos/(perdas) atuariais acumuladas	(18 700 180)	(17 418 066)

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é a seguinte:

	2023	2022
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	11,20	11,85
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	2 015 596	1 770 468
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	4 231 838	3 818 861
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	7 047 524	6 341 499
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	12 997 219	11 989 227
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	7 658 426	7 299 742
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	29 739 548	29 945 995

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2023	2022
Depósitos	1 657 783	2 620 970
Fundos de investimento e outros	2 148 511	1 962 315
Ações	12 872 600	7 164 232
Obrigações	18 833 480	17 161 190
Imóveis	3 254 315	3 526 155
	38 766 691	32 434 862

Composição da carteira de ativos e valor do fundo:

	Ativos Cotados	Não Cotados	Total	2023		2022	
				%	Ativos Cotados	Não Cotados	Total
Liquidez	1 657 783	-	1 657 783	4,3%	2 620 970	-	2 620 970
Imobiliário Direto							
Doméstico	-	1 040 425	1 040 425	2,7%	-	1 383 107	1 383 107
Ações							
Domésticas	158 000	-	158 000	0,4%	281 800	-	281 800
Estrangeiras	9 576 264	-	9 576 264	24,7%	5 181 191	-	5 181 191
Obrigações							
Domésticos, AAA a BBB -	645 377	-	645 377	1,7%	-	-	-
Domésticos, inferior a BBB -	3 168 619	-	3 168 619	8,2%	2 499 202	-	2 499 202
Estrangeiros, AAA a BBB -	6 067 438	-	6 067 438	15,7%	4 035 779	-	4 035 779
Estrangeiros, inferior a BBB -	4 027 661	-	4 027 661	10,4%	4 247 544	-	4 247 544
Fundos de Investimento							
Ações							
Estrangeiras	3 138 337	-	3 138 337	8,1%	1 701 241	-	1 701 241
Obrigações							
Domésticos, inferior a BBB -	4 523 496	-	4 523 496	11,7%	6 378 666	-	6 378 666
Estrangeiros, inferior a BBB -	400 889	-	400 889	1,0%	-	-	-
Imobiliário							
Estrangeiros	2 213 891	-	2 213 891	5,7%	2 143 048	-	2 143 048
Outros investimentos	2 148 511	-	2 148 511	5,5%	1 962 315	-	1 962 315
	37 726 266	1 040 425	38 766 691	100,0%	31 051 755	1 383 107	32 434 862
							100,0%

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2023 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

b) Contribuição Definida

Em 2023, o valor das contribuições definidas efetuadas pelo Grupo para o Plano Pensões Futuro+ ascendeu a 611.248 euros (2022: 603.735 euros).

25. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

A decomposição da rubrica Fornecedores e outras dívidas a pagar, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Corrente	Não corrente	Total	2023			2022 (Reexpresso)		
				Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores									
Fornecedores	i)	23 653 799	-	23 653 799	22 377 795	-	22 377 795		
Outros credores									
Credores diversos	ii)	978 050	360 450	1 338 500	726 912	459 000	1 185 912		
Fornecedores de investimentos	iii)	18 994 283	-	18 994 283	14 693 018	-	14 693 018		
Estado e outros entes públicos									
		3 321 190	-	3 321 190	3 164 835	-	3 164 835		
Proveitos diferidos									
Outros proveitos diferidos		994 861	-	994 861	1 468 831	-	1 468 831		
Acréscimos de custos									
Convergência tarifária	iv)	498 638	6 000 803	6 499 441	-	-	-	-	-
Férias e subsídio férias		5 685 473	-	5 685 473	5 391 632	-	5 391 632		
Taxas de concessão	v)	2 462 579	-	2 462 579	2 205 002	-	2 205 002		
Outros		2 040 002	-	2 040 002	1 574 772	-	1 574 772		
Fornecedores e outras contas a pagar		58 628 875	6 361 253	64 990 128	51 602 798	459 000	52 061 798		

- i) Fornecedores: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;
- ii) Esta rubrica inclui essencialmente 144.708 euros (2022: 147.876 euros) de cauções de clientes de energia, 287.812 euros (2022: 286.768 euros) de taxas da contribuição audiovisual faturadas a clientes e 379.950 euros (2022: 472.500 euros) referentes a cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;
- iii) Fornecedores de investimentos: saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;
- iv) A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.
O mecanismo em vigor para a regularização destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+2.
Desta forma o ajustamento estimado para 2023 é de 6.000.803 euros;
- v) Compensação financeira que a EDA Renováveis terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2023 no montante de 2.462.579 euros (2022: 2.205.002 euros)

26. Passivo de Locação

A rubrica Passivos de Locação (Rendas vincendas de contratos de arrendamento) - Não Corrente e Corrente, inclui o montante de 107.044 euros e 50.508 euros, respetivamente.

	Corrente	Não corrente	Total	2023			2022		
				Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos de locações	50 508	107 044	157 552	60 429	157 552	217 981			

A variação do período inclui: i) 67.387 euros correspondentes a pagamentos de rendas efetuados; e ii) 6.958 euros correspondentes à atualização financeira do passivo (ver Nota 33). À data de 31 de dezembro

de 2023, o valor nominal dos passivos de locação (rendas vincendas dos contratos de arrendamento) é apresentado por maturidade como segue:

	2023	2022
Até 5 anos	102 197	159 216
Entre 5 e 10 anos	19 046	18 364
Entre 10 e 15 anos	22 857	22 038
Superior a 15 anos	13 452	18 362
	157 552	217 981

27. Vendas e Serviços Prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração do rendimento integral consolidado é detalhado como segue:

	2023	2022
Vendas de eletricidade		
Em média tensão	52 988 377	36 121 020
Em baixa tensão	91 805 354	85 315 139
Energia em contadores	2 439 359	2 843 792
Ajustamentos de tarifário i)	100 476 338	114 767 256
Vendas de serviços telecomunicações	2 193 359	2 055 829
Serviços prestados		
De eletricidade	1 270 156	1 034 777
De outros	7 309 715	5 538 403
Serviços de construção IFRIC 12 ii)	21 565 872	15 822 337
	280 048 530	263 498 552

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2023 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2022 como se indica:

Descrição	2023	2022
Convergência de tarifário do período *	96 929 784	88 119 520
Tarifa social do período	3 314 878	2 895 947
Desvio tarifário de 2023 (Nota 25)	(6 000 803)	-
Desvio tarifário de 2022	-	22 447 372
Desvio da tarifa social de 2023	(111 141)	-
Desvio da tarifa social de 2022	-	121 859
Correção Desvio Tarifário 2022 (ERSE)	6 334 728	-
Correção Desvio Tarifário 2021 (ERSE)	-	1 177 797
Devolução créditos - Instrução N.º 4/2018	8 892	4 760
	100 476 338	114 767 256

*Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n.

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos (Nota 29)	14 549 956	8 977 032
Materiais	3 663 481	3 297 882
Pessoal	1 829 942	1 945 043
Fornecimentos e serviços externos - outros	1 454 947	1 558 730
Outros custos operacionais	67 545	43 650
	21 565 872	15 822 337

28. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos períodos de 2023 e 2022 demonstra-se como segue:

	2023	2022
Inventários iniciais (Nota 16)	19 353 903	15 200 874
Compras	106 108 116	114 267 208
Regularização de inventários	(1 678)	14 346
Inventários finais (Nota 16)	(22 348 478)	(19 353 903)
	103 111 863	110 128 525

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2023	2022
Combustíveis	79 127 150	90 718 165
Pecas de reserva e materiais de redes	14 821 321	11 741 100
Energia adquirida	6 790 185	4 527 540
Equipamento de comunicações	1 325 719	430 264
Material diverso	1 047 488	2 711 456
	103 111 863	110 128 525

29. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos dos períodos de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Serviços Construção IFRIC 12 (Nota 27) i)	14 549 956	8 977 032
Conservação e reparação ii)	5 111 989	4 690 917
Subcontratos iii)	4 790 635	3 206 844
Trabalhos especializados iv)	4 966 302	4 607 223
Seguros	1 338 159	1 452 442
Comunicações	936 614	877 873
Vigilância e segurança	704 679	607 814
Deslocações e estadas	637 572	549 513
Honorários	619 430	582 652
Limpeza, higiene e conforto	601 790	590 773
Rendas e alugueres	598 018	505 627
Combustíveis	394 289	492 755
Outros (inferiores a 300 000 euros)	1 799 336	1 656 887
	37 048 767	28 798 353

- i) Os gastos com serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão referem-se à subcontratação de entidades terceiras na construção de novas infraestruturas para a concessão;
- ii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos.
- iii) A rubrica de Subcontratos refere-se maioritariamente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso;
- iv) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos da produção e consultorias diversas.

30. Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2023 e 2022, foram como segue:

	2023	2022
Remunerações		
Órgãos sociais	902 726	936 975
Pessoal	29 704 564	28 143 546
	30 607 291	29 080 521
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	7 117 268	7 157 197
Benefícios pós-emprego	1 382 544	1 067 054
Custos de ação social	1 241 751	1 132 322
Outros	492 943	330 963
	10 234 505	9 687 537
	40 841 796	38 768 058

O número médio de empregados do Grupo EDA em 2023 foi de 989 (2022: 1.018).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 763.135 euros (2022: 453.232 euros) para o plano de benefícios definidos e de 611.248 euros (2022: 603.735 euros) para o plano de contribuição definida e 8.160 euros (em 2022: 10.088 euros) com pensões de sobrevivência não fundeadas.

31. Outros Rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada da seguinte forma:

	2023	2022
Sinistros	i)	-
Cedência de utilizações linhas	ii)	868 880
Juros "Convergência tarifária"	iii)	-
Outros juros de mora - clientes e devedores	602 853	943 314
Deslastragens	247 367	439 608
Acionamento garantias bancárias	208 865	-
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	169 666	155 557
Venda de sucata	160 383	261 061
Comparticipações Vodafone	149 087	149 506
Subsídio à exploração	142 679	219 121
Outros (< 30 000 euros)	465 391	398 657
	6 599 744	3 435 705

i) Reconhecimento da indemnização recebida pela seguradora pela compensação das perdas de exploração, devido a avaria na Central Geotérmica do Pico Vermelho, ocorrida a setembro de 2021 até janeiro 2022;

ii) Rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores Comunicações, S. A.;

iii) Os juros especializados sobre os montantes de compensação tarifária.

32. Outros Gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2023	2022
Desp. Propriedade Industrial	i)	27 699 476	26 605 261
Direitos passagem Municípios	ii)	5 387 477	4 977 844
Taxas de licenciamento	iii)	2 987 385	2 729 910
Contr. Extraord. Setor Energético	iv)	1 844 635	1 805 258
Correções relativas a períodos anteriores	v)	984 365	-
Outros gastos operacionais		385 839	194 553
Deslastragens		266 657	474 413
Donativos		149 560	107 693
Dívidas Incobráveis		650	116 360
Outras perdas		228 565	85 159
Outros		9 434	24 584
		39 944 042	37 121 035

Os outros gastos e perdas operacionais referem-se:

- i) Em Despesas de Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO₂ referentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano;
- ii) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;
- iii) Às taxas pagas no âmbito dos licenciamentos atribuídos para o período da atividade de exploração de recursos geotérmicos no valor de 2.462.579 euros (em 2022: 2.205.002 euros) e de instalações elétricas de serviço público no valor de 382.374 euros (em 2022: 387.156 euros) e outros impostos e taxas diversas;
- iv) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei n.º 83-C /2013 de 31 de dezembro e, mantida em vigor em 2023 pelo Artigo 261.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro;
- iv) Regularização de juros referente ao acordo de pagamentos da Iluminação Pública – Governo Regional dos Açores.

33. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

		2023	2022
Gastos financeiros			
Juros empréstimos	i)	(7 448 458)	(1 573 725)
Comissões, taxas aval e outros		(1 976 489)	(1 458 954)
Unwinding de passivos de locação	ii)	(6 958)	(9 142)
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		(73 380)	-
		(9 505 286)	(3 041 822)
Rendimentos financeiros			
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		-	4 572
		-	4 572

- i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo EDA para o financiamento das suas atividades;
- ii) A rubrica Unwinding de passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) inclui a atualização financeira inerente aos passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) registadas a valor presente (ver Notas 4 e 26).

34. Imposto sobre o Rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2023	2022
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 17)	5 908 579	1 993 584
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	31 051	13 548
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	(1 564 272)	2 150 011
	4 375 358	4 157 143

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2023	2022
Resultado consolidado antes de Imposto	21 246 702	16 285 383
Diferenças temporárias:		
Convergência tarifária	25 074 141	(36 249 723)
Plano de pensões	(3 325 411)	(563 264)
Perdas por imparidade em contas a receber	39 993	(273 128)
Perdas por imparidade em ativos	996 076	58 385
Prejuízo Fiscal	738 717	29 839 317
Outros	139 648	143 273
Diferenças permanentes:		
Outros	1 956 960	1 924 533
Lucro Tributável//(Prejuízo Fiscal)	46 866 826	11 164 775
Prejuízos fiscais dedutíveis	(18 560 870)	-
Taxa nominal de imposto	14,7%	14,7%
	4 160 976	1 641 222
Derrama	1 718 066	310 411
Tributação autónoma	29 537	41 952
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	31 051	13 548
Imposto diferido	(1 564 272)	2 150 011
	4 375 358	4 157 143

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2023	2022
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1 500 000 e < 7 500 000	2,10%	2,10%
> 7 500 000 e < 35 000 000	3,50%	3,50%
> 35 000 000	6,30%	6,30%

35. Dividendos por Ação

Os dividendos pagos pela EDA durante o período de 2023 foram de 6.104.000 euros, o que corresponde a 0,436 euros por ação (2022: 6.314.000 euros, correspondendo a 0,451 euros por ação).

O resultado líquido básico e diluído por ação em 2023 e 2022 foram os seguintes. Não existem diferenças entre o resultado líquido básico por ação e o resultado líquido diluído por ação:

	2023	2022
Rendimento líquido	17 030 780	12 142 065
N.º de ações	14 000 000	14 000 000
Rendimento integral por ação	1,22	0,87

O resultado integral básico e diluído por ação em 2023 e 2022 foram os seguintes. Não existem diferenças entre o resultado integral básico por ação e o resultado integral diluído por ação:

	2023	2022
Rendimento integral	15 984 575	9 325 056
N.º de ações	14 000 000	14 000 000
Rendimento integral por ação	1,14	0,67

36. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDA, à data do relato financeiro do período findo a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

	2023	2022
Mercadorias encomendadas a fornecedores	5 004 353	6 381 907
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	37 074 210	50 334 732
42 078 562	56 716 639	

37. Passivos e Ativos Contingentes

O Grupo EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	2001	2 494	2 494
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1 590	1 590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1 472	1 472
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	1 363 636	4 090 909
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220 468	220 468
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	545 455	1 636 364
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	545 455	1 636 364
ANA, S.A.	AHR - Aerogar - Substituição de chiller bomba de calor	2013	3 674	3 674
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2 840	2 840
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	-	9 074
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	14 736	14 736
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2015	799	799
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Príncipe de Mónaco	2016	30 880	30 880
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7 609	7 609
Somague Ediçor	Construção Cívil da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3 792	3 792
ANA, S.A.	AJP II Substituição de Papis	2016	3 499	3 499
ANA, S.A.	AJP II Fornecimento e Monatagem Cabo de Pista	2016	2 487	2 487
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2 068	2 068
ANA, S.A.	AFL Novos circuitos para alimentação de Papis	2016	1 799	1 799
ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fornecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	870	870
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	-	24 024
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	7 894	7 894
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	-	7 576
	a transportar	3 268 915	8 218 680	

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
		a transporte	3 268 915	8 218 680
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó da Levada e Nó S. Gonçalo	2017	6 370	6 370
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	5 520	5 520
ANA, S.A.	Empreitada de AJPII - Fornecimento e Montagem de cabo de Pista	2017	3 338	3 338
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó de Belém	2017	3 229	3 229
ANA, S.A.	AJP II Substituição Proteções MT	2017	2 494	2 494
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (São Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 391
EUROSCUT Açores	Instalação de Lumunárias Led's Nó do hospital	2018	7 102	7 102
NAV, E.P.E.	Contrato Fornecimento e Instalação QGBT para o Centro Emissor e Recetor em Santa Maria	2018	4 999	4 999
ANA, S.A.	Prestação de Serviços para manutenção preventiva e corretiva das Instalações Técnicas do Aeroporto de Santa Maria	2018	4 740	4 740
NAV, E.P.E.	Instalação Grupo Emergência e Instalações Elétricas na Estação Localizer do Aeroporto João Paulo II	2018	3 800	3 800
NAV, E.P.E.	Reabilitação das Estações NDB-FIL e NDB-H5	2019	24 482	24 482
ANA, S.A.	ASM - Iluminação da Plataforma	2019	8 496	8 496
ANA, S.A.	AFL - Iluminação da Plataforma	2019	1 662	1 662
INATEL	Fornecimento e montagem de unidades exteriores de ar condicionado para unidades hoteleiras da Fundação Inatel da Ilha das Flores	2019	-	1 492
ANA, S.A.	AJPII-Aerogare substituição da iluminação das áreas públicas	2020	7 776	7 776
NAV, E.P.E.	Empreitada de adaptação das Infraestruturas EGNOS V3 – Monte da Guia-Horta-Consulta Prévia- PI1.02.06.0211-3.01/DEP/2020	2020	19 093	19 093
SATA	Trabalhos de construção civil para fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)	2020	6 870	6 870
ANA, S.A.	ASM-Substituição de Quadros Elétricos	2020	2 812	2 812
Região Autónoma Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da Ribeira Grande	2020	500 601	500 601
EUROSCUT	Instalação de luminárias LED	2021	27 804	27 804
Parque Atlântico	Fornecimento e instalação de material elétrico relativo à execução do projeto do sistema de cortes gerais do Parque Atlântico	2021	12 353	12 353
Caixa Geral de Depósitos	Trabalhos de remodelação do sistema AVAC no edifício sito na Praça da República, em Ponta Delgada	2021	9 341	9 341
SATA	Reforço da caução 2% do contrato "Trabalhos de construção civil para o fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) na Aerogare do Aeródromo da ilha de São Jorge	2021	6 870	6 870
Banco Santander Totta	Remodelação de AVAC- Balcão 8701- Vila do Porto	2021	3 005	3 005
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	Manutenção da Rede de Monitorização do Ciclo Hidrológico da RAA	2022	5 678	5 678
NAV	Fornecimento e instalação de unidades UPS para o Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria	2022	36 398	36 398
	a transportar	4 089 139	9 040 397	

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
		a transporte	4 089 139	9 040 397
EUROSCUT	Instalação de luminárias LED	2022	16 226	16 226
Crismetal	10% do contrato de empreitada designada por "Nova armazenagem/estação de bombagem de água de incêndios- central termoelétrica do Belo Jardim - subempreitada de eletricidade e instrumentação"	2022	925	925
Crismetal	Contrato de empreitada de fornecimento e montagem de dois tanques de decantação na remodelação do parque de combustíveis da Central Termoelétrica de Santa Bárbara- ilha do Faial- Subempreitada de eletricidade, automação e instrumentação	2022	2 394	2 394
ANA	Aeroporto João Paulo II- Novo Posto de Seccionamento do Aeroporto	2022	7 764	7 764
EUROSCUT	Instalação de luminárias LED	2022	28 246	28 246
Tribunal Trabalho de Ponta Delgada	Garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela EDA, decorrentes da prestação de caução no âmbito do processo com o n.º 615/23,9T8PDL	2023	6 000	-
			4 150 693	9 095 951

Passivos Contingentes

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo EDA não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos Contingentes

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDA e a EDA Renováveis detinham contratos de subsídios ao investimento destinados a financiar os projetos "Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica em seis ilhas da RAA para aumentar a capacidade de integração de energia renovável", "Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade" e "Corvo Renovável – Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo", enquadrados na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição energética nos Açores", no montante de 97.000.000 euros, e um contrato destinado a financiar o projeto "Baterias de armazenamento de energias renováveis – São Miguel" enquadro no âmbito do programa FEDER – PO Açores 2020 no montante de 20.000.000 euros.

O reconhecimento dos subsídios, registados como dedução a Ativos fixos tangíveis, dizem respeito à quota-parte dos subsídios correspondentes à execução dos programas de investimento. Nesta base, em 2023 e 2022, encontram-se reconhecidos os montantes de 53.117.071 euros e 36.695.811 euros (Nota 15). O remanescente dos subsídios atribuídos, que ascende a 67.804.238 euros, será reconhecido mediante a execução dos investimentos.

38. Empresas Consolidadas

As empresas do Grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Designação/sede	Atividade	Data de referência
Segmento Eletricidade		
EDA – Electricidade dos Açores, S. A. Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31/12/2023
EDA Renováveis, S. A. Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas, hídricas e eólicas	31/12/2023
Outros		
SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2023
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2023

As empresas do Grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

Designação/sede	Atividade	Data de referência
Segmento Eletricidade		
EDA – Electricidade dos Açores, S. A. Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31/12/2022
EDA Renováveis, S. A. Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas, hídricas e eólicas	31/12/2022
Outros		
SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2022
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2022

Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/(prejuízo)	% detida	
					Grupo	Individual
275 245 475	761 326 894	486 081 419	271 600 059	17 087 133	-	-
150 742 123	169 340 303	18 598 179	29 216 109	13 581 992	100,00%	100,00%
9 644 804	11 817 677	2 172 873	9 919 730	311 092	100,00%	90,00%
3 226 106	6 228 522	3 002 416	7 150 589	(635 203)	74,90%	74,90%
Capital próprio Reexpresso	Ativos Reexpresso	Passivos Reexpresso	Volume de negócios	Lucro/(prejuízo)	Grupo	Individual
258 462 664	718 717 311	460 254 647	257 349 078	12 197 265	-	-
150 742 123	169 340 303	18 598 179	26 738 733	8 531 900	100,00%	100,00%
9 769 737	12 249 805	2 480 069	9 419 527	870 283	100,00%	90,00%
3 861 308	7 238 088	3 376 779	6 746 917	(55 080)	74,90%	74,90%

39. Alterações no Grupo

No período de 2023 e 2022 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

40. Partes Relacionadas

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade com a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

40.1. Remuneração dos Órgãos de Gestão

Como elementos chave da gestão no âmbito da IAS 24 foram considerados os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA. Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, as remunerações auferidas pelos mesmos referem-se às seguintes naturezas:

	2023	2022
Remunerações (Nota 30)	902 726	936 975

Os membros dos Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com as empresas, para os períodos apresentados.

40.2. Natureza do Relacionamento com as Partes Relacionadas

Acionistas:

- Região Autónoma dos Açores;
- ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S. A. (agrupamento composto pelas sociedades: Bensaude Participações SGPS, S. A.; Bensaude, S. A.; Bentrans – Carga e Transitários, S. A.; Agência Açoreana de Viagens, S. A.; Novo Banco, S. A. e Novo Banco dos Açores S. A.);
- EDP – Gestão da Produção de Energia, S. A..

41. Disposições Legais

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas da empresa-mãe e ao Fiscal Único das empresas subsidiárias são os seguintes:

		2023	2022
Empresa			
Serviços de revisão legal de contas		28 000	28 000
		28 000	28 000
Subsidiárias			
Serviços de revisão legal de contas		28 500	28 500
		28 500	28 500
		56 500	56 500

42. Eventos Subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes
Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André	
Francisco Manuel Sousa Botelho	Rodrigo Rebelo Costa
João Carlos Santos Correia	Maria da Conceição da Costa P. V. Arruda
António Félix Flores Rodrigues	Maria de Fátima de Melo G. P. Bettencourt
Joana Oliveira Freitas	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

D3

Anexos



3.1. Apreciação e Certificação de Contas Individuais

3.1.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas Individuais 2023)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2023 e parecer sobre o relatório, contas individuais e proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO

I. Introdução

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., adota um modelo fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma SROC, que não é membro daquele órgão, conforme o previsto na alínea b) do nº1 do artº413 do CSC.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2023, para o mandato de 2023-2025, sendo composto por três membros efetivos e um suplente.

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Relativamente ao exercício de 2023, o Conselho Fiscal realizou dez reuniões, nas quais estiveram presentes todos os membros, tendo sido exaradas as respetivas atas.

O Conselho Fiscal definiu e calendarizou um plano de ação de fiscalização para o primeiro quadrimestre de 2023, em 8 de agosto de 2022, e para o período de maio de 2023 a abril de 2024, em 14 de julho de 2023.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu Regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu várias ações durante o ano de 2023, das quais destaca as seguintes:

1. Fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar o cumprimento da lei e do contrato de sociedade e acompanhar de modo permanente a atividade da empresa

O acompanhamento permanente da atividade da EDA, Electricidade dos Açores, S. A., durante o ano de 2023, foi realizado, designadamente, através da análise das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, apreciação do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2024, participação nas Assembleias Gerais realizadas, análise trimestral do *tableau de bord*, do relatório do serviço da dívida e dos relatórios e contas intercalares emitidos, bem como do Relatório de Gestão de 2023 Contas e Sustentabilidade.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Contas Individuais 2023)

Adicionalmente, o Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, com o Auditor Externo, com a responsável pela Direção de Auditoria Interna e estabeleceu contactos com a Administradora Executiva responsável pelo pelouro financeiro.

Os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2024, em que foram aprovadas as contas anuais relativas ao exercício de 2023.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e revisão de contas nos documentos de prestação de contas da sociedade

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através de indagações ao Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, da análise da certificação legal de contas, do relatório de auditoria e do anexo às demonstrações financeiras de 2023.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequada, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem ao órgão de gestão, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

A fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna foi exercida pelo Conselho Fiscal, durante o ano de 2023, através de reuniões e do reporte de informação pelo Revisor Oficial de Contas, Auditor Externo e responsável pela Direção de Auditoria Interna, bem como da apreciação das políticas de gestão de riscos constantes no Relatório de Gestão de 2023 Contas e Sustentabilidade.

No âmbito do acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas Grupo EDA 2023-2025, foi solicitado o Relatório de Avaliação Intercalar elaborado pela Direção de Auditoria Interna, para análise do grau de implementação das medidas nele contempladas.

4. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros

Compete ao Conselho Fiscal, enquanto órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outras entidades, assim como registar, por escrito, as denúncias recebidas, bem como todas as verificações, fiscalizações e diligências feitas e os procedimentos definidos com vista à regularização das irregularidades detetadas.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Contas Individuais 2023)

Na sequência da publicação em 20 de dezembro da Lei n.º 93/2021, que estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União, o Conselho Fiscal foi designado o órgão competente para receber e dar seguimento às denúncias de irregularidades.

Durante o ano de 2023, o Conselho Fiscal recebeu cinco denúncias que foram arquivadas liminarmente, por não recaírem no âmbito do Regulamento de Denúncias de Irregularidades da EDA-Electricidade dos Açores, S.A.

5. Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante a prestação de serviços adicionais

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal confirmou que não foi prestado qualquer serviço distinto do de revisão legal de contas durante o exercício de 2023.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo Auditor Externo.

Realçamos que, conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, no seguimento da publicação pela Comissão de Normalização Contabilística da orientação técnica nº6 de 14 abril de 2023, a Sociedade e a sua subsidiária EDA Renováveis, S.A. procederam à alteração da forma de reconhecimento dos Subsídios ao Investimento, no âmbito dos programas PRR– Plano de Recuperação e Resiliência e PO2020 – Plano Operacional Açores 2020, passando a reconhecer apenas a quota-parte dos subsídios correspondentes à execução dos programas de investimento. Em resultado desta alteração, foi efetuada a reexpressão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, com efeito na redução do ativo não corrente, do ativo corrente, do passivo não corrente e do capital próprio nos montantes de 38.844.236 euros, 32.700.958 euros, 6.016.976 euros e de 65.528.218 euros, respetivamente.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Contas Individuais 2023)

Realçamos igualmente que, conforme mencionado na nota 14 do anexo às demonstrações financeiras, a rubrica de clientes inclui saldos a receber de Entidades Públicas decorrentes do regular fornecimento de electricidade, no montante de 29.544.372 euros (2022: 25.128.602 euros), com antiguidade significativa. A EDA-Electricidade dos Açores, S.A. não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade, por entender que os referidos saldos são integralmente recuperáveis.

No âmbito das nossas funções verificamos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A.;
- As demonstrações financeiras individuais e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da certificação legal de contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão de 2023 Contas e Sustentabilidade;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 12 de abril de 2024

O Conselho Fiscal,

Assinado por : **Catarina Isabel Furtado Pacheco**
 Num. de Identificação: 09764946
 Data: 2024.04.12 12:23:35+00'00'

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

Assinado por : **João Manuel Beliz Trabuco**
 Num. de Identificação: 04859522
 Data: 2024.04.12 12:26:05+00'00'

João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Assinado por : **Carlos Eduardo Ferreira Oliveira**
 Num. de Identificação: 10085505
 Data: 2024.04.12 12:28:58+00'00'

Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

3.1.2. Certificação Legal de Contas



R. CORDEIRO &
ASSOCIADO
SROC, LDA.

email: sroc292@my-roc.com
tlf. (+351) 296 098 892

morada: Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (a Entidade ou EDA), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 765.248.203 euros e um total de capital próprio de 278.445.264 euros, incluindo um resultado líquido de 17.087.133 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota 14 do anexo às demonstrações financeiras, o saldo de clientes a receber de entidades públicas, referente ao fornecimento de eletricidade e no montante de 29.544.372 euros (2022: 25.128.602 euros), não foi sujeito a perda por imparidade, apesar da elevada antiguidade, uma vez que a Entidade considera aquela quantia integralmente recuperável.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável,

Anexos

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda. | C.S. 20.000€ | SROC n.º 292 | CMVM n.º 20161585 | NIF 510 846 394



R. CORDEIRO &
ASSOCIADO
SROC, LDA.

email: sroc292@my-roc.com

tel: (+351) 296 096 892

morada: Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



R. CORDEIRO &
ASSOCIADO
SROC, LDA.

email: sroc292@my-roc.com
tel. (+351) 296 096 892

morada: Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

12 de abril de 2024

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda.
Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC nº 1670
Registado na CMVM com o nº 20161280

Assinado por: **RÚBEN MOTA CORDEIRO**
Num. de Identificação: 11302808
Data: 2024.04.12 15:38:02+00'00'

Anexos

3.1.3. Relatório de Auditoria



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na IROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Electricidade dos Açores, S. A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um ativo total de 765.248.203 Euros e um total de capital próprio de 278.445.264 Euros, incluindo um resultado líquido de 17.087.133 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade e a sua subsidiária EDA Renováveis, S.A. procederam à alteração da forma de reconhecimento dos subsídios ao investimento no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e do PO2020 – Plano Operacional Açores 2020. Em resultado desta alteração, a Entidade procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, com efeito na redução do ativo não corrente, do ativo corrente, do passivo não corrente e do capital próprio nos montantes de 38.844.236 Euros, 32.700.958 Euros, 6.016.976 Euros e de 65.528.218 Euros (líquido de passivos por impostos diferidos no montante de 6.016.976 Euros), respectivamente. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” referem-se a uma ou mais firmas, membros e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) é cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelas suas próprias ações e omissões e não podem ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Local: Sociedade Andôma | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom

Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2024. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



Deloitte & Associados, SROC SA
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Página 2 de 3

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2022 e aprovadas pela Assembleia Geral da Entidade, sem o efeito do assunto mencionado no parágrafo de ênfase acima, foram auditadas por duas outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas cujos Relatório de Auditoria e Certificação Legal de Contas, datados ambos de 12 de abril de 2023, não incluem reservas.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido do período e no capital próprio os efeitos da consolidação das entidades participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nascircunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Página 3 de 3

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

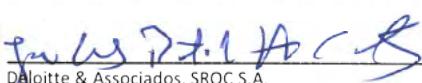
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que a informação referida na secção “A – Relatório de Gestão” do “Relatório de Gestão 2023 – Contas e Sustentabilidade”, foi preparada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação neles constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2024


 Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
 Registo na OROC n.º 992
 Registo na CMVM n.º 20160607

3.2. Apreciação e Certificação de Contas Consolidadas

3.2.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas Consolidadas 2023)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º, do nº1 do artº508-D do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2023 e parecer sobre o relatório e contas consolidadas.

1. RELATÓRIO

Para além das ações fiscalizadoras levadas a cabo pelo Conselho Fiscal, constantes do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas individuais do exercício de 2023, apreciamos o relatório e contas, o relatório e parecer do Fiscal Único, a certificações legal das contas e o relatório de auditoria relativos ao exercício de 2023 de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação, emitidos em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo Auditor Externo, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Realçamos que, conforme mencionado na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo procedeu à alteração da forma de reconhecimento dos Subsídios ao Investimento, no âmbito dos programas PRR– Plano de Recuperação e Resiliência e PO2020 – Plano Operacional Açores 2020, passando a reconhecer apenas a quota-parte dos subsídios correspondentes à execução dos programas de investimento. Em resultado desta alteração, foi efetuada a reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, com efeito na redução do ativo não corrente, do ativo corrente e do passivo corrente nos montantes de 36.695.811 euros, 80.304.189 euros e de 117.000.000 euros, respetivamente.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Contas Consolidadas 2023)

Realçamos igualmente que, conforme mencionado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a rúbrica de clientes inclui saldos a receber de Entidades Públicas, no montante de 30.828.138 euros (2022: 25.797.095 euros), com antiguidade significativa. O Grupo não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade, por entender que os referidos saldos são integralmente recuperáveis.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade e satisfaz, de um modo geral, os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais;
- b) As demonstrações financeiras consolidadas e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos, conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório e Contas Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 12 de abril de 2024

O Conselho Fiscal,

Assinado por: **Catarina Isabel Furtado Pacheco**
 Num. de Identificação: 09764946
 Data: 2024.04.12 12:24:39+00'00'

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

Assinado por: **João Manuel Beliz Trabuco**
 Num. de Identificação: 04859522
 Data: 2024.04.12 12:27:23+00'00'

João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Assinado por: **Carlos Eduardo Ferreira Oliveira**
 Num. de Identificação: 10085505
 Data: 2024.04.12 12:30:22+00'00'

Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

3.2.2. Certificação Legal de Contas



R. CORDEIRO &
ASSOCIADO
SROC, LDA.

email: sroc292@my-roc.com
tlf. (+351) 296 098 892

morada: Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **EDA - Electricidade dos Açores, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 641.144.127 euros e um total de capital próprio de 218.642.548 euros, incluindo um resultado líquido de 17.030.780 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada de **EDA - Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota 15 do anexo às demonstrações financeiras, o saldo de clientes a receber de entidades públicas, no montante de 30.828.138 euros (2022: 25.797.095 euros), não foi sujeito a perda por imparidade, apesar da elevada antiguidade, uma vez que o Grupo considera aquela quantia integralmente recuperável.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;



R. CORDEIRO &
ASSOCIADO
SROC, Lda.

email: sroc292@my-roc.com

tell (+351) 296 096 892

morada: Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



R. CORDEIRO &
ASSOCIADO
SROC, LDA.

email: sroc292@my-roc.com
tel. (+351) 296 096 892

morada: Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

12 de abril de 2024

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda.
Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC nº 1670
Registado na CMVM com o nº 20161280

Assinado por: **RÚBEN MOTA CORDEIRO**
Num. de Identificação: 11302808
Data: 2024.04.12 15:45:19+00'00'

Anexos

3.2.3. Relatório de Auditoria



Deloitte & Associados, SROCS A
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Electricidade dos Açores, S. A. (“Entidade”) e suas subsidiárias (“Grupo”), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 641.144.127 euros e um total de capital próprio de 218.642.548 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 17.030.780 euros), a demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõe o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo procedeu à alteração da forma de reconhecimento dos subsídios ao investimento no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e do PO2020 – Plano Operacional Açores 2020. Em resultado desta alteração, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, com efeito na redução do ativo não corrente, do ativo corrente e do passivo corrente nos montantes de 36.695.811 Euros, 80.304.189 Euros e de 117.000.000 Euros, respetivamente. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



ISO 22301
Business Continuity
Management
CERTIFIED

ISO/IEC
27001
Information Security
Management
CERTIFIED

“Deloitte”, “nós” e “nossos” referem-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/p/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anônima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital Social: €981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2024. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROCS A.



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Página 2 de 3

Outras matérias

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e aprovadas pela Assembleia Geral da Entidade, sem o efeito do assunto mencionado no parágrafo de ênfase acima, foram auditadas por duas outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas cujos Relatório de Auditoria e Certificação Legal de Contas, datados ambos de 12 de abril de 2023, não incluem reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Página 3 de 3

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que a informação referida na secção “A – Relatório de Gestão” do “Relatório de Gestão 2023 – Contas e Sustentabilidade”, foi preparada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação neles constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de abril de 2024

Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
Registo na OROC n.º 992
Registo na CMVM n.º 20160607

CAPÍTULO

E

Ata



Ata número 1/2024

Assembleia Geral da EDA - Electricidade dos Açores, S. A.

A 29 de abril de 2024, pelas 9h30, na sala de reuniões da sede da EDA - Electricidade dos Açores, S. A., sita à rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, com o capital social de setenta milhões de euros, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, sob o número único de pessoa coletiva 512012032, reuniram, presencialmente e através de meios telemáticos, em **Assembleia Geral**, para deliberar, conforme convocatória e ordem do dia, as acionistas:

- **Região Autónoma dos Açores**, titular de 7.014.000 (sete milhões e catorze mil) ações, representativas de 50,1 % do capital social, no montante de 35.070.000,00 € (trinta e cinco milhões e setenta mil euros), aqui representada, presencialmente, pelo senhor Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, José António Gomes, conforme instrumento de representação que apresentou;

- **ESA - Energia e Serviços dos Açores, S. G. P. S., S. A.**, titular de 5.558.120 (cinco milhões, quinhetas e cinquenta e oito mil, cento e vinte) ações, representativas de 39,7 % do capital social, no montante de 27.790,600,00 € (vinte e sete milhões, setecentos e noventa mil e seiscentos euros), aqui representada, presencialmente, pelo senhor Administrador Vitor do Couto Cruz, conforme instrumento de representação que apresentou;

- **EDP Gestão da Produção de Energia, S. A.**, titular de 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) ações, representativas de 10 % do capital social, no montante de 7.000.000,00 € (sete milhões de euros), representada, presencialmente, pelo senhor Administrador Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira, conforme instrumento de representação que apresentou;

- **SINERGIA - Sindicato da Energia**, titular de 200 (duzentas) ações, representativas de 0,001% do capital social, no montante 1.000,00 € (mil euros), representado, presencialmente, pelo senhor Teodomiro Subica Pedro Silveira, conforme instrumento de representação que apresentou. totalizando, 13.972,320 ações, no valor de 69.861.600,00 euros, representativas de 99,8 % do capital social.

Do Conselho de Administração participaram, presencialmente, o senhor Presidente do Conselho de Administração, Paulo Jorge da Costa André, os senhores Administradores Executivos Francisco Manuel Sousa Botelho, Rodrigo Rebelo Costa, João Carlos Santos Correia e Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda e, por meios telemáticos, os senhores Administradores Não Executivos, António Félix Flores Rodrigues e Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt.

Do Órgão de Fiscalização participaram, presencialmente, a senhora Presidente do Conselho Fiscal, Catarina Pacheco e o senhor Vogal Carlos Oliveira e o senhor Revisor Oficial de Contas Ruben Cordeiro.

Da Mesa da Assembleia, participaram, presencialmente, o senhor Presidente, João António Câmara Correia, o senhor Vice-Presidente, Nuno Frade Correia da Silveira Serejo e o senhor Secretário, José Emanuel Lopes Fernandes.

Foi analisada a conformidade das declarações de titularidade e de bloqueio de ações e dos instrumentos de representação, verificando-se estar representado 99,8 % do capital social, pelo que estavam reunidas as condições para a reunião se efetuar, de acordo com a seguinte

Ordem de trabalhos

De seguida leu a **ORDEM DO DIA**, que se reproduz:

- 1)** Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- 2)** Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- 3)** Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

Dando início à reunião no **Ponto 1 - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023**, o senhor Presidente da Mesa após as boas-vindas aos presentes, solicitou ao senhor Presidente do Conselho de Administração que apresentasse o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício de 2023.

O senhor Presidente do Conselho de Administração cumprimentou os presentes e referiu que na sua intervenção iria, sucintamente, assinalar os principais aspetos ocorridos no exercício findo e solicitou autorização para que fosse, no final da sua intervenção, passada a palavra à senhora Administradora Conceição Arruda, para uma apresentação mais detalhada sobre as contas do exercício findo.

Referiu que, face aos acontecimentos dos últimos anos e ao contexto geopolítico e económico internacional, o ano de 2023 também não se perspetivava fácil para o sector da energia. Disse que o descontrolo da inflação, atingiu níveis não registados há décadas, com a consequente subida dos preços dos fornecimentos de bens, serviços e empreitadas e, sobretudo, a elevada procura nos mercados de construção e da energia, com consequências negativas nas cadeias de abastecimento global, exigiram um rigoroso e permanente controlo dos custos em todas as empresas do Grupo, em especial no caso da EDA, dado o quadro regulatório a que está sujeita.

Disse que em 2023 observou-se um crescimento de 1,5% na emissão de energia elétrica, atingindo os 835,7 GWh. A energia de origem renovável injetada na rede, excluindo os resíduos sólidos urbanos, totalizou os 34,9% (291,9 GWh), representando um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior. Em 2023, a produção com origem geotérmica cresceu 6,3% e a produção com origem eólica teve um crescimento de 7,1%, fruto de condições climatéricas favoráveis registadas ao longo do ano.

Salientou o volume de negócios da EDA que atingiu o valor mais elevado da história, totalizando os 271,6 milhões de euros, com as vendas de energia elétrica a registarem um aumento de 19,3%, por via do crescimento de 2,6% na procura de eletricidade e do incremento no preço médio de venda (16,2%). O volume de negócios do Grupo EDA ascendeu aos 280 milhões de euros, sendo também o valor mais elevado de sempre.

Quanto aos financiamentos obtidos pelo Grupo sublinhou que diminuíram 6,5 milhões de euros relativamente a 2022, situando-se em 336,2 milhões de euros, mas com encargos financeiros adicionais de 6,5 milhões de euros relativamente ao ano transato, o que exige prudência e criticidade na gestão do nosso plano de investimentos.

Quanto aos resultados, continuou dizendo que o resultado líquido situou-se nos 17 milhões de euros, superior em 4,9 milhões de euros ao do ano anterior, e que as subsidiárias do Grupo EDA contribuíram em 79% para o resultado obtido. Salientou que o ano de 2023 incluiu factos extraordinários que, pelo seu valor, tiveram um impacto muito relevante nos resultados da empresa. O mais significativo resultou da correção à compensação tarifária do ano de 2022, cujo valor final foi publicado pela ERSE em 15 de dezembro de 2023 e que resultou num impacto positivo no resultado de cerca de 5,1 milhões de euros. Sem estes factos extraordinários, o resultado líquido do Grupo situar-se-ia nos 9,3 milhões de euros, próximo da previsão realizada no Plano Estratégico.

Relativamente ao nível interno, o ano de 2023, disse que ficou marcado:

1. Pela concretização em 2023 do maior volume de investimento da história da EDA, no total de 70 milhões de euros, e 74,6 milhões de euros no total do Grupo EDA, excluindo as participações financeiras, sendo de realçar o crescente nível de realização de investimento, com especial destaque para os anos de 2022 e 2023, valor este que resultou:

- Da finalização da construção dos sistemas de reserva rápida tipo BESS (baterias) nas ilhas Terceira e de São Miguel, projetos financiados pelo Programa Operacional Açores 2020, essenciais para vencermos o desafio da transição energética nos Açores;
- Do aumento no investimento nos centros produtores, para garantia da segurança do abastecimento;
- Da dificuldade na execução dos investimentos incluídos no Plano de Recuperação e Resiliência, pelo aumento exponencial dos custos e a não obtenção de propostas nos concursos submetidos ao mercado, mesmo com preços base revistos em alta, devido à elevada procura atual no mercado e à falta de mão de obra especializada, que coloca incerteza sobre a capacidade de se concretizar esses investimentos no calendário definido. É necessário rever a programação destes investimentos, razão pela qual continuarão a encetar esforços neste sentido;

2. Pela implementação de uma estratégia de priorização das ações de investimento, por forma a criteriosamente selecionar os investimentos que deverão ser realizados, tendo em conta o agravamento das condições de financiamento e a subida dos preços no mercado da construção. Esta estratégia não poderá, contudo, colocar em causa a segurança do abastecimento, o cumprimento da qualidade de serviço e a segurança de bens e pessoas. É prioridade realizar uma boa gestão da dívida, acautelando a sustentabilidade futura das empresas;

3. Pela manutenção da estratégia de controlo rigoroso dos custos, principalmente na racionalização da estrutura organizacional e nos gastos de exploração:

- Relativamente aos Gastos com Pessoal, mesmo com uma estabilização do número de trabalhadores após a redução dos últimos anos, na EDA aumentaram 6,5% em 2023, em resultado do aumento salarial médio de 6,2% e do atual contexto inflacionista, assim como dos automatismos previstos no Acordo da Empresa, representando no total 35,5M€. Esta rubrica foi nos últimos anos controlada principalmente por via da redução e diferimento de novas contratações. Contudo, subsiste a necessidade de assegurar o rejuvenescimento e ajustamento do quadro de pessoal, uma vez que existe na EDA um leque muito grande de trabalhadores próximos da idade de reforma, sendo necessário assegurar o refrescamento atempado, sobretudo nas áreas operacionais, por forma a assegurar uma adequada perpetuação do conhecimento;

- Relativamente ao não reconhecimento por parte da Entidade Reguladora em 2023 de parte dos custos porque, no seu entender, não estão ainda a ser tidos em conta todos os sobrecustos resultantes das especificidades dos Açores;
- 4.** Pela decisão de fundir num documento único o Relatório e Contas e o Relatório de Sustentabilidade para o Grupo, que designa-se agora como Relatório de Gestão. Desta forma, além de cumprir-se obrigações legais, dá-se destaque à sustentabilidade, que sempre foi um foco estratégico do Grupo;
- 5.** Pelos 2 primeiros Empréstimos Obrigacionistas Verdes, no valor de 70M€, utilizando a "Framework for Green Financing" criada em abril de 2023, objeto de uma Second Party Opinion emitida pela Sustainalytics, dando assim os nossos primeiros passos em matéria de sustentabilidade no financiamento bancário.

Relativamente ao não reconhecimento por parte da Entidade Reguladora em 2023 de parte dos custos porque, no seu entender, não estão ainda a ser tidos em conta todos os sobrecustos resultantes das especificidades dos Açores;

- A EDA Renováveis obteve um resultado líquido de cerca de 13,6 milhões de euros, mais 59,2% do que o valor registado no ano anterior;
- A SEGMA obteve um resultado líquido de cerca 311 milhares de euros, menos do que no ano anterior, mas registando um volume de negócios histórico, cifrando-se nos 9,9 milhões de euros, confirmando a sua solidez técnica e implantação no mercado;
- A GLOBALEDA apresentou um resultado negativo de cerca de 635 milhares de euros, afetado pela estagnação do mercado onde atua, bem como pelas regularizações efetuadas na área dos sistemas de informação no âmbito do fecho de projetos, e pelo aumento da subcontratação de serviços externos para incorporar nos serviços prestados pela empresa. A GLOBALEDA é atualmente uma grande preocupação.

Por fim, em nome do Conselho de Administração manifestou o seu agradecimento aos senhores acionistas pela confiança mantida, ressalvando que o futuro das nossas empresas constrói-se com todos, para todos.”

Após esta intervenção, solicitou autorização para dar a palavra à senhora Administradora Maria da Conceição Arruda para apresentação mais detalhada da proposta de contas, que lhe foi concedida.

Esta iniciou a apresentação, com projeção em tela, e sublinhou as variações de maior relevo para a formação do resultado líquido do exercício económico de 2023 ao nível das demonstrações financeiras bem como da evolução da dívida bancária e dos rácios financeiros da empresa, da dívida de clientes com especial relevância para o setor público, nos termos que constam da documentação de apoio à presente ata, a qual foi posteriormente enviada por email aos acionistas.

Tendo o senhor Presidente da Mesa auscultado a Assembleia sobre questões a esclarecer, foi pedida a palavra pelo representante da ESA.

O representante ESA agradeceu e felicitou o Conselho de Administração por todo o trabalho desenvolvido no ano em apreço, acrescentando que esse agradecimento é extensivo a todos os colaboradores do Grupo EDA. Reconheceu o contributo dos resultados extraordinários para o resultado consolidado, tendo dito que também para eles foi preciso trabalhar e também por eles foi preciso lutar. Do resultado global da empresa destacou a importância das participadas, com destaque para a geotermia, e deixou notas de preocupação sobre a pressão financeira que a empresa tem vindo a sentir, as dívidas das entidades públicas e a GLOBALEDA.

Enalteceu, perante as cautelas financeiras que a empresa precisa de ter, os critérios de prioridade para os investimentos referidos pelo Presidente do Conselho de Administração, tendo feito alusão ao realismo que será preciso ter aquando da feitura dos planos e orçamentos para o futuro, sendo que devem ser sempre assegurados a qualidade do importante serviço público que esta empresa presta.

Realçou, ainda, o contributo que a convergência do tarifário energético tem para o sucesso desta empresa e o significado que o mesmo envolve ao nível da solidariedade nacional que a ERSE tem assegurado, apesar dos critérios rigorosos que tem exigido.

Perguntou, manifestando a importância do assunto, pelo rejuvenescimento dos RH da empresa dada a média elevada da idade dos colaboradores da EDA, tendo perguntado também se a empresa tem tido dificuldade nos novos recrutamentos.

Relativamente a esta questão o senhor Presidente do Conselho de Administração confirmou a dificuldade que a empresa começa a sentir nos recrutamentos e informou que a questão do rejuvenescimento é mais crítica nas áreas operacionais.

Pelo representante da Região Autónoma dos Açores foi também solicitada a palavra e secundou a apreciação positiva ao trabalho efetuado pelo Conselho de Administração e todos os trabalhadores, tendo salientado o contributo da empresa no desenvolvimento regional, que ultrapassa em muito a questão da distribuição dos dividendos, salientando a qualidade do serviço disponibilizado e o valor acrescentado e impostos gerados. Registou a preocupação do Conselho de Administração e da acionista ESA com a dívida de entidades públicas à EDA, designadamente dos hospitais e informou que estava a tratar de obter uma solução para o assunto, que passava pela aceitação e transformação da dívida comercial em financeira, a qual depende de decisão do Governo da República, já tentada no passado, sem sucesso devido à conjuntura do momento, mas que esperava que a médio prazo se venha a concretizar.

Questionou se a dívida da EDA se centrava mais em taxa a 6 meses ou anual, tendo sido informado pela senhora administradora Conceição Arruda que está, sobretudo, suportada com referência à Euribor a 6 meses.

Pelo representante da EDP foi referido que acompanhava os elogios anteriores relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração, reconheceu a dificuldade existente decorrente da regulação da atividade pela ERSE e ao nível dos recursos humanos, relevou a colaboração havida com a acionista EDP e sublinhou a preocupação com a dívida de clientes, que afeta os rácios da empresa, o seu investimento e que impacta no seu equilíbrio económico financeiro.

Pelo representante do Sinergia foi manifestado o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração, nesta empresa de que se orgulha de fazer parte, salientou o excelente resultado em ambiente de paz social, tendo manifestado a preocupação quanto à situação da GLOBALEDA e ao seguro de saúde.

Não ocorreram mais intervenções, pelo que, o senhor Presidente da Mesa, considerando que haviam sido distribuídos em tempo os Relatórios e Pareceres do Conselho Fiscal, do ROC e da Auditoria Externa, pelo que eram do conhecimento da Assembleia, submeteu a proposta do Conselho de Administração do Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a votação a cada um dos acionistas presentes ou representado solicitando a indicação do seu voto, da qual resultou a sua aprovação por unanimidade.

Passando ao **Ponto 2** da ordem do dia, **Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023**, o senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia Geral que, além da proposta do Conselho de Administração, a Mesa havia recebido também, uma proposta subscrita pela Região Autónoma dos Açores e outra pelo SINERGIA - Sindicato da Energia, as quais iriam ser lidas, por ordem de chegada.

Assim, solicitou ao senhor Vice-Presidente que procedesse à leitura das mesmas.

Este começou por ler da proposta do Conselho de Administração, reproduzindo-se de seguida o respetivo teor:

Proposta de Aplicação de Resultados do Conselho de Administração

"No exercício de 2023 a EDA - Electricidade dos Açores, S.A. apresentou resultados de 17.087.133,07 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

- 1) O Código das Sociedades Comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;**
- 2) O resultado de 2023 encontra-se influenciado por fatores extraordinários com impacto significativo no seu valor. Tendo em conta o elevado volume de investimento que a empresa realizou em 2023 e prevê realizar nos próximos anos, o resultado relevante para determinar os dividendos a distribuir deve ser expurgado desses factos extraordinários, estimando-se em 9.362.902,17 euros;**

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- i) 4.690.000,00 euros para dividendos, i.e. 0,335 €/ação, correspondente a uma remuneração média de 6,7% do capital social;**
- ii) o remanescente, de 12.397.133,07 euros para resultados transitados."**

Não tendo havido pedidos de esclarecimento sobre esta proposta, de seguida, continuou, e procedeu à leitura da

"Proposta da Região Autónoma dos Açores para Aplicação de Resultados do Exercício de 2023

- 1) Considerando que a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício de 2023 apresentada pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral considera uma distribuição de dividendos no valor de trinta e três vírgula cinco centimos por ação;**

- 2)** Considerando que o n.º 1 do art. 294 do Código das Sociedades Comerciais estipula que "salvo diferente cláusula contratual ou deliberação tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social em Assembleia Geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuída aos acionistas metade do lucro do exercício que, nos termos desta Lei, seja distribuível";
- 3)** Considerando que o resultado líquido de 2023 no montante de 17 087 133,07 euros encontra-se influenciado por fatores extraordinários com impacto significativo;
- 4)** Considerando ser recomendável favorecer o autofinanciamento da empresa face ao esforço de investimento a realizar, o resultado relevante para determinar os dividendos a distribuir, expurgado de uma percentagem aproximada de 40% desses factos extraordinários, é de 14 000 000 euros.

A Região Autónoma dos Açores propõe à Assembleia Geral que os resultados de 2023 apurados nas contas societárias, preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), tenham a seguinte aplicação:

- a)** 7 000 000,00 euros para dividendos, correspondendo a 0,50 euros por ação;
- b)** o remanescente, 10 087 133,07 euros, para resultados transitados.

A Região Autónoma dos Açores propõe ainda a atribuição de uma contribuição extraordinária do Plano de pensões de contribuição definida aos trabalhadores da EDA no valor de 350 000,00 euros e para os trabalhadores das restantes empresas do Grupo EDA, maioritariamente detidas pela Região, que apresentaram resultados positivos em 2023, na mesma percentagem do valor pensionável aplicado na EDA, salvaguardando que o montante total não pode ultrapassar 2,05% dos resultados apurados naquele período, em cada uma das sociedades.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2024"

Não tendo havido questões sobre esta proposta, passou finalmente à leitura da **Proposta de Aplicação de Resultados do Acionista SINERGIA**, reproduzindo-se o respetivo teor:

"Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Sinergia – Sindicato da Energia, em conformidade com a legislação aplicável e correspondente Contrato/Estatuto de Sociedade e enquanto subscritor deste documento, propõe aos senhores acionistas que, no sentido do reconhecimento do importante contributo dos trabalhadores da EDA para o bom desempenho da Empresa, parte dos Resultados do exercício de 2023, sejam aplicados da seguinte forma:

- a)** 4,0% (quatro por cento) do montante global, no Reforço do Fundo de Pensões Individual dos trabalhadores da EDA;
- b)** Atribuição, a título de participação nos Resultados, de um prémio de 500 euros a cada trabalhador do Grupo EDA, no ativo, com um mínimo de 6 meses de trabalho efetivo e sem faltas injustificadas. no sentido do reconhecimento do seu importante contributo para o bom desempenho da empresa."

Terminada a leitura destas propostas, informou a Assembleia Geral que iria submeter a votação a proposta da acionista maioritária, Região Autónoma dos Açores, da qual resultou a sua aprovação por unanimidade dos votos expressos, com os votos favoráveis, da Região Autónoma dos Açores, da ESA - Energia e Serviços dos Açores, S. G. P. S., S. A., da EDP, Gestão da Produção da Energia, S.A., e com a abstenção de votação do acionista Sinergia.

Ainda sobre esta proposta a **EDP Gestão da Produção de Energia, S. A.**, apresentou a seguinte declaração:

"Declaração da EDP Gestão da Produção de Energia, S. A.,

O acionista EDP vota favoravelmente a proposta do acionista Governo Regional dos Açores relativa à distribuição de dividendos.

Importa neste momento relevar que existe um valor muito relevante em dívida por parte de entidades na esfera da Administração Regional que, após boa cobrança, contribuirá de forma significativa para a concretização do plano de investimentos da EDA num contexto de manutenção de rácios económico-financeiros adequados.

Passando ao **Ponto 3**, o senhor Vice-Presidente da Mesa informou que, no âmbito da **Apreciação Geral da Administração e Fiscalização da Sociedade**, havia sido apresentada uma proposta subscrita em nome da Região Autónoma dos Açores, cuja leitura foi efetuada pelo senhor Vice-Presidente e de seguida se reproduz:

Proposta da Região Autónoma dos Açores

Considerando que, os resultados obtidos pela EDA no exercício económico de 2023, continuam a assegurar uma boa rentabilidade do capital social bem como o reforço da sua estrutura financeira, resultados estes que traduzem a competência e empenhamento dos membros dos seus órgãos de gestão e, também, dos seus dirigentes e trabalhadores, a Região Autónoma dos Açores, em reconhecimento e apreço por todos eles, vêm propor um voto de louvor e confiança aos membros do Conselho de Administração, bem como aos membros do Conselho Fiscal e ao ROC.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2024"

Finda a leitura da proposta, submeteu-a a votação do que resultou a sua aprovação por unanimidade.

Após isto, e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa desejou aos presentes votos de boas festas do senhor Santo Cristo, e deu por encerrada a reunião, eram 11h55, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa e por mim, Secretário da Mesa, que a escrevi.

João António Câmara Correia
(Presidente da Mesa)

José Emanuel Lopes Fernandes
(Secretário da Mesa)

